

nº 10

Revista Semestral
jul. – dez. 2023



FIM DO MUNDO DO

ciência
transformadora
discussões para
a emancipação





A la tierra y al territorio, a la educación, a la salud,
A la vivienda, a la alimentación, a la libre movilidad.

**¡EL CAMPESINADO DEL MAGDALENA
MEDIO SE TOMA BARRANCA!**



**SEPTIEMBRE
1996**

Revista Fim do Mundo, nº 10, jul. — dez. 2023

Dossiê temático:

**As dimensões do fim do mundo: contradições sociais, políticas
e econômicas das grandes transformações históricas no século
XXI**

unesp 

Revista Fim do Mundo. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 10, jul/dez 2023. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2023.

244 p.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em português, inglês e espanhol

1. Capitalismo. 2. Marx. 3. Crise Estrutural. 4. Transição.
5. Crítica da Economia Política. I. Universidade Estadual Paulista (UNESP).



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP

CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo, necessariamente, as opiniões da revista.

FIM DO MUNDO

Revista científica interdisciplinar, vinculada ao pensamento crítico em diálogo com Marx, sobre temas contemporâneos e questões teóricas da modernidade. Aberta aos temas brasileiros e latino-americanos, sobre as profundas transformações mundiais promovidas pelo surgimento do novo capital financeiro, especialmente as políticas, econômicas, ecológicas, científico-tecnológicas e geopolíticas. Atenta a todas as formas da produção intelectual humana.

A **Revista Fim do Mundo** nasce seguindo o que Marx ensinara há mais de 150 anos: "os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Assim, a preocupação desta revista é não apenas debater teoricamente as questões fundamentais de nosso tempo, mas acima de tudo servir como uma ferramenta aos que pretendem intervir diretamente na realidade com o objetivo último da *emancipação humana*.

A **Revista Fim do Mundo** surge por iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, que reúne intelectuais militantes das mais diversas áreas do conhecimento que por mais de 3 décadas vêm pensando criticamente e enfrentando os temas centrais em busca da superação do capital.

A **Revista Fim do Mundo** reverbera, pois, os aprofundamentos teóricos destes intelectuais, principalmente como fruto de suas dissertações, teses e do curso "Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas", espaço criado pelo IBEC e o Grupo de Pesquisa Organizações & Democracia - GPOD, em parceria com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, visando a formação da classe trabalhadora.

A **Revista Fim do Mundo** é um espaço de socialização de artigos científicos que se apoiam em Marx e no marxismo, para compreender temas históricos e contemporâneos. As publicações têm periodicidade semestral e o acesso aos trabalhos é aberto, pois acreditamos que o acesso livre e universal ao conhecimento é fundamental para o avanço da ciência comprometida com as lutas sociais, com a socialização do conhecimento e a desmercantilização completa da sociedade.

Editores:

Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC

Conselho Editorial:

Andrey Ivanovich Kolganov | Universidade de Moscou - Lomonossov - Rússia
Adilson Marques Gennari | UNESP
Carmen Junqueira | PUC-SP – Instituto Máira
Henrique Tahan Novaes | UNESP-IBEC
Jesús García Brigos | Universid de la Habana
Liudmila Alekceevna Bulavka-Buzgalina | Universidade de Moscou - Lomonossov - Rússia
Maria A.N. Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Ricardo Antunes | UNICAMP

Conselho Científico:

Adilson Marques Gennari | UNESP
Aleksandr V. Buzgalin | *In Memoriam*
Aline Marcondes Miglioli | UNICAMP
Ana Carolina Aguerri Borges | UFRPE
André Moisés Gaio | UFJF
Andrés Ruggeri | UBA - Argentina
Carlos A. Cordovano Vieira | UNICAMP
Carlos Maciel Sanchez | México
Carmem Junqueira | PUC-SP – Instituto Máira
Daniel Lopes Faggiano | Instituto Máira - IBEC
Diego Barrios | UDELAR - Uruguay
Douglas Rodrigues | Doutorando UNESP - IBEC
Fabiana de Cássia Rodrigues | UNICAMP - IBEC
Fábio Campos | UNICAMP - IBEC
Fabio S.M. de Castro | Doutorando UFABC - IBEC
Henrique Tahan Novaes | UNESP - IBEC
Ivan Lucon Jacob | Doutorando UNICAMP - IBEC
Ivanor Nunes de Oliveira | *In Memoriam*

Juan Carlos Pinto Quintanilla | *In Memoriam*
Lalo Minto | UNICAMP – IBEC
Layza Rocha Soares | CEDEM - UFRJ
Liev C. Maciel Sanchez | UNP-ESE-ECH - Rússia
Lucien Sève | *In Memoriam*
Manuela Lowenthal Ferreira | Doutoranda UNIFESP
Marcelo Micke Doti | FATEC-SP
Márcio Farias | PUC-SP
Márcio H. M. Baroni | IBEC
Marcos del Roio | UNESP
Maria Aparecida de Moraes Silva | UFSCAR
Maria Orlanda Pinassi | UNESP
Marieta A. Barros Magaldi | IBEC
Modesto Emilio Guerrero | Venezuela
Natalia G. Yakovleva | Universidade de Moscou - Lomonossov - Rússia
Neusa Maria Dal Ri | UNESP
Newton Ferreira da Silva | IFSP-IBEC
Paulo Alves de Lima Filho | IBEC
Plínio de Arruda Sampaio Jr | UNICAMP
Rogério Fernandes Macedo | UFVJM - IBEC
Sergio Bacchi | *In Memoriam*
Sinclair Mallet Guy Guerra | *In Memoriam*
Zuleica M. Vicente | Doutoranda UNICAMP - IBEC

Designer:

Tiago Stracci | Cultivare Design

Tradução e Revisão:

Hector Ilich Meleán Durán | IBEC

Editoração:

Gláucio Rogério de Moraes | UNESP

Equipe de produção:

Angelita A. Gonçalves | IBEC
Wellington Silva | IBEC

Imagens da Capa:

Marrano de Barro | coletivo audiovisual

SUMÁRIO



- 10** **Artistas Convidados:** Coletivo ' El Marrano de Barro'
- 19** **Editorial:** As dimensões do fim do mundo - contradições sociais, políticas e econômicas das grandes transformações históricas no século XXI

Debate do Fim do Mundo

- 31** Um panorama do fim do mundo: a marcha forçada da ultradireita fascista contemporânea - a antidemocracia radical e os dilemas da democracia radical popular

Paulo Alves de Lima Filho

Artigos

- 47** Duas teorias da população: Karl Marx e Thomas Malthus
Adilson Marques Gennari
- 57** Agroecologia e educação no projeto zapatista: articulações em defesa da Madre Tierra
Cláudio Rodrigues da Silva
- 83** Elementos estruturantes da indústria da reciclagem: limites e contradições do reaproveitamento de resíduos na sociedade capitalista
Pablo Pereira da Silva
- 105** Do social e do pedagógico: interlocuções sobre o programa de Animação Cultural entre os fazimentos de Darcy Ribeiro nos CIEPs-RJ (1983-1987)
Marcos Antonio Macedo das Chagas
- 132** O Corte epistemológico de Freud: o Continente-Inconsciente
Lucas Oliveira Menditi do Amaral

Ensaio Crítico

- 155** O colonialismo do século XXI: o contexto não é acessório para entender a realidade da Palestina/Israel
Mariane Soares Gennari

- 161** A nova fase da ditadura do capital financeiro na Argentina: Javier Milei e os cantos da cigarra
Henrique Tahan Novaes

Resenhas

- 168** “A fratura brasileira do mundo - visões do laboratório brasileiro da mundialização”
de Paulo Arantes
Leonardo Dias Nunes

Entrevistas

- 174** Capitalismo brasileiro, enfim a paz! com Maria A. Moraes | Entrevistadores: IBEC
202 Cuba: a história e o presente por José Luis Rodríguez | por Aline Marcondes Miglioli

Manifesto

- 229** As macabras artes imperiais e o destino dos povos: a questão palestina como revelação das entranhas do imperialismo | IBEC

Memorial

- 234** Alexander Vladimirovich Buzgalin: Rumo ao futuro | por Andrey I. Kolganov
238 Aos camaradas que se foram | por Paulo Alves de Lima Filho

Coletivo ‘El Marrano de Barro’¹

Curadoria | Ana Carolina Aguerri Borges da Silva²

A edição número 10 da **Revista Fim do Mundo** conta com a colaboração do **Coletivo de Criação em Artes Gráficas e Audiovisual ‘El Marrano de Barro’** para contribuir com a arte desta edição comemorativa. Este coletivo foi criado em 2013 pelos artistas Taira Rueda Cifuentes, Pablo Correa González e Mabel Nova Chavez.

10



Foi por meio do audiovisual que pude conhecer o trabalho do coletivo **Marrano de Barro**, quando em 2015 ao participar do Festival de Cinema de Contis, em Contis Plage, no Sul da França, conheci Pablo Correa González, que participava como autor do nanometragem “Elisa”, selecionado por meio do Festival Brasileiro de Nanometragem de Atibaia para ser exibido na França. A qualidade da arte da animação dirigida por Pablo em conjunto com a visão sensível e crítica abordada na história desse pequeno filme, fez com que dialogássemos sobre

seus trabalhos e suas experiências no campo das artes, assim como permitiu que pudesse adentrar um pouco na realidade dos nossos irmãos Colombianos. Quando pensei na curadoria desta edição, pensei em imagens que nos conectassem com “outras” realidades para além do Brasil, mas que ao mesmo tempo representassem as contradições e o espírito de luta que o povo latino-americano compartilha ao longo da nossa história de exploração e resistência a esse sistema capitalista que atinge a classe trabalhadora latinoamericana de forma tão opressora. A partir dessa ideia decidi contatar Pablo e dessa forma iniciamos um diálogo sobre as possibilidades para essa curadoria.

¹ Contato: Pablo Correa González antonioversao@gmail.com | instagram: @marranodebarro

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) | carolina.borges@ufrpe.br



Artistas Convidados

Pablo Correa González é colombiano de Bogotá e um dos artistas visuais que desde 2016 contribui com o Coletivo Marrano de Barro. Pablo, que é formado em Artes Visuais pela *Pontificia Universidad Javeriana*, tem desenvolvido seus trabalhos artísticos em diferentes campos, por meio da produção gráfica, desde a diagramação até a ilustração, o desenho e a impressão de peças artísticas em serigrafia com o coletivo. Com relação a sua atuação no audiovisual, atua como artista visual independente e tem produzido animações e também dirigido diversos curtas-metragens. Ainda no audiovisual, Pablo Correa González produz conteúdos para diferentes plataformas e entidades de direitos humanos como "*La Comisión de la Verdad*", "*International Action for Peace*" e "*Associação Catalana per la Pau*".

A artista visual Taira Rueda Cifuentes, também Colombiana e formada pela *Pontificia Universidad Javeriana*, que compõe o coletivo desde 2013 desenvolve projetos com abordagem social e atuação em comunidades de diferentes territórios da Colômbia, por meio das artes e projetos de criação gráfica, abordando o contexto sociopolítico do país. Ao trabalhar como artista em diferentes campos e abordagens tem enriquecido o seu desenvolvimento profissional e acredita que o trabalho focado nos projetos coletivos é essencial para o desenvolvimento e a produção criativa.



A partir das artes gráficas, a serigrafia e a ilustração, tem trabalhado em projetos editoriais com organizações e processos sociais, tendo a arte e a imagem como estratégias de comunicação popular, processos comunitários, resistência e transformação. Por outro lado, tem focado seu trabalho em projetos de investigação no campo da história da arte e da cultura visual, assim como realizado assistência de produção a exposições e projetos artísticos.

O coletivo conta também com o trabalho artístico de Mabel Novoa Chavez, também formada pela *Pontificia Universidad Javeriana*, estudou Artes Visuais na universidade com ênfase no audiovisual. Atualmente



também trabalha individualmente em diferentes projetos gráficos, com muralismo, com a produção artística de curtas-metragens e também no campo da publicidade. Segundo a artista, sua grande paixão está refletida no momento da criação e geração de soluções artísticas e estéticas para os diferentes projetos em que trabalha.



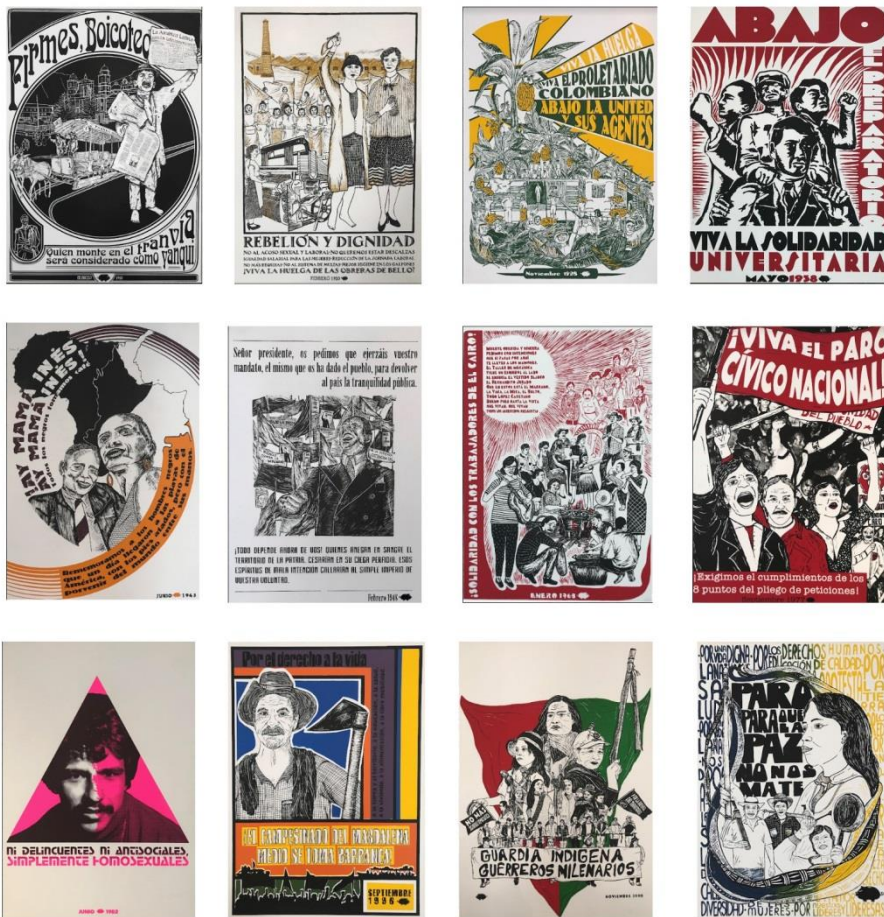
Um dos elementos principais das produções do coletivo está na abordagem de diferentes problemáticas políticas e sociais com foco na busca pela paz, que visa o compromisso para a construção de uma sociedade mais justa. Além disso, enquanto coletivo, busca gerar espaços de reflexão por meio da imagem centrada no trabalho e atuando junto a comunidades camponesas, a movimentos sociais, a organizações transfeministas e qualquer grupo que esteja envolvido com experiências de resistência e de construção de memória.

A Revista Fim do Mundo, em sua décima edição, tem a honra de contar com a contribuição do Coletivo **El Marrano de Barro** através da disponibilidade para essa edição de algumas de suas obras que, entre outras, fazem parte de uma série de cartazes em serigrafia “**Nuestras luchas, reivindicaciones en el tiempo: 12 afiches en serigrafía**”. Tais obras compõem uma homenagem gráfica e também uma reivindicação dos movimentos sociais e dos levantes populares que tem transformado a história da Colômbia no último século.

O Coletivo tem observado que apesar da desestimulação e da estagnação histórica de protesto social e sua repressão violenta por parte do Estado, as comunidades não têm parado de sair às ruas para exigir e lutar por seus direitos. Lutas que têm se mantido ao longo do tempo e que embora possam perceber-se como processos cíclicos - pois muitas das reivindicações parecem repetir-se, a luta social tem sido o catalizador de mudanças tangíveis, de reivindicações e da conquista de direitos.



Artistas Convidados



Nuestras luchas, reivindicaciones en el tiempo: 12 afiches en serigrafía

Serigrafía sobre papel
Bogotá - 2020

Os 12 cartazes desta série são referentes a 12 protestos sociais que marcaram o rumo da Colômbia e que são atualmente exemplos de luta, tais como: A guerra civil contra a Tranvia em Bogotá em 1910; A greve de mulheres operárias em Bello, no ano de 1920; a greve dos trabalhadores da United Fruit Company em 1928; as manifestações estudantis em 1938; a marcha do silêncio em 1948; As manifestações e a parada nacional em 1957; a greve dos trabalhadores da indústria cimentícia em Antioquia no ano de 1963; a maior parada cívica da história do país em 1977; a primeira marcha



LGBT na Colômbia em 1982; o movimento camponês dos parques em Barracabermeja em 1996; e a recente parada nacional no ano de 2019.

Essas lutas foram adotadas pelo coletivo como uma forma de agradecimento pelo exemplo de resistência, mas também por compreenderem a necessidade da validação de suas demandas na atualidade, sem ignorar as conquistas que foram alcançadas na época.

Para a criação das artes, os três artistas do coletivo Marrano de Barro, basearam-se no desenvolvimento de pesquisa gráfica sobre o posterismo e também sobre o desenho gráfico na Colômbia no último século. A partir dessas pesquisas, desenharam cartazes de cada um desses protestos populares, considerando os elementos gráficos de cada década em que ocorreu cada manifestação social, dessa forma, a escolha não é apenas sobre as lutas, mas também sobre a estética referente ao período em que essas manifestações aconteceram, como exemplo, os artistas citam o uso da técnica de fotoserigrafia e de colagem, muito utilizadas nos anos setenta e utilizada em suas oficinas.

Para os artistas do Marrano de Barro, reivindicar as lutas sociais que ocorreram ao longo do tempo os aproxima da compreensão da força que essas lutas exercem no contexto em que vivem e de como os direitos que os colombianos possuem atualmente são decorrentes de processos organizacionais do passado - direitos que não foram dados, direitos que foram conquistados através de intensa luta durante muitos anos. Para eles, esse trabalho artístico tem o sentido de homenagear essas resistências, que acaba cumprindo o papel de realização de relatos históricos e consequentemente tem o potencial de recolocar essas lutas no cenário contemporâneo, tornando visível o caminho que percorreram.

Além disso, percebem que houve um avanço enquanto sociedade e que esse avanço ocorreu graças ao fato de que na história ocorreram movimentos sociais que lutaram pela conquista desses direitos, como exemplo, a greve de 400 trabalhadores em Antioquia em 1920, que conseguiu melhorias nas condições de trabalho e foi um exemplo que foi replicado em diferentes fábricas do país na época. Essas escolhas de exemplos foram feitas a partir da ideia de que é necessário divulgar esses movimentos para torná-los visíveis no contexto atual e dessa forma convidar o espectador a refletir e a aprender com o exemplo da luta dessas forças organizativas do passado e inspirar a luta para a conquista de direitos futuros.

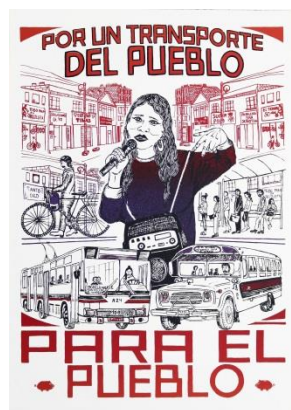
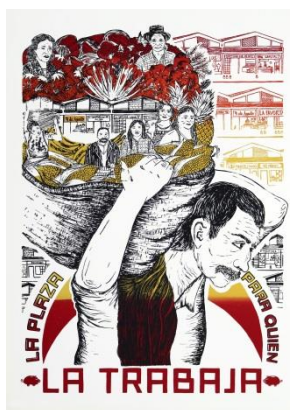
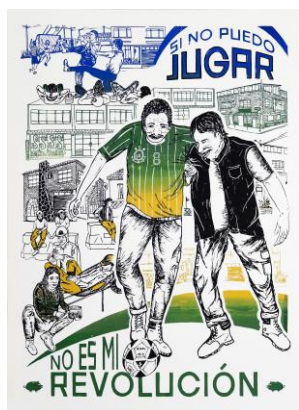


Artistas Convidados

Sobre a escolha do uso de cartazes serigrafados como meio de comunicação, os artistas vêm uma relevância conceitual nessa escolha, por ter sido um instrumento de difusão de ideias políticas, que embora no início do seu surgimento tenha sido na forma de propaganda gerada pelos governos, acabou ocorrendo a apropriação dessa linguagem a partir das resistências aos governos em diferentes momentos da história, transformando o design gráfico e de cartazes em um instrumento de comunicação popular e de massa. Um instrumento que compreende o poder da imagem e da expressão artística para a transmissão de ideias, sobretudo ideais de mudança.

15

A revista também traz o destaque da trilogia “*La clase obrera*”. Los Barrios, unidos. Que constitui em uma série de três cartazes em serigrafia, que apontam formas de apropriação cidadã de cenários da vida em Bogotá, capital Colombiana. Com essas obras, o coletivo aborda a perspectiva da ocupação do espaço público como direito dos cidadãos, representados nas praças, no transporte público e nos parques, no sentido de destacar as experiências de vida das pessoas e seus modos de vida em determinados lugares como o tecido que sustenta as práticas sociais, econômicas e culturais que dão forma simbólica e política à cidade e aos territórios. Assim, esta série de cartazes concentra-se em destacar detalhes anedóticos que concentram a atenção dos protagonistas desses espaços - e não na compreensão arquitetônica ou patrimonial dos marcos urbanos - representados em sistemas de transporte, centros de abastecimento e parques metropolitanos.



Trilogia: La Clase Obrera. Los Barrios Unidos

Serigrafia sobre Papel

Bogotá - 2022



Artistas Convidados

Para compor a capa desta décima edição da **Revista fim do Mundo**, tendo como ponto de partida as duas séries de cartazes apresentadas, foram selecionadas as obras que acreditamos dialogar mais intensamente com as perspectivas apresentadas nos trabalhos que constituem esta edição.

A capa é apresentada pela obra *“Paro Nacional”*, que traduz em imagem o que foram as paralizações nacionais em várias cidades colombianas no ano de 2019, cujo estopim se deu pelo descontentamento popular contra a corrupção, a repressão, o programas neoliberais do governo, girando também na revolta contra o assassinato de lideranças populares e a respeito do processo de paz no país. Por sua vez, a abertura da edição traz a obra *“El movimiento campesino”*, que retrata Barrancabermeja – Santander de 1996. Trata-se de um acontecimento em que camponeses de 17 municípios da região marcharam até Barrancabermeja, onde, organizados em 3 mesas redondas discutiram diferentes temas e propuseram um modelo alternativo de desenvolvimento para a região. A marcha também teve como objetivo exigir o fim do avanço do paramilitarismo, entretanto, os primeiros assassinatos de líderes ocorreram em outubro daquele ano.

16



Paro Nacional

Serigrafia sobre papel
Bogotá [2020]



El Movimiento Campesino

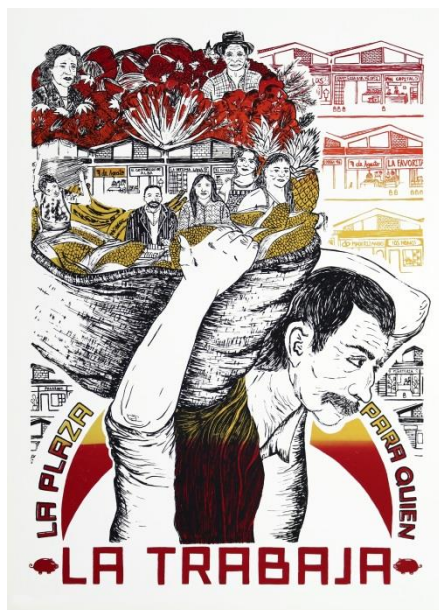
Serigrafia sobre papel
Bogotá [2020]



Artistas Convidados

A imagem de encerramento da edição ficou por conta de “Plaza”, constante da trilogia apresentada, em cuja frase “a praça para quem a trabalha” (tradução nossa) estampa a imagem, reforçando a perspectiva da organização social coletiva enquanto polo da transformação social por nós almejada. Por fim, imagem da contracapa se aventa da obra “Minga Indígena”, que retrata o acontecimento do ano de 2008, quando mais de 15.000 indígenas do país marcharam de Santander de Quilichao para Cali e depois para Bogotá. Manifestaram-se lutando contra a estigmatização do movimento indígena e também exigindo o cumprimento de acordos passados, como o cumprimento da declaração da ONU sobre os povos indígenas e a defesa de seus territórios, entre outros aspectos.

17



Plaza

Serigrafia sobre papel
Bogotá [2022]



Minga Indígena

Serigrafia sobre papel
Bogotá [2020]

Por fim, destacamos que o Coletivo Marrano de Barro, assim como as suas obras destacadas nesta revista, exerce um papel político fundamental na luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora colombiana e consequentemente para os povos latino-americanos. Neste sentido, além dos trabalhos que compõe a capa, destacamos a título de fechamento desta curadoria a obra “Huelga de mujeres obreras. Bello, Antioquia –1920” que



Artistas Convidados

retrata, em sintonia com nossas lutas contemporâneas, o acontecimento do dia 02 de fevereiro de 1920, quando mulheres operárias da fábrica têxtil Bello entraram em greve, lideradas por Betsabé Espinal, elas exigiram condições dignas de trabalho e o fim do assédio e dos maus-tratos por parte dos homens na fábrica. Após 24 dias de greve, elas conquistaram reajuste salarial de 40% e a demissão dos assediadores, entre outras reivindicações. A greve foi um exemplo para que outras trabalhadoras do país se organizassem e lutassem por seus direitos.

18



Huelga de mujeres obreras

Serigrafía sobre papel

Bogotá [2020]



Editorial nº 10 - As dimensões do fim do mundo: contradições sociais, políticas e econômicas das grandes transformações históricas no século XXI

Nesta edição de **número 10** da **Revista Fim do Mundo**, apresentamos o Dossiê Temático “As dimensões do fim do mundo: contradições sociais, políticas e econômicas das grandes transformações históricas no século XXI”. O objetivo deste dossiê é refletir sobre o significado conjunto das últimas nove edições desta revista, surgida com o propósito de contribuir com a crítica da Economia Política e refletir sobre o atual estado do capitalismo mundial e da luta de classes. Este propósito não é inédito. Karl Marx já o havia trilhado no século XIX. É por isso que todos os trabalhos publicados na revista têm em comum o resgate das contribuições de Marx para refletir sobre os dilemas contemporâneos da humanidade.

Olhando para trás, nos deparamos com o esforço sistemático para abordar os temas que colocam a humanidade em estado de emergência. Temas estes que representam para nós fragmentos do fim do mundo e de um certo mundo do capital: a revolução tecnológica que cria o novo órgão da máquina, seu quarto órgão, nova força produtiva incapaz de reproduzir-se a contento sob os estreitos limites do capital; a catástrofe ambiental em que vivemos; o racismo e a práxis negra; o imperialismo e a nova ordem mundial; a dialética entre revolução e contrarrevolução; a situação da educação em suas graves dimensões atuais; a situação da classe trabalhadora na etapa de crise estrutural do capital; e, também, o colapso pandêmico que enfrentamos nos últimos anos a custa de muitas vidas de trabalhadoras e trabalhadores mundo afora.

Nossa chamada de trabalhos desta edição almejou incentivar o aprofundamento desta trajetória de forma mais ampla, como uma espécie de balanço sobre o fim do mundo e perspectivas para o futuro. A questão norteadora é: o que resta aos trabalhadores do mundo frente à perspectiva do colapso e da barbárie? Para cotejar estas perspectivas e caminhar para reflexão, abrimos a primeira parte deste editorial com a reprodução do manifesto de lançamento da Revista Fim do Mundo (2020). Posteriormente, o texto do Professor Paulo Alves de Lima Filho aponta algumas considerações a respeito da trajetória do periódico.



Editorial de lançamento da Revista Fim do Mundo

“(…) Aqui, meu pânico e glória
Aqui, meu laço e cadeia
Conheço bem minha história
Começa na lua cheia
E termina antes do fim
Aqui é o fim do mundo
Aqui é o fim do mundo
Aqui é o fim do mundo
Minha terra tem palmeiras
Onde sopra o vento forte
Da fome, do medo e muito
Principalmente da morte (...)”

[Fim do mundo - Torquato Neto]

Fim do mundo

Pois estamos no fim de vários mundos, esta é a nossa conclusão. Outros nascem, mal deles sabemos.

Nascemos como fim do mundo, crescemos como desastre em processo, monumento à violência inaudita da desumanização plena sob o império do capital. Terra de escravizados comprados ou conquistados na guerra aos nativos desta ou doutras terras.

Finado é o Brasil. Mudou-se.

Finada a longa fase histórica que se inicia em fins do século XVIII com a Revolução Industrial, devido ao surgimento do quarto órgão da máquina – o órgão de controle - e seu personagem, o capital industrial microeletrônico, transformado natural-mente em novo capital financeiro, regente da nova ordem mundial do capital.

Finado é aquele mundo unipolar que se abre após a organizada falência da URSS. Ergue-se no oriente e com alguns aderentes ocidentais e mesmo um africano, um novo e poderoso polo geopolítico, prestes a tornar-se a expres-

são de uma nova primeira potência econômica mundial do capital, a China.

Finado é o movimento político do comunismo mundial, luta contra o qual alimentara a Guerra Fria, no pós-II Guerra Mundial. Finado é, pois, o ímpeto revolucionário e o prestígio de massas das antigas vanguardas intelectuais e políticas do comunismo e socialismo, assim como das demais forças da transformação social, democratas e patriotas populares.

Finada a fase desenvolvimentista do projeto capitalista para as ex-colônias e do assim chamado terceiro mundo em geral, tal como ocorrera no pós-II Guerra Mundial. Em seu lugar, se projetam, no Brasil, as forças da revolução da ultradireita pró-imperialista, antipopular, antidemocrática e antinacional. É a ultradireita a levantar, majoritariamente, hoje, o estandarte da revolução e proclamar-se revolucionária, agente de sua revolução na contrarrevolução, processo iniciado nos anos 60 e somente agora chegando ao seu ápice. Uma revolução



pró-controle exclusivo do capital sobre a reprodução social.

Finada e proclamada em 1964 a luta das burguesias brasileiras pela plena soberania econômica e política da nação, permanecerão estas, aconchegadas no colo da subordinação expandida, conquistada pela contrarrevolução vitoriosa.

Finada está, no Brasil, a quarta etapa da contrarrevolução proclamada em 1964, a assim chamada Nova República. O sentido da contrarrevolução, antes de tudo, foi a plena abdicção, por parte das classes proprietárias nativas, de lutar pela plena soberania econômica e política da nação. As forças do capital nativo, desde então, aquietam-se dentro do útero da subordinação ampliada, avançadas em alta monopolização, e hoje, em processo de desindustrialização e reprimarização. A revolução burguesa conservadora se cristaliza como regência sócioeconômica.

Finados a força e o prestígio, assim como as fontes teóricas do comunismo oficial, ocuparão seu lugar as forças pró-democracia, não revolucionárias, do movimento socialista e liberal social, abandonada a luta contra o capital e forças aliadas a ele.

No caso das ex-colônias ibéricas, esta matriz teórica abandona mais de um século de teorias da interpretação da particularidade dos capitalismo dali nascidos, forjadas pelas mais diferentes vertentes teóricas. Ao invés de se atestar a existência dos capitalismo da miséria vigentes em todas essas ex-colônias, transitou-se à concepção de que todos estes países podem, naturalmente, evoluir a capitalismo desenvolvidos, à semelhança dos europeus, bastando para

isso a luta democrática em marcos constitucionais, as políticas públicas emancipatórias e a distribuição de renda.

Finada está, nestes instantes, essa teoria evolucionista metafísica, do melhorismo socioeconômico, destruída pela força das determinações contrarrevolucionárias imanentes à formação histórica dessas nações. O caso do Brasil é o mais flagrante. Aqui, a luta democrática pós Constituição de 1988, em equívoco fatal, se auto concebeu como o fim da contrarrevolução de 64. A estratégia melhorista sonhou ser uma bandeira atravessando incógnita a floresta contrarrevolucionária. Teve ao seu dispor quatro mandatos presidenciais. Ao contar com o óbvio rechaço frontal das forças conservadoras, não soube também defender o núcleo central dos seus guerreiros, supondo ser o seu sacrifício a expiação suficiente para fazer avançar ainda mais o seu projeto, suas conquistas. Isso foi lido, pelos seus inimigos, como santo e senha para a revanche na guerra contrarrevolucionária. Abriram-se as portas para o fim do governo Dilma e a derrota das forças populares. A revolução na contrarrevolução, pode, assim, desde então, prosperar. Finado o prestígio das forças políticas tradicionais, emergentes da ditadura, assim como das novas forças a elas coligadas e as do melhorismo, a representação contrarrevolucionária desliza ao colo da ultradireita miliciana e pentecostal.

Finada está a Nova República, eleitas as forças da destruição do estado nacional, da liquidação dos direitos sociais das maiorias trabalhadoras e sua consequente miserabilização, da devastação ambiental a ser dominada pelos negócios, a avançar sobre a floresta amazônica e seus recursos naturais, da



liquidação da educação e da ciência nacionais, enfim, do trânsito geopolítico neocolonial ao campo da visão do mundo da ultradireita norte americana. Em suma, transita-se ao monopólio da exclusividade da regência do capital sobre a reprodução social. Opera-se, assim, fenômeno único na história ocidental contemporânea, para além da migração de pessoas, mas de um país, de modo voluntário e consciente, ao espaço geopolítico de outro, no caso, da potência declinante norte americana, por meio da outorga voluntária, unilateral e gratuita da soberania nacional.

Finada, também, a fase histórica da decência, da civilidade e bons modos da contrarrevolução, vigente desde que proclamada a Constituição de 1988, pois emergiu de suas entranhas a bestafera da ultradireita miliciana, que empalmou o poder executivo, capaz de implementar seu projeto político-econômico contra a Constituição e pela destruição sistemática e necessária da nação. Vamos sendo governados através do uso da mentira, da violência, da estupidez e da boçalidade.

Finada é, pois, a certeza de que teremos eleições em 2022. Mais parece é que o chefe miliciano se prepara para apequenar ou mesmo liquidar o STF e o governo democrático, expandir ao máximo o estado de exceção já existente, proclamando um novo ciclo demencial tirânico, sob a proteção dos militares e benção dos demais blocos golpistas, fingidamente constrangidos. Proclamam estarem mal com ele, mas piores sem ele. Nenhum dos blocos da revolução

em processo tem poder de veto sobre os demais, perdida definitivamente a anterior hegemonia das forças civilizadas pró capitalismo.

Navega a toda vela a *Barca do Inferno*, com seus quatro contingentes revolucionários a bordo, quais sejam, os militares, a monarquia miliciano-pentecostal, o conluio policial-judicial-midiático, e o congresso de capitalistas dominado pelas bancadas da bala, bola, bíblia, bulas, bois e basbaques em geral. Ao tentarem resolver, a seu modo, os dilemas do capital, conduzem o país e a si próprias ao suicídio.

Ninguém e nada, até o momento, impede ou impedirá o trajeto incrível dessa nau terrificante.

Nós, aqui, tudo faremos para apertar o carnegão dessa pústula que vai gangrenando nossa construção nacional coletiva, penta secular. Reiniciamos a luta pela revolução brasileira, aquela que nos conduzirá à segunda e plena independência, à soberania econômica e política da nação e à plenitude de direitos da reprodução da força de trabalho, sob a democracia das e para as maiorias, liquidando o pesadelo sem fim do capitalismo da miséria em que vegetamos. Este o objetivo central da Fim do Mundo.

Finado está o Brasil nascido em 1500. Nascidos como fim do mundo no Paraíso, fenecemos como fim do paraíso no mundo, transportados na Barca do Inferno para os EUA. O Brasil mudou-se para o nada.

Sáimos da era das catástrofes e entramos na era do colapso.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.



Aqui é o fim do mundo: uma revista em busca da interpretação do Brasil e do mundo, para uma saída comunista da crise estrutural do capital (2020-2023) | por Paulo Alves de Lima Filho

Abre-se o primeiro número da nossa Revista Fim do Mundo (jan.-abr. 2020) com o manifesto *Fim do Mundo*¹, onde se definem as razões do seu nome, encabeçado pelo poema Marginalia II de Torquato Neto (“Aqui é o fim do mundo”). O centro do palco da história é ocupado pela eleição de Bolsonaro, que enseja um feixe de questões a serem interpretadas, que vão das razões de sua eleição e o seu enfrentamento político, das consequências geopolíticas e aos destinos da democracia, dos desafios postos aos comunistas emancipacionistas às perspectivas da transição a uma sociedade que supere o capitalismo da miséria e se coloque em transito anti-capital. É assim que já nesse número se começa a enfrentar essas questões no texto *Contra a síndrome de Neandertal*². Inicia-se o desvendamento do presidente eleito, dos pilares da contrarrevolução em marcha, do seu caráter radicalmente antinacional, assim abandonando os marcos do próprio Hino nacional da República, “retornamos ao nosso nada original” pelas declarações e atos de nosso mandatário “celerado da ultradireita”. Estávamos diante da vitória da revolução na contrarrevolução, vítimas do caráter da política das forças democráticas conservadoras que empalmaram a transição democrática. Enfim, “o Brasil nascido em 1500 acabou. O novo Brasil, o da segunda independência, radical e popular, começa a sua marcha hesitante.” Daí ser necessário “ocupar as ruas, as revistas e os livros, os corações e mentes dos humilhados e ofendidos pela nova ordem.” Era preciso ser anti-neandertal, decidir-se a enfrentar abertamente a revolução da ultradireita. Vivia-se a perplexidade com o rumo da nossa história, velhos e novos fantasmas assombravam o mundo das ideias e pesavam como montanhas sobre as questões práticas. Os novos teóricos corriam a produzir novas hipóteses, os mais antigos passavam a produzir sínteses de seus

¹ COMITÊ EDITORIAL. Fim do mundo. **Revista Fim do Mundo**, nº 1, jan. - abr. 2020, p. 8-18p. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p8-18>.

² LIMA FILHO, Paulo Alves. Contra a síndrome de Neandertal. **Revista Fim do Mundo**, nº 1, jan. - abr., p. 39-45. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p39-45>.



trabalhos e nossa revista prosseguia sua linha de interpretação. Esta, é bom que se diga, já vinha sendo desenvolvida há longo tempo³.

Ainda nesse número, desenvolvem-se as linhas traçadas nos dois textos já citados no manifesto *Golpe de Estado na Bolívia*, em especial o complexo de relações presentes na transição particular de uma revolução democrática radical e seus inimigos⁴.

Todos os temas em processo de aprofundamento continuarão na RFM nº 8, no trabalho *Levantados dos porões*⁵. Ali se precisa o caráter do processo histórico contemporâneo brasileiro - a revolução na contrarrevolução promove uma regressão colônial - e dos homens que compõem a vanguarda desse processo - o "cafajestismo delinquente". O projeto dos porões da ditadura empresarial-militar de 64 é o da "reconquista e ocupação de um território a ser subjugado e limpo dos recalitrantes, dos adeptos da velha ordem a ser exterminada". Ela se trata de uma "revolução antidemocrática radical". As forças da ordem conservadora, ao contrário, estão na defensiva e levantavam-se sérias dúvidas se estarão à altura de superar a avidez exterminista dos revolucionários antidemocráticos radicais. Entretanto, a questão democrática presente na superação radical e revolucionário-popular da democracia conservadora ficou obscurecida pela "teoria da revolução socialista", negadora de Marx. A tal ponto que nega a transição comunista e prepara, de fato, a transição ao capitalismo. Afirma-se

³ **IELA.** O desmonte da nação ou a revolução na contrarrevolução. 30 mar. 2016. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/o-desmonte-da-nacao-ou-a-revolucao-da-contrarrevolucao/>. - aqui talvez um texto anterior importante. Outros temas foram desenvolvidos nos livros *Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas* nºs 1, Uberlândia, Navegando, 2017, *Nossa dura caminhada pela história* (p.33-52); nº2 Uberlândia, Navegando 2017, *A sociedade comunista na visão de Marx e Engels* (PALF e Newton Ferreira da Silva, p.17-46), *Sobre as revoluções burguesas radicais: fundamentos de sua dinâmica e limites contemporâneos do capital* (p.47-74), Manifesto do IBEC – *A revolução piorista em marcha* (p.399-402) e nº3 Marília, *Lutas contra o capital*, 2018, *Prefácio* (p.11-18), *A falência da transição comunista e o retorno do capitalismo à Rússia – a propósito do 100º aniversário da revolução Russa*(p.27-48); *Manifesto e notas do IBEC. Moro e Lula no palco da prisão. Os dias finais.* (p.349-353).

⁴ IBEC. Manifesto: Golpe de estado na Bolívia. **Revista Fim do Mundo**, nº1, jan. - abr. 2020, p.175-180. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p175-180>.

⁵ LIMA FILHO, Paulo Alves. *Levantados dos porões.* Presente tenebroso, passado obscuro e futuro incerto: após o 1º turno das eleições presidenciais de 2022 – breves notas. **Revista Fim do Mundo**, nº8, jul. - dez. 2022, p.181-194. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2022.v3n8.p181-193>.



o caráter da nova era que se abre, sob o império das necessidades do novo capital produtivo financeirizado de base microeletrônica: “Pela primeira vez na história do capitalismo, surgirão novas forças produtivas incapazes de desenvolver-se plenamente sob o comando do capital⁶. Abre-se, assim, uma era de crise estrutural do capital”. Acompanha essa era a expansão de uma ultradireita fascista, o que coloca a urgência de igual expansão das forças da revolução democrática radical popular, única capaz de poder enfrentar à altura a revolução da antidemocracia radical. Instala-se, desse modo “a chegada da humanidade ao vestíbulo da revolução social”.

O número 9 da RFM contém dois trabalhos de certo modo complementares quanto aos temas em desenvolvimento⁷. No primeiro “*Alguns elementos de economia política da reindustrialização: o caso do Brasil*” passa-se em revista o desenvolvimento histórico recente do Brasil sob o impacto da fratura política norte-americana entre o Partido Democrático e o Republicano devido à crise estrutural do capital e sua evolução na globalização neoliberal e suas reverberações na polarização política nacional brasileira. Estas conduziram à eleição o candidato neofascista que dentre outras coisas fez aprofundar o processo de desindustrialização do país. No segundo, procede-se à resenha crítica do livro de Guerrero⁸, que trata da decadência da revolução bolivariana e do processo que culminará na morte de Chávez como decorrência, dentre outras coisas, de uma via política específica de reprodução do poder político sob Chávez. O texto retoma a crítica da teoria oficial da revolução socialista de matriz soviética, herdada da II Internacional e transformada em teoria (até o momento) dominante da transformação social promovida pelas revoluções populares e proletárias dos

⁶ A condição vital para o surgimento desse novo capital é o salto qualitativo da revolução industrial após o surgimento do quarto órgão da máquina, descoberta teórica de Sérgio Bacchi. Ver: BACCHI, S. (2020). A Crise Geral do Capital. **Revista Fim Do Mundo**, nº 1, jan. – abr. 2020, p. 23–38. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p23-38>.

⁷ LIMA FILHO, Paulo Alves. Alguns elementos de economia política da reindustrialização: o caso do Brasil *Revista Fim do Mundo* nº9, jan.-jun. 2023, p. 22-29. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2023.v4n9.p22-28>; e, LIMA FILHO, Paulo Alves. A teia assassina – um balanço da revolução bolivariana sob a óptica da teoria da transição comunista. Breve ensaio sobre o livro de Modesto Emílio Guerrero. *Revista Fim do Mundo*, nº9, jan.-jun. 2023, p. 191-214. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2023.v4n9.p191-214>.

⁸ GUERRERO, Modesto Emílio. **Crônica de um magnicídio**. Chavez, la enfermera y el edecan. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Manzana, 2022.



séculos XX-XXI. Postula a apreciação de Marx e Engels de que as revoluções proletárias pós-1848 terão caráter comunista e, ao ocorrerem nos capitalismo nascidos de revoluções burguesas conservadoras, seriam *revoluções comunistas prematuras*, ocorrência que exigiria a formulação de uma teoria adequada à sua particularidade histórica. Tal fato fortalece ainda mais a necessidade de uma revolução democrática radical e popular como entrada na transição comunista, na qual a classe trabalhadora se transformaria em classe dirigente desse processo.

Através dessa opção revolucionária “o movimento comunista pode retomar seu veio emancipador, arrebatado pelas vicissitudes históricas de sua primeira fase, quando tentou superar o capital e as particularidades de suas nações capitalistas subordinadas do imperialismo e imersas na incompletude de seus capitalismo miseráveis”.

Com o intuito de contribuir para a realização dessas aspirações, observa-se que organizamos nesta décima edição uma variedade de textos, artigos, ensaios, resenhas e entrevistas, todos servindo ao propósito de estimular a reflexão e fortalecer posicionamentos críticos. Prossigamos, então, para uma breve apresentação do conteúdo desta edição.

Para compor esta edição, o Coletivo de Criação em Artes Gráficas e Audiovisual ‘*El Marrano de Barro*’ é apresentado por Ana Carolina Aguerri Borges como **Artista Convidado**. Fundado em 2013 pelos artistas Taira Rueda Cifuentes, Pablo Correa Gonzales e Mabel Novoa Chavez, o coletivo colombiano utiliza a arte gráfica para promover a luta social e defender os direitos da classe trabalhadora, abordando temas como resistência, memória e transformação social.

Na seção **Debate do Fim do Mundo**, o Professor Paulo Alves de Lima Filho inaugura com o texto “Um panorama do fim do mundo - a marcha forçada da ultradireita fascista contemporânea: a antidemocracia radical e os dilemas da democracia radical popular.” Esse ensaio analisa a ascensão da China como potência global, destacando possíveis reconfigurações na ordem mundial capitalista. O texto ressalta a dicotomia entre potências, como as ações dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia, a crescente polarização entre forças democráticas e antidemocráticas, concluindo com a relevância da luta pela emancipação humana diante dos desafios da crise estrutural do capital.



A seção **Artigos** apresenta cinco trabalhos que abordam diferentes perspectivas sobre o Fim do Mundo. Em "Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus", Adilson Gennari inicia um debate teórico sobre contribuições opostas ao crescimento populacional, resgatando as bases teóricas e políticas de ambos, relacionando-as com influências nos debates contemporâneos em economia e sociologia.

No artigo seguinte, Cláudio Rodrigues da Silva nos conduz ao México, mais precisamente à Chiapas, para explorar os desafios enfrentados pelo movimento zapatista na execução de seu projeto agroecológico. O autor destaca como o avanço da hidra capitalista representa um desafio crucial para o Zapatismo, promovido por diversos agentes estatais e/ou privados. Apesar das adversidades, o Zapatismo persiste na resistência, registrando êxitos na agroecologia e em outras esferas, constituindo-se como um obstáculo para a hidra capitalista ao longo de quatro décadas.

O artigo de Pablo Pereira da Silva, "Elementos estruturantes da indústria da reciclagem: limites e contradições do reaproveitamento de resíduos na sociedade capitalista", analisa a indústria da reciclagem na sociedade capitalista, destacando limites como a dependência de mercados de commodities, a responsabilidade desproporcional sobre os consumidores e práticas que priorizam o lucro em detrimento de considerações ambientais e sociais. O autor, apesar de reconhecer a importância da reciclagem na mitigação de impactos ambientais, propõe a necessidade de reformular a indústria, buscando soluções mais alinhadas com princípios de sustentabilidade e justiça social.

O quarto artigo, "Do social e do pedagógico: interlocuções sobre o programa de Animação Cultural entre os fazimentos de Darcy Ribeiro nos CIEPs-RJ (1983-1987)", escrito por Marcos Antônio Macedo de Chagas, aborda o programa de Animação Cultural desenvolvido por Darcy Ribeiro nos CIEPs do Rio de Janeiro entre 1983 e 1987. O programa visava fomentar a cultura e a participação social dos estudantes por meio de atividades artísticas. Utilizando entrevistas como base, o artigo analisa as interações entre as dimensões social e pedagógica do programa, destacando o impacto das atividades culturais na formação dos estudantes e sua relação com a sociedade. O texto reflete sobre as experiências dos estudantes, as mudanças na escola e a influência do programa no contexto educacional.

Em "O corte epistemológico de Freud: o continente-inconsciente", Lucas do Amaral discute o corte epistemológico proposto por Sigmund Freud e seu impacto na concepção de continente-inconsciente. O autor



argumenta que Freud introduziu uma nova forma de pensar sobre a mente humana ao propor a existência de um inconsciente que influencia e determina nossos pensamentos e comportamentos de maneira que não temos consciência. Esse corte epistemológico rompeu com as concepções tradicionais da mente como um continente consciente e trouxe à tona a ideia de que o verdadeiro conhecimento sobre a mente humana só pode ser obtido através da análise do inconsciente. O autor também discute a importância desse corte epistemológico para o desenvolvimento da psicanálise como uma nova forma de terapia e para a compreensão das neuroses e dos distúrbios psicológicos.

Na seção **Ensaio Crítico**, Mariane Gennari discute em "O colonialismo do século XXI: o contexto não é acessório para entender a realidade da Palestina/Israel" o atual conflito entre Israel e a Palestina, argumentando sobre a importância do colonialismo para compreender a região. A autora sustenta que a ocupação e opressão dos palestinos por Israel são manifestações modernas do colonialismo, com base na apropriação de terras, expropriação de recursos naturais e negação dos direitos básicos dos palestinos. Em seguida, Henrique Novaes traz uma reflexão importante sobre as recentes eleições na Argentina e a vitória do candidato de extrema direita, Javier Milei, em "A nova fase da ditadura do capital financeiro na Argentina: Javier Milei e os cantos da cigarra". O autor argumenta que, nessa nova fase da ditadura do capital financeiro na Argentina, Javier Milei desempenha um papel crucial, apresentando os argumentos teóricos e polêmicas que levaram à sua ascensão.

Na seção **Resenha**, Leonardo Dias Nunes apresenta a obra "A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização", republicada por Paulo Arantes em 2023. O autor relembra a crise aberta após a década de 1970 e argumenta sobre a atual impossibilidade de superação do subdesenvolvimento com o fim da tradição crítica brasileira.

Por fim, na seção **Entrevista**, há duas contribuições. Em "Capitalismo brasileiro, enfim a paz! com Maria A. Moraes: O trabalhador rural paulista e a produção do ser social", os entrevistadores do IBEC conversam com Maria A. Moraes, professora aposentada da UNESP, que atualmente compõe o corpo docente da UFSCAR. De maneira descontraída e ao mesmo tempo séria, a professora Maria Moraes leva a refletir sobre o trabalhador rural em suas múltiplas facetas: enquanto ser social, oposição ao operário urbano e ser desprovido de memória formal. Nesta trajetória, a entrevistada também conta sobre sua carreira pessoal e tece reflexões importantes sobre a



escravidão, feminismo, a esquerda atual, a questão agrária brasileira, entre outros. Em seguida, em "Cuba: a história e o presente por José Luís Rodrigues", Aline Miglioli nos leva às ruas de Havana em uma conversa com o Ex-Ministro da Economia de Cuba, José Luiz Rodríguez. A partir de uma retrospectiva sobre a sua vida pessoal, o entrevistado conta a história da Revolução Cubana desde a perspectiva de alguém que sempre esteve ao lado de Fidel Castro e lidando com uma das principais dificuldades do país: desenvolver sua economia sem contato com o mundo ocidental e lidando com o bloqueio econômico. Ao final, José Luiz ainda traz reflexões importantes sobre o Fim do Mundo, a esquerda mundial e o lugar da América Latina na luta de classes.

Dezembro de 2023.

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson Marques Gennari
Aline Marcondes Miglioli | Ivan Lucon Jacob | Zuleica Mizaél Vicente
e os Editores



30

Debate do Fim do Mundo



Um panorama do fim do mundo - a marcha forçada da ultradireita fascista contemporânea: a antidemocracia radical e os dilemas da democracia radical popular.

Paulo Alves de Lima Filho¹

31

Resumo

Este texto analisa a ascensão da China como uma nova potência global, enfatizando a perspectiva de uma reconfiguração na ordem mundial capitalista. Adicionalmente, explora a dicotomia existente entre diversas potências globais, notavelmente no contexto das ações promovidas pelos Estados Unidos e seus aliados, como o cerco e a possível guerra contra a Rússia. O autor também destaca a crescente polarização entre forças democráticas e antidemocráticas, marcada pelo avanço da ultradireita e pelo declínio do poder político do campo democrático conservador. Ademais, aborda a complexidade da transição da revolução russa para o socialismo em detrimento do comunismo, discutindo as implicações da revolução tecnológica e do surgimento do quarto órgão da máquina na configuração da ordem mundial. O texto conclui ressaltando a relevância da contenda pela emancipação humana diante dos desafios advindos da crise estrutural do capital.

Palavras-chaves: nova ordem mundial; ultradireita; comunismo; fim do mundo.

¹ Economista pela Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba" – Moscou - Rússia, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Coordenador Geral do IBEC. | palf1951@gmail.com



Resumen

Este texto analiza el ascenso de China como una nueva potencia global, haciendo hincapié en la perspectiva de una reconfiguración en el orden mundial capitalista. Además, explora la dicotomía entre diversas potencias globales, especialmente en el contexto de las acciones promovidas por Estados Unidos y sus aliados, como el cerco y la posible guerra contra Rusia. El autor también destaca la creciente polarización entre fuerzas democráticas y antidemocráticas, marcada por el avance de la ultraderecha y el declive del poder político dentro del campo democrático conservador. Además, aborda la complejidad de la transición de la revolución rusa hacia el socialismo en lugar del comunismo, y discute las implicaciones de la revolución tecnológica y el surgimiento del cuarto órgano de la máquina en la configuración del orden mundial. El texto concluye enfatizando la relevancia de la lucha por la emancipación humana ante los desafíos derivados de la crisis estructural del capital.

Palabras clave: Nuevo Orden Mundial; ultraderecha; comunismo; fin del mundo.

Abstract

This text analyzes the rise of China as a new global power, emphasizing the prospect of a reconfiguration in the capitalist world order. Additionally, it explores the dichotomy between various global powers, notably in the context of actions promoted by the United States and its allies, such as the encirclement and possible war against Russia. The author also highlights the increasing polarization between democratic and antidemocratic forces, marked by the advance of the far right and the decline of political power within the conservative democratic field. Furthermore, it addresses the complexity of the transition from the Russian revolution to socialism instead of communism, discussing the implications of the technological revolution and the emergence of the fourth organ of the machine in shaping the world order. The text concludes by emphasizing the relevance of the struggle for human emancipation in the face of challenges stemming from the structural crisis of capital.

Keywords: New World Order; ultraright wing; communism; end of the world.



I

A ascensão da China como nova grande potência do capital na arena mundial, em vias de superar economicamente os EUA, a primeira e mais antiga potência hegemônica, aponta para a possibilidade e necessidade de uma nova ordem mundial capitalista que melhor atenda às necessidades nacionais dos países a orbitar o campo imperialista assim como das economias maiores². Nova potência industrial e militar evoluída sob as asas de uma aliança com a potencia imperialista agora em declínio, vê-se agora a braços com a rejeição de seu novo estatuto de poder mundial, que flerta com a possibilidade de uma guerra imperialista contra si que necessariamente tomaria um caráter mundial.

II

Novas e velhas ordens de interesses mundiais passam a se posicionar de modo cada vez mais diferenciado diante do processo de ascensão da nova ordem. Todo o campo capitalista passa a evoluir em acréscimo de tensão até que surge uma nova composição de nações que passará a disputar a hegemonia mundial³.

III

Esta clivagem mundial acabará por produzir uma cisão no coração da potência imperial dominante entre o Partido Democrático e o Republicano dos EUA que, dada a força centrífuga de seus interesses universais, passará a

² GLAZIEV, Sergey. A última guerra mundial. EUA começa a guerra e perde. (2016): "Uma ampla integração euroasiática que inclua a Europa, a China e a Índia, bem como o Médio e Próximo Oriente, poderia tornar-se um poderoso fator estabilizador anti-guerra, ajudando a superar a crise económica global e a criar novas oportunidades de desenvolvimento. A parte pensante e mais responsável da comunidade mundial percebeu que, para evitar uma nova onda de confronto autodestrutivo e garantir o desenvolvimento sustentável, é necessária uma transição para um novo paradigma baseado nos princípios do respeito mútuo pela soberania, uma regulamentação global justa e mutuamente cooperação benéfica. A Rússia tem uma oportunidade histórica única para recuperar o seu papel como centro unificador global, em torno do qual um equilíbrio de poder fundamentalmente diferente começará a formar-se, uma nova arquitetura de relações monetárias, financeiras, comerciais e económicas globais baseadas na justiça, harmonia e cooperação em o interesse dos povos da Eurásia[265]". Vide Glazyev S. Integração Eurasiática como Direção Chave da Política Moderna da Rússia. - Revista Izborsk Club, nº 1, 2014

³ É o caso dos BRICS.



contaminar o alinhamento mundial de países e dentro deles, das forças mais ou menos adeptas da nova ordem. Entretanto, a estratégia de cerco e destruição da Rússia promovida pelo imperialismo dos EUA e seus aliados da União Europeia encontra-se em estágio de extrema exacerbação belicista, ao tentar completar o cerco daquele país incorporando a Ucrânia à União Europeia e nela podendo, então, colocar mísseis que minariam definitivamente a soberania nacional russa. Isso sem falar na organização do golpe de estado que deu início ao nacionalismo antirusso exacerbado e expansão do fascismo interno. A operação militar da Rússia contra a Ucrânia foi resultado da ação deliberada dos EUA para que ela ocorresse.⁴ Aliada ao cerco e destruição da Rússia está a tentativa de impedimento e possível reversão da hegemonia chinesa sobre a nova ordem internacional, o que eleva em muitos graus a ameaça de uma guerra mundial⁵.

IV

Tal situação se apresenta dotada de uma dinâmica avassaladora que, por seu turno, alterará, à direita e esquerda, os complexos ideológicos do pós II Guerra no sentido de polarizar de modo crescente dois campos de luta: um campo democrático e outro antidemocrático mais ou menos radical. No campo democrático observaremos a necessidade e extrema dificuldade de unidade operacional dessas forças alinhadas em graus distintos à ordem conservadora, ao passo que a unidade da ultradireita abandeirada sob a revolução antidemocrática, abrigará todas as correntes e matizes da ultradireita e conduzirá às portas do fascismo declarado. Ambas essas forças, entretanto, expressam estratégias alternativas de conservação e defesa da velha ordem mundial, de perenização da hegemonia norte-americana.

V

Tal polarização se apresenta no palco histórico como avanço da ultradireita e dos fascistas e perda crescente de poder político do bloco democrático conservador, até há pouco amplamente majoritário, tal como

⁴ SACHS, JEFFREY. A guerra na Ucrânia foi provocada - e por que isso é importante para alcançar a paz. <https://www.jeffsachs.org/newspaper-articles/wgtgma5kj69pbpdjr4wf6aayhrsxm>

⁵ CARVALHO, Bernardo. O impasse dos Estados Unidos diante da China, Revista Fim do Mundo nº 5, mai.-ago. 2021, p. 158-184; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>



ocorrera antes das primeira e segunda guerras mundiais⁶. A guerra genocida de Israel contra o Hamas e os palestinos, bem explica essa afirmação. Derivada da estratégia da ultradireita no poder de expandir o estado fascista aos limites da Grande Israel, ocorre com indisfarçado consentimento da potência imperialista dominante, ávida por novas fontes de energia⁷. A democracia conservadora se mostra hoje, tal como no século XX, incapaz de deter a barbárie fascista. As forças contrárias a este desfecho ainda são geralmente minoritárias.

VI

A dinâmica desse processo se apresentará como ascensão da ultradireita sob o empuxe de um projeto revolucionário regressivo, negador da democracia e da cultura democrática acumulada, em luta à morte contra a democracia conservadora, burguesa e impotente, decadente e frágil, incapaz de oferecer resistência à altura dos desafios impostos pelos bárbaros revolucionários da antidemocracia radical⁸.

⁶ Como breve ilustração, tomemos a ascensão do fascismo italiano, na obra de Antonio Scurati, *O homem da Providência*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2022, onde lemos que, em 1926: “O que resta da velha Itália, portanto, é pouca coisa. Alguns generais do Exército se mantêm afastados e ainda esperam do rei uma ordem que não será dada. No Senado, poupado da demolição do Estado liberal, apesar dos pequenos focos de desdém, nada consegue sacudir as múmias do Palazzo Madama do seu torpor. Na Câmara, os últimos seguidores de Giolitti se submetem ou se escondem. Até ontem, os opositores esperavam poder vencer com as armas legais o adversário que já havia vencido no campo da força. Ofuscados pelo mito da cautela, esperaram por anos uma jogada do rei e, nessa espera, se esgotaram. Agora a barra está limpa. Nas praças das cidades pequenas, procissões seguem atrás de imagens de Mussolini; na doto tirada recentemente no Sacrário do Castel Sant’Angelo, quatro marechais da Itália em uniforme de gala disputam um sorriso seu enquanto ele posa de cartola e fraque; os jornais do mundo inteiro competem entre si ao tecer elogios ao Duce, e os bajuladores italianos, pelo boca de Leo Longanesi, até começaram a difundir o slogan “Mussolini tem sempre razão”. (...) Eis o que resta da liberdade, daquela ilusão verbal oferecida aos ingênuos da qual tanto se fala na democracia.” (p.212-213).

⁷ CHOSSUDOVSKY, Michel *War and Natural Gas: The Israeli Invasion and Gaza’s Offshore Gas Fields*; <https://www.globalresearch.ca/indepthreport/palestine>.

⁸ LIMA FILHO, Paulo Alves, Adilson Marques Gennari, Fabio A. Campos *Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie*, Revista Fim do Mundo, nº5, mai.-ago. 2021, p. 21-76; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>



VII

No século XX, a Itália fascista e a Alemanha nazista foram modelos exemplares desse processo. Todo o campo das revoluções burguesas conservadoras europeias marchará ao fascismo ou a formas regressivas de sociedade, de Portugal à Alemanha, passando pelos Balcãs. O campo democrático conservador será derrotado pela ultradireita e seus países serão facilmente conquistados pelas hordas nazistas. Somente as forças revolucionárias e democráticas populares – comunistas, socialistas, anarquistas, católicos de esquerda – embora minoritárias e desunidas no início, souberam construir uma força bélica poderosa que enfrentará a ascensão do fascaismo com proposta de alcançar uma democracia popular e radical. Somente a Iugoslávia, com ajuda da URSS e dos aliados, sob a direção de Tito, derrotou o exército nazista contando com suas próprias forças.⁹ Não fosse o desfecho dos acordos de Yalta, que dividiram o mundo entre as potências aliadas vitoriosas depois do fim da II GM, o campo das democracias populares seria significativamente mais expandido¹⁰.

VIII

O papel do povo e Exército soviéticos foi decisivo para a vitória aliada e assim o projeto mundial do fascismo foi derrotado, à custa de dezenas de milhões de perdas humanas e incalculáveis perdas materiais. Tal como ocorrido no século passado, hoje a estratégia fascista é radicalmente antidemocrática e mundial, ao passo que a estratégia democrática não é radicalmente democrática e o campo revolucionário popular e democrático radical é hoje ainda mais frágil que seu congênere do século XX, sendo que para mal dos pesares, a estratégia vital de conquista de uma democracia popular radical como estratégia contra do fascismo foi há muito esquecida.

IX

São muitas as razões, atuais e passadas, para o esquecimento dessa estratégia. De modo primordial, está o fato de o nazi-fascismo colocar o anticomunismo e a liquidação da URSS como carro-chefe de sua estratégia. Isso fez com que o caráter antidemocrático radical do fascismo ficasse restrito à teoria fascista e aos sofrendores diretos dessa ordem social. Em

⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_lugoslava

¹⁰ Hobsbawn, Eric Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991 São Paulo, Cia da Letras, 1995 2ª edição, p. 224-225.



segundo, porém não menos importante razão, o fato de a teoria oficial soviética elege-se a construção do socialismo e não do comunismo, como momento central da evolução dessa sociedade, relegando o comunismo a um futuro indeterminado.

X

A negação da existência de um futuro cuja realização implicasse em superação da sociedade de classes presente, sempre foi ideologia da conservação a todo custo do passado. A evolução da sociedade europeia demonstra tal afirmação. O anticomunismo permanecerá sendo, desse modo, o centro da ideologia de afirmação do capitalismo como relação social eterna. A revolução russa, por sua vez, promoverá esquecimentos, lapsos historiográficos que obscureceram o processo histórico que contribuíram e ainda contribuem à criação de obstáculos ao movimento de emancipação dos trabalhadores.

XI

Para Marx e Engels, dada a particularidade de constituição da sociedade capitalista mundial, seja na Europa ou no Novo Mundo, poderia ocorrer, como de fato viria a ocorrer, revoluções proletárias em nações ainda não plenamente capitalistas, ainda longe de abrigarem revoluções imediatamente comunistas. Já no Manifesto Comunista de 1848 os jovens revolucionários abordam esta questão relativa à Alemanha, que realizaria uma revolução burguesa conservadora ocorrida na presença de um proletariado altamente desenvolvido, organizado e consciente, de tal forma que *“a revolução burguesa alemã será o prelúdio imediato de uma revolução proletária”*¹¹. Leia-se, uma revolução anticapitalista e comunista. Mais tarde ambos tratarão mais precisamente desse tema em várias oportunidades, em cartas a seus amigos e camaradas, precisando que dada a acomodação burguesa em sua revolução conservadora, era bem possível que os trabalhadores fossem levados ao poder na Alemanha e tivessem que promover uma revolução que ainda teria que resolver questões não-propriadamente proletárias até atingir estágio avançado de seu desenvolvimento, ou seja, ocorreria uma **revolução comunista prematura**

¹¹ MARX & ENGELS, OE, Moscú, Editorial Progreso, 1976 tomo I, p. 140



ainda não teorizada e que, para leva-la a bom termo, era imprescindível promover o surgimento dessa teoria¹².

XII

Essas revoluções populares e proletárias, *seriam revoluções democráticas radicais e já revoluções anticapitalistas*, que transitariam ao comunismo de uma forma particular, pois prematuras, o que pressupõe uma *longa transição*. Assim ocorreu com a revolução russa e, na segunda metade do século XX, temos os casos exemplares das revoluções iugoslava, chinesa e cubana. A transitariam, de fato, ao comunismo e não a outro tipo de sociedade, muito menos ao capitalismo, do qual eram negação.

38

XIII

Afirmar que transitariam ao comunismo implica exigir, obrigatória e consequentemente, protagonismo da classe trabalhadora, sua evolução como *classe*, seu controle do estado e da economia, de modo a garantir a expansão da emancipação dos trabalhadores e consequente decréscimo correlato do campo da mercadoria e, portanto, do capital.

XIV

Contudo, por azares da história, *esta transição não foi concebida como sendo comunista, mas, sim, socialista*, contrariando a posição de Marx e Engels sobre este assunto. Este é o sentido da observação de Marx no capítulo 4 de sua carta testamento¹³. Pior, esta revolução consolidou-se

¹² MARX & ENGELS, OC, T.28, Carta N. 42 F. ENGELS A IOSSIF WIEDEMAYER, 12 DE ABRIL DE 1853, p.486-493. Editora de Literatura Política, 2ªed. em russo, Moscou, 1962.

¹³ <http://www.marxists.org>: Crítica ao Programa de Gotha, escrita como carta aos dirigentes alemães em 1875: "(...) Pergunta-se, então: por que transformação passará(19*) o sistema de Estado numa sociedade comunista? Por outras palavras, que funções sociais permanecem aí, que sejam análogas às funções atuais do Estado? Há que responder a esta pergunta apenas cientificamente, e também não se fica de um salto de pulga mais perto do problema pela combinação, em mil maneiras, da palavra povo com a palavra Estado.

Entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. Ao qual corresponde também um período político de transição cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado. (retornar à nota nº 1)



teórica e praticamente como sendo uma transição ao socialismo, forma teórica exaltadora e maximizadora do papel do estado e sua real emancipação vis a vis a vital hegemonia trabalhadora na transição comunista, assim reduzida à sua *alienação dessa transição*. O resultado foi a *inexorável transição ao capitalismo* ao invés da transição comunista. Esta é a verdadeira razão do fim da URSS e da experiência contemporânea da sociedade chinesa, assim como do fim das sociedades socialistas do leste europeu.

XV

Também é esta a razão da falência do comunismo político, da perda de sua outrora grande influência no movimento operário e entre as vanguardas intelectuais de todo o mundo. As consequências do abandono e repressão das tarefas da emancipação proletária pelo estado socialista e partido comunista seu reitor, cuja expressão sintética é a *teoria da revolução socialista* e a operação de transmutação desta em suposta continuação da herança de Marx, minaram radicalmente o prestígio do movimento emancipador e da revolução que o expressa.

Ora, o programa nem se ocupa do último nem do futuro sistema de Estado da sociedade comunista.

As suas reivindicações políticas não contêm senão a velha litania democrática, conhecida de toda a gente: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, exército do povo, etc.(...) São reivindicações altissonantes que, uma vez que não sejam exageradas em representação fantástica, estão já realizadas. Só que o Estado ao qual elas pertencem não está dentro das fronteiras do Império alemão, mas na Suíça, relacionos Estados Unidos, etc. Esta espécie de «Estado do futuro» é Estado hodierno, se bem que existindo fora «do quadro» do Império alemão.(...) Uma vez que se não tem a coragem(21*) — e sabiamente, pois as condições pedem precaução — de reclamar a república democrática, como os programas operários franceses fizeram, sob Louis-Philippe e sob Louis-Napoléon — também não havia que ter-se refugiado nas fintas <nem «honradas(22*)», nem dignas> de reclamar coisas que só têm sentido numa república democrática de um Estado que **não é senão um despotismo militar, burocraticamente entivado, policialmente guardado, recamado com formas parlamentares, misturado com acrescentos feudais e, ao mesmo tempo(23*), influenciado já pela burguesia, <e, ainda por cima, de assegurar a esse Estado que se imagina poder impor-lhe semelhantes coisas «por meios legais»!>.** Esta citação abreviada bem explica a posição já citada de Engels em 1853 (citação nº 7). Note-se a evidente filiação desta posição de Marx com o ensaio de Lenin, O estado e a revolução.



XVI

Deriva daí o bloqueio, temporário, porém de média duração, da vertente emancipadora das lutas de classes, dado a maioria dos adeptos do polo contemporâneo mais radical desta ter como proposta universal monocórdica a revolução socialista, declarada santo e senha do futuro, desconhecendo mediações, ou seja, uma maior apreciação de momentos particulares e singulares do processo histórico, das situações nacionais.

XVII

Exemplo vivo do afirmado acima foi o ocorrido com a Revolução Cubana. De início, sucederam-se apreciações desabonadoras da luta dos jovens guerrilheiros, sejam as denunciadoras de seu caráter pequeno-burguês, assim como as da suposta pouca visão histórica do processo – do esquecimento do socialismo- ou da impossibilidade de vitória dado não estar dirigida por um partido comunista. Vitoriosa a revolução, apresentou-se ao mundo como *revolução democrática popular e radical*. Vetada em seguida pelo imperialismo dos EUA, ela viu-se constrangida a assumir seu rumo anticapitalista e anti-imperialista. Entretanto, de acordo com a ideologia oficial da experiência soviética, autoproclamou-se socialista, como se tratasse de um sinônimo de comunista.

XVIII

Ora, uma e outra denominação são radicalmente diferentes. A transição ao socialismo pressupõe a emancipação do estado e a transição comunista, a emancipação dos trabalhadores. Só esta última estaria de acordo com Marx, podendo chama-la de revolução comunista, *ainda que tenha pela frente uma longa e difícil transição, por ser prematura*. A proclamada via socialista necessariamente conduz a um pós-capitalismo que transita a um novo patamar do capitalismo, tal como ocorreu na ex-URSS e todos os demais ex-países socialistas europeus. Não ocorreu ainda em Cuba, dado o caráter profundamente popular e anti-imperialista da revolução. A China, por seu lado, optará por ser um capitalismo de estado fortemente controlado pelo partido comunista, e uma potência bélica – semelhante ao que Lenin sugerira à Rússia soviética após a NEP – e, a certa altura, após Mao, naturalmente abraçará o abandono do exercício do internacionalismo proletário e da pregação revolucionária comunista (ou socialista, melhor dizendo). A Coreia do Norte optará por um comunismo de guerra defensivo,



dado viver ainda em armistício com sua outra metade capitalista subordinada aos EUA.

XIX

Rússia, muito embora capitalista, pobre e miserável nos marcos neoliberais ainda vigentes¹⁴, obriga-se a ser uma potência bélica, pois centro nevrálgico do cerco imperialista sobre si, voltado à sua liquidação, conquista e desmembramento. A operação militar especial defensiva da Rússia contra Ucrânia e a frente única imperialista contra a Rússia já é, de fato, como sabemos, o desenrolar-se da IV Guerra Mundial, movida pela OTAN contra a Rússia¹⁵. Nova guerra mundial dentro da Guerra infinita proclamada pelos EUA como sendo necessária para a manutenção a ferro e fogo da ordem mundial capitalista sob a sua exclusiva hegemonia.

41

XX

Guerra cujo centro motivador será o desejo imperialista de liquidar o eixo Rússia-China, que por sua vez, por via do extraordinário crescimento do poderio econômico chinês, congregará em torno de si um novo bloco de nações, desejoso de autodeterminar-se e, assim, liquidar a subordinação imperial dos EUA e seus aliados. O nascimento do BRICS e, agora, a sua expansão, ao que parece tendente a expandir-se ainda mais, revela a emergência de um bloco concorrente à hegemonia mundial e os desatinos da potência declinante¹⁶.

XXI

Guerra derivada da perda de hegemonia dos EUA sobre a ordem mundial, impactada irreversivelmente pela revolução tecnológica derivada da expansão da microeletrônica nos processos produtivos, que resultará no

¹⁴ BUZGALIN, V. A. Economia russa: pobreza, estagnação, alternativas. Revista Fim do Mundo, nº9, jan.-jun. 2023, p.175-189; <https://www.elibrary.ru/item.asp?id=49289699>

¹⁵ ADAMS, Mike World War III Has Already Begun, but the Truth Is Being Withheld from the Public Until the Very Last Moment, Natural News.com 23 set 2022. Global Research, August 27, 2023; <https://globalresearch.ca/indepthreport/nuclear-war>.

¹⁶ FIORI, J. L.: Os desatinos da potência que perdeu o rumo, <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/os-desatinos-da-potencia-que-perdeu-o-rumo/>



surgimento do 4º órgão da máquina¹⁷, do nascimento de *novo capital produtivo* (financeirizado, é claro) e, conseqüentemente, de novas forças produtivas já incapazes de realizar seu pleno desenvolvimento dentro dos marcos do capital, sentido maior da sua crise insuperável¹⁸.

XXII

Daí resultará um fantástico desenvolvimento dessas novas forças produtivas a abalar definitivamente o reino da mercadoria e, conseqüentemente dos mercados, sob a forma de verdadeira guerra do capital contra os trabalhadores¹⁹. Processo que conduzirá inexoravelmente ao desemprego em massa e, aliado à opção pelo capital financeiro e abandono do Estado do Bem Estar, à miserabilização e degradação mundial dos trabalhadores, à expansão da fome e guerras civis dilacerantes, ao tsunami de refugiados atravessando fronteiras e continentes, à violência urbana desenfreada ligada à expansão das máfias e milícias e à redução consciente do universo da emancipação social²⁰ e, conseqüentemente, à expansão da antidemocracia radical e ao fascismo como sua expressão ideológico-política ancestral²¹. Aliado a isso, o trânsito da crise ambiental do estágio de catástrofe ao de colapso, a colocar em perigo a existência da vida no planeta²².

¹⁷ BACCHI, Sérgio A crise geral do capital, Revista Fim do Mundo, nº1, jan.-abr. 2020, p.23-38; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

¹⁸ LIMA FILHO, Paulo Alves A emergência do novo capital, in Ianni, Octavio, Ladislau Dowbor, Paulo E. Almeida Resende Desafios da globalização Vozes, Petrópolis, 1998 p.237-247.

¹⁹ ANTUNES, Ricardo O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital SP, Boitempo, 2018.

²⁰ FISHER, MAX A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo; DA EMPOLI, GIULIANO Os engenheiros do caos São Paulo, Vestígios, 2019

²¹ MATTEI, Clara The capital order. How economists invented austerity and paved the way to fascism” The University of Chicago Press, 2022

²² Marques, Luiz Entrevista à Revista Fim do Mundo nº5, mai.-ago. 2021, p.358-381; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM> ; VON WERLHOF, CLAUDIA & Geoengineering Is Wrecking Our Planet and Humanity; <https://www.globalresearch.ca/global-war-ning-geoengineering-is-wrecking-our-planet-and-humanity/5753754>



XXIII

Estamos portanto a falar sobre o avanço da ultradireita, da contrarrevolução mundial, através de seus veios políticos bélico e institucional, cujo centro é a fratura política norte-americana e o persistente bloqueio da via democrática revolucionária popular radical e, como *razão maior* dessas ocorrências, a perda de dinamismo de seu capitalismo²³ devido à sua impossibilidade de acompanhar a marcha da revolução tecnológica do novo capital produtivo financeirizado, pautada pela sucessão de etapas escaladas pelo quarto órgão da máquina.

43

XXIV

Em nosso vasto mundo neocolonial, dos nossos capitalismos da miséria, a situação é mais dramática do que a vivida na Europa. Ali, os trabalhadores ainda têm meios mais poderosos de resistência, embora o fascismo político avance. Na América Latina, o bloco da ultradireita, pregador da ultra subordinação aos EUA e do império absoluto do capital financeiro, do desmantelamento das políticas sociais e consequente incremento da miséria e regressão social, a marcha da revolução democrática popular radical está bloqueada. O avanço das esquerdas por dentro da democracia conservadora é sempre instável, pois a contraofensiva reacionária é sempre implacável. Constatemos a marcha à direita da revolução bolivariana²⁴, as dificuldades da revolução boliviana²⁵, o surpreendente processo democrático chileno²⁶ e a extrema dificuldade dos

²³ MASON, Paul Capitalismo. Um guia para o nosso futuro São Paulo, Cia das Letras, 2017

²⁴ GUERRERO, Modesto Emilio Que busca el gobierno Maduro? Revista Fim do Mundo n° 9, jan.-jun. 2023, p.256-260, jan.-jun. 2023; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

²⁵ LINERA, García Álvaro Moderação prejudica a esquerda. Deixou e transformar para administrar; <https://dialogosdosul.operamundi-ALVARO-GARCIA-LINERA/>; MOLINA, Fernando Evistas versus

Arcistas. Guerra abierta en el MAS boliviano, Nueva Sociedad No 307, septiembre-octubre de 2023, ISSN: 0251-3552, <https://www.nuso.org>

²⁶ CARAMORI, Patricio Soto Chile, 1520 días, de la ilusión a la esperanza. Revista Fim do Mundo n°9, jan.-jun. 2023, p.246—255; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>



avanços democráticos da América Central e do México²⁷, a imprevisibilidade da política argentina²⁸ e extrema fragilidade da democracia conservadora no Brasil²⁹. Enquanto a democracia conservadora é defensiva relativa ao fascismo, este encontra-se na ofensiva, é revolucionário, promove a revolução da ultradireita (forma específica da contrarrevolução, portanto).

XXV

O obscurecimento da revolução popular democrática radical como antessala da revolução comunista prematura revela-se poderosa força conservadora, a imprimir sua marca no zigzaguar dos avanços democráticos em nossas nações. Não nos esqueçamos que a revolução é a principal força de contenção da barbárie capitalista, fator civilizador de primeira linha. O espectro do comunismo a abrigar-se nas massas operárias obrigou o capitalismo a abraçar o estado do bem-estar social no século XX, como resposta ao prestígio da URSS no pós - II Guerra. Por sua vez, o fim da URSS permitiu-lhe desfazer-se dele e marchar à guerra contra todas as forças que se opunham ao império unilateral dos EUA e do novo capital financeiro na ordem mundial que se seguiu, em sua *mundialização neoliberal*.

XXVI

Desse modo, desimpedir o caminho da revolução democrática popular e radical e do comunismo revela-se não uma plataforma retórica, mas, sim, uma estratégia política central para o alcance de uma nova era de emancipação social, de paz e preservação da vida em nosso planeta comum.

²⁷ JOSEPH, Lazaro C.R y Miriam G.de Moraes Nicarágua e o fracasso das tentativas de revolução colorida no período de 2018 a 2023; Revista Fim do Mundo nº9, jan.-jun. 2029, p. 100-138; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>

²⁸ AHARONIAM, ARAM Argentina. La ultraderecha avanza, el bipartidismo retrocede, el dinosaurio sigue ahí - Resumen Latinoamericano_files in Resumen Latinoamericano, agosto de 2023; <https://nuso.org>

²⁹ LIMA FILHO, Paulo Alves Alguns elementos de economia política da reindustrialização: o caso do Brasil. Revista Fim do Mundo, nº9, jan.-jun. 2023, p. 22-29; <http://www.revistas.marilia.unesp.br/php.RFM>



Epílogo

O colapso da sociabilidade sob o capital e a necessidade da emancipação humana

O surgimento do novo capital produtivo sob a forma do quarto órgão da máquina estabelece o centro vital do colapso dessa relação social. A microeletrônica, ao permitir a superação técnica das limitações da etapa anterior da revolução industrial, promove nela uma outra revolução, revolução tecnológica que levará ao surgimento desse novo capital produtivo financeirizado e, conseqüentemente, de novas forças produtivas cuja expansão não terá mais limites técnicos, mas, pela primeira vez na história do capital, limites sociais. Estas novas forças produtivas, para seu pleno desenvolvimento, exigirão novas relações sociais, se verão impedidas de expandir-se em quantidade e qualidade, na dimensão de sua potencial dinâmica adquirida. Esta subversão da ordem do capital impregnará todos os processos da reprodução social e se apresentará como crise do capital ou sua crise estrutural. Tal subversão, dentre outras dimensões, colocará a humanidade no limiar de sua extinção, seja pela conquista da multiplicada capacidade bélica³⁰, seja pela subversão das condições climáticas de existência da vida humana, seja mais recentemente, pela conquista da capacidade multiplicada de retroagir os degraus sociais emancipatórios já percorridos pela sociedade humana através da ilimitada capacidade de abdução intelectual pela mentira, pelo produção planejada e sistemática do caos, permitida pelo fenômeno da multiplicação das redes sociais até o momento institucionalmente incontrolláveis. Ao rebaixamento intelectual e degradação das relações sociais, incluída a educação, resulta o ressurgimento de uma era de barbárie. Sob tais condições e processos adversos de descivilização declarada, a luta pela emancipação humana adquire centralidade dramática, absoluta, inadiável, imperiosa.

São Paulo, 20 de dezembro de 2023.

³⁰ CHOSSUDOVSKEY, Michel "Preemptive Nuclear War": The Historic Battle for Peace and Democracy. A Third World War Threatens the Future of Humanity, Global research, julho 2023, <https://globalresearch.ca/indepthreport/ukraine.report>



Artigos



Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus

Adilson Marques Gennari¹

47

Resumo

As teorias da população de Malthus e Marx são diametralmente opostas. Na primeira, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral. Já na segunda, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

Palavras-chave: Karl Marx; Thomas Malthus; teoria da população.

Resumen

Las teorías poblacionales de Malthus y Marx son diametralmente opuestas. En el primero, idealista, la dinámica poblacional está determinada subjetivamente y sus determinantes son de carácter individual y principalmente moral. En el segundo, materialista, la dinámica depende de los elementos del proceso histórico objetivo: la lucha de clases, la productividad del trabajo, la composición orgánica del capital, la acumulación del capital y sus contradicciones.

Palabras clave: Karl Marx; Thomas Malthus; teoría de la población.

Abstract

The population theories of Malthus and Marx are diametrically opposed. In the first, idealistic, population dynamics are subjectively determined and its determinants are of an individual and mainly moral nature. In the second, materialist, the dynamics depend on the elements of the objective historical process: the class struggle, labor productivity, the organic composition of capital, capital accumulation and its contradictions.

Keywords: Karl Marx; Thomas Malthus; Theory of Population.

¹ Economista, doutor em Ciências Sociais – IFCH-UNICAMP. Professor aposentado do Departamento de Economia da UNESP Araraquara. | gennariadilson@gmail.com



Introdução

48

Entre várias teorias que abordam a questão da reprodução da população humana em sociedade, seus determinantes e consequências, duas chamam a atenção, tanto pelo poder persuasivo, quanto pela aceitação geral como pressuposto de várias correntes de pensamento, passando pelas mais variadas áreas das ciências sociais e biológicas. As influências são fantásticas nas ciências sociais principalmente na economia e na sociologia. Mais recentemente as chamadas ciências ambientais foram muito influenciadas e algumas de suas áreas aceitaram quase que como verdade universal os pressupostos da teoria da população de Malthus. Tudo isso torna socialmente relevante uma visita aos elementos centrais das teorias de dois clássicos do pensamento universal sobre o assunto. Assim, nosso objetivo nesse ensaio é apresentar, ainda que sumariamente, alguns elementos das contribuições clássicas do pensamento sobre população do economista político inglês Thomas Malthus e do filósofo e economista alemão Karl Marx. Ambas as teorias são tanto polêmicas quanto inspiradoras e iluminam os estudos e debates até os dias que correm. É interessante notar desde logo que se trata de duas teorias heurísticamente, metodologicamente e filosoficamente opostas. De um lado temos a reflexão subjetivista e idealista de um economista e sacerdote cristão, representante de uma importante fração da classe dominante, e de outro lado, a reflexão objetivista e materialista de um filósofo maldito em seu tempo e considerado representante do proletariado ou da classe oprimida.

1. As ideias de Thomas Robert Malthus sobre a população

Thomas Robert Malthus (1776-1834) desenvolveu suas reflexões numa época de grandes transformações econômicas e sociais. Basta dizer que ele foi contemporâneo, como Ricardo, dos desdobramentos da revolução industrial inglesa. Naquele contexto, a jornada de trabalho das crianças inglesas durava de 14 a 18 horas com direito a poucos minutos para a refeição. Os protestos e motins se alastraram por toda a primeira metade do século XIX. Naquele contexto, Malthus reservou para si a tarefa de refletir sobre como melhorar a sociedade e assim colocou no centro de suas preocupações a questão da reprodução da população e da possibilidade de crise de superprodução na sociedade contemporânea, tornando-se assim referência clássica obrigatória nos estudos de população



e da dinâmica do capitalista até os dias que correm. Um pressuposto importante da elaboração malthusiana sobre a população é que a população tinha sempre que ser mantida ao nível dos meios de subsistência. Segundo o autor em análise, o melhoramento da sociedade dependia do equilíbrio entre a população e os meios de subsistência e desse modo tornava-se primordial compreender quais os fatores que possibilitariam tal equilíbrio.

Tendo em vista os argumentos de Adam Smith, Hume e Wallace, Malthus elaborou o que chamou de seus postulados. Nas palavras de Malthus: “creio que posso razoavelmente colocar dois postulados. Primeiro: que o alimento é necessário à existência do homem. Segundo: que a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu presente estado” (Malthus, 1982, p. 56).

Uma vez aceitos os postulados acima como razoáveis, Malthus supôs que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente superior à capacidade da terra de produzir os meios de subsistência necessários. Assim, Malthus apresenta suas principais ideias sobre o princípio da população, segundo o qual “a população, quando não obstaculizada, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética. Uma ligeira familiaridade com números mostrará a imensidade da primeira capacidade comparativamente à segunda” (Malthus, 1982, p. 57).

Desse modo, a discrepância entre os aumentos da população e dos víveres implicava em obstáculo ao crescimento da população, que operaria constantemente e adviria da dificuldade de manutenção da subsistência. Segundo Malthus, “essa desigualdade natural das duas capacidades, da população e da produção da terra, e aquela grande lei de nossa natureza que deve manter constantemente seus efeitos iguais, formam a grande dificuldade que me parece insuperável no avanço da perfectibilidade da sociedade” (Malthus, 1982, p. 58).

Nesse sentido, dado o argumento contundente pode-se concluir contra a perfectibilidade da massa de seres humanos. Malthus entende que num estado de grande igualdade e virtude, onde prevalescessem costumes puros e simples e onde os meios de subsistência fossem tão abundantes que nenhum setor da sociedade pudesse ter quaisquer temores acerca de prover amplamente uma família (...) o aumento da espécie humana seria evidentemente muito maior do que qualquer aumento até agora conhecido. (Malthus, 1982, p. 59)

Os estudos de Malthus sobre a realidade dos Estados Unidos da América lhe trouxeram elementos empíricos para suas teses sobre a



população. Segundo ele “nos Estados Unidos da América, (...) verificou-se que a população dobra a cada vinte e cinco anos. (...) Esta taxa de crescimento (...) será tomada como nossa regra” (Malthus, 1982, p. 59). E ao comparar tal taxa de crescimento populacional com o crescimento dos alimentos, por exemplo, da Inglaterra, Malthus entendeu que “repartindo-se mais a terra e por grandes encorajamentos à agricultura, o produto dessa ilha possa ser dobrado nos primeiros vinte e cinco anos. (...) É impossível supor que o produto pudesse quadruplicar nos vinte e cinco anos seguintes” (Malthus, 1982, p. 59).

Finalmente Malthus conclui que o aumento da espécie humana só poderia ser mantido comensurável ao aumento dos meios de subsistência “pelo constante funcionamento da possante lei da necessidade, que age como um obstáculo sobre o poder maior” (Szmrecsányi, 1982, p. 61).

A discussão de Malthus sobre população alimentou seus argumentos acerca da polêmica lei de amparos aos pobres de seu tempo. Nesse aspecto particular, há uma obsessão moral de Malthus contra os costumes da classe operária, principalmente no que tange ao hábito de tomar cerveja. Essas ideias de Malthus inspiraram muitos economistas conservadores modernos na elaboração de suas teorias acerca da impossibilidade e inutilidade de uma política de bem-estar social que tivesse no seu cerne a distribuição de renda. Para que distribuir renda se os pobres amorais gastariam todo o acréscimo de renda em futilidades, vícios e orgias. Seria melhor manter a renda concentrada pois pessoas frugais iriam poupar o excedente que transformar-se-ia em investimentos e progresso geral da sociedade. Nós na periferia brasileira conhecemos bem as teorias do crescimento do bolo.

Nesse aspecto, é relevante observarmos o tratamento dispensado por Malthus à questão da lei dos pobres na Inglaterra, segundo o qual “a fim de remediar os frequentes sofrimentos dos pobres têm sido instituídas leis para impor sua assistência; e a Inglaterra distinguiu-se particularmente no estabelecimento de um sistema geral desse tipo. É de se temer, todavia, que, embora isto possa ter aliviado um pouco a intensidade da desgraça individual, tenha espalhado o mal num âmbito muito maior” (Malthus, “Sobre as leis de amparo aos pobres”. In: Szmrecsányi, 1982, p. 66).

Segundo Malthus, se por uma subscrição dos ricos, os pobres passassem a receber uma assistência um pouco maior, poder-se-ia imaginar que eles seriam capazes de viver melhor com um nível de consumo de alimentos maior. Para Malthus esta seria uma conclusão totalmente falsa na medida em que a elevação dos rendimentos dos pobres acarretaria um



aumento na demanda por víveres e conseqüentemente uma elevação nos preços dos alimentos. Assim, o que parecia benefício aos pobres se transformaria em malefício para o conjunto da sociedade. Além disso, o aumento das “riquezas fantasiosas” criariam estímulo ao aumento da população. O aumento do consumo somado ao aumento da população teria como conseqüência a fome. Segundo Malthus, o mercado seria o indicador mais adequado para o estabelecimento dos preços e principalmente para o preço da mão-de-obra. Assim, “o preço da mão-de-obra, quando deixado encontrar seu nível natural, é um barômetro político dos mais importantes, expressando a relação entre a oferta e a demanda de provisões, entre a quantidade a ser consumida e o número de consumidores” (Malthus, “Sobre as leis de amparo aos pobres”. In: SZMRECSÁNYI, 1982, p. 74).

A ajuda paroquial e quaisquer benefícios aos pobres decorrente das leis de amparo aos pobres seriam prejudiciais a toda a sociedade também, pois ao distribuir parte da renda aos necessitados, que logo consumiriam toda a ajuda, poderia provocar, além do aumento da demanda, uma diminuição da poupança da sociedade, ou seja, “uma ascensão geral dos salários proporcional ao preço das provisões, ajudada por subsídios paroquiais adequados aos despedidos, por impedir qualquer tipo de poupança, causaria, da mesma maneira que um máximo, o consumo total em nove meses de uma safra que deveria ter durado doze e, assim, produziria a fome” (Szmrecsányi, 1982, p. 76).

Desse modo, toda a ajuda aos pobres não passava de uma ilusão, pois sua conseqüência inevitável seria o aumento da fome uma vez que além da elevação dos preços em função do aumento da demanda, ainda teríamos, com a aceleração do consumo, a eliminação dos estoques e de toda a produção de víveres antes mesmo que pudessem ser repostos no tempo e assim teríamos a piora para o conjunto da população. Parece que Malthus entende que a distribuição de renda conseqüente da ajuda aos pobres redundaria necessariamente em malefício para o conjunto da sociedade e, portanto, todas as leis de amparo aos pobres deveriam ser abolidas em benefício de todos.

Os argumentos de Malthus são contundentes e ganharam muitos adeptos. Para Malthus, as leis inglesas de amparo aos pobres tendem a deprimir a condição geral dos pobres das duas seguintes maneiras. Sua primeira tendência óbvia é aumentar a população sem aumentar a comida para seu sustento. (...) Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumidas nas casas de trabalho por uma parte da sociedade que não



pode, em geral, ser considerada como a mais valiosa diminui a porção que, de outra forma, pertenceria a membros mais industriosos e valiosos e, assim, da mesma maneira, força mais gente a se tornar dependente.

Os pobres trabalhadores vivem o presente e nunca se preocupam em economizar e fazer poupança. Com essa visão moral acerca dos pobres e com esse argumento Malthus conclui que os trabalhadores, mesmo quando “têm oportunidade de economizar, raramente a utilizam; mas, falando de maneira geral, tudo o que ganham acima de suas necessidades presentes vai para a cervejaria” (Szmrecsányi, 1982, p. 78).

A única alternativa para se evitar o aumento da população e o aumento da pobreza seria primeiro “a abolição gradual e muito gradual das leis de amparo aos pobres.” (Szmrecsányi, 1982, p. 94); e segundo, “prudência no casamento, que é o único meio moral de evitar um excesso de trabalhadores em relação à demanda” (Szmrecsányi, 1982, p. 96).

É evidente que a argumentação de Malthus não levava em consideração que o aumento da oferta de alimentos poderia minimizar os efeitos deletérios das pressões de demanda decorrentes do aumento da renda dos pobres. Tal aumento poderia advir tanto da introdução de tecnologias modernas no campo como também pela própria elevação da taxa de lucro em função da demanda reprimida decorrente do aumento da renda dos pobres. Mesmo assim, o aumento da oferta de alimentos somente pode se transformar em realidade considerando o médio e longo prazo.

2. As ideias de Karl Marx sobre a população

Para Karl Heinrich Marx (1818 – 1883) a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. A mercadoria é uma coisa que satisfaz necessidades humanas materiais e espirituais. Tais coisas úteis podem ser consideradas sob duplo aspecto: segundo a qualidade e quantidade. A utilidade de uma coisa faz dela valor-de-uso.

Como medir a grandeza do valor de uma mercadoria? Por meio da quantidade da substância criadora de valor nela contida: o trabalho. A quantidade de trabalho abstrato, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração. Assim, para Marx, o valor é determinado pelo tempo de trabalho abstrato, socialmente necessário para a produção e reprodução de uma mercadoria. Deve-se considerar o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.



Assim, para Marx, quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menos seu valor. Assim, a grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade do trabalho que nele se aplica. A teoria do valor-trabalho de Marx possui uma singularidade. Partindo da ideia de que há algo em comum em todas as mercadorias e esse “algo” é o trabalho social abstrato, a teoria do valor de Marx caminhou para uma reflexão acerca do fetichismo da mercadoria, pois, para Marx, na sociedade produtora de mercadorias, “a igualdade dos trabalhos humanos fica dissimulada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores” (Marx, 1980, p. 80), ou como mercadorias que possuem valor.

Para Marx, uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. “o que interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua. Na medida em que costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho” (Marx, 1980, p. 83).

O fetiche da mercadoria quer dizer que a “determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias” (Marx, 1980, p.84).

A crítica da economia política de Smith e Ricardo aparece com nitidez quando Marx avança em sua análise da determinação do valor e do fetiche da mercadoria. Segundo Marx, “só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor.” (Marx, 1980, p.84) O dinheiro, por sua vez, é o equivalente geral, em valor, de todas as mercadorias, por isso, “essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência” (Marx, 1980, p.84).

Marx entende que o comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital. O capital é uma relação social de dominação, onde o trabalho morto, realizado ou cristalizado nas mercadorias, se apodera do trabalho vivo, ou aquele que está a produzir o valor.



A fórmula simples da circulação do capital, representada por $M - D - M$, onde a mercadoria é trocada por dinheiro e este, por sua vez, trocado por outra mercadoria, possui uma forma mais complexa ao lado dela representado por $D - M - D$, onde o dinheiro que se movimenta e desta vez como capital.

A fórmula geral da acumulação do capital, no entanto, é representada da seguinte maneira: $D - M - D'$, onde ($'$) é a mais-valia ou o valor que é acrescido aos custos no processo de produção. A mais-valia é o trabalho não pago, representado por aquela parte do valor das mercadorias que excede o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do valor da própria força-de-trabalho. É preciso considerar que a força-de-trabalho é também uma mercadoria, apesar de ser uma mercadoria especial cujo consumo do valor-de-uso significa a própria produção do valor. Vamos supor que a jornada de trabalho seja de oito horas e o valor da força-de-trabalho seja de quatro horas, isto significaria que a taxa de exploração, representada pela divisão do trabalho excedente pelo trabalho necessário seria de 100%, ou seja, seria de 4 horas. Este sobre-trabalho ou trabalho não pago é o excedente econômico gerado pelos trabalhadores na atividade econômica social e apropriado pelos capitalistas, que são os proprietários do capital e, portanto, das mercadorias ao final do processo de produção. Segundo a lei do valor de Marx, somente o trabalho humano é capaz de produzir valor e nas condições históricas do capital assume a forma de trabalho abstrato produtor de mercadorias. A mais-valia, ou trabalho não pago, é a origem, portanto, do lucro, do juro e da renda da terra, na medida em que para Marx o excedente econômico só pode advir da esfera da produção e, portanto, não do comércio nem tão pouco da usura.

A mais-valia pode ser absoluta, se sua origem for a extensão da jornada de trabalho, ou pode ser relativa, se nascer da redução do trabalho necessário. O trabalho necessário é aquele relativo ao valor da mercadoria força-de-trabalho, isto é, o tempo que os trabalhadores gastam para produzir o valor de si mesmos. Quando a produtividade geral da sociedade aumenta, significa que os valores unitários das mercadorias diminuem. Isto ocorre também com o valor da força-de-trabalho e uma vez que o trabalho necessário diminui, - mantendo-se a mesma jornada de trabalho -, a parte representada pelo trabalho excedente naturalmente cresce. Assim, para Marx, os capitalistas podem se apropriar de um trabalho excedente maior em função dos investimentos recaírem relativamente mais em tecnologia ou em capital constante do que em capital variável.



Ao transformar seu dinheiro em capital, o capitalista tem como custo o capital constante (máquinas e matérias primas, por exemplo) e capital variável (a força-de-trabalho) e a relação em valor dessas categorias é a chamada composição orgânica do capital. Para Marx “a acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável”. (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 730)

Este aumento constante da composição orgânica do capital ocorre que com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força-de-trabalho, mas em proporção cada vez menor. Sedo a procura de trabalho determinada pela magnitude do capital variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global.

Sendo assim, a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, “que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 731). Esta é a chamada lei da população peculiar ao modo de produção capitalista. Esta “população supérflua” constitui o exército industrial de reserva que pode ser flutuante (ligado ao ciclo), latente (relativo à penetração do capital no campo), estagnada (o que hoje em dia chamamos de precarização do trabalho) e o mais profundo sedimento, relacionado, por exemplo, à indigência. Por isso, conclui Marx, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é a lei da população peculiar ao modo de produção capitalista”. (Marx, 1980, livro I, vol 2, p. 732)

Considerações finais

Malthus afirmou que a população, quando não contida por catástrofes naturais ou pela fome e miséria, cresceria em progressão geométrica e os alimentos cresceriam, na melhor das hipóteses, em progressão aritmética. O melhor remédio para o controle da explosão populacional, derivada das pulsões humanas, seria o controle moral, a contenção sexual e o adiamento dos casamentos.

Marx advertiu que, na medida em que aumenta a acumulação de capital, tem-se concomitante aumento dos investimentos em capital constante (máquinas, equipamentos, etc) relativamente maior do que em



capital variável (salários) na medida em que os capitalistas objetivam o lucro e buscam reduzir seus custos (salários) ou aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora. No processo ocorre o permanente aumento da composição orgânica do capital e a classe trabalhadora vai produzindo, a si mesma, como classe supérflua. Isto significa que para Marx a acumulação de capital necessita cada vez menos de trabalho vivo. O capital, que é uma relação social historicamente definida e contraditória, cria uma população de acordo com suas necessidades.

É possível afirmar, à guisa de conclusão, que as teorias da população de Malthus e Marx são diametralmente opostas. Na primeira, idealista, a dinâmica da população é determinada subjetivamente sendo seus determinantes de caráter individual e principalmente moral. Já na segunda, materialista, a dinâmica depende dos elementos do processo histórico objetivo: a luta de classes, a produtividade do trabalho, a composição orgânica do capital, a acumulação de capital e suas contradições.

Referências

- MALTHUS, Thomas Robert. "Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições" e "Sobre as leis de amparo aos pobres" In: TSZMRECSÁNYI, Tamás. (org.) Thomas Robert Malthus. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 24, São Paulo: Ática, 1982.
- MARX, Karl. O Capital: contribuição à crítica da economia política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. O Capital: contribuição à crítica da economia política. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. História do Pensamento Econômico. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

Recebido em 09 set. 2023 | aceite em 06 nov. 2023.



Agroecologia e educação no projeto Zapatista: articulações em defesa da Madre Tierra

Cláudio Rodrigues da Silva¹

57

Resumo

Com o subsídio de pesquisa empírica, bibliográfica e documentais, neste texto tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre desafios enfrentados pelo Zapatismo (Chiapas – México) para a execução do seu projeto agroecológico. Esse Movimento enfrenta condições adversas para a consecução do seu projeto agroecológico, devido ao avanço, em seus territórios e seus entornos, de projetos de desenvolvimento econômico de variados portes, pautados por perspectivas incompatíveis com a agroecologia. Por outro lado, o Movimento, não sem contradições e condições adversas, registra casos exitosos, implementando variadas iniciativas para a execução do seu projeto agroecológico, que, além da produção de alimentos saudáveis, visa a defesa da Madre Tierra, objetivo esse imbricado com a questão dos Direitos Humanos.

Palavra-chave: Movimento Zapatista; Agroecologia; Educação autônoma.

¹ Doutor em Educação pela UNESP-Marília. Desenvolve pesquisa sobre Formação de professores, Educação Inclusiva e Educação em Movimentos Sociais. Integra o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (PPGE/FFC/UNESP). | claudio.rodrigues-silva@unesp.br



Resumen

Con la ayuda de investigación empírica, bibliográfica y documental, el objetivo de este texto es presentar apuntes sobre los desafíos que enfrenta el Zapatismo (Chiapas, México) en la ejecución de su proyecto agroecológico. Este Movimiento enfrenta condiciones adversas para la ejecución de su proyecto agroecológico, debido al avance, en sus territorios y sus alrededores, de proyectos de desarrollo económico de diversa envergadura, basados en perspectivas incompatibles con la agroecología. Por otro lado, el Movimiento, no sin contradicciones y condiciones adversas, registra casos exitosos, implementando diversas iniciativas para la ejecución de su proyecto agroecológico, que, además de la producción de alimentos sanos, apunta a la defensa de la Madre Tierra, objetivo imbricado con la cuestión de los Derechos Humanos.

Palavras-chave: Movimento Zapatista; Agroecología; Educación autónoma.

Abstract

With the help of empirical, bibliographical and documental investigation, this paper aims to present notes on the challenges faced by Zapatismo (Chiapas - Mexico) in the execution of its agroecological project. This Movement faces adverse conditions for the implementation of its agroecological project, due to the advance, in its territories and their surroundings, of economic development projects of various sizes, guided by perspectives incompatible with agroecology. On the other hand, the Movement, not without contradictions and adverse conditions, registers successful cases, implementing various initiatives for the execution of its agroecological project, which, besides the production of healthy food, aims at the defense of Madre Tierra, an objective imbricated with the issue of Human Rights.

Keywords: Zapatista Movement. Agroecology. Autonomous education.

Introdução

A questão ambiental – em acepção ampla, ou seja, em seus variados aspectos – configura-se como um dos mais relevantes e prementes temas em debate na atual conjuntura. Em âmbito planetário, ocupa, com singularidades e não sem disputas e contradições, espaço privilegiado nas agendas de Estados nacionais, organismos internacionais e organizações não estatais. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2022), assim como iniciativas outros organismos internacionais e sujeitos coletivos, exemplifica isso a partir de perspectivas hegemônicas. A questão ambiental tem implicações diretas e indiretas com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma pauta imbricada com a questão dos Direitos Humanos.



Diversos posicionamentos e iniciativas teórico-práticas levadas a termo por movimentos sociais críticos ou contra-hegemônicos – em especial aqueles compostos por povos originários ou tradicionais – de diferentes matrizes político-ideológicas e localidades do mundo também evidenciam a importância e a urgência desse tema a partir de outras perspectivas. Essa questão envolve diversos fatores, articulados ou não entre si, e resulta em diferentes posicionamentos e proposições teórico-práticas, dentre elas, a agroecologia (ÁVILA-ROMERO, 2007, GUHUR; TONÁ, 2012, NOVAES; SANTOS, 2019, PEREIRA *et al*, 2023, TAIBO, 2009).

Villafuerte-Solís (2015, p. 15) aponta que

No se puede ocultar que hoy estamos frente a nuevos problemas: no se trata sólo de una crisis de producción, de pérdida de autosuficiencia y de soberanía alimentaria, sino también de una crisis de los campesinos y de la sociedad rural —que se refleja en la pobreza, el hambre y la migración—, y de una crisis ecológica. Se trata de una crisis global que está poniendo en riesgo la supervivencia misma del planeta.

Conforme Novaes e Santos (2019, p. 213),

A agroecologia começa a ganhar força no cenário latino-americano a partir da década de 1980. Desde então, vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios. A agroecologia vem sendo assumida como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores e trabalhadoras que se produzem e se reproduzem no campo.

O Movimento Zapatista², composto majoritariamente por povos indígenas de diferentes etnias, atuante no Estado de Chiapas, região Sudeste do México, empenha-se na luta pela defesa da *Madre Tierra*, mobilizando, para isso, de maneira articulada – o que remete a debates sobre a totalidade e a intersetorialidade –, as diversas áreas do seu projeto político,

² Aguirre Rojas (2018), entre outros autores, com o objetivo inclusive de diferenciar o Zapatismo primevo, do início do século XX, do Zapatismo contemporâneo, apresenta este como “Neozapatismo” ou “Neozapatistas”, porém, esse Movimento apresenta-se como “Zapatistas” ou Zapatismo (SILVA, 2019).



principalmente a agroecologia e a educação autônoma (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, DAL RI, 2017, SILVA, 2019).

Neste texto tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre aspectos de alguns dos desafios e contradições enfrentadas pelo Zapatismo para levar termo o seu projeto de agroecologia, devido ao avanço dos projetos pautados por perspectivas desenvolvimentistas. Enfatizam-se, neste texto, os denominados (mega)projetos³ e determinadas políticas implementadas – com variações, conforme a conjuntura, a correlação de força, os móveis, os sujeitos, dentre outros fatores envolvidos – pelo Estado mexicano, a partir do Levante Zapatista, em 1994.

Esses dados são decorrentes de pesquisa bibliográfica, documental e empírica (DEMO, 1988, TRIVIÑOS, 1987) realizadas em territórios rebeldes autônomos zapatistas, bem como em territórios e comunidades adjacentes. A pesquisa teve como objetivo principal analisar aspectos da educação autônoma em acepção *lato*. Por documentos, são entendidos os materiais em sua íntegra e sem interpretações ou ainda passíveis de serem submetidos a outras análises. Como bibliografia, são entendidos textos escritos inclusive a partir de documentos. No que se refere às partes documental e bibliográfica, os procedimentos básicos foram o levantamento, a leitura, a análise e a interpretação dos materiais atinentes aos temas abordados. Em relação à parte empírica, foram adotados como procedimentos metodológicos elementares a observação e a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, tanto individuais quanto coletivas, entre 2017 e 2018.

Agroecologia no Zapatismo

O Zapatismo é um Movimento antissistêmico atuante no Estado de Chiapas, região Sudeste do México. Esse Movimento, não sem contradições e condições adversas, detém autonomia conquistada sobre seus territórios – compostos por comunidades, municípios e zonas autônomas –, que têm autoridades próprias, constituídas pelos zapatistas. Esses espaços são denominados territórios autônomos rebeldes zapatistas (AGUIRRE ROJAS, 2012, BARBOSA, 2015, BRANCALEONE, 2015).

³ Não raramente os megaprojetos são mais recorrentes na literatura atinente, bem como em entrevistas, devido às suas dimensões e proporcionais impactos. Entretanto, projetos de menores dimensões também têm diversos desdobramentos para comunidades por eles afetadas, em termos tanto de relações sociais quanto ambientais.



Esse Movimento também se destaca pelas suas áreas da autonomia ou, em outras palavras, frentes de atuação, como a agroecologia, a saúde, a educação, a justiça e as autoridades autônomas, denominadas *buen gobierno*, responsáveis pelo governo dos territórios autônomos em conformidade com os princípios do *mandar obedecendo*, inerente à concepção zapatista de mundo (ÁVILA-ROMERO, 2007, BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, CHRISTLIEB, 2014, SILVA, 2019).

O Zapatismo tornou-se internacionalmente conhecido após realizar, em 1994, o Levante armado, declarando guerra ao governo federal mexicano e apresentando suas demandas. As demandas zapatistas foram, inicialmente, 11: trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Posteriormente, o Movimento adicionou duas, que são informação e cultura, totalizando, dessa forma, 13 demandas (AGUIRRE ROJAS, 2008, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Várias dessas demandas têm relações diretas ou indiretas com a temática da agroecologia que, por sua vez, é imbricada com a concepção zapatista de mundo e com as culturas dos diversos povos indígenas que o compõem (BARBOSA, 2015, SILVA, 2019). O Zapatismo, como pontuado, tem diversas frentes de atuação, denominadas áreas da autonomia, das quais se destacam, para o objetivo deste texto, a educação, a saúde e a agroecologia. Cada uma dessas áreas tem seus respectivos promotores, que são os promotores de educação, os promotores de saúde e os promotores de agroecologia, que coordenam e apoiam as autoridades autônomas e as comunidades zapatistas em assuntos direta ou indiretamente relacionados com os seus campos de atuação (SILVA, 2019).

Considerando-se o que apontam Altieri (1999), Guhur e Toná (2012), Novaes *et al* (2015), entre outros autores, a agroecologia contrapõe-se à produção pautada lógica do capital e, por conseguinte, pelos princípios da Revolução Verde e do agronegócio – em especial no que se refere ao uso de agrotóxicos e outros insumos químicos prejudiciais à natureza e, portanto, à vida humana.

Segundo Altieri (1999, p. 9),

En la búsqueda por restablacer una racionalidad más ecológica en la producción agrícola, los científicos del agro han descuidado un punto clave en el desarrollo de una agricultura más autosuficiente y sustentable: el conocimiento profundo de la naturaleza del agroecosistema y los principios que regulan su funcionamiento. Basado en nuevos resultados de



investigación y descubrimientos prácticos, se intenta en esta nueva edición de reenfatizar la importancia de la agroecología como una disciplina que provee los principios ecológicos básicos para estudiar, diseñar y manejar agroecosistemas que sean productivos y conservadores del recurso natural, y que también sean culturalmente sensibles, socialmente justos y económicamente viables.

Conforme Novaes *et al* (2015, p. 196),

Principalmente a partir dos anos de 1980, com o avanço destrutivo do capital e, conseqüentemente, a mercantilização de todas as esferas da vida, começaram a surgir diversos conflitos na América Latina em torno da terra, água, sementes, energia elétrica, petróleo, gás, educação, trabalho, dentre outros. No Sul do Brasil, por exemplo, a destruição dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas da Via Campesina contra a *Syngenta Seeds* (multinacional suíça), podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento dos movimentos sociais na nova ofensiva do capital. Essas lutas ocorreram principalmente em reação a destruição das sementes crioulas, ao papel que a ciência e a tecnologia desempenham no sociometabolismo do capital e em função do controle que as multinacionais exercem em todas as dimensões da vida dos trabalhadores.

A agroecologia configura-se como uma das principais áreas da autonomia zapatista, seja pela sua importância para a dimensão material mais imediata, por exemplo, a produção de alimentos saudáveis e a proteção da natureza, seja pela sua relevância para a dimensão simbólica – indissociável da dimensão material –, pois esse Movimento tem uma concepção *muy otra* de relação com a *Madre Tierra*. Isso tem imbricações diretas com a questão da saúde, uma das áreas da autonomia.

A produção agropecuária dos zapatistas varia, conforme diversos fatores, entre eles, as características geográficas do território e as decisões das comunidades e/ou famílias. Envolve, por exemplo, a criação de animais, tais como, bovinos, suínos e galináceos, bem como o cultivo de café, banana, abóbora e, principalmente, milho. Uma das características-chave da produção zapatista é o respeito aos princípios agroecológicos, em especial a não utilização de agrotóxicos e outros produtos químicos prejudiciais à natureza e à saúde. Além disso, são adotados procedimentos para a recuperação e a preservação da fauna, das florestas e das águas. Para isso, o



Movimento mobiliza, de forma articulada ou intersetorial, as suas diversas áreas da autonomia.

Mora (2023, p. 57) entende a *milpa* – espaço de cultivo de produtos alimentícios – como elemento central do projeto de autonomia zapatista e enuncia alguns aspectos das suas práticas agrícolas, entre eles:

[...] reinventar las técnicas agrícolas, retomando los conocimientos de los ancianos y lo aprendido en intercambios agroecológicos. Uno de los primeros acuerdos de las asambleas fue prohibir la tala de árboles y el uso de pesticidas y fertilizantes químicos para que los bosques y los terrenos pudieran recuperarse tras años de deforestación.

Segundo Baschet (2022, p.1),

Em suas terras, os zapatistas desenvolvem uma agricultura campesina revitalizada – agroecologia, eliminação dos pesticidas comerciais, defesa das sementes nativas –, cujo objetivo é a autossustentância familiar, mas também a autossustentância coletiva, isto é, a capacidade de sustentar materialmente a construção da autonomia. Não se trata apenas de defender a agricultura campesina, mas de expandi-la pelos milhares de hectares de terras cultiváveis ocupadas depois do levante de 1994. Isso permitiu criar novas cidades, além de desenvolver formas inéditas de trabalho coletivo que trariam recursos para os projetos constitutivos da autonomia. Para os zapatistas, a recuperação massiva das terras – seu principal meio de sustento – é a base material que torna possível a construção da autonomia. À dimensão dominante de autossustentância acresce-se a cultura de pequenos lotes familiares de café, comercializado sobretudo pelas cooperativas zapatistas e pelas redes internacionais de difusão solidária, cuja receita permite às famílias comprar bens que não são produzidos pelas comunidades.

O Zapatismo compartilha, de diversas maneiras, aspectos das suas experiências, inclusive as relativas à produção econômica, apresentando tanto os avanços quanto os desafios e condições adversas. Ressalta-se o caráter educativo dessas iniciativas e os esforços do Movimento com vistas à consolidação e à ampliação da solidariedade e da cooperação internacional



entre movimentos, coletivos e outras formas de organização pautadas por perspectivas contra-hegemônicas (BRANCALEONE, 2015, SILVA, 2023).

Para o Zapatismo, a Terra, em conformidade com as concepções de mundo dos povos indígenas que o compõem, é a *Madre Tierra*, portanto, a fonte da vida. Dessa maneira, ela não se resume a um meio de produção ou a um *objeto* a ser explorado, irresponsável ou irrestritamente, conforme os desejos ou necessidades humanas (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Já para o sistema do capital, a natureza, logo, o Planeta Terra, resume-se a uma espécie de almoxarifado ou estoque de matérias-primas a ser saqueado para a produção de mercadorias e, as classes trabalhadoras, mera força de trabalho a ser explorada visando à máxima acumulação de capital. Conforme Novaes (2018, p. 143), “As ‘corporações-monstro’ estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores”.

Dessa forma, a temática da agroecologia, que é indissociável das demandas e das demais áreas da autonomia zapatista, é uma das razões das lutas desencadeadas por esse Movimento contra o *mal gobierno*, ou seja, o governo mexicano em seus diferentes níveis, e contra a *hidra capitalista*, isto é, o sistema do capital. Novaes (2018, p. 151) aponta que “[...] sem uma completa desmercantilização da sociedade e sem soberania alimentar, não há agroecologia”.

TLCAN e a guerra de contra-insurgência

Para as finalidades deste estudo, destacam-se dois fatores que, além de, em última instância, terem relações entre si, têm, também, relações com outros quesitos não tratados neste texto, devido ao seu escopo. Um desses fatores é a entrada em vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). O outro é a guerra de contra-insurgência – também apresentada em bibliografia atinente como guerra de baixa intensidade –, levada a termo pelo Estado mexicano contra o Movimento Zapatista e seus apoiadores ou simpatizantes (BORSTEL, 2013, GALINDO DE PABLO, 2015).

O TLCAN foi assinado em 1992 pelos governos do México, Canadá e Estados Unidos da América, país idealizador e principal beneficiário desse Tratado, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 1994, data em que ocorreu o Levante Zapatista.



Entre os principais objetivos enunciados do TLCAN estão a progressiva eliminação de todas as restrições alfandegárias e de investimentos entre os países membros, possibilitando a livre circulação de bens e serviços nos seus territórios, assim como a proteção da propriedade intelectual. Esses e outros fatores garantiriam, em tese, o dito livre comércio em toda a América do Norte (TLCAN, [199-]). Conforme enunciado no TLCAN, os objetivos visados são:

- a) eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes;
- b) promover condiciones de competencia leal en la zona de libre comercio;
- c) aumentar sustancialmente las oportunidades de inversión en los territorios de las Partes;
- d) proteger y hacer valer, de manera adecuada y efectiva, los derechos de propiedad intelectual en territorio de cada una de las Partes;
- e) crear procedimientos eficaces para la aplicación y cumplimiento de este Tratado, para su administración conjunta y para la solución de controversias; y
- f) establecer lineamientos para la ulterior cooperación trilateral, regional y multilateral encaminada a ampliar y mejorar los beneficios de este Tratado (TLCAN, [199-], p. 2 – destaques não originais).

A implementação dos objetivos desse Tratado demandou reformas estruturais, especialmente alterações na legislação federal mexicana que visaram adequar política, econômica e culturalmente a realidade desse país às exigências do denominado livre comércio para fins de expansão ou intensificação do mercado capitalista globalizado. As reformas da legislação federal foram um dos primeiros e imprescindíveis passos para realizar essa adequação (CHRISTLIEB, 2014, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

Algumas das reformas foram realizadas ainda no contexto de assinatura e do início de vigência do Tratado. Outras foram realizadas posteriormente. Essas reformas são, em última análise, inter-relacionadas entre si e resultaram em impactos negativos para a ampla maioria das classes trabalhadoras no México. Entretanto, a reforma que teve maior repercussão entre povos indígenas nesse país, principalmente entre os zapatistas, foi a relacionada ao artigo 27 da *Constitución Política* mexicana,



que trata do *Marco Legal Agrário*, reformado em 1992 em decorrência do TLCAN (CHRISTLIEB, 2014, EZLN, 1994, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

A reforma desse artigo garantiu as condições legais para a fragmentação e exploração capitalista dos *ejidos*, um regime de propriedade comunal de terras indígenas no México até então, por força da legislação federal, protegidas, inalienáveis, indivisíveis e não comercializáveis. Nos *ejidos*, o trabalho e a tomada de decisões ocorriam coletivamente, conforme as instâncias deliberativas de cada território (FUSER, 1995, EZLN, 1994, MONTEMAYOR, 2009).

Em consonância com os objetivos do TLCAN, foi necessário reformar a Constituição mexicana para tornar as terras *ejidales* – ou seja, propriedades comunais indígenas – passíveis de serem de variadas formas privatizadas e exploradas, direta ou indiretamente, em especial por corporações transnacionais para finalidades de execução de (mega)projetos, principalmente o extrativismo.

Conforme Villafuerte-Solís (2015, p. 15),

Hoy, en tiempos de neoliberalismo, la crisis adquiere nuevos rasgos que se expresan en la profundización de la pobreza estructural y en la nueva pobreza, la exclusión social, el hambre, las migraciones internas e internacionales, así como la instauración del neoextractivismo como un modo de acumulación que destruye de forma acelerada los recursos productivos, contamina el ambiente, genera violencia y pone en riesgo la vida de miles de seres humanos.

Já no contexto da aprovação da reforma do Artigo 27, os zapatistas, assim como outras organizações indígenas em resistência, tinham ciência de que essa reforma significaria o fim da remota possibilidade de se demandar, pelas vias legais, terras, com base no dispositivo da reforma agrária, que teve pífios impactos práticos em Chiapas. Significaria, também, a extinção das garantias legais de proteção das terras *ejidales*.

A abertura irrestrita do mercado e a transformação das terras *ejidales* em terras passíveis de comercialização implicaram (e continuam a implicar) diversos impactos negativos para os povos indígenas no México e foram alguns dos principais motivos do Levante Zapatista que, conforme Borstel (2013) e Galindo de Pablo (2015), resultou, dentre outras reações do Estado mexicano, na guerra de contra-insurgência.



El concepto de Guerra de Baja Intensidad es ampliamente conocido en Centroamérica a partir del proceso de intervencionismo de los EEUU en la región, que se dio durante la década de los 80 y al cual en México, se le dio amplia difusión, a partir del levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional de Chiapas, en 1994 y sus denuncias ante las tácticas represivas del gobierno. Posteriormente diversos movimientos sociales como la APPO en Oaxaca y luchas en defensa del territorio como San Salvador Atenco en el Estado de México y la Parota en Guerrero, también son objeto de prácticas similares, no únicamente de violencia física y judicial, ejercida por parte de los cuerpos de seguridad del estado, sino también sujetos a un sin número de tácticas de violencia simbólica, psicológica y de intimidación, que utilizan las diversas autoridades y las corporaciones militares y policiales en contra de la movilización popular, la reivindicación de los derechos humanos o cualquier manifestación que este en contra de los intereses del propio estado y las corporaciones que lo gestionan (BORSTEL, 2013, p. 4-5).

Essa guerra, levada a termo contra o Zapatismo e as comunidades aliadas ou simpatizantes desse Movimento decorre de fatores políticos, econômicos e culturais, entre eles, as condições legais necessárias para a consecução do TLCAN. Ela envolve diversas táticas, ao longo de sua execução. Uma delas implicou implementação de determinadas políticas, recorrentemente apresentadas por entrevistados como apoios governamentais, que envolveram (e continuam a envolver) diferentes aparelhos de Estado e medidas. Ávila-Romero (2007, p. 532-533) aponta que

Con el cambio de gobierno federal, el primero de diciembre del año 2000, cambió la estrategia del régimen hacia las comunidades zapatistas. Pasó de una actividad eminentemente político-militar, a otra enfocada en el aspecto económico, dado que se impulsaron fuertemente los apoyos productivos y económicos para organizaciones independientes y oficiales que no simpatizaban con el zapatismo, aunado al mapeo que personal de la Secretaría de Desarrollo Social había efectuado en ubicar a las comunidades que no recibían apoyo oficial.



Entre essas táticas, destacam-se as políticas contra a fome e a pobreza levadas a termo pelo México (VERGARA QUIJADA, 2021, VILLAFUERTE-SOLÍS, 2015).

Otro factor importante que se considera, para el establecimiento del entorno obesogénico, es el papel del Estado, quien, a través de los años, derivado del contexto nutricional y alimentario precario que se vivía entonces, promovió con acciones y estrategias, estilos de vida, el consumo de ciertos alimentos, y recomendaciones nutricionales, por lo cual se impulsó el consumo de alimentos de origen animal y derivados lácteos, a pesar de su costo elevado.

[...]

Para la década de los ochenta, el Gobierno promueve incluso la incorporación de productos como Coca-Cola a la Canasta Básica y en el afán de una economía abierta, ciertos programas sufren modificaciones, se reducen o desaparecen; por ejemplo, para el sexenio de 1994-2000 dieron inicio los programas de transferencia condicionada a grupos específicos de la población y se incluyen en ellos aspectos de alimentación y nutrición y es precisamente para el año 1999 que la Encuesta de Salud, pone de manifiesto por primera vez los altos índices de sobrepeso y obesidad en el país, lo que hace posible, plantear su inclusión en los Planes Nacionales de Desarrollo, para comenzar a combatir esta enfermedad (VERGARA QUIJADA, 2021, p. 11).

O fornecimento de produtos industrializados, especialmente alimentos ultraprocessados, afetam hábitos alimentares típicos das culturas indígenas locais, além de gerarem resíduos sólidos não orgânicos resultantes de embalagens desses produtos, não raramente descartadas na natureza.

Ressalta-se ainda que, após o Levante Zapatista, o Estado mexicano instalou, temporária e/ou definitivamente, diversos órgãos estatais nos territórios rebeldes e seus entornos – em especial bases militares, que impactam direta e indiretamente na geração de variados tipos de resíduos.

Além disso, no que se refere a alimentos ultraprocessados, ressalta-se que parte significativa deles utiliza produtos transgênicos, combatidos pelo Movimento, que se pauta pela perspectiva da agroecologia. Aliás, a circulação e o consumo desses produtos são um desafio para os zapatistas



que, além de se empenharem pela preservação das culturas indígenas, que incluem a culinária, preza pela saúde de seus integrantes.

Com a intensificação das políticas neoliberais e o ingresso do México no TLCAN, registrou-se um expressivo aumento na incidência de sobrepeso, obesidade e determinadas enfermidades inter-relacionadas com essas questões, em especial entre povos indígenas, que passaram por mudanças abruptas em termos de alimentação (VERGARA QUIJADA, 2021, VILLAFUERTE-SOLÍS, 2015).

Villafuerte-Solís (2015, p. 15) destaca que

El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) colocó a México bajo una peligrosa dependencia y le obligó a un cambio en el patrón de consumo alimentario que está generando mayor subordinación al mercado con efectos en la salud: somos el primer país en el mundo con problemas de obesidad infantil; la primera causa de muerte es la diabetes; en la ciudad y en el campo se consume cantidad de refrescos y productos procesados con escaso o nulo valor nutricional, y en muchos hogares rurales se ha sustituido el consumo de maíz por harina, lo que ha generado una dependencia del mercado y ha posicionado a las empresas productoras de harina, tales como MASECA, MINSA, AGROINSA y HARIMASA.

Nesse sentido, segundo Vergara Quijada (2021, p. 7),

En este mismo contexto, aparece en el escenario mexicano, la firma en 1992 del Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLCAN), el cual pretendía que México tuviera mayor apertura económica y con esto se permitió, una vez que entró en vigor en 1994, la entrada de mercancías y productos de bajo nivel nutricional destinado al consumo popular.

Ainda em relação aos resíduos sólidos não orgânicos, ressaltam-se também os decorrentes dos agrotóxicos e outros produtos químicos. Tem-se, assim, um duplo impacto ambiental, ou seja, as embalagens descartadas de maneira inadequada e os resíduos de produtos nelas contidos, que podem tanto contaminar a natureza quanto gerar riscos imediatos ou mediatos à saúde – seja em caso de reaproveitamento indevido seja pelo descarte inadequado.

Outro fator que também resulta em significativos impactos negativos para o projeto zapatista é o desenvolvimento de grandes obras –



recorrentemente mencionadas em entrevistas como megaprojetos – nos territórios autônomos rebeldes zapatistas e/ou em suas imediações:

Algumas das características-chave e comuns aos megaprojetos são diversos impactos negativos, principalmente para as populações que vivem nas áreas afetadas ou no seu entorno imediato: deslocamentos forçados (a rigor, expulsões), destruição da natureza, intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho, danos à saúde, assédios e violências psicológicas ou físicas, assassinatos, entre outras diversas ilegalidades ou violações dos Direitos Humanos (SILVA, 2018, p. 128).

Destaca-se, porém, que projetos de menores portes também resultam em impactos análogos aos dos megaprojetos, ainda que em escalas reduzidas. Essas obras, de iniciativas estatais ou privadas, envolvem vários setores da economia e têm impactos não somente para a área da agroecologia, mas para o projeto zapatista em sua totalidade.

O turismo também se configura como uma política estatal de promoção do desenvolvimento econômico de determinadas regiões ou cidades, em especial aquelas oficialmente classificadas como *Pueblos Magicos*. O turismo e outros projetos ditos de desenvolvimento econômico tendem a – sem desconsiderar a questão da arrecadação financeira – gerar, concomitantemente ou não, diversos impactos negativos para comunidades locais, em especial para comunidades indígenas rurais. No que se refere à natureza, são impactos relativos à degradação dos espaços naturais, uso de produtos transgênicos, a utilização ou o descarte de diversos tipos de produtos químicos (inclusive de uso pessoal), a geração de resíduos sólidos não orgânicos, dentre outros. Isso implica vários desafios para o projeto agroecológico zapatista.

Apontamentos apresentados por Valle Cornavaca (2022, p. 17) contribuem para exemplificar aspectos dessa questão:

Por ejemplo, la demanda de productos no tradicionales en la localidad ha generado la introducción de productos empacados ya sea en latas, plástico, vidrio, entre otros; lo que genera una mayor cantidad de residuos inorgánicos que se acumula alrededor de los campamentos. A pesar de que hay señalización que solicita al turista llevarse sus residuos, estos siguen aumentando conforme llegan más visitantes puede



deberse a varios factores: no hay conciencia por parte de los turistas y no existe voluntad de parte de las guías turísticas de enseñar y obligar a seguir normas de conducta ya que ambos actores son externos a la localidad. En algunas ocasiones, los turistas llegan a llenar los contenedores de residuos sólidos en los campamentos con aquellos desechos que van cargando de otros lugares y, si no encuentran un basurero, se les hace más fácil tirarlos al piso, alrededor de las cabañas. Con el viento o en caso de que algunos animales los encuentren, pueden llegar hasta los ríos o al interior de la selva contaminando la selva y el agua [...].

Vale destacar que determinadas comunidades não possuem infraestrutura, por exemplo, de saneamento básico, adequada para lidar com outros tipos de resíduos e impactos resultantes do turismo em larga escala.

Algumas comunidades empenham-se para deterem a gestão do turismo em seus territórios e, assim, controlarem a sua execução e seus impactos, tanto no que se refere às relações sociais no interior dos seus territórios, quanto no que tange a seus impactos ambientais. Partindo do que aponta Valle Cornavaca (2022), há diferentes concepções de turismo, com variadas implicações, seja no que se refere mais diretamente à dinâmica social das comunidades, seja no que tange mais diretamente aos impactos ambientais, dimensões essas que, em última análise, têm imbricações viscerais entre si. Ainda segundo essa autora,

El turismo comunitario, por su parte, se basa en el principio de la participación comunitaria en la gestión, desarrollo y retribución del producto turístico, al mismo tiempo que fomenta la organización de la comunidad para contrarrestar los efectos negativos producidos por ciertos modelos turísticos implementados en los países con desarrollo tardío [...]. Es en este esquema que se inserta el turismo indígena (VALLE CORNAVACA, 2022, p. 4).

Durante as recorrentes viagens realizadas por este autor, principalmente para deslocamentos entre diferentes territórios rebeldes, e também nesses territórios ou suas adjacências, foi constatada a expressiva quantidade de embalagens plásticas – em especial de uma determinada



marca de refrigerantes⁴ – descartadas de forma inadequada em variados espaços, tais como, ao longo das estradas em meio à vegetação nativa e pontos turísticos, como, por exemplo, balneários, cascatas e rios. Os esforços de algumas comunidades para a gestão dos resíduos sólidos não orgânicos eram insuficientes ou ineficazes, haja vista a inexistência de coleta sistemática e de equipamentos para a realização da reciclagem. Algumas comunidades, para se livrarem deles, promoviam, não sem expressos constrangimentos, a incineração dos resíduos gerados ou descartados nos respectivos territórios.

Problemas referentes à gestão dos resíduos sólidos não orgânicos em áreas rurais são destacados por Valle Cornavaca (2022, p. 18):

Por otra parte, no se ve interés por parte de gobierno de abrir un centro de reciclaje o de proveer el servicio de recolección de residuos, por lo tanto, los lacandones han visto como una salida eficaz la quema de estos, en donde se pueden encontrar desechos como papel, envases de plástico, papel de baño, toallas sanitarias, entre otros. Esta solución se enfoca en no amontonar o almacenar desperdicios, pero a largo plazo ocasiona un daño mayor ya que se generan toxinas que atentan contra los seres humanos y el ambiente. Al mismo tiempo que al introducir productos industriales no solo se modifican patrones de consumo de la comunidad sino también de los animales endémicos quienes escarban en los desechos en busca de comida y en ocasiones pueden llevar los residuos al interior de la selva, lo que termina contaminado el área protegida.

Portanto, por um lado, o consumo por zapatistas e não zapatistas de produtos industrializados ou ultraprocessados, o crescimento do turismo e a realização dos (mega)projetos, por outro lado, a inexistência ou a insuficiência de projetos eficazes de gestão de resíduos resultantes das

⁴ Aspectos de problemas e polêmicas em torno da reciclagem têm ganhado cada vez mais espaço na mídia hegemônica inclusive. Para fins de exemplificação, vale mencionar produções mais recentes, por exemplo, da BBC News Brasil – “Documentário BBC: As promessas plásticas da Coca-Cola” <https://www.youtube.com/watch?v=EPsR3Z-qd3A> e “O desafio da Coca-Cola, apontada como maior poluidora por plástico no mundo” <https://www.youtube.com/watch?v=WaLYUsiuNh8> – e da DW – “Coca-Cola y los residuos plásticos” <https://www.youtube.com/watch?v=9YsKAeu0isk>.



embalagens desses produtos configuram-se como desafios para comunidades indígenas, em especial para os zapatistas, que buscam, não sem contradições, condições adversas e evidentes limites, adotar medidas visando à implementação dos princípios da agroecologia em seus territórios e, com isso, proteger a natureza, que inclui os seres humanos, o que remete à questão da saúde, uma das áreas da autonomia zapatista.

No entendimento de Acero Suchiara (2016, p. 28),

Sin embargo, la construcción de la autonomía y vida digna zapatista, ha costado y sigue costando trabajo arduo que implica gran resistencia debido a la constante guerra de baja intensidad efectuada desde el ente político con la finalidad de desarticular a la organización y a cualquier simpatizante a ella, mediante la implementación de grandes programas sociales, la paramilitarización, censura mediática, construcción de carreteras e infraestructura.

Apontamentos de Villafuerte-Solís (2015, p. 21) também contribuem para ilustrar aspectos da situação em Chiapas e, por conseguinte, dos territórios zapatistas:

Chiapas vive una prolongada y profunda crisis expresada en la magnitud de la pobreza, que adquiere mayores dimensiones en el medio rural y entre la población indígena. A la pobreza secular se ha sumado en las últimas dos décadas la nueva pobreza generada por las políticas de carácter neoliberal. La destrucción y el deterioro de los medios de vida, fundamentalmente de la tierra, los bosques y el agua, han contribuido a la situación de pobreza de miles de familias campesinas e indígenas, que hoy sobreviven principalmente de los programas asistencialistas que otorgan los gobiernos federal y estatal.

Na atualidade, um dos principais desafios para as comunidades e os povos em resistência nessa região é o projeto denominado “Tren Maya”, devido ao seu alto potencial de impactos negativos (inclusive ambientais) para esses povos, com repercussões em aspectos políticos, econômicos e culturais dessas comunidades ou suas organizações. Entretanto, da perspectiva estatal, são destacados apenas aspectos ditos positivos



relacionados ao potencial de desenvolvimento econômico desse projeto⁵. Portanto, não é considerado o direito à autonomia e à autodeterminação desses povos, inclusive no que se refere aos seus territórios, questões essas que foram tratadas, por exemplo, nos Acuerdos de San Andrés (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 1989) que, em última instância, são incompatíveis com certos enunciados do TLCAN.

Nos Acuerdos de San Andrés o Governo Federal “[...] assume como compromisos que el Estado mexicano debe cumplir con los pueblos indígenas [...]” (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019, p. 94):

1. Reconocer a los pueblos indígenas en la Constitución general. [...].
 2. Ampliar participación y representaciones políticas. [...].
 3. Garantizar acceso pleno a la justicia. [...].
 4. Promover las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas. [...].
 5. Asegurar educación y capacitación. [...].
 6. Garantizar la satisfacción de necesidades básicas. [...].
 7. Impulsar la producción y el empleo. [...].
 8. Proteger a los indígenas migrantes. [...].
- (ACUERDOS..., 1996 *apud* SILVA, 2019, p. 94).

Entretanto, esses acordos não são cumpridos pelo Estado mexicano. Conforme Sámano R., Durand Alcántara e Gómez González (2001, p. 105), esses são os primeiros acordos acerca dos direitos indígenas nesse país. Porém, “[...] estos Acuerdos son más conocidos internacionalmente por su

5 Para exemplificação, vale destacar algumas produções midiáticas hegemônicas mais recentes, dentre elas, as intituladas “Guerra civil en Chiapas, ¿amenaza real o exagerada?” (<https://www.youtube.com/watch?v=LYutmVnQxw>), “México y las energías renovables: impacto en los pueblos indígenas” (<https://youtu.be/LSTiDVWAKZY>) e “Chiapas: ¿al filo de la guerra civil? Tribunal falla contra Grupo México/ Elecciones en Coahuila” (<https://www.youtube.com/watch?v=KraKqTsr8x4>). Informações atualizadas sobre o Movimento Zapatista e a Sociedade Civil Las Abejas de Acteal podem ser consultadas nas páginas dessas organizações na internet: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/> e <http://acteal.blogspot.com/>. Por ocasião do 30º aniversário do Levante Zapatista, novas produções midiáticas e acadêmico-científicas relacionadas a essa temática foram publicadas recentemente em diversos países e continentes.



falta de cumplimiento, que en el propio país.” Silva (2019, p. 94), por sua vez, aponta que, por intermédio desses acordos, o Estado mexicano “[...] formalizaria o reconhecimento, na *Constitución* mexicana, dos direitos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas. Assim, o Estado deveria reconhecer o direito à autonomia, à livre determinação e ao autogoverno dos povos indígenas”.

A Convenção 169 (OIT, 1989), em seu artigo 13, estabelece que:

Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

Já o TLCAN, como mencionado anteriormente, estabelece, entre os compromissos assumidos pelos Estados signatários, “[...] eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes”; (TLCAN, [199-], p. 2).

Em última análise, os compromissos assumidos nesses documentos são conflitantes entre si. Se o governo mexicano deixa de cumprir o TLCAN, tem que se haver com as corporações transnacionais afetadas e/ou com os demais países signatários desse Tratado. Já quando deixa de cumprir os Acuerdos de San Andrés e a Convenção 169, que consequências há, efectivamente, para esse país, seus governantes ou agentes estatais envolvidos?

Mobilizações contra o avanço da *hidra capitalista* e seus impactos ocorrem em diversas partes do mundo e envolvem diferentes segmentos das classes trabalhadoras, com destaque para iniciativas de povos originários. São mobilizações contra os produtos transgênicos, contra os agrotóxicos, contra a construção de (mega)projetos, contra a desvalorização ou a repressão das culturas originárias, contra a invasão e o despojo das terras de povos originários ou de populações locais, contra a destruição da natureza, entre outras (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, GUHUR; TONÁ, 2012, PEREIRA *et al*, 2023, PIREs; NOVAES, 2017, SILVA, 2019). O direito dos povos originários à autodeterminação e a viver em conformidade com as próprias culturas não ocorre no vácuo, pois implica, inevitavelmente, a terra, que, como se pode depreender de Fernandes (2012) e Torres *et al* (2014), é elemento imprescindível para a consecução do território e da territorialidade.



Educação autônoma e agroecologia

76

Os zapatistas registram exitosos resultados em suas iniciativas. No entanto, por outro lado, enfrentam numerosas condições adversas para executarem o seu projeto agroecológico, devido ao avanço, não obstante as suas tentativas de resistência, das relações baseadas nos princípios da *hidra capitalista* em territórios autônomos e suas imediações, principalmente os projetos de diversos portes, pautados por perspectivas desenvolvimentistas. Os territórios rebeldes estão distribuídos por diferentes regiões de Chiapas; assim, há que se considerar, para além dos pontos comuns, as singularidades – em diversos sentidos – de cada comunidade, município ou zona zapatista.

Esse Movimento adota diversas medidas para a consecução do seu projeto agroecológico, que é indissociável de outras iniciativas zapatistas. Nessa luta, o Movimento enfrenta desafios externos – combinados ou não entre si – de diferentes ordens, conjunturais e estruturais, em âmbitos local, regional, nacional e/ou transnacional, em decorrência de ações, articuladas ou não, de agentes privados e/ou estatais, envolvendo – recorrendo a categorias de Althusser (1999) – tanto aparelhos ideológicos quanto aparelhos repressivos de Estado (SILVA, 2019).

A educação autônoma, autoapresentada também como *la otra educación*, coordenadamente com as demais áreas e conforme as deliberações de cada comunidade zapatista, configura-se como um quesito estratégico nessas iniciativas, seja pela presença da agroecologia – em acepção zapatista – nos seus currículos, seja pelos aportes técnico-científicos e político-ideológicos propiciados para a formação de promotores de agroecologia. Aliás, pelo fato de as áreas da autonomia serem, de diferentes formas, articuladas entre si, ocorrem aportes mútuos, o que potencializa a capacidade de atuação de cada uma delas e, por conseguinte, a capacidade de auto-organização, autoeducação e de resistência desse Movimento diante dos desafios, tanto conjunturais quanto estruturais, postos pela *hidra capitalista* (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2022, SILVA, 2019).

A articulação entre as esferas da política, da economia e da cultura é imprescindível para avanços, com maiores chances de êxito, na consecução do projeto agroecológico zapatista. A educação autônoma configura-se um componente elementar para a continuidade e para o fortalecimento projeto agroecológico zapatista, contribuindo inclusive para a formação de promotores de agroecologia.



O projeto agroecológico é fundamental no processo de resistência e de luta desse Movimento em defesa da *Madre Tierra*, que implica, inevitavelmente, a luta contra a *hidra capitalista*, posicionamento que marca a educação autônoma e é inerente ao projeto político zapatista em sua totalidade.

Considerações finais

O avanço da *hidra capitalista* nos territórios zapatistas e seus entornos configura-se como um dos principais obstáculos e desafios para o projeto agroecológico do Zapatismo. Esse avanço ocorre de variadas formas e envolve diversos agentes, estatais e/ou privados.

A concepção zapatista de natureza é incompatível com a perspectiva desenvolvimentista, que marca os (mega)projetos implantados pelo Estado mexicano e/ou por corporações nacionais e transnacionais. Além dos impactos negativos para a natureza, esses projetos configuram-se como uma das táticas da guerra de contra-insurgência levada a termo pelo Estado contra o Zapatismo, com vistas a provocar cisões no interior e/ou entre diferentes comunidades locais e/ou territórios adjacentes.

Esse Movimento implementa diversas medidas para a continuidade do processo de resistência contra o avanço de políticas desenvolvimentistas, assim como para levar adiante o seu projeto de agroecologia, que é indissociável de outras iniciativas zapatistas nas esferas política, econômica e cultural, esferas essas imbricadas entre si. Não obstante as condições adversas e os desafios enfrentados, o Zapatismo registra resultados exitosos, tanto na agroecologia quanto noutras áreas. Aliás, a existência e a atuação desse Movimento já se configuram, entre sombra e luz, 40 anos de entrave para a *hidra capitalista*.

A educação rebelde autônoma zapatista é um componente-chave para a continuidade e para o fortalecimento do processo de resistência e de luta desse Movimento contra os projetos do capital em seus territórios e adjacências. Aliás, as várias áreas da autonomia zapatista têm inter-relações necessárias entre si – posicionamento que remete a discussões acerca da totalidade ou da intersetorialidade –, aumentando, assim, o potencial de luta e de resistência desse Movimento, com vistas à consecução do seu projeto político, que envolve, incondicional e articuladamente, o combate à *hidra capitalista* e a defesa da *Madre Tierra*.



O Zapatismo, legatário de movimentos anteriores, dá continuidade, porém, numa clave *muy otra*, ao processo de lutas travado por povos originários há mais de 500 anos contra a inconclusa tentativa de conquista, que, cada vez mais, tem a terra, ou melhor, a Terra, como fator central de disputas. Nesse processo de resistência, são mobilizadas todas as áreas da autonomia zapatista, com destaque para a educação rebelde, fator-chave nos embates ideológicos e epistemológicos, inclusive no que se refere à questão ambiental, que tem cada vez mais ocupado espaço privilegiado nas agendas de movimentos sociais contra-hegemônicos, organizações ou instituições, estatais ou não, tanto em âmbito local quanto transnacional.

Referências

- ACERO SUCHIAPA, E. A. La cultura política del "mandar obedeciendo" en la construcción de la autonomía zapatista. La acción política como condición para el "desarrollo local". 136 f. 2016, Maestria (Desarrollo local) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Chiapas, San Cristóbal de las Casas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unach.mx:8080/jspui/bitstream/123456789/3101/1/RIBC149000.pdf> Acesso em: 10 jun. 2023.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. Artes, ciencias y saberes neozapatistas. Nacer desde abajo el nuevo mundo no capitalista. *Kamchatka*, València, n. 12, p. 133-154, dic. 2018. Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/kamchatka/article/view/13416/12695>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Mandar obedeciendo*: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano. México, DF: Contrahistorias, 2008.
- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Movimientos antisistémicos*: pensar lo antisistémico em los inicios del Siglo XXI. Rosario: Prohistorias, 2012.
- ALTIERI, M. A. Prefácio. In: ALTIERI, M. A. *Agroecología*: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. p. 6-7.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ÁVILA-ROMERO, L. E. Logros y límites de las estrategias sustentables de desarrollo autónomo en el Norte de Chiapas, México. *Ra Ximhai*, Fuerte, v. 3, n. 2, p. 509-549, may-ago. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/461/46130216.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.



- BARBOSA, L. P. *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- BASCHET, J. *Adiós al capitalismo: autonomía, sociedad del buen vivir y multiplicidad de mundos*. Espanha: Ned Ediciones, 2015.
- BASCHET, J. O legado do zapatismo, 28 anos após o levante. *Outras palavras*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-zapatismo-e-seu-legado-28-anos-apos-o-levante/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BRANCALEONE, C. *Teoria Social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.
- BORSTEL, M. V. *La guerra de baja intensidad contra las comunidades en resistencia contra la Represa El Zapotillo* (Primera Parte). 2013. Disponível em: http://www.otrosmundoschiapas.org/docs/escaramujo/escaramujo74_0_gbi_y_presa_zapotillo_i.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.
- CHRISTLIEB, P. F. *Justicia Autónoma Zapatista Zona Selva Tzeltal*. Ciudad de México: Estampa; Ediciones Autónom@s, 2014.
- DAL RI, N. M. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 165-179.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1988.
- EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. México, 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 7 abr. 2014.
- FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S. et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- FUSER, I. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.
- GALINDO DE PABLO, A. El paramilitarismo en Chiapas Respuesta del poder contra la sociedad organizada. *Política y Cultura*, Ciudad de México, n. 44, p. 189-213, otoño. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422015000200009. Acesso em: 7 abr. 2019.
- GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola



Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

MONTEMAYOR, C. *Chiapas, la rebelión indígena de México*. Ciudad de México: Randon House Mondadori, 2009

MORA, M. Kanantayel lum k'in al en la autonomía zapatista. *Revista de la Universidad de México*, Ciudad de México, n. 903/904, p. 56-59, 2023.

Disponível em:
<https://www.revistadelauniversidad.mx/download/4697ea55-66b9-481f-bb50-7135fcc68ff0?filename=eZln>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NOVAES, H. T. Produção destrutiva e agroecologia: contribuições teóricas para a crítica a "revolução verde" na teoria de István Mészáros. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Nova Iguaçu, v. 3, n. 5, p. 141-162, jul.-dez. 2018.

Disponível em:
<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/236>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da "revolução verde", a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 191-210.

NOVAES, H. T.; PIRES, J. H. S. Corporações transnacionais, a agenda agroecológica do MST e as escolas de agroecologia. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 269-296.

NOVAES, H. T.; SANTOS, L. As Escolas de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: DAL RI, N. M. et al. *Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, Lutas Anticapital, 2019. p. 213-239.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. 1989. Disponível em:
<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%Adgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 dez. 2022.



- PEREIRA, V. C. *et al.* Tertúlia Lecampo: mulheres, agroecologia e resistência na Educação do Campo no contexto da extensão. *Revista Extensão em Foco*, Palotina, n. 30, p. 32-52, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/85730/pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- SÁMANO R., M. A.; DURAND ALCÁNTARA, C.; GÓMEZ GONZÁLEZ, G. Los acuerdos de San Andrés Larráinzar en el contexto de la declaración de los derechos de los pueblos americanos. *Instituto de Investigaciones Jurídicas*, Ciudad de México, p. 103-120, 2001. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/1/1/12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- SILVA, C. R. *Educação em movimentos sociais: princípios educativos comuns ao Movimento Zapatista e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2019. 410 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181986/silva_cr_dr_mar_sub.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2023.
- SILVA, C. R. "FRAYBA" (Chiapas/México): Resistência e solidariedade em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 11, n. 2, p. 195–212, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/233>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- SILVA, C. R. ZAD de Notre-Dame-des-Landes: uma história de auto-organização, autoeducação, autogestão e de resistência popular. *Espaço Acadêmico*. Maringá, a. XVIII, n. 205, p. 127-130, jun., 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42613/751375137864>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- TAIBO, C. *En defensa del decrecimiento – sobre capitalismo, crisis y barbarie*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2009.
- TORRES, J. C. *et al.* Formação de professores e territorialidade: questões elementares na educação dos povos do campo. In: JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS – Territórios e Movimentos Sociais, 1., 2014, Marília. *Anais...* Marília, 2014. p. 1-16.
- TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE AMERICA DEL NORTE (TLCAN). [199-]. Disponível em: <https://idatd.cepal.org/Normativas/TLCAN/Espanol/Tratado de Libre>



Comercio de America a del Norte-TLCAN.pdf. Acesso em: 13 mar. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE CORNAVACA, A. L. Turismo indígena: una alternativa para la conservación de la reserva de la biosfera de Montes Azules, Chiapas, México. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 40, e65002, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/65002/41180>. Acesso em: 10 mai. 2023.

VERGARA QUIJADA, G. T. Entorno alimentario obesogénico en la región Altos de Chiapas, México. In: VENEGAS HERRERA, M. A. C.; AMPARO TELLO, DAGOBERTO Y KEN RODRÍGUEZ, C. A. (coords.). *Políticas públicas, empleo y migración en perspectiva territorial*. Ciudad de México: Edit. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas y Asociación Mexicana de Ciencias para el Desarrollo Regional, 2021. v. III.

VILLAFUERTE-SOLÍS, D. Crisis rural, pobreza y hambre en Chiapas. *LiminaR* [online], v. 13, n. 1, p. 13-28, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-80272015000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 10 mai. 2023.

Recebido em 22 jun. 2023 | aceite em 27 dez. 2023



Elementos estruturantes da indústria da reciclagem: limites e contradições do reaproveitamento de resíduos na sociedade capitalista

Pablo Pereira da Silva¹

83

Resumo

O presente trabalho aborda alguns elementos estruturantes da indústria da reciclagem com propósito de fundamentar a crítica a suposta capacidade de promoção do dito desenvolvimento sustentável, bem como da inclusão socioprodutiva de catadoras(es) de materiais recicláveis, conferida a este setor industrial. Para tanto, a presente análise se fundamenta prioritariamente na obra de Karl Marx, mais especificamente nos livros I e III d'O Capital. As questões aqui abordadas são apresentadas a partir de três eixos, são eles: a abordagem do material reciclável enquanto uma mercadoria própria do modo de produção capitalista; a indústria da reciclagem enquanto aparato tecnológico; e, por fim, a inter-relação entre a produção de matérias primas por setores produtivos distintos.

Palavras-chave: indústria; reciclagem; marxismo.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da Universidade Federal de Viçosa - MG; Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa - MG; Integrante do Laboratório de Estudos em Geopolítica do Capitalismo (LEGEC) do Departamento de Geografia (DGE/UFV); | pablopereiraterra@gmail.com



Resumen

El presente trabajo aborda algunos elementos estructurantes de la industria del reciclaje con el fin de fundamentar la crítica a la supuesta capacidad de promover el llamado desarrollo sustentable, así como la inclusión socioproductiva de los recolectores de materiales reciclables, conferida a este sector industrial. Por lo tanto, este análisis se basa principalmente en la obra de Karl Marx, más específicamente en los libros I y III de El Capital. Los temas que aquí se abordan se presentan a partir de tres ejes, a saber: el abordaje del material reciclable como mercancía propia del modo de producción capitalista; la industria del reciclaje como dispositivo tecnológico; y, finalmente, la interrelación entre la producción de materias primas por diferentes sectores productivos.

Palabras clave: industria; reciclaje; marxismo.

Abstract

The present work addresses some structuring elements of the recycling industry with the purpose of substantiating the criticism of the supposed capacity to promote the so-called sustainable development, as well as the socio-productive inclusion of collectors of recyclable materials, conferred on this industrial sector. Therefore, this analysis is primarily based on the work of Karl Marx, more specifically on books I and III of Capital. The issues addressed here are presented from three axes, they are: the approach to recyclable material as a commodity proper to the capitalist mode of production; the recycling industry as a technological device; and, finally, the interrelation between the production of raw materials by different productive sectors.

Keywords: industry; recycling; Marxism.

Introdução

A problemática da produção de resíduos do metabolismo social em geral e dos resíduos sólidos urbanos (RSU)² em particular, que contemporaneamente assume amplitude global, tem sido tratada quase invariavelmente enquanto uma irracionalidade de sujeitos, instituições, empresas e/ou governos, considerados de forma individualizada. Nestes termos, a resposta ao problema tem sido formulada a partir de campos tais como o da governança, da gestão e da educação ambiental. Ainda que essas abordagens sejam permeadas por certa coerência e contemplem importantes mediações acerca do problema, via de regra restringem-se à

² Essa categoria abrange os resíduos sólidos e semissólidos de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição provenientes no meio urbano (ABNT NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação).



aparência do fenômeno referente aos resíduos, daí os limites para suas respectivas efetivações.

Em meio a este contexto destaca-se o papel atribuído a reciclagem enquanto um mecanismo capaz de mitigar ou mesmo estabilizar a degradação ambiental decorrente da exacerbada produção de resíduos. Assim, a indústria da reciclagem aparece para grande parte da sociedade como um setor virtuoso, tanto por produzir uma mercadoria que certificaria a possibilidade de um *desenvolvimento sustentável*, como por promover a *inclusão socioproductiva* de catadores e catadoras por meio da geração de emprego e renda. Contudo, os limites da reciclagem frente ao processo de produção de RSU e a persistente precariedade das condições de trabalho desta categoria profissional contradizem à suposta virtuosidade deste setor.

Segundo o Panorama dos resíduos sólidos referente ao biênio 2018-2019³, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), em 2018 foram geradas no Brasil 79 milhões de toneladas deste tipo de resíduo. Deste total, 59,5% receberam a destinação adequada em aterros sanitários, os outros 40,5% foram destinados para locais inadequados por 3001 municípios. Estima-se que apenas 13% deste material seja destinado para a reciclagem, dos quais cerca de 90% passam pelas mãos de catadores(as). Conforme informa o anuário da reciclagem de 2020⁴ a renda média mensal a nível nacional desta categoria profissional, calculada a partir dos dados de 278 organizações de catadoras(es), foi de R\$932,19.

Diante desta constatação o objetivo geral do presente trabalho é desmitificar a forma aparente a indústria da reciclagem apreendendo-a como parte integrante do modo de produção capitalista. Possibilitando, assim, a compreensão sobre as reais determinações intervenientes tanto no processo de produção e reaproveitamento de resíduos, quanto no que diz respeito a relação capital-trabalho que vincula esta indústria as/aos catadoras(es) de materiais recicláveis.

Para tanto, a metodologia utilizada para realização da investigação que aqui se apresenta foi, prioritariamente, a pesquisa teórica, possuindo

³ Fonte: ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. 2018/2019. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/> (acessado em 18/10/2021).

⁴ Fonte: Anuário da Reciclagem 2020. ANCAT;PRAGMA, Soluções Sustentáveis. Brasília, 2020. Disponível em: <http://anuariodareciclagem.eco.br/> (acessado em 11/03/2021).



como eixo central de fundamentação a obra de Karl Marx, mais especificamente os livros I e III d'O Capital. Trata-se, pois, de uma análise crítica sobre as condições referente ao processo de reaproveitamento de resíduos na sociedade capitalista.

A mercadoria material reciclável

86

Nesta primeira seção apresentamos algumas determinações mais gerais relativas a dinâmica de produção e reaproveitamento de resíduos. Assim, partindo da compreensão que tal dinâmica ocorre em conformidade com o modo de produção vigente e suas respectivas relações sociais de produção, o abordaremos enquanto algo próprio das sociedades em que a riqueza aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2017, Livro I, p.113). No entanto, aqui a relação entre uma “enorme coleção de mercadorias” e a produção/reaproveitamento de resíduos não é meramente formal, reduzida a uma relação de causa e efeito dada pela correspondência imediata entre estes elementos. Ainda que essa relação se expresse na forma mais aparente deste fenômeno, o propósito desta análise é superar as abordagens empiristas e apreender as determinações essenciais relacionadas ao processo de reaproveitamento de resíduos realizado pela indústria da reciclagem.

Neste sentido, a centralidade da mercadoria evidencia-se desde sua constituição enquanto forma elementar que contém em si o cerne das contradições da dinâmica de produção e reprodução da sociedade capitalista; apresentando-se, deste modo, como fundamento de um arcabouço de categorias capazes de subsidiar a análise dos processos em curso nesta sociedade com a radicalidade que fez necessária.

Temos então que a mercadoria se constitui pela unidade dialética entre valor de uso e valor. Enquanto *valor-de-uso* ela se apresenta como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2017, L.I; p.113); e, enquanto *valor*, como substância do trabalho, ou seja, propriedade comum a todas as mercadorias revelada pela abstração dos seus valores-de-uso particulares. Assim, o material reciclável, tal como qualquer mercadoria produzida em meio a relações de produção capitalista, se constitui em função desta unidade dialética entre valor de uso e valor.

Surge então uma primeira questão a ser respondida: qual o valor de uso dos materiais recicláveis? Compreendemos que, abstraindo da utilidade



particular que pode ser atribuída a cada tipo de material – plásticos; papéis; metais; vidro; etc – por meio de processos produtivos específicos, o que há de comum entre eles é a utilidade enquanto matéria-prima. Ou seja, qualquer que seja o tipo do material que componha um dado resíduo, o que primeiramente lhes confere a potencialidade de serem recicláveis é a capacidade de utilização de suas propriedades materiais (físico-químicas) em um dado processo produtivo.

Contudo, o valor-de-uso por si só não é suficiente para a caracterização de uma mercadoria, outro requisito existente é que este mesmo trabalho de conversão do resíduo em material reciclável gere valor. E ainda, sendo o capital valor que se valoriza, ou seja, que se movimenta no sentido da acumulação permanente, sempre em escala ampliada, decorre que no âmbito da sociedade capitalista a produção de valores de uso está subsumida a produção de mais-valor. Portanto, a reinserção dos resíduos no processo de produção de mercadorias só ocorre na medida em que geram não só valor, mas também mais-valor, em última instância, lucro.

Uma vez que o objetivo desta análise é tratar a respeito do reaproveitamento dos RSU realizado pela indústria da reciclagem, seu foco orienta-se para reaplicação destes materiais como capital⁵. Ou seja, aqui estamos considerando material reciclável como os resíduos que voltam a constituir-se como “novos meios de produção e, por conseguinte, valores de uso novos e independentes” (MARX, K., O Capital, Livro I, p.282) que integrarão um novo processo de valorização em um dado processo produtivo.

A análise histórica nos evidencia que não só a produção de resíduos, mas também o seu reaproveitamento surge como uma característica imbricada a própria lógica do sistema produtivo capitalista. Já no século XIX este fenômeno se apresenta como algo próprio a produção industrial, integrando, assim, as observações de Marx sobre o “Aproveitamento dos resíduos da produção” no item IV do capítulo 5 – “Economia no emprego do capital constante” - do livro III d’O Capital. Mesmo diante dos limites decorrentes do grau de desenvolvimento das forças produtivas à época de Marx, compreendemos que, de modo geral, os pressupostos de sua análise

⁵ Para além do reaproveitamento por meio da sua reaplicação como capital, podemos considerar duas outras formas de lidar com a problemática dos resíduos, são elas: i) a redução de sua geração no processo produtivo; ii) o tratamento dos refugos/resíduos de modo a torná-los menos poluentes. Para uma análise pormenorizada sobre estas questões ver Barreto (2015;2021).



são plenamente aplicáveis, com as devidas mediações, ao estudo da indústria da reciclagem contemporânea.

Um primeiro aspecto a se considerar diz respeito a escala de produção dos resíduos frente as forças produtivas correspondentes como condição para que estes sejam reinseridos no processo produtivo. No contexto da época em que Marx realizava suas investigações as possibilidades de reaproveitamento dos resíduos tendiam a limitar-se àqueles resultantes da produção fabril, - ou seja, ao consumo produtivo - uma vez que somente neste âmbito havia produção de resíduos em uma dimensão suficiente para que os mesmos pudessem ser reaproveitados nos processos produtivos disponíveis até então. Assim, segundo Marx:

É graças ao caráter massivo desses resíduos que eles são reconvertidos em objetos de comércio e, com isso, em novos elementos da produção. *Apenas como resíduos da produção coletiva e, por conseguinte, da produção em larga escala eles assumem essa importância para o processo de produção e se convertem como produtores de valor de troca* (MARX, 2017, livro III, p.108; grifos nossos).

Neste sentido, destaca-se, na exposição de Marx a respeito da utilização de resíduos, a distinção entre os resíduos da produção que são reaproveitados pela indústria e o desperdício dos resíduos do consumo, cujo descarte torna-se um problema de ordem socioambiental, no caso, a poluição do Tâmbisa. Segue a passagem que aborda a referida distinção:

Com o modo de produção capitalista, amplia-se a utilização dos *resíduos da produção e do consumo*. Pelos primeiros, entendemos os detritos da indústria e da agricultura; pelos últimos, em parte, os resíduos resultantes do metabolismo natural do ser humano e, em parte, a forma em que os objetos de consumo se encontram como resíduos após serem consumidos. Portanto, os resíduos da produção são, na indústria química, os produtos auxiliares que se perdem na produção em pequena escala; as lascas de ferro que sobram na fabricação de máquinas e voltam a entrar como matéria-prima na produção de ferro etc. Resíduos do consumo são as matérias naturais expelidas pelos seres humanos, os restos de roupas em forma de retalhos etc. Os resíduos do consumo são de máxima importância para a agricultura. No que se refere à utilização, tem-se na sociedade capitalista um desperdício



colossal; em Londres, por exemplo, com o adubo produzido por 4,5 milhões de seres humanos não ocorre a essa economia fazer nada melhor do que, com enormes custos, utilizá-los para emprestar o Tâmis (MARX, 2017, livro III, p.129; grifo nosso).

Compreendemos que com o desenvolvimento das forças produtivas também os resíduos do consumo atingem amplitude suficiente para que sejam reaproveitados. Sobretudo após o advento do padrão de produção fordista, quando a produção industrial assume uma amplitude suficiente para conformar sociedades de consumo em massa. Assim, os crescentes e acelerados processos de industrialização e urbanização acarretam na exacerbação e diversificação da produção de resíduos em geral e de resíduos sólidos em particular. É, pois, neste contexto que a indústria da reciclagem surge como um setor produtivo relativamente autônomo, quando alguns dos materiais produzidos tornam-se passível de serem reaproveitados como matéria prima, ou seja, tornam-se materiais potencialmente recicláveis. Este processo evidencia o desenvolvimento de um aspecto que já perpassava as análises de Marx, conforme podemos observar na passagem a seguir:

[...] Cada progresso da química multiplica não só o número de materiais úteis e as aplicações úteis dos materiais já conhecidos, e assim amplia, com o crescimento do capital, as esferas de aplicação deste último, mas ensina, ao mesmo tempo, a lançar de volta ao ciclo do processo de reprodução os excrementos dos processos de produção e de consumo, criando, dessa forma, sem gastos prévios de capital, nova matéria para o capital (MARX, 2017, Livro I, p.680).

Esta condição, por sua vez, nos aponta para a necessidade de considerar suas implicações sobre a taxa de lucro. Aspecto que não diz respeito tão somente a iniciativa de cada capitalista individual, mas a um processo que “deriva essencialmente do fato de que essas condições funcionam como condições de trabalho social, socialmente combinado, ou seja, como condições sociais do trabalho” (Ibid., p.107); *i.e.*, a combinação social do trabalho é condição primordial para as formas de redução dos custos relativos ao capital constante e, portanto, para o aproveitamento de resíduos. Temos então que:

O característico desse tipo de economia do capital constante, que deriva do desenvolvimento progressivo da indústria, é que *a elevação da taxa de lucro em um ramo industrial se deve ao*



desenvolvimento da força produtiva do trabalho em outro ramo. Aqui, o que o capitalista recebe é novamente um ganho, que é o produto do trabalho social, não o produto do trabalhador diretamente explorado por ele mesmo. Aquele desenvolvimento da força produtiva resulta sempre, em última instância, do caráter social do trabalho posto em ação; da divisão do trabalho no interior da sociedade; do desenvolvimento do trabalho intelectual, especialmente da ciência da natureza. O que o capitalista utiliza aqui são as vantagens do sistema inteiro da divisão social do trabalho. É por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho em seu setor externo, no setor que lhe fornece meios de produção, que o valor do capital constante utilizado pelo capitalista diminui relativamente, ou seja, que a taxa de lucro é aumentada. (MARX, 2017, livro III, p.110; grifos nossos).

O desenvolvimento das forças produtivas no setor da reciclagem leva a redução do valor das mercadorias por ele produzidas, repercutindo no valor (tempo de trabalho socialmente necessário) das matérias primas equivalentes provenientes de outros setores. Há, portanto, um vínculo estabelecido entre distintos setores produtores de uma mesma matéria prima conformado no âmbito da produção do valor. Este vínculo, por sua vez, repercute nos demais setores que utilizam de tais matérias primas como parte integrante dos seus meios de produção, proporcionando um aumento na taxa de lucro em decorrência do menor custo de produção.

Diante do que foi exposto até aqui, o avanço tecnológico e a inter-relação entre a produção de matérias-primas por setores produtivos distintos apresentam-se como fatores de expressiva relevância para a presente análise. Assim, na seção a seguir abordaremos de forma mais detida a questão do avanço tecnológico desde a perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas e seus desdobramentos no processo de reaproveitamento de resíduos realizado pela indústria da reciclagem. E, na seção subsequente, daremos ênfase a análise da inter-relação entre a produção de matérias-primas realizada por setores produtivos distintos.

A indústria da reciclagem enquanto aparato tecnológico

No setor da reciclagem é propagada a ideia sobre a possível constituição de uma “Economia Circular” que, de maneira sintética, pode ser



definida como um modelo econômico que se propõe a ser ambientalmente sustentável por meio de “uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos”. Esta perspectiva possui correspondência com a noção de crescimento econômico imaterial (ou desmaterialização) concebida por campos da Economia Ambiental e da Economia Ecológica que, dentre outros fatores, amparam-se no desenvolvimento tecnológico como elemento central para minimizar a utilização de recursos naturais (Barreto, 2015; 2016; 2021).

Todavia, tais perspectivas desconsideram o papel da dinâmica tecnológica no modo de produção capitalista, reduzindo sua compreensão a elevação dos níveis de eficiência. Frente a este reducionismo faz-se necessário demonstrar que na sociedade capitalista a dinâmica tecnológica está subsumida à lógica de produção de capital e, por conseguinte, que o reaproveitamento de resíduos realizado pela indústria da reciclagem é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria material reciclável.

Neste sentido, temos como determinação primordial o fato de que o mais-valor é extraído a partir do trabalho excedente para além do trabalho necessário à reprodução do valor da força de trabalho. Processo que se opera por duas formas básicas: por meio do mais-valor absoluto, que diz respeito ao prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho; e por meio do mais valor relativo que ocorre em função do incremento da produtividade do trabalho. Haja visto que a primeira forma de extração de mais-valor possui limites fisiológicos, temporais, morais, etc., *o contínuo revolucionamento das forças produtivas apresenta-se como uma determinação lógica do modo de produção capitalista.*

Diante desta lógica cada capitalista individual é impulsionado a alcançar níveis de produtividade acima da média dos demais concorrentes, o que lhe permite apropriar-se de um mais-valor extraordinário. Seguindo esta lógica “a economia de capital constante também cria um hiato entre ‘valor individual’ e ‘valor social’⁶, criando assim um ‘valor excedente extra’, que pode vir a ser apropriado pelo capital individual mais eficiente” (Barreto, 2015). Por ser este um impulso comum a todos os capitalistas, o avanço das

⁶ O uso das expressões “valor social” e “valor individual” tem por propósito evidenciar, de forma sintética e didática, a distinção entre o tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo de trabalho diretamente aplicado num processo produtivo específico. No entanto, cabe ressaltar que a categoria valor diz respeito unicamente ao tempo de trabalho socialmente necessário.



forças produtivas inicialmente efetuado por um capitalista individual tende a se generalizar; o que, por sua vez, repercute em um movimento tendencial de queda do valor das mercadorias, logo, da taxa de lucro.

É, pois, a partir desta compreensão mais geral sobre o revolucionamento das forças produtivas e suas implicações para a dinâmica de acumulação de capital que podemos pensar o papel da indústria da reciclagem enquanto *aparato tecnológico* supostamente capaz de sanar a degradação provocada pela produção de resíduos sólidos. Para tanto apresentamos algumas considerações a respeito dos desdobramentos dessa determinação mais ampla a partir da análise de Barreto (2016; 2021) sobre os ganhos de produtividade, intensidade e eficiência. Ressalta-se que, ainda que tais fatores apresentem efeitos combinados, o referido autor utiliza da “força da abstração”⁷ para alcançar o que é específico a cada um deles.

Nestes termos, a produtividade refere-se à produtividade do trabalho, de tal forma que o ganho de produtividade se expressa na diminuição do trabalho vivo necessário a produção de uma dada mercadoria. Assim, pressupondo constante o conjunto de matérias-primas e materiais auxiliares consumidos para qualquer nível dado de produção, a partir da abstração dos ganhos de eficiência, é possível supor que esta condição possibilitaria a estabilização do consumo de recursos materiais e, por conseguinte, da produção de resíduos. Contudo, conforme apresentamos anteriormente, a produtividade do trabalho tende a generalizar-se entre os diversos capitalistas, levando a redução do valor

⁷ Força da abstração: “[...] como a realidade não é formada pelo arranjo de condições estruturais autônomas e independentes umas das outras, mas sempre como uma totalidade constituída por complexos (estruturas) parciais e pelas relações entre esses complexos, aquilo que se efetiva como positividade é sempre o produto articulado de múltiplas determinações. O que existe em si, pondo-se à disposição de nossa consciência é sempre algo uno, mas diverso em sua concretude. A possibilidade de isolar momentos ou complexos inteiros da realidade exige, portanto, sempre uma abstração insuperável da unidade do ser. Isso remete de imediato à expressão metodológica da questão, que gira em torno da forma correta (ou razoável, diria Marx) para efetuar esse procedimento abstrativo em cada nível da existência (natureza inorgânica e orgânica e sociedade”. (MEDEIROS e BONENTE, 2021, p.87); Portanto: “A expressão ‘força da abstração’ nitidamente se refere a um procedimento teórico-especulativo que consiste em investigar um complexo, uma categoria ou um processo causal da realidade num isolamento abstrativo obtido pela aplicação de uma cláusula *ceteris paribus* ou “como se”(Ibidem, p.90).



unitário das mercadorias; o que, por sua vez, repercute na ampliação do número de unidades de mercadorias produzidas. Portanto, conforme destacado por Barreto (2021, p.234), em última instância “o ganho de produtividade atua, na verdade, como acelerador do consumo produtivo de recursos e da geração resíduos poluentes. Sendo assim, opera como acelerador de nossa influência disruptiva sobre os ecossistemas”.

No que diz respeito ao aumento da intensidade promovido pela evolução tecnológica o resultado seria a concentração de uma maior quantidade de trabalho em um dado período de tempo, representando, em tese, na possibilidade da redução da jornada de trabalho. Sobre este aspecto é preciso ressaltar que tal redução da jornada de trabalho não é passível de se concretizar de forma generalizada dentro da lógica de acumulação capitalista - ou seja, da continua produção de valor sempre em escala ampliada - uma vez que isso corresponderia a compressão do tempo de trabalho excedente, logo, do mais-valor extraído.

Por fim, cabe considerar o ganho de eficiência decorrente dos avanços tecnológicos, fator até então abstraído na abordagem referente ao ganho de produtividade e intensidade. Temos então que a eficiência é compreendida como um fator capaz de compensar as implicações decorrentes dos dois outros fatores anteriormente tratados, perspectiva que se baseia fundamentalmente na possibilidade técnica da economia de recursos, desconsiderando a lógica da concorrência intercapitalista imputado a cada capitalista individual pelo impulso de apropriação de um mais-valor extraordinário via expansão do mais-valor relativo.

Desta maneira, Barreto (2021) destaca a necessidade de se considerar ao menos três determinantes relacionados ao ganho de eficiência. O primeiro deles diz respeito a eliminação do desperdício de capital (“valor individual”) enquanto dispêndio de trabalho além das condições médias de produção (“valor social”). Nestes termos, a redução dos níveis de resíduos gerados nos processos produtivos, por meio ao aumento da eficiência, ocorre somente quando há correspondência entre o desperdício material e o desperdício de capital.

Neste sentido, cabe ressaltar que mesmo os resíduos em si, enquanto parcela dos meios de produção restantes de um dado processo produtivo, não podem ser considerados um desperdício de capital, mas tão somente um desperdício material, uma vez que os resíduos estão inteiramente integrados ao processo de valorização. Ou seja, somente haverá desperdício de capital “quando essa inutilização material de meios e objetos de trabalho



situar-se acima dos níveis determinados pelas condições médias de produção” (BARRETO 2021, p.239). Questão que pode ser apreendida com maior clareza na seguinte passagem:

[...] Suponhamos que, no processo de fiação, para cada 115 libras de algodão diariamente utilizadas sejam desperdiçadas 15 libras, que não se transformam em fio, mas em *devil's dust* (“pó do diabo”). No entanto, na medida em que esse resíduo é considerado como um elemento normal e inseparável da fiação em suas condições médias, essas 15 libras, embora não constituam o elemento do fio, passam a compor o valor do fio tanto quanto as 100 libras que constituem sua substância. O valor de uso de 15 libras de algodão tem de ser transformado em pó para que sejam produzidas 100 libras de fio. A destruição desse algodão é, portanto, uma condição necessária para a produção do fio, e é justamente por isso que ele transfere seu valor ao fio. (MARX, Livro I, p.282).

O segundo fator diz respeito a vantagem competitiva possibilitada a um dado capitalista individual (ou conjunto de capitalistas) em relação aos demais, em função da aplicação de meios de produção mais eficiente. Esta vantagem que se traduz em uma maior taxa de lucro, logo, num maior acúmulo de capital, representa tão somente uma economia relativa de recursos; uma vez que o capital acumulado deve retornar a um novo ciclo de valorização em escala ampliada - convertendo-se em elementos materiais da produção no setor que lhe deu origem ou outro qualquer -, caso contrário o valor poupado é destituído de seu caráter de capital. Ou seja, a redução da produção de resíduos por meio do aumento da eficiência por um capitalista e/ou setor particular representa tão somente um resultado relativo, uma vez que tal ganho de eficiência não pode ocorrer em termos absolutos dada a sua contradição com a própria lógica do modo de produção capitalista.

Um terceiro e último fator diz respeito a possibilidade de evitar um desgaste mais acelerado dos meios de produção do que o estabelecido pelas condições médias de produção, sendo, portanto, uma forma de dar viabilidade material ao ganho de intensidade; evitando, assim, o desperdício de capital. Ou seja, neste caso a eficiência se manifestaria na redução do ritmo de transferência de valor dos meios de produção, também socialmente determinado, abaixo das condições médias de produção. Neste caso, a redução dos níveis de resíduos não se apresenta como objetivo prioritário, mas tão somente como efeito secundário resultante do propósito de



poupador de capital. Deste modo, ainda que existam tecnologias suficientemente desenvolvidas para que possamos lidar com a problemática dos resíduos, a aplicação prática destes recursos só se viabilizam, no interior da lógica do capital, mediante sua subsunção a lógica do capital. Cabe, portanto, ressaltar a conclusão apresentado por Barreto (2021, p.237):

O que se depreende desses três determinantes é que a lógica que rege o movimento do capital precisa, sistematicamente, converter as economias geradas pontualmente em expansões da escala e/ou do escopo da atividade produtiva. Enquanto submetida ao capital, portanto, a dinâmica tecnológica é determinante intensificador do impacto material da produção. Por isso, é possível descartar qualquer tipo de otimismo tecnológico apoiado na ideia de desmaterialização, por mais bem ecologicamente intencionado que tal otimismo possa ser.

Portanto, a possibilidade de cessar a extração de recursos naturais por um lado e o acúmulo de resíduos por outro, por meio de estruturação de uma economia circular não é algo passível de ser realizado no âmbito da sociedade capitalista, haja visto que o aumento da capacidade de reciclar decorrente dos avanços tecnológicos é subsumido aos imperativos da ordem econômica estabelecida. Assim, a ruptura metabólica entre sociedade e natureza, dada pela contínua e crescente necessidade de matérias-primas frente a expansão da industrialização/urbanização, é reafirmado diante dos limites da reciclagem, uma vez que o reaproveitamento de recursos por esta via integra-se de forma complementar e contraditória a necessidade de reprodução ampliada do capital.

Inter-relação entre a produção de matérias primas por setores produtivos distintos

O intuito desta seção é analisar a inter-relação entre a produção de matérias-primas por distintos setores produtivos. Deste modo, aqui estamos considerando a condição em que ambos os setores produzem mercadorias com valor de uso equivalente, como por exemplo no caso de materiais como papéis, vidros, plásticos e alumínio, que podem ocorrer via matéria-prima proveniente da produção convencional ou da reciclagem.

Partimos da constatação sobre a menor produtividade do setor da reciclagem em comparação ao setor da produção convencional de matérias



primas, logo, que o primeiro setor apresenta um nível de desenvolvimento das forças produtivas inferior ao segundo. Assim, cabe evidenciar que estamos tratando “da relação média normal do capital investido nesse ramo da produção e, em geral, da média do capital total investido nessa esfera determinada, e não das diferenças acidentais entre os capitais individuais” (MARX, 2017, livro III p.179).

Diante desta constatação seguimos a investigação sobre a inter-relação entre estes setores considerando a questão da conformação de suas respectivas taxas de lucro. Deste modo, num primeiro momento assumimos como pressuposto que o grau de exploração do trabalho e, por conseguinte, a taxa de mais-valor e a extensão da jornada de trabalho são iguais nos dois setores; de tal maneira que o foco inicial da análise se orienta à abordagem da composição orgânica do capital. A diversidade dos tempos de rotação, outro fator interveniente na taxa de lucro, não será aqui abordado, pressupondo, pois, que o tempo de rotação é o mesmo para os distintos capitais.

A composição orgânica do capital diz respeito à proporção entre capital variável (cv) e capital constante (cc). Sendo este primeiro aqui considerado como “índice de determinada quantidade de força de trabalho, de determinado número de trabalhadores ou de determinadas massas de trabalho vivo postas em movimento” (MARX, 2017, livro III p.181), já o segundo fator se refere ao:

[...] índice de uma variação na massa de meios de produção mobilizados por uma quantidade determinada de força de trabalho, mas pode igualmente provir da diferença de valor dos meios de produção mobilizados numa esfera da produção, em contraste com aqueles mobilizados em outra (ibidem, p.181).

Para um maior detalhamento deste processo cabe destacar que a composição orgânica do capital é composta por dois fatores. Um primeiro refere-se a seu componente técnico enquanto expressão de determinado estágio de evolução da força produtiva, *i.e.*, condição frente a qual “uma determinada quantidade de trabalho já objetivado nos meios de produção corresponde a uma determinada quantidade de trabalho vivo” (MARX, 2017, livro III, p.180). Um segundo fator interveniente na composição dos capitais diz respeito à sua composição de valor, caso em que são considerados os



valores dos meios de produção e da força de trabalho (soma total de salários).

Entre estes fatores existe uma estreita correlação, de tal modo que a composição orgânica do capital se refere a composição de valor do capital, e esta, por sua vez, é determinada por sua composição técnica e a reflete. Não obstante a esta estreita correlação é possível considerá-las de forma relativamente independente, de tal forma que:

Em cada ramo da indústria, a diferença entre composição técnica e a composição de valor se mostra no fato de que a proporção de valor entre ambos os capitais pode variar ainda que permaneça constante a composição técnica e, pelo contrário, pode permanecer invariável ainda que a composição técnica varie; este último caso só ocorre, naturalmente, quando a variação da proporção entre as massas dos meios de produção empregados e a força de trabalho é compensada por uma variação de seus valores em sentido contrário (MARX, 2017, livro III p.180).

Deste modo, considerando o capital variável como mero índice de força de trabalho e o capital constante simplesmente como índice de massa de meios de produção mobilizada por essa força de trabalho, temos a condição em que a composição técnica é a mesma para distintos setores, mas a composição de valor distinta. Ou seja, diante da mesma proporção da composição técnica (força de trabalho e meios de produção) em diferentes setores, a distinção se apresenta entre os valores destes elementos.

Esta situação pode expressar a situação de menor preço das matérias-primas provenientes da reciclagem em relação à produção convencional, por exemplo, se considerarmos que o alumínio reaproveitado dos resíduos do consumo é mais barato do que o advindo do processo de extração mineral. Caso que pode ser ilustrado da seguinte forma: suponhamos que tanto em A quanto em B possuam 40 de capital variável. Assim, com o mesmo número de trabalhadores empregados, ambos ponham em movimento a mesma quantidade de maquinaria e matérias-primas, mas que estas últimas custem R\$400 em A e R\$200 em B. Deste modo, com uma taxa de mais-valor de 100% nos dois setores, ambos realizariam um mais-valor de 40. No entanto, a taxa de lucro seria maior em B do que em A (A: $40/40+400 = 9,09\%$; B: $40/40+200 = 16,66\%$).

Por outro lado, considerando o capital variável não só como mero índice da força de trabalho (soma dos salários/quantidade determinada de



trabalho objetivado), mas também como índice da massa de trabalho vivo que ele põe em movimento⁸, a variação do componente técnico e constância do componente do valor (taxa de mais-valor, jornada de trabalho e salário para um tempo de trabalho determinado) apresenta-se como base para a compreensão da diferença na taxa de lucro entre os distintos setores.

Este caso reflete, pois, a situação em que o valor da matéria-prima seja equivalente nos dois setores, e a distinção da taxa de lucro se explicaria pela diferença na composição técnica existente entre eles. Esta situação pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: no setor A temos $80cc + 20cv$ e, em B, $20cc + 80cv$. Ambos realizando uma taxa de mais valor de 100%. Supondo que ambos os setores realizem 40 horas de trabalho semanal, temos em A 3200 horas de trabalho vivo posta em movimento (sendo 1600 horas convertidas para a remuneração da força de trabalho e 1600 horas mais trabalho apropriado pelo capitalista); em B, 800 horas (sendo 400 horas convertidas para a remuneração da força de trabalho e 400 horas mais trabalho apropriado pelo capitalista). Assim, tendo em vista que a única fonte do mais-valor é o trabalho vivo, com a mesma soma de capital investida e com a mesma taxa de mais-valor, a taxa de lucro em A seria de $20/100 = 20\%$, enquanto em B seria de $80/100 = 80\%$, ou seja, cinco vezes maior em B em relação a A.

Vale ressaltar que a taxa de lucro não corresponde a grandeza absoluta do capital investido, mas a relação percentual entre capital variável e capital constante. Neste sentido, se o capital do setor A não fosse de 100, mas de 700, teríamos $140 cv + 560 cc$ e, assim, a mesma taxa de lucro $140/560 = 20\%$.

Considerado este exemplo, a conformação da taxa de lucro entre os distintos setores pode ser sintetizada nos seguintes termos:

⁸ Este ponto de vista adotado em relação ao capital variável é explicitado por Marx na seguinte passagem: "Existe, pois, uma diferença essencial entre o capital variável desembolsado em salários, na medida em que seu valor representa a soma dos salários, uma quantidade determinada de trabalho objetivado, e esse mesmo capital variável na medida em que seu valor é mero índice da massa de trabalho vivo que ele põe em movimento. Esta massa é sempre maior que o trabalho nela contido e se expressa também, portanto, num valor superior ao do capital variável; num valor que é determinado, por um lado, pelo número dos trabalhadores mobilizados pelo capital variável e, por outro, pela quantidade de mais-trabalho que esses trabalhadores executam" (Marx, 2017, livro III, p.182).



[...] na medida em que capitais investidos em diferentes esferas da produção, percentualmente considerados – ou seja, capitais de mesma grandeza -, dividem-se desigualmente em seus elementos constante e variável, mobilizam quantidades desiguais de trabalho vivo e, por conseguinte, geram quantidades desiguais de mais-valor e, portanto, de lucro, então varia entre eles a taxa de lucro, que consiste precisamente no percentual que o mais-valor representa no capital total (MARX, 2017, livro III p.184).

Deste modo, tanto a composição técnica do capital quanto a sua composição de valor, enquanto fundamentos da composição orgânica do capital, podem caracterizar a distinção entre a taxa de lucro dos setores produtores de matéria prima de maneira convencional e por meio da reciclagem. Fator fundamental à compreensão sobre os distintos índices de reciclagem entre os materiais, por exemplo, quando comparamos o índice de reciclagem do plástico 22,1% com o das latas de alumínio 97,4%⁹.

Até aqui consideramos a mesma taxa de mais-valor para ambos os setores a fim de enfatizar a análise dos fatores intervenientes na conformação da taxa de lucro em função da composição orgânica do capital e seus respectivos fundamentos técnicos e de valor. No entanto, cabe ressaltar a importância da taxa de mais valor e, por conseguinte, dos fatores a ela relacionados – tais como a jornada de trabalho e os salários – para a compreensão a respeito do mais-valor gerado em cada setor e seus respectivos desdobramentos referentes à taxa de lucro.

Tendo em vista o caráter da divisão social do trabalho conformada no setor da reciclagem, qual seja, a utilização intensiva da mão de obra de catadoras e catadores de materiais recicláveis numa situação de ampla precariedade, a taxa de mais-valor pode ser considerada como fator preponderante para a presente análise. Assim, podemos ilustrar as implicações da variação da taxa de mais-valor com o seguinte exemplo. Suponhamos que a taxa de mais-valor no setor A seja de 100% e no setor B de 50%, sendo a composição do capital em A de 80 cc + 20 cv e em B 20 cc + 80 cv, teremos então: para o setor A $80 \text{ cc} + 20 \text{ cv} + 20 m = 120$, com taxa de lucro de $20/100 = 20\%$; para o setor B $20 \text{ cc} + 80 \text{ cv} + 40 m = 140$, com

⁹ Fonte: <https://cempre.org.br/taxas-de-reciclagem/#:~:text=foi%20o%20%C3%ADndice%20de%20reciclagem,%%202C9%25%20> (2019) (acessado em: 09/11/2021).



taxa de lucro de 40%. Assim, temos uma taxa de lucro 100% maior no setor B do que no setor A.

A análise da formação da taxa de lucro nos revela que aos setores com menor composição orgânica do capital correspondem uma maior proporção de valor produzido, o que à primeira vista parece algo incongruente. No entanto, antes de qualquer conclusão precipitada é preciso avançar na análise para que se possa compreender que a taxa de mais valor, e sua correspondente taxa de lucro, gerada em um setor não é diretamente apropriada por ele, mas antes compõe a formação de uma taxa geral de lucro (ou taxa média de lucro), processo que baliza a transformação dos valores das mercadorias em preços de mercado.

Tem-se então que a taxa geral de lucro é dada pela média da taxa de lucro dos distintos capitais, processo determinado por dois fatores, são eles: a composição orgânica dos capitais nos diferentes setores e suas respectivas taxas de lucro; e a proporção de capitais distribuídos nesses diferentes setores às quais correspondem distintas taxas de lucro, que por sua vez dizem respeito ao desenvolvimento específico da força social do trabalho. Assim, o valor apropriado por capitalistas individuais não corresponde diretamente ao valor das mercadorias por eles produzidas, mas aos preços de produção que se calcula pela soma do lucro médio e os preços de custo, *i.e.*, o lucro de um capital particular é dado pela diferença entre o preço de custo específico ao seu processo produtivo e a taxa de lucro geral determinada pela média das taxas de lucro dos distintos capitais. Portanto, se um capital de baixa composição orgânica produz relativamente um valor maior que um capital de alta composição, no que diz respeito da apropriação deste valor produzido ocorre o inverso, ou seja, os capitais mais produtivos se apropriarão de mais valor do que os menos produtivos.

A seguir reproduzimos uma adaptação do capítulo 9 do livro III d'O Capital no qual Marx trata sobre a formação da taxa geral de lucro e da transformação dos valores das mercadorias em preços de produção. No seguinte exemplo está pressuposta uma taxa de mais-valor de 100% comum a todos os capitais.



Tabela 1. Formação da taxa geral de lucro

| K | Mais-Valor | Valor M | Preço Custo | Preço M | Tx. Lucro | Tx. Geral de Lucro | Δ Preço x Valor |
|---------------------|-------------------|----------------|--------------------|----------------|------------------|---------------------------|------------------------|
| A: 80c + 20v | 20 | 90 | 70 | 92 | 20% | 22% | +2 |
| B: 70c + 30v | 30 | 111 | 81 | 103 | 30% | 22% | -8 |
| C: 60c + 40v | 40 | 131 | 91 | 113 | 40% | 22% | -18 |
| D: 85c + 15v | 15 | 70 | 55 | 77 | 15% | 22% | +7 |
| E: 95c + 5v | 5 | 20 | 15 | 37 | 5% | 22% | +17 |

Fonte: adaptado de Karl Marx, O capital, Livro III, p.191. (K: capitais; M: Mercadorias; Δ: diferença).

Assim sendo, conforme o exemplo apresentado no quadro acima, o setor da reciclagem se faria representar pelos capitais B e C. Tais capitais apresentam um maior percentual de capital variável em comparação aos demais e, por conseguinte, são aqueles com maiores índices de produção de mais-valor. Contudo, inversamente a produção de valor, esses capitais são também os que se apropriam de uma menor parcela do valor produzido, fato que se expressa na diferença negativa entre preço e valor, ou seja, estão abaixo no nível médio de produtividade da totalidade dos capitais. Em suma, o que ocorre é a transferência de valor dos capitais menos produtivos (B e C) para os mais produtivos (A, D e E).

Podemos então concluir que a dinâmica de produção e apropriação do valor, sobre as quais intervêm fatores tais como a taxa de mais-valor, a composição orgânica do capital, a formação da taxa geral de lucro, e o processo de transformação dos valores das mercadorias em preços de mercado, apresentam-se como questão de suma importância a nossa análise. Esta é, portanto, a base da crítica às condições de trabalho de catadoras e catadores conformada pela indústria da reciclagem no contexto da sociedade brasileira.

Portanto, as questões tratadas até aqui revelam que a produção de valor se apresenta como determinação essencial para apreensão da forma própria da sociabilidade capitalista, que por sua vez nos remete a seu caráter estranhado, fatores diante dos quais consolida-se a constatação sobre a irredutibilidade dos processos de produção de resíduos a mera irracionalidade de sujeitos/grupos compreendidos de forma isoladas. Assim, compreendemos que a complexidade deste processo pode ser mais bem apreendida frente a seu caráter contraditório, que pode ser expresso nos seguintes termos:



Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista impõe a economia em cada empresa individual, seu sistema anárquico de concorrência gera o desperdício mais desenfreado dos meios de produção e das forças de trabalho sociais, além de inúmeras funções atualmente indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas. (MARX, 2017, livro I, p.597).

De modo mais específico o processo de reaproveitamento de resíduos apresenta-se como parte do processo de economia do capital constante que, por sua vez, se estabelece em função do caráter social do trabalho; identificando, assim, os processos de reaproveitamento como parte integrante do processo industrial em sentido amplo¹⁰, e não como um setor apartado e contraposto aos desígnios da dinâmica de acumulação capitalista.

Considerações finais

As questões aqui abordadas apontam para algumas determinações fundamentais à análise da dinâmica produtiva própria a indústria da reciclagem, a partir das quais constata-se que a produção de materiais recicláveis - subsumida a lógica de produção de valor, logo, da acumulação de capital - não é redutível a necessidade de preservação ambiental, desenvolvimento sustentável ou coisa que os valha.

A breve apreciação sobre a constituição da mercadoria aqui apresentada nos demonstra que o valor-de-uso dos materiais recicláveis não é, a princípio, seu suposto benefício ecológico, uma vez que esses são possíveis consequência do processo de reciclagem e não a causa de sua existência. E ainda, mesmo que o valor-de-uso dos materiais recicláveis possa resultar em benefícios ambientais, a lógica de acumulação perpétua, imanente ao modo de produção capitalista, impõe limites a efetivação das potencialidades que aparentemente surgem com avanços tecnológicos aplicados a este setor. Portanto, a real determinação da mercadoria material reciclável, enquanto elemento próprio do modo de produção capitalista, nos

¹⁰ Nos referimos aqui ao capital industrial que, conforme Marx, pode ser definido nos seguintes termos: "Capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo não designam aqui, portanto, tipos autônomos de capital, cujas funções constituam o conteúdo de ramos de negócio igualmente autônomos e separados entre si. Designam, nesse caso, apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra"(MARX, livro II, 2014, p.131).



apresenta as bases para o desvelamento da forma ideologizada segundo a qual tais materiais seriam portadores de uma certa essência capaz de sanar problemas de ordem socioambiental.

Tão pouco pode-se conceber a existência de qualquer forma de altruísmo que faça com que a indústria da reciclagem estabeleça relações de trabalho distintas do despotismo característico do modo de produção capitalista, quando o que verdadeiramente se revela é que a relação capital-trabalho estabelecida entre este setor industrial e as catadoras e catadores de materiais recicláveis funda-se na em um elevado nível de exploração da força de trabalho. Questão que devido aos limites deste artigo necessita ser melhor explorada em futuras investigações/publicações.

Por fim, a presente análise nos demonstrou que apesar da indústria da reciclagem aparecer como um setor apartado e/ou em oposição ao processo convencional de produção de matérias primas, por produzir uma mercadoria que não demanda a extração de recursos naturais valendo-se do reaproveitamento dos resíduos, ao considerá-la deste a perspectiva do processo de produção capitalista percebe-se que esta oposição formal não ocorre de maneira plena, mas enredada em um complexo processo de produção de valor. Se por um lado o processo de reaproveitamento de resíduos pode aparecer como uma diminuição relativa do consumo de matéria-prima via produção/extração primária, em termos absolutos ele é tão somente uma soma de valor agregada ao processo de reprodução ampliada do capital.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Eduardo Sá. Marx contra a fantasia “coaseana”: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono. **Marx e o Marxismo**, v.3, n.5, jul/dez 2015.
- _____. Marx contra o otimismo tecnológico: economia “imaterial” desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais. **Nova Economia**, V.26, n.1, p.97-122, 2016.
- _____. Fundamentos para a crítica do capitalismo no Livro I de O capital (ou: esse não é mais um texto sobre ruptura metabólica). In: MEDERIOS, J.L.;BARRETO, E.S. (org). **Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro I**. São Paulo, SP. Usina Editorial, 2021. p.219-250.



MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital.** 2ª ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **O Capital: crítica da economia política – Livro III: o processo global de produção capitalista.** 1ªed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MEDEIROS, João L.; BONENTE, Bianca I..Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. *In:* MEDERIOS, J.L.;BARRETO, E.S. (org). **Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro I.** São Paulo, SP. Usina Editorial, 2021. p.67-114.

Recebido em 20 nov. 2022 | aceite em 06 dez. 2023



Do social e do pedagógico: interlocuções sobre o programa de Animação Cultural entre os *fazimentos* de Darcy Ribeiro nos CIEPs-RJ (1983-1987)

Marcos Antonio Macedo das Chagas¹

105

Resumo

O presente artigo, fruto de pesquisa de doutorado e pós-doutorado desenvolvido pelo autor, objetivou compreender o *Programa de Animação Cultural* como importante fazimento de Darcy Ribeiro, nos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro (CIEPs/CIEPs-RJ), entre os anos 1983-1987, problematizando a inteireza da escola com o ambiente sociocultural dos alunos e alunas a partir de suas comunidades. Na metodologia priorizamos fontes bibliográficas e documentais, mescladas às entrevistas de campo. As duas últimas interlocuções são apresentadas no texto em tela. A pesquisa de natureza qualitativa, também buscou ressaltar o conhecimento empírico acumulado pelos Animadores Culturais para atuarem no cotidiano escolar. O resultado obtido na investigação inspira possibilidades emancipatórias diante de uma prática pedagógica de cunho socioeconômico marcada por aspectos tradicionais.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; CIEPs-RJ; Animação Cultural; Entrevistas;

¹ Doutor em Educação pela UERJ. Professor e pesquisador do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (ISERJ). | marcos.chagas@yahoo.com.br



Resumen

Este artículo es fruto de una investigación doctoral y posdoctoral realizado por el autor, tiene como objetivo comprender el Programa de Animación Cultural como una importante realización de Darcy Ribeiro, en los Centros Integrados de Educación Pública de Rio de Janeiro (CIEPs/CIEPs-RJ), entre 1983 y 1987, problematizando la integración de la escuela con el medio sociocultural de los alumnos de sus comunidades. En la metodología, priorizamos fuentes bibliográficas y documentales, mezcladas con entrevistas de campo. Estas dos últimas se presentan en el texto. La investigación cualitativa también buscó destacar el conocimiento empírico acumulado por los Animadores Culturales para trabajar en el día a día escolar. Los resultados de la investigación inspiran posibilidades emancipadoras frente a una práctica pedagógica socioeconómica marcada por aspectos tradicionales.

Palabras clave: Darcy Ribeiro; CIEPs-RJ; Animación Cultural; Entrevistas;

Abstract

This article is the result of doctoral and post-doctoral research carried out by the author, aims to understand the Cultural Animation Program as an important achievement of Darcy Ribeiro, in the Integrated Public Education Centers of Rio de Janeiro (CIEPs/CIEPs-RJ), between 1983-1987, problematizing the integrality of the school with the socio-cultural environment of the students from their communities. In the methodology, we prioritized bibliographical and documentary sources, mixed with field interviews. The latter two are presented in the text. The research, which was qualitative in nature, also sought to highlight the empirical knowledge accumulated by Cultural Animators to work in everyday school life. The results of the investigation inspire emancipatory possibilities in the face of a socio-economic pedagogical practice marked by traditional aspects.

Keywords: Darcy Ribeiro; CIEPs-RJ; Cultural Animation; Interviews;

Introdução

Nosso artigo tem por objetivo tratar do *Programa de Animação Cultural* nos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro (CIEPs/CIEPs-RJ)² em sua primeira fase, entre os anos de 1983-1987³,

² Os CIEPs, idealizados por Darcy Ribeiro no Rio e Janeiro em 1983, foram planejados como instituições públicas de tempo e horário integrais – superando a escola fragmentada em turnos – para atender crianças de todas as classes. Contudo, teve como principal meta proporcionar ensino de qualidade aos meninos e meninas das camadas mais pobres da sociedade fluminense, valorizando seus hábitos culturais. Darcy Ribeiro atuou como vice-governador de Leonel Brizola, eleito para governar o estado no período de 1983-1987.

³ Os CIEPs compreenderam em sua proposta original, dois períodos desse governo (1983-1987) e (1991-1994). Entre 1987 e 1991, Moreira Franco (PMDB) governaria o estado fluminense interrompendo o projeto de educação pedetista.



problematizando a aproximação da escola pública com as culturas das comunidades locais quase sempre ultrajadas. O projeto se destacaria como mais um *fazimento* do professor, antropólogo, ensaísta e romancista – Darcy Ribeiro. Esse irreverente mineiro de Montes Claros queria ser “lembrado por suas obras – ou “fazimentos”, como gostava de chamá-las” (Darcy *apud* HEYMANN, 2012, p. 266). A Animação Cultural, seria um distinto *fazimento* dentro de outro maiúsculo *fazimento* de Darcy – os CIEPs-RJ, inspirando governos Brasil afora.

Apenas a educação, a ciência e a extensão do conhecimento, o desenvolvimento da razão, podem proporcionar a emancipação das condições opressoras da classe popular (FRIAS, 2006). De certa forma este foi o ponto nuclear de Darcy Ribeiro ao planejar os CIEPs. Daí seu cuidado com as tradições culturais da camada popular na organização dos Centros Integrados de Educação Pública-RJ.

A pesquisa de natureza qualitativa, realizada em universidade pública brasileira nos levou a procurar compreender de que forma o conhecimento empírico acumulado pelos Animadores Culturais poderia contribuir para a transformação do dia a dia da escola, diante de práticas pedagógicas de cunho socioeconômico marcadas por aspectos tradicionais e, nos dizeres de Gadotti (2002), magistrocênicos. Educação ainda mais estiolada para os empobrecidos economicamente, devido à aviltante desigualdade social.

Como princípio emancipatório, contra esta permanente situação de desprestígio educacional, os CIEPs de Darcy Ribeiro (1986) buscaram priorizar a cultura como eixo formacional. Darcy entendia que a valorização cultural no currículo, como realidade social dos grupos populares, possibilitaria abrir veredas ao desconhecido e quebrar paradigmas autoritários.

Além das interlocuções registradas na Tese (2013), tocados pela pertinência do tema, voltamos a campo para retomar a pesquisa no pós-doutoramento (2015). Em menor escala de tempo, optamos por entrevistar duas conceituadas professoras/coordenadoras que também se envolveram com a *Animação Cultural* no período 1983-1987. Os depoimentos – em função do rigor que demandam as pesquisas científicas – foram respaldados por criteriosa fundamentação teórica, descritos nas seções propriamente reservadas. O que efetivamente entendemos dar veemência às fontes oriundas do trabalho de campo, como intui Duarte (2002).

Considerando as fontes orais e documentais disponíveis para a Tese de doutorado, nosso estudo preocupou-se em destacar, na revisão



bibliográfica, as obras de Anísio Teixeira (2007) e Darcy Ribeiro (2010; 1986; 1984; s.d.) como precursores históricos de uma escola pública laica, gratuita, aglutinadora, emancipadora, criativa e crítica – linha didática também perseguida pelos CIEPs.

Entre outros autores e autoras, contribuíram para a exposição do tema profissionais envolvidos no propósito dos Centros Integrados de Educação Pública-RJ, como: Lia Faria (1991), Lúcia Velloso Maurício (2018; 2006) e Cecília Conde (1995).

Nos CIEPs-RJ a *Animação Cultural* teve o propósito de preparar alunos e alunas, no campo da arte e da ciência como ação interdisciplinar do trabalho teórico, desenvolvido em seus espaços educacionais (RIBEIRO, 1986). Os CIEPs se constituíram como escolas de tempo integral diante de uma rede escolar segmentada em turnos, sendo idealizados pelo vice governante Darcy Ribeiro no primeiro mandato do governador Leonel de Moura Brizola, entre 1983-1987, no estado fluminense. Embora as escolas dos CIEPs e o Programa de Animação Cultural tenham prosseguido no segundo governo brizolista (1991-1994), período em que Darcy já se encontrava no senado⁴.

O Regimento Interno dos CIEPs, conforme Ribeiro (1986), foi o documento oficial que normatizou e permitiu o funcionamento destes Centros, determinando: *natureza, finalidades e objetivos* de suas atividades. O Art. 60 do Regimento definiria o Programa de Animação Cultural, seus coordenadores e animadores, assinalando no 2º parágrafo o número de três Animadores Culturais por escola. Para o Programa de *Animação Cultural* se efetivar foram contratadas pessoas de criação autônoma, ligadas à arte, que em sua empiria mantinham estreita identificação com os valores das comunidades, onde se situavam as sedes dos CIEPs (CHAGAS, 2015).

Para a pesquisa em tela, acompanhando a fundamentação apresentada, observamos que a obra de Antonio Gramsci (s.d.) exerceu contribuição teórica relevante, sobretudo na categorização da escola “unitária”⁵ como espaço aberto aos “de baixo”. O resultado do trabalho de

⁴ Darcy Ribeiro foi senador, representando o Rio de Janeiro, entre 1991-1997.

⁵ Antonio Gramsci (1891-1937), encarcerado autoritariamente pelo regime fascista de Mussolini, onde faleceria, defendeu a educação como fundamental na formação autônoma de consciências críticas contra o poder de Estado e a sociedade política que o abrigava. Para isso, seria importante a construção revolucionária da *escola unitária* ou *escola desinteressada*, ampliando os saberes culturais daqueles socioeconomicamente empobrecidos.



doutorado apontou à importância de uma proposta pedagógica que considerasse, além do discurso usual, a cultura local como correia de transmissão do currículo⁶ a ser desenvolvido pela escola pública.

A metodologia, a partir da pesquisa de doutoramento, compôs minuciosa revisão bibliográfica lançando mão de perguntas semiestruturadas⁷. Para as entrevistas de campo, reunindo profissionais ligados/as ao projeto de Animação Cultural nos CIEPs-RJ, foram transcritas aproximadamente cento e cinquenta horas de gravação⁸. Assim também ocorreu, complementarmente, com as duas educadoras entrevistadas para o pós-doutoramento em mais ou menos seis horas gravadas. Diferente do apurado para a Tese, essas entrevistas trouxeram informações não capturadas anteriormente sobre o funcionamento interno da Animação Cultural, que em seus aspectos socioeducacionais descrevemos ao longo do texto. Interloquções que para não parecerem meros relatos foram cuidadosamente assentadas sobre consistente base teórica, como discutem Maranhão e Vilela (2017).

Ao longo do texto, reorganizamos as entrevistas encaminhadas no trabalho final do pós-doutorado, ocorridas entre junho e agosto de 2015.

⁶ Buscamos ao longo do texto, permanentemente, como aponta Thomaz Tadeu da Silva (2000), uma compreensão de currículo que possa dar sentido material, a partir da problematização da identidade e das diferenças constitutivas das relações sociais de poder, refletidas nas experiências locais onde germina a escola. Articulando-se conjuntamente na composição das matérias disciplinares.

⁷ Optamos por perguntas semiestruturadas, objetivando manter os aspectos centrais do que seja “cultura” como dimensão popular, embora o termo careça de imprecisões históricas como entendemos em Ivani Fazenda (2018). Ao utilizar como fio condutor a *cultura* em sua amplitude conceitual, buscamos provocar, a partir das entrevistas, inflexões com desdobramentos diversos, sobre o campo da *Animação Cultural*, encadeando as questões em forma de “perguntas abertas”.

⁸ No doutoramento, para além da revisão bibliográfica e trato documental, foram gravadas entrevistas com quatro integrantes profissionais do quadro de Animação Cultural: uma coordenadora cultural, um coordenador de recursos humanos e recrutamento, uma coordenadora pedagógica e um Animador Cultural. Com este último convivi por, aproximadamente, trinta dias ouvindo-o, analisando e registrando materiais diversos de seu acervo pessoal. Para uma compreensão mais abrangente dos dados coletados, ver tese em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10328/1/Tese_Marcos%20Antonio%20Macedo%20das%20Chagas1.pdf.



Conforme parâmetros do CEP/CONEP⁹, preservando eticamente a identidade das entrevistadas, as trataremos como professoras (A) e (B). Observamos que a escolha das duas educadoras se deu por decisão conjunta com a professora orientadora da Tese de doutoramento que, atuando na coordenação dos CIEPs-RJ, e com mais de 45 anos de experiência no magistério público, trabalhou com ambas na implantação da Animação Cultural – reconhecendo entre elas elevada capacidade na condução do Programa. As professoras (A) e (B) participaram da trajetória dos CIEPS tanto em sala de aula como na estruturação do processo.

Para melhor compreensão dividimos o artigo, além desta *Introdução*, em: *Registros da primeira entrevista; Registros da segunda entrevista; Debruçando-se sobre as entrevistas e (In)conclusões*.

Registros da primeira entrevista

Iniciamos a entrevista com (A), em 22/06/2015, que ao trabalhar pedagogicamente em uma favela carioca, foi convidada para ser diretora do projeto *Casas da criança* que também funcionava como Programa dos CIEPs. (A), mestra em educação e doutora em comunicação, também fez parte da equipe técnico-pedagógica do Programa de Animação Cultural. De modo geral, a entrevista explorou o histórico dos Centros Integrados de Educação Pública e a questão de como cultura popular e cultura erudita se apresentam em nossas relações sociais. “Nesse quadro, se forjam as premissas para a criação do perfil do Animador Cultural [...]” (GENUNCIO, 2018, p.62).

(A) asseguraria, como pode ser visto em Chauí (2010), que “em síntese a cultura popular é uma cultura viva, pulsante. Realizando-se cotidianamente, leva as marcas da tradição que lhe renova e serve de base” (2015), como nos proporcionam as interpretações de Antonio Gramsci (s.d.). Segundo (A), a cultura erudita, corrobora Conde (1995), “nascida nos primórdios como música era cantada na rua, depois se tornando circunscrita aos grupos elitizados” (2015). Afirmaria que “restringir o acesso ao povo é o mesmo que limitar a abrangência e a apreensão. Impede-se o culto – cultura como cultuar, como cultivar, como ação criativa e transformadora” (*Ibidem*).

Para (A) a cultura popular nem sempre é de resistência, como demonstra Coelho (2011) ao discutir sobre “fabricação cultural”. Tendo a

⁹ Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).



oportunidade de viajar por boa parte do Brasil e percebendo as marcas das religiões afro-brasileiras, como o candomblé, a professora entendia, assim como Prandi (2005), que as pessoas são movidas por seus atos de fé. É a ordem da “visceralidade que lhes dá sentido e não a ordem da racionalidade” (PROFESSORA A, 2015). Explicou que ao deixarem de acreditar “mudam para religiões neopentecostais e cometem atrocidades, contra aqueles que um dia estiveram partilhando da mesma crença” (*Ibidem*).

Contudo a professora (A), como identifica Rocha (2009), reconheceu que a consciência também está presente na cultura negra, quando os santos católicos perdem importância simbólica nos terreiros. Intuíva que “com o avanço dessa consciência negra, ou sincretismo, ou outro nome que se dê, elas/eles (mães e pais de santo) mudaram, não usam mais imagens católicas em suas manifestações” (PROFESSORA A, 2015).

Esse tipo de consciência surgiu ao longo das interações, alterando a prática de sua gente, como também discute Santos (2020). Nas avançadas formas de pensamento, (A) acreditava que surgiria outra consciência com relação ao cuidado com o meio ambiente nas questões religiosas. Uma mudança que estaria de acordo com os tempos atuais, pois a cultura, ressaltou, – “não é estática” (2015).

Sobre a Animação Cultural, como Programa inovador dos CIEPs, a professora argumentaria: “uma coisa foi a idealização outra coisa sua aplicação” (*Ibidem*). Mencionou que ao ir à reunião com os Animadores ouvia o que a direção do Programa falava, mas verificava que nas escolas não era uma coisa tão fácil e nem tão eficaz de se realizar, embora destacasse o potencial da Animação. Em um dos CIEPs em que trabalhou como professora, citou que “talvez tenha assistido apenas três ações culturais” (*Ibidem*).

O trabalho com os Animadores culturais, na fala de (A), tinha uma eficácia, uma potência, igualmente verificado em Conde (1995), mas trazia muitos conflitos e divergências, “frequentemente se apresentava no rol da disputa” (PRODESSORA A, 2015). Todavia, em outro CIEP, na região de Jacarepaguá, pôde constatar ações e fazeres artesanais com objetos ligados às africanidades, à questão de gênero. Os Animadores por serem minoria, acabavam disputando espaços com as artes plásticas, com as artes cênicas, com a música, com a sala de leitura, “quando se acertavam funcionava, mas nem sempre isso dava muito certo” (*Ibidem*).

No entanto, era um experimento que estava se iniciando com grande dificuldade. O equívoco dos CIEPs, pelo menos na versão inicial, no primeiro



governo Brizola (1983-1987), segundo (A), “foi a incapacidade de as pessoas fazerem autocrítica, se achavam ótimas. Não conseguiam ver o cotidiano, os professores não tinham a formação para tal. Não havia quadros” (*Ibidem*).

Como professora, o que (A) via e ouvia “não era nada auspicioso”. O CIEP onde iria lecionar, inaugurado em maio de 1985, logo depois teve que entrar em reforma, pois “as crianças dilapidaram sancas de gesso, portas, armários etc.” (*Ibidem*). Na correria pela inauguração fatores exógenos, como a homenagem de um representante político recém-falecido que dava nome à escola, apressariam a liberação do prédio escolar. Não contando ainda com discentes oficialmente matriculados foi necessário requisitar às escolas da rede alunos, como “figurantes”, para “participarem” da inauguração. Então, ocorreu um fato singular: “juntou-se em uma mesma escola várias crianças que tinham histórico de exclusão. A coisa se descontrolou – sem entender a proposta, se deu o caos. As crianças destruíram tudo” (*Ibidem*).

Outra questão abordada pela professora (A), embora declarasse o programa como encantadoramente popular, assim também constata Genuncio (2018), foi o nível conservador da parte administrativa dos CIEPs-RJ, no centro do poder decisório: “o que de certa forma acirrava a tensão entre o pensar e o fazer”. Tudo – em meio a essas contradições “era aprendizagem”, afirmaria a mestra (PROFESSORA A, 2015).

Para enriquecer nossa compreensão sobre a cultura popular, conceito que se presta a muitas interpretações, como entende Coelho (2011), (A) afirmou que nesse espaço existe uma sabedoria que precisa ser ouvida, “os valores civilizatórios, sobretudo entre negros e indígenas, estão muito presentes nas manifestações culturais populares. Assim, torna-se necessário aprender a ver, ouvir e ressignificar” (PROFESSORA A, 2015). Entendia ainda haver, semelhante ao observado por Ortiz (1999), uma hierarquização e uma subalternização dessas manifestações: “o mestre de capoeira, na condição de Animador Cultural, para entrar na escola, não encontrava muito espaço”. Exigia-se que fosse licenciado em educação física, então – criticamente destacava – há que se ter “muito cuidado em relação a isso” (PROFESSORA A, 2015).

Sobre a questão cabe um aparte, o sistema educacional no Brasil, diferentemente do que aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), implantados no final dos anos 1990, ainda exige certificação escolar para que outros atores culturais ocupem seus espaços na qualidade de quem tem algo a ensinar. Todavia, já se torna possível o profissional de educação física trabalhar como Animador Sociocultural, assim nos



apresentam Alves e Marcellino (2008). O que acirra a discussão da certificação escolar ao suscitar questões em torno do tema. Embora a certificação tenha importância, há que se encontrar meios para outros sujeitos, com seus acúmulos empíricos, poderem atuar no âmbito formal da educação pública criando possibilidades conjuntas de trabalho como profissionais. “[...] o diploma escolar é uma presunção de preparo e não um atestado de preparo” (TEIXEIRA, 2007, p. 101).

Não é somente o que apresenta o Art. 26 da LDB 9.394/96:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum [já em vigor], a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, grifos nossos).

Entendemos que este Artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional oferece boas condições para se debater sobre a certificação de Animadores Comunitários sem as supostas “credenciais formacionais”, exigidas oficialmente por uma educação, como menciona Freire (1994), que se constituiu enciclopédica e conteudista.

Contudo, (A) expando sua admiração pelo projeto CIEPs e a questão da Animação Cultural, afirmaria: “se na ocasião esse projeto tivesse funcionado como um todo, não permitiria acontecer o que está acontecendo com a juventude pobre” (2015). Dayrrel (2007) contribui para a abordagem da temática. Atualmente, por tudo isso não ter avançado, “como consequência do abandono e da falta de investimento educacional e político, vemos significativa parcela de sujeitos marginalizados”. A proposta, complementar, “era muito rica só que feita por humanos” (PROFESSORA A, 2015).

(A) percebia ser necessário, em nossas relações pedagógicas com a cultura, não só o livro, “mas a integralidade do corpo – dançando, costurando, comendo, ouvindo, observando; como uma pedagogia iniciática” (2015). Por isso a Animação Cultural, conforme argumentaria Genuncio (2018), representou um impacto nas escolas dos CIEPs – era a exigência de horário, com pessoas que tinham outra relação com o tempo e o espaço.

Sobre a estruturação do Programa de Animação Cultural, (A) pronunciaria: “ali, precisávamos de todos para aprender e não houve tempo



para isso". Ao mesmo tempo, indagava: "o que faz? Como convive? O Animador tinha carga horária? Tinha tempo específico com as crianças e jovens? Todos deviam trabalhar juntos?" Em seguida, afirmaria: "essas foram questões postas à época". (A) entendia ser fundamental: "observar os mínimos detalhes de uma chamada grade curricular envolvendo relacionamentos interpessoais; aspectos teóricos, conceituais e políticos" (2015).

(A) Falou-nos de uma experiência trabalhada com o jongo na Universidade Federal Fluminense (UFF), destacando que o grande choque era quando ia se fazer as atividades com as comunidades do jongo e "descobrir que as jongueiras, por exemplo, eram as merendeiras. Não víamos, não reconhecíamos isso cotidianamente – aquelas pessoas tinham e têm esse repertório cultural – não são reconhecidas" (*Ibidem*).

Verificava os professores como educadores, com muita coisa a dizer às crianças, aos familiares etc. Mas, destacaria a importância daqueles profissionais que estavam em posição secundária aos docentes, finalizando: "há que se abrir o coração, à porta dos saberes dessas pessoas. Assim, se proporcionarão as mudanças" (*Ibidem*). Melgaço e Souza (2022) contribuem para a compreensão das merendeiras como educadoras no espaço escolar.

Registros da segunda entrevista

Nossa segunda entrevistada para a pesquisa em 19/08/2015, foi a professora (B); formada em língua portuguesa, graduada em letras, mestra e doutora em educação. Como docente do município carioca (B) começou nos CIEPs, após atuar em um centro cultural comunitário no subúrbio do Rio de Janeiro. Depois, participou da equipe de implementação dos CIEPs-RJ permanecendo até o início do governo Moreira Franco em 1987.

Da mesma forma, pela natureza do trabalho, nossas perguntas na entrevista com (B) orbitaram entre as questões de cultura popular, cultura erudita e Animação Cultural nos CIEPs. A entrevistada responder-nos-ia, como igualmente observado em Chauí (2010), que "essas barreiras criadas entre popular e erudito são cada vez mais questionadas". Na época dos CIEPs, conforme cita, "essa era uma das controvérsias explicitadas" (2015).

Tal divisão entre culturas não caberia, segundo a entrevistada, no Programa de Animação Cultural idealizado por Darcy Ribeiro e conduzido pela professora Cecília Conde. Embora ambos fossem ligados à intelectualidade, estavam imbuídos em pensar a cultura popular como



dinâmica universal. Todavia, isso criava um paradoxo – pessoas oriundas de uma cultura tida como “enciclopédica”, pelo menos universitária, organizando modos que pudessem incorporar artistas comunitários sem formação acadêmica, às vezes sem o próprio ensino fundamental. O que gerava desconfiança, “até mesmo entre o grupo de professores, pois tudo acontecia rapidamente” (*Ibidem*).

(B) citou, que com o fim do projeto de Animação Cultural nos CIEPs surgiu nas comunidades uma efervescência cultural. Caso exemplar das Lonas Culturais cariocas, Cineclubes e de outros projetos como o “Mate com Angu”¹⁰, nascido na baixada fluminense – “propostas que não passam pelo governo ou pela escola” (*Ibidem*).

A entrevistada colocou em dúvida a função tradicional da escola como polo irradiador, mencionando experiências como o “Teatro da Laje” – nascido na Vila Cruzeiro, periferia do Rio de Janeiro, também discutido por Vieira (2017). Alegava surgir uma movimentação cultural, fora dessa chamada “cultura oficial, mais acadêmica”, pautada em valores artísticos corriqueiros, como aborda Gusmão (2008). A professora (B), semelhante ao registro de Almeida (2011), afirmou que haveria “grande movimentação acontecendo, coisa que a gente nem conhece, nem sabe que ocorre nas comunidades” (2015).

A mestra entenderia que de alguma maneira as coisas continuaram ocorrendo sem que a escola tenha conseguido centralizar, como talvez fosse a intenção. Amaral (2011) constata que nas comunidades surgem grupos de cultura independentes, como Folia de Reis, Hip-Hop e outros. “O que parece faltar, talvez seja maior debate na sociedade para entendermos um pouco mais essa diversidade e ver as reais necessidades desses grupos, reconhecendo-os” (PROFESSORA B, 2015).

Analisando as barreiras surgidas entre escola e sociedade, após a extinção da Animação Cultural, (B) nos respondeu – “Entendo que existem muros, mas esses muros são transpassados por pessoas, as pessoas entram e saem”. Muitos alunos, como verificamos em Genuncio (2018), que estão na escola pública vêm das favelas, então fica evidente que chegam e saem: “levam experiências da sua comunidade para escola e vice-versa”. Por isso, a entrevistada entendia que de certa maneira, “esses muros não são tão rígidos” (PROFESSORA B, 2015).

¹⁰ Sobre o projeto ver Gouvêa, 2007.



A mídia, criticava a professora, “também reforça a cisão entre favela e asfalto, entre comunidades e o mundo que não seria o da favela, onde as manifestações culturais estão por toda a parte e podem dialogar entre si”. Argumentava que estávamos muito “cerceados pelos valores advindos da mídia, das próprias igrejas, dos grupos mais conservadores” (*Ibidem*).

Ao abordar a relação cultural do professorado, (B) entendia que entre as diversas cisões, “falta na formação dos professores uma perspectiva mais ampla do que seja cultura”. Nosso professorado, afirmava (B), é afetado por “questões históricas de formação, de salário, de dupla jornada” (2015).

(B) inferiria que os docentes de modo geral possuem elaborações culturais que, frequentemente, deixam a desejar e isso prejudica o processo de aprendizagem dos alunos. Entendia que enquanto não se apresentasse a cultura “como eixo estruturador do currículo”, o processo de ensino não avançaria. “Em geral, ainda hoje, nos parece que o termo *cultura* surge nas discussões escolares internas para se esvaziar didaticamente na prática” (*Ibidem*).

Reafirmando sua preocupação com a pouca eficácia do Programa de Animação Cultural, a mestra comentaria que a dissenção aconteceu, em alguns casos, por estarem – professores e Animadores – “voltados a processos diferentes e o não entendimento desses ajustes”. Essa também é a compreensão de Genuncio (2018). Ou seja, se o professor de Artes tinha e tem um currículo a seguir – “como iria atuar com o Animador Cultural, que teve outra experiência com a arte, outra perspectiva? Como é que isso poderia se juntar? No entanto, é possível sim”. Observaria que “faltou um pouco esse diálogo, de como se juntar para acrescentar” (PROFESSORA B, 2015).

Ainda assim, insistimos na entrevista com a pergunta sobre a possibilidade do ressurgimento do Programa de Animação Cultural, nos moldes pensados por Darcy Ribeiro e Cecília Conde? A mestra respondeu que o próprio “aparelho cultural das secretarias de culturas, as bibliotecas públicas, os centros culturais populares, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs), podem somar esforços com as escolas delimitando papéis” (*Ibidem*).

A professora (B) citou: “Se não temos os CIEPs, a escola de horário integral, onde a ideia era que tudo funcionasse a partir de um eixo escolar – se situar nesses espaços seria muito importante” (*Ibidem*). Mencionou que seria preponderante formar “mediadores culturais que pudessem trazer novas perspectivas educacionais” (*Ibidem*). Aieta e Zuin (2012) também



defendem ações envolvendo o museu, a cidade como espaço educativo, as ruas, os lugares de história a serem explorados e intermediados pelos artistas populares.

(B) ao ser perguntada sobre a importância de se retomar uma escola de tempo integral, a partir da ideia dos CIEPs? Lembrou o compromisso de Darcy Ribeiro (1986), explicando que o Centro Integrado de Educação Pública constituiu uma das últimas políticas públicas pensadas universalmente para crianças. Depois disso, “apenas surgiram outros projetos de educação integral completando o horário da escola com o contraturno” (PROFESSORA B, 2015).

A exemplo do comentário acima, observamos a proposta de pouca efetividade na ampliação do tempo e do espaço escolar elaborada pelo *Programa Mais Educação*, conforme Decreto nº 7.083/2010 do governo federal. Propositura que deu origem no Rio de Janeiro à Lei Municipal do Turno Único¹¹, nº 5.225 de 5 de novembro de 2010 (MARTINS; COELHO, 2022). Todavia, a professora (B) observaria que a ideia dos CIEPs era inédita. Mas via de forma positiva, iniciativas de se “pensar uma política integral para a criança, seja ela em uma escola de horário integral ou de outro modelo” (2015). Processo didático educativo organizado em turno ampliado, como entendemos, que supere o formato técnico e instrumental como expressam Martins e Coelho (2022).

A entrevistada comentaria: “Darcy Ribeiro dizia que pior do que uma escola de horário parcial é uma escola de horário integral ruim”. Tal ideia se constata na análise que Darcy empreendeu em *Nossa escola é uma calamidade* de 1984. (B), completando, mencionou: “se não trouxermos o aluno para essa diversificação, essa vivência cultural, à brincadeira – a escola de tempo integral não tem sentido” (2015). Na ocasião observou que muita coisa, como discorre abaixo, teria de ser revista no projeto para funcionar na atualidade.

Nossas escolas públicas, segundo a mestra, assim também constata Coelho (2009), “não têm instalações condizentes com a permanência de um aluno no horário integral, então talvez a ideia de se trabalhar externamente com outras atividades fosse uma coisa boa”. Contudo, observaria que o modelo de descentralização desvinculando, intencionalmente,

¹¹ Sobre os conflitos e contradições, ocorridos nas práticas pedagógicas de turno único, no Rio de Janeiro, verificar artigo da pesquisa, compreendida entre 2009-2017, escrito por Martins e Coelho (2022).



responsabilidades, entre os vários níveis de governo, teria sido um impeditivo comum contra o avanço da educação pública (PROFESSORA B, 2015). Ou seja, como reflete Nosella (1992), os grupos hegemônicos enquadrados por uma visão economicista não estariam interessados em uma escola pública de qualidade.

A entrevistada, refletindo sobre as mazelas educacionais, falou de sua passagem por Cuba. Evitando qualquer simplificação afirmava ter visto situações bem interessantes sobre a ocupação integral do aluno, que não eram feitas em uma mesma escola – a criança frequentava as aulas tradicionais em um período e em outro ia para um centro cultural. Experimentava várias linguagens: artísticas, desportivas etc., até que se definisse e encontrasse suas aptidões. Aqui no Brasil, comentaria a professora, “temos dificuldades de falar que a criança tenha aptidões, dons, que possam ser incentivados” (PROFESSORA B, 2015).

Do que pôde conhecer em Cuba, à época de sua visita, expressava a professora: “existe uma escola pública de qualidade mais tradicional, paralelamente ocorre uma tentativa voltada para cada aluno e como fazer crescê-lo”. Entre nós brasileiros, retomava a mestra: “falar em aptidão, dom, soa como preconceito. Mas em Cuba, por exemplo, se o aluno tem uma aptidão será encaminhado àquilo que manifesta” (*Ibidem*). Particularmente, interpretando Severino (1986), entendemos que fatores como “dom”, “aptidão”, se tornam difíceis de mensurar em sociedades rigidamente estratificadas como é o caso da sociedade brasileira.

Interpelamos a mestra formulando a seguinte questão, como agir na transformação em meio a um comportamento elitista de se pensar o Brasil? Respondeu-nos da seguinte forma – “Há uma dificuldade em se efetivar a escola pública universalizada, com qualidade para todos” (PROFESSORA B, 2015). Comentou que quando a escola pública dos anos 1950/1960 era para poucos até manteve certa qualidade. Embora, fosse “qualidade que excluía, qualidade pautada na meritocracia; as pessoas até hoje dizem que a escola pública de seu tempo era boa” (*Ibidem*). Observando Yakovleva (2022), cabe-nos destacar que a educação em países de capitalismo financeirizado como o Brasil, vem se pautando pelos interesses burgueses e especulativos do *homo finansus* em aversão à classe economicamente empobrecida.

(B) comentava ter ouvido sempre “que se existe uma base comum é possível cada um despontar, aflorar suas capacidades” (2015). Todavia, parafraseando Mészáros (2009), pensamos que uma “base comum” deve ser construída a partir de um trabalho rigoroso que leve em consideração o



abandono material da escola pública como projeto intencional de uma elite descompromissada historicamente com a classe socioeconomicamente subalterna. Cabe mencionar que em dezembro de 2017, acentuando a fragmentação das matérias disciplinares, passou a vigorar no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acobertando discursos retrógrados (SILVA, 2018).

Uma das questões fundantes para a discussão de toda a educação básica, por exemplo, inicia-se nas idades mais tenras. A BNCC destaca que a “socialização, a autonomia e a comunicação” devem objetivar “as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças”, visando elevar “o diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família” (BRASIL, 2018, p.36). Contudo a infância brasileira, frequentemente, é vista de modo apenas sentimental (FREITAS, 2012).

A classe média, seguia a entrevistada: “observa seu filho, se tem vontade de estudar música, vai proporcionar a escolha, se tem tendência para outra coisa, vai valorizar isso” (PROFESSORA B, 2015). Porém, como expressa Frigotto (2011), estamos muito à mercê do mercado, não sendo diferente no campo educacional.

A entrevistada perguntava e complementava “O que é que rende? Escolinha de futebol? Então bota na escolinha de futebol. É a capoeira? Coloca na capoeira”. Também argumentaria sobre “o desprestígio das carreiras que não são acadêmicas, mas técnicas”. Apesar de não ter uma visão clara sobre a questão, a mestra observaria que é uma discussão que estamos perdendo¹² (PROFESSORA B, 2015). Contudo, afirmamos que formar em bases omnilaterais significa educar para o domínio dos fundamentos da ciência, como pressupõe Farias (1998), e não apenas à reprodução de tarefas impostas pela *tecnia algorítmica*, como tem sido – na abordagem de Ghiraldelli Júnior (2021) – o mote do século XXI.

Ao finalizar, interpelou e respondeu – “O que a gente realmente quer? Mudar o currículo eternamente a cada tendência que surge, sobretudo na escola pública? As escolas tradicionais vão muito bem”. A burguesia, completaria, “não aposta nessas inovações, vai procurar escolas tradicionais que garantirão o acesso ao vestibular” (PROFESSORA B, 2015).

¹² Reflexões sobre o tema são abordadas por Ricardo Antunes no livro “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0”. São Paulo: Boitempo, 2020.



Debruçando-se sobre as entrevistas

Ao refletirmos sobre as argumentações das professoras (A), em 22/06/2015 e (B) em 19/08/2015, verificamos outro ritmo em função das entrevistas realizadas para o doutoramento. Fato revelador de que um mesmo objeto de pesquisa não se esgota no tempo, podendo ser retomado em outros momentos, com novos acréscimos (SEVERINO, 2014). Em nosso caso a visão conflitiva do Programa de Animação Cultural surgiu mais pulsante em suas dissensões na pesquisa do pós-doutoramento, ampliando a percepção do todo.

As entrevistas registradas anteriormente, na Tese de doutorado, parecem ter sido mais equânimes no funcionamento dos CIEPs e na atuação dos Animadores Culturais. Embora, encontremos na leitura algumas divergências na formação escolar do profissional de Animação – como por exemplo ter ou não ensino médio, ter ou não ensino acadêmico etc. O acréscimo de fatos, nas entrevistas aqui presentes, aprofundaram as situações conflitivas – como o caso da unidade escolar, abordada pela professora (A), cuja inauguração foi apressada para homenagear um político falecido, que emprestava o nome ao CIEP, e teve as instalações internas destruídas pelo alunado; além das dificuldades reais no espaço escolar para o desempenho das atividades culturais, somadas à fragilidade de setores administrativos responsáveis pelo funcionamento pleno do Programa.

A professora (A) evidenciou que embora o Programa de Animação Cultural tenha sido importante, ainda carecia de ajustes entre os professores das disciplinas de artes plásticas, artes cênicas, música etc. (2015). Todavia, tanto (B) como (A) entenderam a formação dos professores distante da compreensão do que seja *cultura* em sua diversidade e profundidade. Afirmavam, como Lander (2005), ser necessário aprender a ouvir e a ressignificar os “valores civilizatórios” que perpassam modos autoritários de convívio. Essa carga histórica, ainda nos dias de hoje, alcança os professores como pessoas em suas experiências de vida. No entanto, as entrevistadas de 2015 constantemente ressaltaram, como observamos em Maurício (2018), que o curto espaço de duração das escolas não proporcionou o tempo necessário à correção de percurso.

As mazelas autoritárias marcarão toda a formação socioeducacional brasileira, expondo dominadores e dominados (RIBEIRO, 2010). Os primeiros *prepostos* da dominação hegemônica e os segundos se constituindo, por imposição dos dominantes, como *subalternos*. “Uma história baseada no



escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes” (IANNI, 1996, p. 26-27).

Essa mancha não se apaga da noite para o dia apenas com “boavontade”, senão por anos a fio de educação crítica e superação da ideologia burguesa. No entanto o educador, identificado com as causas proletárias, para se educar depende de uma política educacional que valorize o magistério e respeite suas necessidades humanas, e esta política não surgirá como benfeitoria do Estado capitalista, mas, através de intensas disputas a serem enfrentadas entre aqueles que são favoráveis à formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Por tanto, como sustenta Marx e Engels (2007), o próprio educador necessita se educar. No Brasil tem sido contumaz a precarização do magistério afetando significativamente os professores e professoras que atuam na rede pública, como analisam Sampaio e Marin (2004).

Parte do nosso problema talvez decorra de sermos uma sociedade que em vez de seguir a partir do que fora elaborado anteriormente, buscando avançar para possibilidades diferenciadas, cedemos aos discursos de abandono e eliminação do outrora construído – sem retomarmos de um ponto materialmente concreto. Os CIEPs, mesmo em suas falhas, deixaram pistas importantes para estudarmos a educação vinculada à escola pública brasileira, sobretudo para vislumbrarmos condições de atendimento aos excluídos do ensino de qualidade, independentemente de qualquer governo momentâneo.

Percebemos que a professora B (2015), ao analisar sua estadia em Cuba, falou da questão de “dons e aptidões”, inobservando a práxis histórica brasileira. Se ainda não construímos políticas públicas duradouras em prol dos excluídos – dons e aptidões pouco significarão. O cenário político-social profundamente diferenciado entre a Ilha e o Brasil altera tais percepções. Como aborda Soares (2017), entre nós a questão do dom e da aptidão carece de sustentação teórica.

Quando Cuba – imersa em contradições, mas zelosa às questões educacionais¹³ – selecionou seus jovens, levou em conta um conjunto de políticas públicas que o Brasil não reuniu em seu todo, e, hoje não é

¹³ Segundo o IELA/UFSC, o Banco Mundial identifica Cuba como país que, em níveis globais, mais investe em educação na América Latina e Caribe, reservando e aplicando 13% do seu orçamento nacional (2018).



diferente¹⁴. Óbvio que os interesses burgueses, ideologicamente distópicos, alteram o panorama se comparado com sociedades movidas por utopias transformadoras. Entendemos que realidades sociais distintas tendem a construir ações materialmente diferenciadas. Dessa feita, se esfumam as condições analíticas da questão de *dom* e/ou *aptidão* como fatores estritamente decisivos.

Convém destacar na fala da mestra B (2015), sua preocupação por uma escola de tempo integral que de alguma forma esteja de modo diversificado à disposição de crianças e jovens populares. Afirmção corroborada por Maurício (2006). Entretanto, ao mesmo tempo entenderia que o espaço cultural das cidades pode e deve ser educativo, complementando e integrando os saberes científicos de aula, óbvio que organizado com o amparo estrutural e monetário dos poderes locais. Os impostos arrecadados existem para tais medidas. Decerto essas ações já ocorram aqui e acolá, embora em muitos casos, devido à omissão estatal, estejam a cargo de professores e professoras sem qualquer apoio logístico e financeiro (SOUZA, 2013).

Importa afirmar, assim assinala Harvey (2005), que essa situação não é acidental, exigindo uma disputa materialmente concreta e contra-hegemônica com ações que superem os conflitos entre classes. Como critica Darcy Ribeiro (s.d.) – de modo particular, refletindo o profundo impacto na educação – não ter projeto é o próprio projeto de dominação e exclusão sobre as categorias socialmente subalternas, imposto pelas elites brasileiras. “As sociedades constituídas por privilegiados e multidões subjugadas também sempre prescindiram da cultura popular” (TEIXEIRA, 2007, p. 108).

(In)conclusões

Apesar da extinção, os CIEPs deixam uma memória histórica para os estudos sobre a escola pública de horário e conteúdos ampliados. Se os

¹⁴ Como exemplo pífio de nossa realidade, verificamos, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2019), que a taxa de analfabetismo, embora venha caindo, ainda apresenta, absurdamente, 11 milhões de analfabetos entre 15 anos ou mais de idade. Bastante revelador do aspecto senhorial, entranhado nas raízes brasileiras, é lamentável constatar que os piores percentuais regionais se encontram no Nordeste com 13,9%, seguidos do Norte com 7,6% e do Centro Oeste com 4,9%. (BRASIL, 2019).



Centros Integrados de Educação Pública em meio a avanços e recuos feneceram, os ideais educacionais de Darcy Ribeiro permanecem vivos.

Da mesma forma, entre erros e acertos, precisamos reconhecer o Programa de Animação Cultural como ação importante a ser pensada, sob as perspectivas atuais, no espaço escolar como forma dialógica entre comunidades e instituições de ensino.

Na atualidade, como identifica Teixeira Coelho (2011), continua a prevalecer entre nós uma *educação radical* em seu sentido mais conservador e atrasado. Assim, podemos afirmar que a Animação Cultural interveio na prática educacional inovando no reconhecimento da cultura local como importante mediadora com a cultura universal e desta com aquela. Superando o “folclorismo”, até então predominante nos encontros culturais dentro do espaço escolar. “O trabalho de Animação Cultural procurou criar uma ponte de mão dupla entre a escola e a vida comunitária” (O EDITOR, 1991, p. 74).

A Animação Cultural buscou formar meninos e meninas conhecedores da arte e da ciência no espaço público escolar dos CIEPs por iniciativa de Darcy Ribeiro, vice-governador de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, nos anos 1983/1987, diante de uma rede escolar fraturada em turnos. O Regimento Interno dos CIEPs, como mencionado, foi o documento que estruturou sua ação.

Para o funcionamento do Programa de Animação Cultural foram selecionadas pessoas envolvidas com a cultura popular das comunidades, onde estavam situados os Centros Integrados de Educação Pública, exercendo o papel fundamental de incentivar uma linguagem artística comum entre o ambiente social desprestigiado economicamente e a escola.

Contudo, a explícita contradição da função do Animador se revela na fala da professora A (2015) quando ao refletir sobre o *jongo e os jongueiros* alertava-nos que estes agentes, ainda que acumulem conhecimentos e experiências coletivas importantes, não são percebidos como *educadores* no interior da escola. Questão que precisa ser amplamente discutida nas propostas político-pedagógicas do ensino público, já que envolve uma estética de vida e resistência das camadas oprimidas contra os valores de eugenia impostos sobre nós, como expressa Freire (1994).

Fato conhecido de alguns, no Rio de Janeiro, que ilustra a “invisibilidade” cultural da camada popular, revela-se no caso do cantor e compositor mangueirense Cartola. O sambista depois de algum sucesso e pouco dinheiro, sobrevivendo anonimamente como lavador de carros em



Ipanema, foi encontrado aos 48 anos de idade pelo jornalista Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) e reconduzido ao mundo do samba (RIBEIRO, 2018).

Para o reconhecimento cultural das vivências populares e a mescla de saberes no espaço da escola pública, contra as “invisibilidades” fabricadas por meio da discriminação socioeconômica, talvez fosse interessante intensificar situações em que os professores, formados nas respectivas cátedras, pudessem trabalhar juntos aos Animadores ou Agentes Culturais comunitários. Pois, estes são detentores de saberes e conhecimentos empíricos tidos como não formais, ricos de significados e íntimos à realidade social da comunidade. Convém ressaltar, embora não deva ser pré-condição para algum tipo de credencial, que existem muitos atores culturais – com formação acadêmica, moradores de favelas e demais localidades discriminadas socialmente – profundamente conhecedores da produção artística desses territórios.

As escolas, a partir da autonomia de seus projetos político-pedagógicos – “com as famílias e a comunidade” conforme estabelecido no Art. 12, Inciso VI, da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) – podem acrescer aos quadros docentes, pessoas acumuladoras de saberes comunitários. Sejam na condição de Animadores Culturais ou qualquer outra denominação que se dê, independentemente de certificação escolar. Pois a escola é também um espaço de formação dos formadores, sejam estes dotados de erudição acadêmica ou aqueles que trazem experiências culturais empíricas, identificadas com a prática popular cotidiana.

No espaço educativo formal a relação é, permanentemente, de ensino e aprendizagem. Nas trincheiras escolares, gradativamente, há como se trabalhar a complementaridade de estudos ausentes na trajetória dos artífices populares. Tornando efetiva a construção crítica do conhecimento, a partir de raízes profundas de ancestralidades, daqueles que também têm algo a ensinar. Já que muitos tiveram a formação escolar perversamente obstruída, se reconstruindo no respiro cotidiano da cultura de resistência que lhes era mais próxima da realidade. Nessa construção conflitiva de saberes extramuros institucionais, as possibilidades são imensas para uma troca dialética entre conhecimentos científicos e empíricos em favor dos alunos e alunas que buscam uma escolaridade propositiva.

Empenhados nesse compromisso interacional, os CIEPs estariam aptos a receber a fina flor em arrepio da arte cultural popular para a formação integral de jovens oriundos da pobreza econômica, no lócus de reconhecimento da educação escolar, orgulhosos de suas origens sociais.



Em registros, assentes a tal visão, a professora Lia Faria, como uma das coordenadoras pedagógica dos CIEPs, ponderaria da seguinte forma: “Os CIEPs representaram a principal estratégia de Governo do Rio de Janeiro (1983-1987) na concretização de uma política educacional desenvolvida dentro do seu sistema escolar voltada prioritariamente para os interesses das classes populares” (FARIA, 1991, p. 35). Em meio aos percalços do momento não podemos nos afastar desse ideal.

Ressaltamos que nossa Tese no doutoramento, em função das metodologias e fundamentação teórica aqui tratadas, buscou se ater na ação entre arte e cultura no interior dos CIEPs, a partir do Programa de Animação Cultural. Naquela ocasião da pesquisa identificávamos maior simetria no convívio de docentes e animadores. No levantamento organizado para o pós-doutorado prevaleceram dissensões, entre o trabalho de professores e animadores culturais, como são próprias das grandes utopias.

Talvez o movimento histórico do tempo depure melhor os sentimentos movidos por uma causa tão distinta. O que reforça a extraordinária inventividade da proposta. Esperança adormecida de muitos meninos, meninas e artistas populares que continuam, apesar dos estilhaços, trancas e cadeados, se expressando nos becos, guetos, vielas, favelas, ruas e praças desse imenso território. Não à toa a arte de rua, como abordam Imbroisi e Martins (2023), venha ganhando importância. Todavia a “rua” não pode ser lócus de sobrevivência de nenhum ser humano onde quer que esteja, mas expressão social da cultura que se coadune a outros espaços de prestígio em consonância com as políticas públicas nacionais.

Certamente, sobre a escola de tempo integral, muitas questões devam ser refletidas e debatidas. Contudo, a experiência dos CIEPs, em seu Programa de Animação Cultural, apresentou-nos a possibilidade de se pensar a escola pública de qualidade para além do didatismo e da persistente estratificação social.

Observa-se que o campo da educação popular, como pensou o filósofo Antonio Gramsci (s.d.), impõe ter como territorialidade a cultura. Nesse aspecto parece-nos que os Centros darwinianos, inspirados na Escola parque/Escola classe de Anísio Teixeira, deram importante passo educacional. Entretanto, em tempos de financeirização econômica intensa, burocratização pedagógica e precarização da educação pública, há que se explorar caminhos alternativos, reconhecendo “diferentes projetos de educação em disputa e compreender o trabalho como princípio educativo,



enquanto atividade criativa inerente ao ser humano” (MARTINS; COELHO, 2022, p. 60).

Referências

- AIETA, Vânia Siciliano; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Princípios norteadores da cidade educadora. **Revista de Direito da Cidade (RDC)**, v.04, n.02. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2012.9717>. Acesso em: 29/09/2022.
- ALMEIDA, Renato Souza. Cultura de periferia na periferia. **Le monde Diplomatique Brasil**, Caderno Metr pole, ed. 49, 02/08/2011.
- ALVES, Cathia; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O profissional de Educa o Física como Animador Sociocultural atuando nos clubes da cidade de Americana-SP: contribui es nas rela es entre o lazer e a idade adulta. **Revista Licere**, v.11, n.1. Belo horizonte, abril de 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/902/699/3661>. Acesso em: 23/08/2022.
- AMARAL, M nica do. O Rap, o Hip-Hop e o Funk: a “er ptica” da arte juvenil invade a cena das escolas públicas nas metrópoles brasileiras. **Revista de Psicologia USP**, 22(3), 593-620. São Paulo: 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wYg4bJLTFf5vMmVsG5vjzQD/?lang=en>. Acesso em: 29/09/2022.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas** – IBGE Educa Jovens. Brasília, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 02/04/2023.
- BRASIL. **Ministério da Educa o**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/educacao-infantil/>. Acesso em: 18/08/2022.
- BRASIL. **Presidência da República** – Casa Civil. Brasília, 1996. Lei n  9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 23/08/2022.
- CHAGAS, Marcos A. M. **Anima o Cultural**: a inova o dos CIEPs-RJ nos anos 1980. Curitiba: Appris, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: o direito   cultura. 1. Ed., 2. Reimp. São Paulo: Funda o Perseu Abramo, 2010.



- COELHO, Lígia M. C. História(s) da educação integral. **Em aberto**. Brasília: INEP/MEC. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+integral+e+te+mpo+integral/798ad55d-4bfe-4305-a255-5da3bd750092?version=1.1>. Acesso em: 13/05/2021.
- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. 4. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- CONDE, Cecília. Animação Cultural. In: RIBEIRO, Darcy. **Carta'**: fala, reflexões, memórias. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro; Gráfica do Senado Federal, n. 15, Brasília, DF, 1995.
- DAYRREL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação & Sociedade**, n. 100, v.28. Edição Especial. Campinas, SP: Unicamp, outubro de 2007. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/113>. Acesso em: 28/09/2022.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/10/2022.
- FARIA, Lia. **Chaguismo e brizolismo**: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.
- FARIA, Lia. **CIEP**: a utopia possível. Coleção hoje e amanhã. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.
- FARIAS, Itamar Mazza de. Diferença entre polivalência e politecnia: implicações para a formação da concepção sobre o trabalho no processo educativo. **Educação e Filosofia**, 12 (23) 11-29, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/861/773>. Acesso em: 15/12/2022.
- FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed., 23 reimp. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.
- FRIAS, Rubens Eduardo. Introdução. In: **Marx e Engels**: textos sobre educação e ensino. São Paulo: Centauro, 2006.



- FRIGOTTO, Gaudêncio. A alternativa implica que a sociedade assuma a educação pública. **Revista Caros Amigos** – Especial educação. São Paulo: Casa Amarela, 2011.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002.
- GENUNCIO, Jenesis. **Mediações e práticas culturais em uma escola de educação integral**: o Ciep Avenida dos desfiles/Passarela do Samba. 2018. 127f. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação e Humanidades. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10474>. Acessado em: 28/09/2022.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Semiocapitalismo**. São Paulo: Cefa Editorial (ebook), 2021.
- GOUVÊA, Maria José Motta. **Com a palavra Mate com Angu**: uma intervenção estética no município de Duque de Caxias. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado profissionalizante). Curso Bens culturais. Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2100/CPDOC2007MariaJoseMottaGouvea.pdf>. Acesso em: 28/08/2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Estudos culturais e Educação: desafios da modernidade. **Revista Pro-Posições**, v.19, n.3 (57), set./dez. 2008. UNICAMP, Campinas, SP: 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/gf5Sxt3S7FqFpDt8RTfZKTM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/09/2022.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEYMANN, Luciana Quilett. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/HQwgFxFk3sPZ56hjjjXCFWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31/03/2023.
- IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Revista da USP**, n. 29. São Paulo: março/maio de 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25608/27350>. Acesso em: 02/04/2023.
- IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. **Arte de Rua**. História das Artes, 2023. Disponível em: <https://www.historiadadasartes.com/nomundo/arte-seclulo-20/arte-de-rua/>. Acesso em: 03/04/2023.



- INSTITUTO DE ESTUDOS LATINOS-AMERICANOS (IELA); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Banco Mundial**: Sistema educativo cubano é o melhor da América Latina. IELA, 21/12/2018. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/banco-mundial-sistema-educativo-cubano-e-o-melhor-da-america-latina>. Acesso em: 20/08/2022.
- LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Red de bibliotecas virtuales de ciencias sociales de América Latina y el Caribe de la red de centros miembros de Clacso. Colección Sur Sur, **CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 30/09/2022.. Acesso em: 05/04/2023.
- MARANHÃO, Carolina Saraiva; VILELA, José Ricardo de Paula Xavier. A imanência entre a teoria crítica e a pesquisa empírica: contribuição para os estudos organizacionais. **Revista Organizações & Sociedade (O & S)**, v. 24, n. 82, jul./set., 2017. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/22793/14563>. Acesso em: 18/10/2022.
- MARTINS, Flávia; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. O trabalho docente na política de Turno Único (2009-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, v.17, n. 39, mai./ago. 2022. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/issue/view/2365>. Acesso em: 29/03/2023.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Darcy Ribeiro e a lição de Lúcia. In: *Z Cultural* – Revista do Programa avançado de Cultura Contemporânea. Faculdade de Letras-UFRJ, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/darcy-ribeiro-e-a-licao-de-lucia/>. Acesso em: 18/08/2022.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. **Cadernos Cenpec**, n. 2, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.173>. Acesso em: 30/09/2022.
- MELGAÇO, Mariana Belloni; SOUZA, Rodrigo Matos-de-. Produzindo a subalternidade: as merenadeiras nos documentos e iniciativas da



- Gestão Federal do PNAE. **Educação em Revista**, v.38, e34023. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/TBqxDhr8ZHrvXRxbKqgWMtS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28/09/2022.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 1. reimp. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1992.
- O EDITOR. Centros Integrados de Educação Pública: uma nova escola – Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. **Portal de Revistas da USP**: Estudos Avançados, v.5, n.13. São Paulo, 12 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8621/10172>. Acesso em: 27/08/2022.
- ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PROFESSORA (A). **Entrevista**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 jun. 2015.
- PROFESSORA (B). **Entrevista**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 ago. 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. In: **biolinguagem.com**, s.d. Disponível em: http://www.biolinguagem.com/biolinguagem_antropologia/ribeiro_19_86_sobreoobvio.pdf. Acesso em: 05/11/2021.
- RIBEIRO, Ediel. O Shakespeare do morro. In: **O Folha de Minas**, 2018. Disponível em: <https://www.ofolhademinas.com.br/index.php/materia/30829/coluna/cartola-o-shakespeare-do-morro>. Acesso em: 19/08/2022.
- ROCHA, Gilmar. A consciência ecológica na perspectiva ameríndia e no imaginário religioso afro-brasileiro. In OLIVEIRA, Ribeiro de; SOUZA, J. C. Aguiar de (orgs.). **Consciência planetária e religião**: desafios para o século XXI. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Edu. Soc.** vol. 25, n.89, p. 1203-1225 Campinas, SP: Unicamp, set/dez, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjj85czHRW3GcKpB9dmNb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22/03/2023.



- SANTOS, Emanuela Rodrigues dos. **Meio ambiente e liberdade religiosa: aproximações e conflitos**. 2020, 201f. Dissertação (Mestrado em Direito). Área de concentração Direito ambiental e sociedade. Universidade de Caxias do Sul (UCS). Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6776/Disserta%20a7%20a3o%20Emanuela%20Rodrigues%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28/09/2022.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.
- SILVA, Monica R. da. A BNCC da Reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista** (Palavra Aberta). v.34, e214130. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03/07/2022.
- SILVA, Thomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Contexto, 2017.
- SOUZA, Marcelle. Professores da rede pública gastam salário com equipamentos para aula. **Portal UOL**, 23/08/2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/08/22/professoras-da-rede-publica-gastam-salario-com-equipamentos-para-aula.htm>. Acesso em: 17/10/2022.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- VIEIRA, Ane Lise. **Atuações e desafios dos atores do Teatro da Laje: "Posso falar?"**. 2017. 177f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/8402/1/Ane%20Lise%20Vieira.pdf>. Acesso em: 19/11/2021.
- YAKOVLEVA, N. G. Financeirização da educação: uma síntese do problema. Tradução: Aline Miglioli. **Revista Fim do Mundo**, n.7, jan./jun. 2022. Marília, SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13394/10389>. Acesso em: 01/04/2023.

recebido em 06 abr. 2023 | aceite em 06 dez. 2023



O corte epistemológico de Freud: o continente-inconsciente

Lucas Oliveira Menditi do Amaral¹

132

Resumo

O presente estudo pretende esboçar a revolução teórica que a descoberta de Freud implicou às "humanidades". A descoberta freudiana do inconsciente representa uma ruptura com o conhecimento passado. Assim, utilizando o referencial teórico althusseriano, empreende-se uma tentativa de demarcar um corte epistemológico derivado da descoberta do próprio objeto da psicanálise, o inconsciente. O artigo demonstra que o inconsciente, como objeto de uma recém-criada ciência, é uma ruptura total com o produzido no passado. Freud, assim como Marx, descobriu um novo continente do saber humano: o último, o "Continente-História"; e o primeiro o "Continente-Inconsciente". Dessa forma, a psicanálise deve ser entendida não como uma continuação do mito do *homo psicologicus* ou uma derivação das "teorias" biologizantes do pensar humano, mas como uma ruptura com esse antigo "saber".

Palavras-chave: Althusser; corte epistemológico; Freud; inconsciente.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), com dupla titulação pela Université Lumière Lyon II. Desenvolve, com bolsa pela FAPESP, a pesquisa de iniciação científica "Uma Leitura Foucaultiana de Crime e Castigo: A Penetração do Poder no Código Moral Da Personagem Raskolnikov". | lucasoliveiraamaral00@usp.br



Resumo

El presente estudio tiene como objetivo esbozar la revolución teórica que el descubrimiento de Freud implicó para las “humanidades”. El descubrimiento freudiano del inconsciente representa una ruptura con el conocimiento pasado. Así, utilizando el marco teórico althusseriano, se intenta demarcar un corte epistemológico derivado del descubrimiento del propio objeto del psicoanálisis, el inconsciente. El artículo demuestra que el inconsciente, como objeto de una ciencia recién creada, es una ruptura total con lo producido en el pasado. Freud, al igual que Marx, descubrió un nuevo continente del saber humano: este último, el “Continente-Historia”; y el primero, el “Continente-Inconsciente”. De esta manera, el psicoanálisis debe entenderse no como una continuación del mito del *homo psychologicus* o una derivación de las “teorías” biologicistas del pensamiento humano, sino como una ruptura con ese antiguo “saber”.

Palabras clave: Althusser; corte epistemológico; Freud; inconsciente.

Abstract

The present study intends to outline the theoretical revolution that Freud's discovery implied for the “humanities”. Freud's discovery of the unconscious represents a break with past knowledge. Thus, using the Althusserian theoretical framework, an attempt is made to mark an epistemological cut derived from the discovery of the very object of psychoanalysis, the unconscious. The article demonstrates that the unconscious, as the object of a newly created science, is a total break with what was produced in the past. Freud, like Marx, discovered a new continent of human knowledge: the latter, the “History-Continent”; and the former, the “Unconscious-Continent”. Thus, psychoanalysis should be understood not as a continuation of the myth of *homo psychologicus* or a derivation of the biologizing “theories” of human thinking, but as a break with this old “knowledge”.

Keywords: Althusser; epistemological break; Freud; unconscious.

Consideremos apenas a solidão de Freud no seu tempo. Não falo da solidão humana (ele teve mestres e amigos, embora tenha conhecido a pobreza), falo da sua solidão teórica [...]. Teve de sofrer e, ao mesmo tempo, arrumar a seguinte situação teórica: ser, ele mesmo, o seu próprio pai; construir, com suas mãos de artesão, o espaço teórico em que pudesse situar sua descoberta; tecer, com fios emprestados aqui e ali, por adivinhação, uma grande rede com a qual capturaria, nas profundezas da experiência cega, o peixe abundante do inconsciente, que os homens dizem mudo, porque ele fala mesmo quando dormem (Althusser, 1985, p. 52).



1. O que é um corte epistemológico?

Pretende-se, nesse estudo, esboçar a revolução teórica que a descoberta de Freud implicou às “humanidades”. Deve-se entendê-la não como uma continuação do mito do *homo psychologicus* ou uma derivação das “teorias” biologizantes do pensar humano; ao contrário, a descoberta freudiana do inconsciente representa uma ruptura com o conhecimento passado. Retomar Freud significa constatar o corte epistemológico que o objeto próprio da psicanálise, por si só, suscita. Explico: o inconsciente, como objeto de uma recém-criada ciência, é uma ruptura total com o produzido no passado. Freud, assim como Marx, descobriu um novo continente do saber humano: o último, o “Continente-História” (Althusser, 2017, p. 39); e o primeiro o “Continente-Inconsciente”.

Freud minou a representação idealista burguesa do ser humano enquanto sujeito plenamente consciente, racional e moral. Freud falava de um inconsciente determinante do pensamento humano, isto é, retirou o peso que o idealismo burguês dava à consciência, revelando o primado do inconsciente. Uma incômoda verdade nos foi revelada: não somos senhores nem do próprio pensamento, há, nas palavras precisas de Althusser (2019), “um exterior dentro do pensamento propriamente dito” (p. 191). Não há um sujeito ideal conscientemente pensante, não há, portanto, um sujeito racional a nível sensível, jurídico, moral, político, religioso etc.; há, em verdade, um aparelho psíquico que pensa por si, sem um sujeito determinante, sem um “eu” presente. O “eu”, em Freud, não se limita ao consciente, é verdade que é responsável pela percepção e pela ação, mas até esse “eu” é, em grande parte, inconsciente (Freud, 2011, p. 22).

O inconsciente freudiano propriamente dito não é o interesse central desse trabalho, por hora, nos interessa entender as implicações teóricas e políticas dessa descoberta. Entender mesmo o que foi esse corte epistemológico traçado por Freud; no entanto, antes de delimitar os aspectos que marcam a ruptura, é preciso por luz sobre o próprio corte. O que é, afinal, um corte epistemológico? O que representa essa ruptura para a ascensão de uma nova ciência? Althusser (2015) responde a essas questões por meio de seu exercício teórico empreendido em *Por Marx*, trabalho em que o filósofo traça um corte epistemológico na obra marxiana, reafirmando o caráter científico da descoberta de Marx e do próprio marxismo.

Corte epistemológico pode ser entendido como uma ruptura que “designa o ‘fato’ ‘histórico-teórico’ do nascimento de uma ciência



'descoberta'" (Thévenain, 2010, p.10). Trata-se, portanto, do momento de início de uma ciência em que se distingue as ideologias e as ciências que permeavam sua pré-história (Thévenain, 2010, p.11). Althusser (2015) esquematiza a questão narrando a transformação de uma generalidade ideológica em uma generalidade científica ou a substituição de uma antiga generalidade científica por outra. Para entender melhor esse conceito é preciso refazer, brevemente, o caminho traçado por Althusser (2015) em *Por Marx*, para depois aplicá-lo a Freud. Retornemos, então, a esse retorno althusseriano.

Toda ciência tem um começo, um ponto de partida que a distingue do momento anterior; toda ciência tem, por definição, um corte epistemológico. Mas o que é ciência? Althusser esclarece que a ciência é uma prática específica, chamando-a de prática científica. Mas, antes disso, o que é *prática*? Prática é "todo processo de transformação de uma matéria-prima determinada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios (de 'produção') determinados" (Althusser, 2015, p. 136). Cabe lembrar que todas as práticas são determinadas, em última instância, pela prática de produção: primeiro, pela obviedade de que todas as atividades humanas (na política, na ideologia, na ciência, na religião etc.) têm como pressuposto viver fisicamente, isto é, produzir materialmente a subsistência e seus instrumentos de produção (Althusser, 2019, pp. 114-115); e, segundo, por uma abstração com três termos, o que significa dizer que a prática de produção dos seres humanos para a subsistência é regida pela *relação social de produção* (base), sobredeterminando as demais relações (superestrutura) (Althusser, 2019, pp. 114-115).

Desse modo, um momento específico de toda ciência constituída é a prática teórica. A prática teórica é, como toda prática, um processo em que a força de trabalho (conhecimentos do pesquisador) faz uso dos meios de produção ("teoria"²) para trabalhar uma matéria-prima (objeto, que pode ser material ou representações científicas, não científicas e ideológicas), que lhe é fornecida por outras práticas, tanto científicas, quanto técnicas, ideológicas etc. (Althusser, 2019, p. 135). Ocorre que, por mais concreto que seja o objeto (matéria-prima) de uma ciência, é impossível imaginar apenas o simples contato entre o cientista (sujeito cognoscente) e o objeto

² Althusser chama de "teoria" (entre aspas) o sistema teórico de dada ciência, ou seja, os conceitos teóricos fundamentais (Althusser, 2015, p. 136)



cognoscível sem uma variedade de abstrações capaz de apontar sua essência:

Sem dúvida, o concreto é dado nas percepções sensíveis, mas o que elas indicam é menos o que ele é (sua 'essência') do que o simples fato de sua existência. Sem dúvida, para nos darmos conta da existência de alguma coisa, é preciso também que algo de sua 'essência' nos seja dado. Mas, justamente, tudo isso acontece sob uma impressionante camada de abstrações, que parecem tão naturais em seus efeitos de deformação que nem sequer suspeitamos de sua existência (Althusser, 2019, p. 136).

Essas abstrações são generalidades que atribuem sentido "a todas as observações empíricas possíveis" (Althusser, 2019, p. 136), são, em uma palavra, generalidades abstratas resultantes de elaborações diversas e longínquas das variadas práticas sociais. Além dessas generalidades, *toda* ciência traz em si outras abstrações, como a prática técnica e os próprios conhecimentos que produziu (Althusser, 2019, p. 137). Ademais, todo instrumento de produção científica é a realização das abstrações "teóricas" (Althusser, 2019, p. 139), ou seja, a "teoria" figura nos instrumentos de produção teórica, como mostra a evolução, por exemplo, dos instrumentos de medida, que, na Antiguidade, eram simples e hoje se sustentam sobre teorias abstratas, que justificam desde o metal com que são fabricados até o momento em que são utilizados (no vácuo ou não, em uma temperatura X ou Y etc.) (Althusser, 2019, p. 139-140). Entretanto, é aqui que Althusser (2019) traz à tona um ponto crucial, em suas palavras:

O que vale para os instrumentos de produção, porém, vale *a fortiori* para a matéria-prima, pois à teoria interessa figurar nos instrumentos de produção teórica não em uma forma diferente, seja no caso desses instrumentos ou da matéria-prima, e *sim na forma pura da teoria da ciência existente*. Certamente, isso não quer dizer que a teoria figure por inteiro nos instrumentos de produção, mas, em geral, apenas parcialmente, e na forma de um certo número de conceitos científicos, que, no entanto, para seu sentido operatório, dependem da teoria inteira. São esses conceitos que, seja na forma de hipóteses a verificar, seja na de instrumentos de medida, de observação e de experimentação, interferem, ao



mesmo tempo, direta e indiretamente, no trabalho com a matéria-prima (p. 140).

Essa análise revela que toda ciência, na realidade, só trabalha sobre si mesma, já que sua “teoria” está imbricada de sua própria matéria-prima, de sua própria força de trabalho e dos seus próprios instrumentos de produção (Althusser, 2019, p. 140). Contudo, essa constatação poderia ser facilmente refutada trazendo à discussão as próprias descobertas científicas que não são repetições infinitas de si mesmas. Não fosse o olhar dialético de Althusser herdado de Marx, a discussão terminaria aqui, porém, as inovações científicas são fruto da universalidade da contradição, explica o filósofo (2019):

Isso acontece porque trabalha com um objeto contraditório. No limite, a teoria que trabalha sobre si mesma não trabalha sobre uma teoria que tenha se libertado de toda contradição, ou seja, que tenha alcançado o conhecimento último do seu objeto. Ao contrário, é uma teoria inacabada que trabalha sobre seu próprio inacabamento, e desse ‘jogo’, dessa distância, dessa contradição extrai com o que avançar, com o que ultrapassar o nível de conhecimento alcançado, em suma, com o que se desenvolver (p. 140).

Expliquemos melhor a questão da contradição. Toda prática teórica científica faz uso, em primeiro lugar, de conceitos gerais que não é resultado de seu próprio desenvolvimento (Marx usou “produção” e “trabalho”, por exemplo, assim como Freud usou “consciência”, “libido” etc.); a essas abstrações, Althusser (2015, p. 149) deu o nome de *Generalidade I*, afirmando-se como matéria-prima que a prática teórica científica transformará em *Generalidade III*, isto é, em “conceitos”, em, propriamente, conhecimento.

Mas afinal, o que transforma Generalidade I em Generalidade III? O que é, na prática teórica científica, o meio de produção que trabalha a matéria-prima? É aquilo que Althusser (2015) chama de *Generalidade II*, “a qual é constituída pelo *corpus* dos conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a ‘teoria’ da ciência no momento (histórico) considerado” (p. 150).

Portanto, pelo pensamento exposto em *Por Marx* (2015), quando uma ciência se constitui, ela trabalha sobre Generalidade I, que são conceitos já existentes *frutos de concepções ideológicas* de sua pré-história. Ocorre que



nem toda prática teórica é prática teórica científica, pois o que distingue uma ciência de sua pré-história é, justamente, a nítida diferença qualitativa entre a sua antiga *prática teórica ideológica* e a descontinuidade advinda da *prática teórica científica*, que pode ser chamada de *corde epistemológico*.

Todavia, em *Elementos de Autocrítica*, Althusser abandona a ideia de que antes havia ideologia e depois ciência, abandona, dessa forma, a dualidade erro/verdade, restabelecendo a coerência com sua própria teoria da ideologia. A ideologia está presente na própria prática científica e só uma ideologia proletária permitiu a Marx descobrir o “Continente-História”:

Essa tomada de ‘posição’ responde à tese de *Réponse a John Lewis*: “A filosofia é luta de classes na teoria”. Ela determina seu ponto de apoio, a ideologia, para Marx, a ideologia proletária a partir da qual Marx elabora ‘posições teóricas (filosóficas) de classe proletárias’ que lhe permitem fundar a ciência história (Thévenin, 2010, p. 22).

Ora, diante disso, o conceito de *corde epistemológico* parece ameaçado, uma vez que tanto Generalidade I, quanto Generalidade III estão imbricadas de práticas ideológicas. Então, o que teria feito Marx – ou Freud, no nosso caso – senão reproduzir práticas ideológicas com meras mudanças temáticas? Basta lembrar que entre Generalidade I e Generalidade III não há identidade de essência, mas transformação real, que rejeita uma generalidade antiga totalmente ideológica por uma científica (Althusser, 2015, p. 150) – ainda que imbricada por uma ideologia determinada. A questão é que o *corde epistemológico* de Marx provocou uma ruptura com a ideologia da pré-história da ciência, transformando-a na medida em que traz para dentro da contradição o próprio objeto descoberto: a luta de classes. Ou seja, traz para dentro do método, para dentro da “teoria”, para dentro da Generalidade II, *a existência concreta da luta de classes*. O *corde epistemológico* em Marx não consiste no rompimento com *a ideologia* para a ascensão de uma verdade científica acertada; trata-se, sim, de um rompimento com *a ideologia burguesa*, Althusser (1975) explica em seus termos:

Se anunciava outra ruptura muito diferente em vias de se consumir, uma ruptura não apenas teórica, mas também política e ideológica e de outra envergadura. Essa ruptura foi a ruptura de Marx, não com a ideologia em geral, não apenas com as concepções ideológicas da história vigentes, mas com a



ideologia burguesa, com a concepção burguesa dominante de mundo, no poder, e que reinava não apenas sobre as práticas sociais, mas também nas ideologias práticas e teóricas, na filosofia e mesmo nas obras de economia política e de socialismo utópico (p. 30).³

De qualquer forma, é possível manter o modelo de universalidade da contradição desenhado por Althusser, mas, sobretudo, o *corde epistemológico* que o surgimento de uma ciência causa no saber humano. A diferença é apenas que a *Generalidade III* abrigará práticas ideológicas, tendo em mente que o *cientista materialista ou o filósofo materialista é aquele que luta na teoria* "e para lutar na teoria é preciso tornar-se teórico pela prática científica e *pela prática da luta ideológica e política*" (Althusser, 2019, p. 254).

Marx se convenceu, assim, de que *a verdade* que descobria não tinha por adversário *accidental* o 'erro', ou a 'ignorância', *mas o sistema orgânico da ideologia burguesa, peça essencial da luta de classe burguesa*. Esse *erro* não tinha nenhum motivo para reconhecer algum dia *a verdade* (a exploração de classe) [...]. No próprio centro da *verdade*, Marx encontrava a luta de classes, uma luta inconciliável e impiedosa. Ao mesmo tempo, descobri que a ciência que estava fundando era uma *ciência de partido* (Lênin), ou seja, uma ciência que a burguesia jamais poderia reconhecer, mas que combateria por todos os meios, até a morte (Althusser, 1985, pp. 79-80).

Althusser percebe que Marx rompeu com a dialética hegeliana e feuerbachiana indo muito mais longe do que simplesmente introduzir elementos temáticos ausentes nesses autores ou inverter a dialética hegeliana, como convinha à Feurbach (Althusser, 2015, p. 71). Marx, em verdade, percebeu que a forma mistificadora estava incrustada na própria dialética hegeliana, portanto, o movimento de Marx jamais poderia ser

³ Tradução livre do autor. Trecho original: "*se anunciaba otra ruptura bien distinta en trance de consumarse, una ruptura no sólo teórica sino también política e ideológica y de distinta envergadura. Esta ruptura era la ruptura de Marx, no con la ideología en general, no sólo con las concepciones ideológicas de la historia vigentes, sino con la ideología burguesa, con la concepción burguesa del mundo dominante, en el poder, y que reinaba no solamente sobre las prácticas sociales, sino también en las ideologías prácticas y teóricas, en la filosofía y hasta en las obras de la economía política y del socialismo utópico*".



simplesmente trocar o objeto e manter o método. Foi preciso ir além, Marx introduziu o objeto no próprio método, Marx – como cientista materialista – lutou na teoria e só pode fazer isso inspirado pela ideologia proletária (Althusser, 1975, p. 30). Para aqueles que não percebem essa ruptura, Hegel seria idealista apenas por aplicar sua dialética ao mundo da Ideia, enquanto Marx, ao mundo real (Althusser, 2015, p. 73). Contudo, como explica Althusser (2015), o problema maior de Hegel – que Marx percebeu e rompeu – está nas estruturas específicas de sua própria dialética, não é, assim, o objeto em si que qualifica o pensamento:

Ora, não é *dos próprios elementos* que se pode esperar uma resposta, pois o objeto de que se fala não qualifica o pensamento diretamente. Que eu saiba, todos os autores que falaram das classes sociais, até mesmo da luta de classes, antes de Marx, jamais foram tidos por marxistas pela simples razão de tratarem de objetos nos quais, um dia, iria se deter a reflexão de Marx. Não é a matéria da reflexão que caracteriza e qualifica a reflexão, mas nesses níveis a *modalidade da reflexão*, a relação efetiva que a reflexão mantém com seus objetos, ou seja, a *problemática fundamental* a partir da qual são refletidos os objetos desse pensamento (pp. 51-52).

Em uma palavra, o que Marx fez ao fundar a ciência História não foi um rompimento com a ideologia no geral, mas sim um rompimento com a ideologia burguesa (Generalidade I) que nada tem que ver com as descobertas científicas e, também, ideológicas proletárias que produziu (Generalidade III). O corte epistemológico vai no sentido de romper teoricamente – cientificamente – com a ideologia dominante, influenciando-se com uma determinada ideologia secundária: a ideologia proletária, no caso de Marx e, de certo modo, de Freud. O último, é verdade, não se ocupou de criticar na totalidade a ideologia burguesa que estava atacando, para Althusser (1985), “no seu ponto mais sensível” (p. 86), mas, querendo ou não, lutava dentro da teoria.

2. Freud em seu tempo

É preciso apontar que as descobertas freudianas foram construídas a partir de suas próprias práticas analíticas, ou seja, Freud foi “educado por seus pacientes histéricos, os quais literalmente lhe ensinaram e lhe fizeram ver que existia uma linguagem do inconsciente inscrita em seu corpo”



(Althusser, 1985, p. 88). Althusser (2019, p. 197) mesmo diz que, assim como Marx e Engels não conseguiriam elaborar sua teoria senão dentro da prática revolucionária proletária, Freud só consegue forjar sua teoria com base na prática específica que experimentava nos tratamentos dos indivíduos. Lembremos do caso Anna O., em que ela inventou a expressão *talking cure* e a impôs dentro da análise: algo que seria decisivo para a descoberta do inconsciente (Althusser, 1985, p. 88). Em suma, a descoberta do Continente-Inconsciente deve-se à essa prática específica.

Como se sabe, Freud teve que lidar com a solidão teórica em seu tempo, não contou com nenhum mestre que pudesse lhe ensinar sobre a ciência que um dia ele fundaria. Teve que tomar emprestado conceitos ideológicos e científicos de outras práticas para conseguir expor na linguagem algo nunca pensado. Antes de sua descoberta, ele mesmo reproduziu a concepção ideológica das histerias, definindo-as como distúrbios mentais de natureza anatomofisiológica (Roudinesco, 1989, p. 24), ou seja, mantinha-se preso ao “biologismo” que, mais tarde, iria quebrar.

Antes de Freud descobrir o inconsciente e, principalmente, antes da publicação d'*A interpretação dos sonhos* – obra fundante da psicanálise, que revelou o caráter secundário da consciência (Gillot, 2018, p. 26) –, haviam duas grandes correntes para entender as histerias (Roudinesco, 1989, p. 33): (i) a anatomopatologia, que atribuía as histerias a certas anatomias disformes do cérebro, sendo que os sintomas podiam ser diferentes por conta da localização dessas anatomias imperfeitas; e (ii) o fisiologismo conjugado à eletrofisiologia, que diagnosticava as histerias como problemas no funcionalismo do sistema nervoso, sejam falhas nas descargas elétricas ou outros problemas fisiológicos que não se relacionavam com a anatomia em si.

Freud, obviamente, não descobriu o Continente-Inconsciente a partir do nada, apoiou-se, pelo contrário, no conhecimento produzido por outros antes dele, trabalhou com a Generalidade I. Freud subiu nos ombros de dois médicos renomados de sua época, que ousaram dar um passo à frente das teorias de seu tempo, mas não conseguiram – como Freud – estabelecer uma ruptura com elas. Eles são Jean-Martin Charcot e Josef Breuer, médicos que não fundaram uma nova ciência, tão pouco promoveram um corte epistemológico no conhecimento humano, mas com seus pequenos avanços – ainda nos limites da antiga ideologia pautada na crença da consciência – permitiram que Freud tivesse acesso a determinada prática de onde retiraria as abstrações necessárias para construir sua “teoria”.



No entanto, mesmo apoiando-se, de certo modo, nesses dois homens, o que Freud produziu foi qualitativamente diferente de toda produção teórica até então existente. Basta lembrar que Charcot deu, verdadeiramente, um passo considerável, não por suas sessões “cinematográficas” de hipnose, mas sim por perceber que a chave para a compreensão da histeria era os sintomas do paciente, que se exprime, enquanto o médico descobre (Roudinesco, 1989, p. 33). Charcot abandonou a antiga noção de que a histeria seria uma doença com ligação uterina e a compreendeu como uma doença nervosa, por isso, passou a chamá-la de *neurose*. Para o francês, as histerias seriam doenças hereditárias e orgânicas que podiam afetar os dois sexos biológicos abandonando a vinculação com o genital e com, por consequência, o sexual (Roudinesco, 1989, p. 33).

Charcot queria provar, antes de tudo, que os histéricos não eram atores que dissimulavam os sintomas; preocupava-se, então, em demonstrar que a histeria obedecia a leis lógicas e racionais (Roudinesco, 1989, p. 34). Por isso, buscava nas suas hipnoses não a cura dos pacientes, mas a comprovação de que as histerias são fatos dos quais se pode elaborar uma teoria neurológica para explicá-las (Roudinesco, 1989, p. 49). Charcot permanecia crendo no método anatomopatológico, porém, dava um peso muito maior à clínica dos sintomas do que ao local específico em que a doença estaria inserida (Roudinesco, 1989, p. 47). Em breve síntese, Charcot não separava o neurológico do fato psíquico, algo que foi contestado em 1882 por Bernheim, que afirmava que as histerias eram frutos de aspectos puramente psicológicos e que a hipnose, muito mais do que um instrumento de demonstração científica, era um meio de cura pelo aumento da sugestibilidade nos pacientes. Explica Elisabeth Roudinesco (1989):

Sempre de acordo com Bernheim, os fenômenos observados sob a hipnose eram simplesmente um exagero de comportamentos comuns a todos os homens. O estado hipnótico se caracterizava por um aumento da sugestibilidade e, segundo esse ponto de vista, não havia diferença de natureza entre o normal e o patológico. Essa constatação, entretanto, não lhe permitiu isolar o fato neurótico de seu substrato fisiológico. A histeria e o conjunto das doenças ‘emocionais’, em Bernheim, permaneceram ligadas ao princípio da sugestibilidade. O médico assumiu a sugestão e, dessa maneira, não separou a neurose histérica da simulação. Preservou seu ‘poder’ sobre o doente, a partir de



uma posição contraditória em que permanecia na ignorância dos dados da própria doença (p. 50).

Em suma, mesmo Charcot fazendo uso da hipnose no estudo da histeria, ele não promoveu uma ruptura com as leituras biologizantes. Pelo contrário, apenas deu continuidade a elas, vestindo-as com outros conjuntos de aparências. A ruptura só viria tempo depois com a prática de cura empregada por Freud, mas, antes disso, cabe breves palavras sobre Josef Breuer.

Como o próprio Freud (2012, p. 248) relata, muitos acreditavam que ele deveria reconhecer o *método catártico* de Breuer como uma fase preliminar da psicanálise, porém, a catarse de Breuer teve, sim, alguns méritos, mas não constituiu o momento de ruptura para o nascimento da psicanálise. Breuer descobriu que os sintomas histéricos se baseiam em cenas vividas que causaram um grande impacto, mas foram esquecidas (traumas), e o tratamento seria de fazer recordar e, até mesmo, reproduzir esses episódios traumáticos no estado hipnótico (catarse) (Freud, 2012, p. 248).

Nós dirigíamos a atenção do enfermo para a cena traumática em que aparecera o sintoma, e nela procurávamos desvelar o conflito psíquico e liberar o afeto suprimido. Assim fazendo, descobrimos o fato característico dos processos psíquicos nas neuroses, que depois chamei de *regressão*. A associação do doente ligava a cena que pretendíamos esclarecer a vivências bem anteriores, e obrigava a análise, que devia corrigir o presente, a ocupar-se do passado (Freud, 2012, pp. 249-250).

Ora, foi exercendo essa prática de tratamento que Freud percebeu que nenhum sofrimento psíquico atual pode ser explicado senão referindo-se a um passado traumático, que, por sua vez, também faz referência a um passado anterior não patogênico, mas que dá à vivência posterior o caráter patológico. A primeira diferença entre Freud e Breuer apareceu quanto ao uso da associação livre contrapondo-se ao método catártico. Durante uma de suas sessões, a paciente Emmy von N. permitiu que Freud abandonasse o uso da hipnose no tratamento. A mulher indicou o lugar que o futuro psicanalista deveria tomar para si durante a prática analítica, gritou ela em 1889: "Não se mexa. Não diga nada! Não toque em mim!", a escuta das associações livres tornar-se-ia o meio de tratamento empregado por Freud (Roudinesco, 1989, p. 51).



Após a fala da paciente, Freud (2019) percebeu que “a hipnose encobre a resistência, deixando livre e acessível um determinado setor psíquico, em cujas fronteiras, porém, acumula as resistências, criando para o resto uma barreira intransponível” (p. 27). Em outras palavras, a hipnose podia, de fato, aliviar os sintomas dos pacientes, mas eles permaneciam latentes de forma inconsciente, esperando apenas um novo “gatilho” para voltarem a se manifestar. Freud notou que isso acontecia porque as representações traumáticas não eram lembradas no estado de vigília, ou seja, os pacientes só tinham acesso às experiências traumáticas durante a catarse.

Josef Breuer não se opôs completamente à noção de associação livre, *mas mantinha uma visão* – mesmo com todos os seus avanços – *ainda presa à fisiologia*, pois queria “explicar a cisão psíquica dos histéricos mediante a ausência de comunicação entre diversos estados mentais [...], e assim criou a teoria dos ‘estados hipnoides’, cujos produtos penetrariam na ‘consciência desperta’ como corpos estranhos não assimilados” (Freud, 2012, p. 251). Freud (2012, p. 251), por outro lado, via a questão como algo distante da biologia, já que as cisões psíquicas, para ele, eram resultados de um processo de repulsa, que primeiro chamou de “defesa” e posteriormente de “repressão”.

O rompimento total com Breuer só veio quando Freud passou a defender abertamente a etiologia sexual das neuroses. O próprio Breuer havia dito que em Anna O. o aspecto sexual era pouco desenvolvido e nunca trouxe contribuições para o seu tratamento, todavia, Freud já tinha em mente o simbolismo presente nas cobras, na rigidez da paralisação dos braços, na vontade de estar constantemente na cabeceira do pai doente e tantos outros sintomas e sonhos que Anna O. vivenciava (Freud, 2012, p. 253). Ademais, a própria *transferência* psicanalítica – essencial para a cura – estabelecida entre o analista e o paciente foi desenhada por Freud a partir do caso da paciente Breuer; e o que é a transferência senão *um vínculo sugestivo mais intenso*, em que o paciente consegue se identificar com o analista, projetando nele o substituto de um personagem parental (mãe ou pai), rodeando-o de toda a sexualização que esses personagens possuem no inconsciente (Althusser, 2019, p. 198).

Inclusive, o fato de que a transferência é instaurada em todo tratamento de neurose com um aspecto fortemente sexual, expresso por afetividade ou hostilidade, sem qualquer provocação por uma das partes,



pareceu a Freud (2012, p. 253) como a prova de que as neuroses têm origem na vida sexual.

Negar o aspecto sexual das neuroses é negar o próprio inconsciente, Freud não poderia ter outra conclusão sobre seus pacientes que não essa. Ora, se as neuroses têm uma etiologia sexual fundada em um trauma, esses traumas que remontam a um passado distante têm que ver com a sexualidade, mais especificamente com a sexualidade infantil. Entretanto, Freud (2012, p. 260) percebeu que os histéricos fantasiavam seus traumas, ou seja, encobriam o erotismo dos primeiros anos da infância por meios de fantasias inventadas, não conscientemente, mas pela repressão.

Os ataques dirigidos a Freud por sexualizar a infância foram massivos e vindos de todos os lados, inclusive de amigos próximos. Ele, sozinho teoricamente, decidiu produzir sua própria jangada para navegar na tempestade que ele mesmo começara a provocar: escreveu *A interpretação dos sonhos*, que lhe serviu de consolo e suporte na sua solidão (Freud, 2012, p. 263). Por meio da prática de interpretar sonhos e de sua sistematização em sua obra, Freud percebeu que os sonhos eram análogos aos sintomas dos histéricos, isto é, algo maior e determinante estava presente em todos, nos sadios e nos doentes: o inconsciente.

Nesse momento, já estava claro que a prática clínica de Freud o levou a um conhecimento que rompia com todas as práticas científicas e ideológicas até então existentes. A teoria freudiana do inconsciente não guarda qualquer relação com a psicologia, com a biologia, com a moral, com a religião etc. Ela tem objeto próprio e irredutível, o que não permitiu a confusão de seus conceitos com a Psicologia e a Biomedicina no tempo de Freud, e *não deve* tolerar, atualmente, a redução de seu objeto ao psicologismo, *deve*, ao contrário afirmar a especificidade de seu objeto. Em outras palavras, a biologia, a psicologia, a sociologia, a filosofia, a antropologia etc. não podem dar os termos da psicanálise, reduzindo-a e distorcendo-a. A psicanálise, sim, deve ditar seus próprios termos a partir de uma reafirmação constante de seu objeto único e irredutível, a partir da afirmação do inconsciente como estrutura psíquica que sobredetermina a consciência e a pré-consciência, que sobredetermina o próprio *Eu*.

Até aqui, deve ter ficado claro que *a descoberta de Freud rompeu com as teorias biologizantes das histerias e do próprio pensar*, na medida em que percebeu que o aparelho psíquico funciona por si mesmo, independentemente da consciência, mas sim com base no inconsciente e seus processos. *A descoberta freudiana, entretanto, não rejeita apenas a*



biologia das histerias, mas também a psicologia. Para entender isso, deve-se extremar a descoberta freudiana, deve-se fazer um movimento semelhante ao de Lacan⁴ e voltar a Freud, para afirmar o inconsciente como objeto específico e irreduzível da psicanálise.

A crítica da psicologia de Lacan – que nada mais é do que um retorno a Freud (Althusser, 1985, p. 55) – consistia em percebê-la como uma “ciência” do eu ou como uma “ciência” do comportamento, que é *baseada em uma leitura errônea da segunda tópica de Freud*. Esses tipos de leitura, que conduziram a formação da *ego psychology* (psicologia do eu), só foram possíveis pela distorção da própria segunda tópica; já que na primeira tópica freudiana o primado do inconsciente sobre a consciência e a pré-consciência era abertamente declarado por Freud (2020, p. 638), rejeitando a psicologia:

Segundo as palavras enérgicas de Lipps (1897), a questão do inconsciente na psicologia é menos *uma* questão psicológica do que *a* questão da psicologia. Enquanto a psicologia despachou essa questão com a definição de que o ‘psíquico’ é precisamente o ‘consciente’ e que ‘processos psíquicos inconscientes’ são um contrassenso evidente, o aproveitamento psicológico das observações que um médico podia obter a propósito de estados psíquicos anormais foi impossível. O médico e o filósofo apenas entram em acordo quando ambos reconhecem que processos psíquico inconscientes são ‘a expressão adequada e bem justificada para um fato estabelecido’.

A segunda tópica permitiu que os adeptos da psicologia do eu formassem conceitos que reatribuíam a primazia à consciência, ao *eu*, manipulando as instâncias do aparelho psíquico (Gillot, 2018, p. 27) desenhadas por Freud nessa nova teoria: o *isso*, o *eu* e o *supereu*. Os teóricos da psicologia do *eu* acreditavam que a reformulação de Freud permitiria um recentramento do *eu*, isto é, que colocaria o *eu* e a consciência de volta ao centro do processo de cura e de todas as outras questões (Gillot, 2018, p. 27).

⁴ Sobre isso, Althusser nos ensina: “Retorno a Freud quer dizer: retorno à teoria bem estabelecida, bem fixada, bem assente no próprio Freud, à teoria madura, refletida, consolidada, verificada, à teoria suficientemente avançada e instalada na vida (inclusive na vida prática) para haver construído aí sua morada, produzido o seu método, e engendrado a sua prática.” (Althusser, 1985, p. 56).



Freud, na segunda tópica, percebeu que o *inconsciente* se estendia até o campo do *eu*, assim, os filósofos idealistas do inconsciente encontraram um prato cheio para manipular e reduzir o objeto da psicanálise. Em outros termos, ao invés de manter a especificidade do objeto, alguns teóricos preferiram reler o objeto pela ótica do *eu* e não o contrário: releram o inconsciente como uma espécie de segunda consciência presente no próprio *eu*. Assim, o inconsciente passou a ser entendido de diversas maneiras que não a autêntica proposta por Freud, passou a ser tolhido do potencial que possibilitou uma ruptura epistemológica. Por exemplo: Sartre o entendia como má fé, Merleau-Ponty o entendia como uma sobrevivência cancerosa de uma estrutura *non-sens*, Jung o compreendia como *isso* biológico-arquetípico etc (Althusser, 1985, pp. 63-64).

Todavia, a percepção dessa inversão do inconsciente – em que ele não dá os termos da questão, mas sim os aspectos da consciência que dão os termos de análise do inconsciente – só foi possível graças às contribuições lacanianas à psicanálise (Althusser, 1985, p. 63). Lacan, em um retorno preciso a Freud, percebeu que tudo estava ligado à linguagem, que o inconsciente consistia em um discurso estruturado como linguagem:

Daí resulta que o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma se tornavam, como os elementos do próprio sonho: *Significantes*, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do ‘recalcamento’, a cadeia do discurso verbal do sujeito humano (Althusser, 1985, p. 63).

Portanto, o sujeito para a psicanálise não pode ser um sujeito-eu, mas um *sujeito do inconsciente* (Gillot, 2018, p. 28). Lacan esclareceu que os dois momentos de Édipo (o imaginário e o simbólico) são marcados pela Ordem Simbólica, que espreita desde sempre o indivíduo biológico que se tornará sujeito humano, todas as vivências do “filho de homem” são marcadas pela Lei da Ordem: “este discurso, condição absoluta de qualquer discurso, este discurso presente de cima, ou seja, [...] em qualquer discurso verbal, o discurso dessa Ordem, esse discurso do Outro, [...] que é essa Ordem mesma: o discurso do inconsciente” (Althusser, 1985, p. 67). Assim, o pressuposto para se tornar Sujeito humano é tornar-se Sujeito inconsciente, submisso à Lei da Ordem. Isso permite determinar o sentido preciso da segunda tópica: o alongamento do inconsciente ao *eu*, não deve ser lido pelos termos do



segundo, mas sim pelos termos do primeiro. Leia-se: não há um inconsciente como *eu*, e sim um *eu* inconsciente (Althusser, 1985, p. 67).

Ademais, para completar a rejeição à psicologia, é interessante trazer o aporte teórico de Georges Canguilhem (1966) em seu artigo *Qu'est-ce que la psychologie?* [O que é a psicologia?]. Canguilhem (1966, p. 77) afirma que a psicologia é falha na sua própria pretensão enquanto ciência, pois fracassa na especificação de um objeto próprio, de um método próprio, além de ter uma eficácia duvidosa. Tudo isso, para ele, seria fruto de uma instrumentalização da sua prática para um "ensino" determinado, que espera adaptar os seres humanos como ferramentas de produção, capazes de suportar o sofrimento psíquico sem questioná-lo (Canguilhem, 1966, p. 87). Em suas palavras:

Ao dizer que a eficácia da psicologia é discutível, não queremos dizer que seja ilusória; queremos apenas assinalar que esta eficácia é, sem dúvida, infundada, enquanto não se provar que se deve, de fato, à aplicação de uma ciência, isto é, enquanto o estatuto da psicologia não se fixar em tal uma maneira que deve ser considerada como mais e melhor do que um empirismo composto, literalmente codificado para fins de ensino. De fato, de muitos trabalhos psicológicos, tem-se a impressão de que misturam uma filosofia sem rigor, uma ética sem exigências e uma medicina sem controle. Filosofia sem rigor, porque eclético a pretexto de objetividade; ética sem exigências, porque associando as próprias experiências éticas sem crítica, seja a do confessor, do educador, do líder, do juiz etc.; medicina sem controle, pois das três doenças mais ininteligíveis e menos curáveis, doenças da pele, doenças dos nervos e doenças mentais, o estudo e o tratamento das duas últimas sempre forneceram à psicologia observações e hipóteses (Canguilhem, 1966, p. 77).

Está claro que a descoberta de Freud não pode ser absorvida pelas outras práticas científicas ou ideológicas. Freud promoveu, em verdade, um corte epistemológico pela própria especificidade e irreducibilidade do objeto descoberto. O Continente-Inconsciente rompeu paradigmas não só, como mostramos até aqui, por diferenciar-se qualitativamente de todas as demais práticas de seu tempo, mas também, porque sua descoberta promoveu uma revolução teórica, política e ideológica. Tratemos, portanto, dessa revolução.



3. Freud: por que tanto ódio?⁵

“Compreendi que a partir de então eu estava entre aqueles que ‘incomodaram o sono do mundo’, na expressão de Hebbel, e que não poderia contar com objetividade nem tolerância” (Freud, 2012, p. 265), dissera Freud quando percebeu que todas as forças de sua época condenavam sua descoberta. Elisabeth Roudinesco (2011, p. 4) afirma que o ódio à Freud – leia-se: a sua descoberta – é tão antigo quanto os primórdios da psicanálise, ou seja, a partir do momento em que Freud desvela a intimidade, o sexo, a família etc. passa a ser alvo de uma “punição” por esse crime de tentar tirar a humanidade de seu sono.

Os ataques são os mais variados e vindos dos grupos mais distintos: para os nazistas, a psicanálise era uma “ciência judaica”; para os stalinistas, uma “ciência burguesa”; para os religiosos, uma “ciência satânica”; para a extrema-direita francesa, uma “ciência degenerada”; para os cientistas, uma “falsa ciência”; para os revisionistas estadunidenses, uma “ciência fascista” (Roudinesco, 2011, p. 4). O ódio, em todos esses casos, só pode vir de uma tentativa desesperada de negação da realidade, ou melhor, de reestabelecer o mundo como era antes de sua descoberta.

Mas o que motivava esse ódio dirigido a Freud? Por que tanto ódio?

No caso de Freud, poder-se-ia dizer que sua descoberta foi intolerável à humanidade, pois tocou no íntimo, na sexualidade. Ele sexualizou as crianças, revelou que todos têm desejos tachados socialmente de perversos, mostrou a forte ligação sexual nos laços familiares, dentre outras coisas que chocam os conservadores e reacionários, pois abalam suas crenças e o controle sobre seu próprio mundo.

Em outros termos, é normal uma criança masturbar-se, o caso só é patológico quando ela não faz outra coisa na vida! Segundo Freud, a sexualidade perverso-polimorfa encontra-se potencialmente no âmago de cada um de nós. Não há, de um lado, perversos degenerados e, de outro, indivíduos normais. Há graus de norma e patologia. O ser humano, no que tem de mais monstruoso, faz parte da humanidade. E a criança mora no nosso coração. Faz-se necessário então libertar a criança e redefinir os critérios da perversão. Para libertar a mulher

⁵ Título emprestado da obra da Elisabeth Roudinesco chamada *Freud – mas por que tanto ódio?*



histórica de seus conflitos e de seu sofrimento, existe a fala (Roudinesco, 2011, p. 26).

Essa ojeriza à sexualidade humana demonstrada por Freud explica até determinado ponto o ódio dirigido a sua descoberta. É óbvio que as pessoas conservadoras e reacionárias ao se depararem com uma teoria em que o aspecto sexual está presente desde a tenra infância nutriram um sentimento de indignação e de negação, que é expresso em ódio infundado. Essa explicação nos satisfaz parcialmente, há algo para além disso na descoberta freudiana que perturba a ordem “natural” das coisas, que rompe com o ritmo “normal” das relações sociais, que provoca um impacto não só nos costumes, mas também na própria estrutura da sociedade.

Assim como Freud, Marx, enquanto descobridor do Continente-História, também sofreu e sofre até hoje – basta nos atermos ao horror que a palavra “marxismo” causa nos cientistas burgueses idealistas – ataques constantes. Sua descoberta, sempre que possível, é questionada, revisada, contestada e descredibilizada. Marx tinha consciência de que a ideologia burguesa aparelha a prática científica como instrumento da luta de classes, sendo que sua “verdade” jamais seria reconhecida por essa ciência aparelhada; percebeu – como já dissemos – que a luta de classes acontecia, também, na teoria e que sua descoberta sempre seria marcada por um traço conflituoso, já que a ciência idealista burguesa jamais deixaria de lutar contra ele e sua descoberta (Althusser, 1985, p 80).

Marx, construindo sua teoria, abalou a base da ideologia burguesa ao rejeitar o mito do *homo oeconomicus* (Gillot, 2018, p. 25). Demonstrou que não existia, em verdade, aquilo que a prática ideológica burguesa chamava de Economia Política, substituindo-a por uma realidade em que a *luta de classes* é determinante para os fatores que, outrora, eram chamados de econômicos. Demonstrou, em suma, que a história era um processo sem sujeito, rejeitou, portanto, o humanismo teórico (Althusser, 1978, p. 29).

Freud, por sua vez, rejeitou o *homo psychologicus* (Gillot, 2018, p. 25), tocando em um dos pontos mais sensíveis da ideologia burguesa. Ao descobrir o inconsciente, rompe com a ideia de que o ser humano é um sujeito espontâneo centrado e guiado pela vontade racional e lógica, pela consciência (Althusser, 1985, p. 83). Entretanto, ao questionar esse sujeito centrado pela consciência não está ameaçando apenas uma concepção secundária da ideologia burguesa, pelo contrário: está questionando a “*forma filosófica da ideologia burguesa*” (Althusser, 1985, p. 84) em si.



[P]ode ser mais importante recordar que essa ideologia do - *sujeito-consciente* constituiu a filosofia implícita na teoria da Economia Política Clássica, e que foi sua versão *econômica* o que Marx criticou, ao recusar a noção de *homo economicus*, segundo a qual o homem se define como sujeito-consciente de suas necessidades, e esse sujeito-de-necessidade, como elemento último e constitutivo de toda a sociedade (Althusser, 1985, p. 85).

A consciência coroada como guia do sujeito é imprescindível para as concepções ideológicas burguesas. Para o idealismo burguês, é a consciência que garante a unidade dos aspectos fragmentários do indivíduo (de seus atos morais, religiosos, políticos, econômicos etc.) (Althusser, 1985, p. 85). A representação do indivíduo como sujeito-consciente é necessária para que o indivíduo se submeta à exploração classista como sujeito de direito livre e igual, *que escolhe livre e conscientemente submeter-se à exploração*. "A consciência é obrigatória [...] para que a *conflitiva cisão da luta de classes seja vivida por seus agentes como uma forma superior e espiritual de unidade*" (Althusser, 1985, p. 85).

A questão vai se clareando: o ódio a Freud tem a mesma natureza do ódio a Marx, ou seja, é fruto de um incômodo com a descoberta daquilo que era para permanecer coberto. É, sobretudo, fruto de uma conflituosidade presente nas duas teorias, já que na medida em que estabelecem um *corte* com a ideologia burguesa, passam a existir como ciências conflitivas, ciências que trazem para dentro do seu objeto e método a luta contra a ideologia burguês, a própria luta de classes.

Diante disso, é patente que a prática científica idealista não poderia jamais reconhecer a psicanálise – e, também, o marxismo – como ciência. Essa prática, que em geral é neopositivista lógica (Althusser, 2019, p. 126), não poderia aceitar de modo algum um objeto como o inconsciente nos termos freudiano. Isso porque o neopositivismo lógico apoia-se exclusivamente nas evidências da própria prática científica, retomando o idealismo kantiano: "só existe como objeto científico um objeto cuja existência e cujas qualidades passem pelo controle da verificação experimenta, por mais complexa que ela seja" (Althusser, 2019, p. 127).

Portanto, todos os outros objetos que não podem ser submetidos à experimentação não existem para a "ciência", assim, existem apenas como discursos imaginários que não podem ser negados pela experimentação dada a própria incoerência de seu objeto (Althusser, 2019, p. 127). Desse



modo, a psicanálise jamais poderá ser considerada como ciência: resta a ela, então, a conflituosidade teórica, que sempre deve insistir em reafirmar seu objeto e, com isso, romper com o idealismo burguês da consciência. A psicanálise é, por essência, uma ciência de luta teórica (Althusser, 2019, p. 200): luta contra a ideologia burguesa, luta que rompe teoricamente com o sujeito-consciente, com o sujeito de direito, que traz algo de revolucionário e perigoso – por questionar suas bases – para a sociedade burguesa. A descoberta de Freud, portanto, não pode ser classificada de outra forma que não como um corte epistemológico.

Referências

- Althusser, L. (2017). Advertências aos leitores do Livro I d'O *Capital*. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. (2ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Althusser, L. (1975). *Elementos de Autocrítica*. (1ª ed.). Barcelona: Editorial Laia.
- Althusser, L. (1985). *Freud e Lacan. Marx e Freud*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edição Graal.
- Althusser, L. (1996) Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. (1ª ed.). Rio de Janeiro, Contraponto.
- Althusser, L. (2019). *Iniciação à filosofia para os não filósofos*. (1ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Althusser, L. (2015) *Por Marx*. (1ª ed.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Althusser, L. (1978). Resposta a John Lewis. In:_____. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal.
- Canguilhem, G. (1966) Qu'est-ce que la Psychologie. *Cahiers pour l'Analyse*. Vol. 2, Paris.
- Freud, S. (2020). *A interpretação dos sonhos*. v.2. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. (2019). *Cinco lições de psicanálise*. São Paulo: Cinebook.
- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In:_____. *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In:_____. *Obras completas, volume 16: o eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras.



- Gillot, P. (2018). *Althusser e a psicanálise*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Roudinesco, E. (2011). *Freud – Mas por que tanto ódio?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Roudinesco, E. (1989). *História da Psicanálise na França: A batalha dos Cem Anos. Volume 1: 1885-1939*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Thévenin, N.-É. (2010). O itinerário de Althusser. In: Naves, M. B. (org.). *A presença de Althusser*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH.

Recebido em 27 jul. 2023 | aceite em 06 dez. 2023



Ensaaios Críticos



O colonialismo do século XXI: o contexto não é acessório para entender a realidade da Palestina/Israel

Mariane Soares Gennari¹

155

Resumo

O texto propõe uma leitura colonial para compreender a questão da Palestina em sua relação com Israel.

Palavras-chaves: Palestina; Israel; colonialismo.

Resumen

El texto propone una lectura colonial para comprender la cuestión de Palestina en su relación con Israel.

Palabras clave: Palestina; Israel; colonialismo.

Abstract

The text proposes a colonial reading to understand the issue of Palestine in its relationship with Israel.

Keywords: Palestine; Israel; colonialism.

¹ É professora de educação básica na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2012. Em 2023, iniciou especialização (lato sensu) em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Concluiu o mestrado acadêmico em 2016 pelo Programa de Pós-graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui bacharelado e licenciatura em História (2011) pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).| marianesg@gmail.com



O fim do mundo está no horizonte, estamos cientes. E o fato de ele ser apressado por uma estrutura econômica e política mundial de exclusão também não é novidade. Ailton Krenak, em belíssimo ensaio, já nos apontou possibilidades de adiar o fim do mundo e elas precisam passar por uma mudança radical de perspectiva de vida, que suspenda os interesses individualistas e priorize a dignidade de todas as vidas em suas diversas formas. No entanto, análises da realidade contemporânea não são animadoras. O horizonte de qualquer esperança encontra-se intangível.

Nos últimos 15 anos, mais ou menos, a arte palestina tem oferecido visões criativas sobre o que ficou conhecido como “Conflito Israel-Palestina”. Especialmente no cinema e na literatura, o gênero de ficção científica tem sido escolhido para abordar a situação, isso porque é preciso imaginação e uma dose de estranhamento para entender a surrealidade da questão ou para mapear possibilidades futuras. Com uma tendência distópica, fruto de uma desilusão histórica com todas as tentativas fracassadas de resolução, as expressões simbólicas palestinas buscam um horizonte de existência fora da realidade estabelecida. Em “The Book of Disappearance” (2014), Ibtisam Azem trata do desaparecimento de todos os palestinos e seu impacto no cotidiano israelense, que se vê modificado por essa ausência em situações corriqueiras como o ônibus que nunca passa pois o motorista que o dirige é palestino. O curta-metragem “Estado-nação” (2012), de Larissa Sansour, propõe uma reorganização espacial de um futuro Estado da Palestina no formato de um edifício vertical, cujos andares representam localidades com grande simbolismo nacional, como a cidade de Jerusalém em um andar, a plantação de oliveiras em outro, o Mar Morto em outro etc. Por fim, um último exemplo trata da imagem de uma Gaza festiva, moderna e hiper tecnológica, onde os drones não são usados para controle militar da população palestina, mas como utilidade trivial para ouvir música à beira mar em uma tarde de verão com família e amigos, enredo do conto “Song of the Birds” (2019), do escritor Saleem Haddad. Essas produções artísticas nos sugerem que as exaustivas tentativas de explicar a realidade histórica de Palestina/Israel de forma racional não estão sendo suficientes.

Então, antes de oferecer alguma resposta que pretenda dar conta do que vem acontecendo na região desde a última escalada de violência iniciada em 7 de outubro de 2023, gostaria de indicar um caminho menos presumível, mas suficientemente elucidativo (e que, infelizmente, não irei me ocupar neste texto): ler e assistir produções literárias e cinematográficas palestinas.



Dito isso, gostaria de partir para o episódio mais violento da história de Israel/Palestina neste século. Não existem explicações rápidas sobre o que acontece na região. Mas isso não significa que não existe explicação alguma. É comum, mais do que deveria ser, ouvirmos que o que acontece no Oriente Médio é incompreensível ou é algo que beira o irracional, supostamente porque as pessoas que vivem lá não estariam aptas a construir uma civilização próspera tal qual a ocidental. Essa narrativa alimenta um racismo que não é inédito, mas que foi fortalecido nas últimas duas ou três décadas, quando o Ocidente não mais podia contar com o ameaçador inimigo soviético para justificar seus altos investimentos bélicos e seu controle sobre o resto do mundo.

Sugiro, portanto, que a situação na Palestina/Israel seja analisada por lentes bastante conhecidas de todos nós, latino-americanos: as lentes da colonização, conforme propõem diversos pesquisadores especialistas na questão. Colonização, na perspectiva da história brasileira, significa um processo localizado em um tempo passado, certamente distante, quando o Império Português explorava e dominava o Brasil. Apesar das marcas mal cicatrizadas, ainda sentidas e fortemente enraizadas na nossa história e cultura, a colonização portuguesa acabou. Talvez por isso, quando pensamos em colonização (ou mesmo no neocolonialismo da África e Ásia), imaginamos uma característica histórica comum a séculos já passados. No século XXI, falar em colonialismo e expansão territorial, em exploração da mão-de-obra nativa, em controle e restrição de populações originárias e em mecanismos jurídicos discriminatórios só poderia ser coisa de ficção científica. Mas não é. Precisamos compreender a realidade palestina por essas lentes coloniais. Sem uma breve contextualização, ficamos reféns de narrativas simplistas, que favorecem o presentismo, que promovem a desinformação e contribuem para a banalidade da realidade.

O Estado de Israel foi resultado de minucioso planejamento do movimento sionista (o sionismo moderno é, de forma geral, a ideologia nacionalista que defende um lar nacional para o povo judeu), que se consolidou a partir do I Congresso Sionista em 1897, justamente na esteira dos interesses expansionistas europeus que encontraram no modelo do Estado-nação um instrumento político de dominação e poder. Israel foi implantado na região da Palestina somente em 1948 por judeus europeus, com forte apoio britânico, que já havia se comprometido com os sionistas desde 1917, conforme ficou evidente com a assinatura da Declaração Balfour. Dentre os planos, os sionistas colocaram em prática uma série de



operações militares que objetivaram expulsar a população nativa: os árabes palestinos. O objetivo desse projeto – ainda em curso hoje – é manter uma maioria judaica no território israelense e diminuir o território destinado às pessoas não judias, especialmente as palestinas. A consequência mais dramática desse projeto ficou conhecido como *Nakba* (catástrofe, em árabe), momento no qual os nativos árabes foram expulsos de suas casas e terras, além de muitos terem sido assassinados e violentados de diversas formas. Esse processo acarretou uma significativa fragmentação identitária, espacial e temporal para os palestinos, que passaram a conviver com um trauma coletivo e contínuo que é revivido toda vez que enfrentam expulsões, demolições de casas e massacres como o que acompanhamos desde 07 de outubro.

A partir de 1948, Israel iniciou um processo de limpeza étnica, tema de um dos livros do historiador israelense, Ilan Pappé, que se debruçou sobre arquivos e documentos detalhados do período para atestar que vilarejos inteiros foram destruídos e populações dizimadas. Milhares de famílias deixaram suas casas apenas com algumas roupas, poucos objetos pessoais e as chaves de casa, imaginando que em alguns dias ou semanas retornariam aos seus lares. Nunca retornaram; e 75 anos se passaram desde o dia que cerca de 750.000 pessoas palestinas foram expulsas para dar lugar ao Estado de Israel. Desde então, palestinos e seus filhos, netos e bisnetos encontram-se refugiados em diversas partes do mundo e dentro dos Territórios Palestinos Ocupados: Cisjordânia e Gaza. Judeus de toda parte, no entanto, foram e são recebidos e incentivados a viverem em Israel, segundo a “lei do retorno” vigente no país. Mas é importante observar que sionismo e judaísmo são coisas bastante distintas, ainda que a política israelense se empenhe em aproximá-los. Esse processo de expulsão e desterramento de pessoas palestinas não foi um acontecimento pontual. O Estado de Israel controla civil e militarmente toda a Palestina. A quantidade de postos de controle e de fronteira e a construção de um muro de segregação com mais de 700 km atestam que o projeto sionista segue em curso. Milhares de assentamentos coloniais exclusivamente judaicos são construídos ano após ano com objetivo de ocupar o território palestino, bem aos moldes da colonização de povoamento.

O Estado de Israel acumula em seu histórico diversas violações de direitos humanos e de leis internacionais, promove crimes de guerra e seu regime sócio-político já foi definido como de Apartheid por organizações como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, o que não é



descomedido já que há uma clara segregação jurídica e geográfica em que pessoas não-júdas são apartadas dos direitos e de garantias básicas de vida neste Estado.

O cerco a Gaza é a expressão mais bárbara e cruel dessa realidade. A situação é dilacerante. Sua população vive há 17 anos sob cerco total do Estado de Israel, que controla a entrada e saída de pessoas e objetos dos mais variados tipos, de chocolates a medicamentos, e também controla o acesso a recursos básicos como água, energia elétrica e gás. São mais de dois milhões de palestinas e palestinos vivendo em condições insalubres e indignas, aproximadamente 50% dessa população é de jovens até 17 anos, a maioria dela, de desempregados. Gaza, neste exato momento, passa por um novo capítulo de limpeza étnica e genocídio, que, infelizmente, serão somados à história já bastante sombria e dolorida dessa parte do mundo. Por isso, soa inadequado tratar a situação como uma “guerra”, pois não se trata de duas nações disputando territórios, mas de um Estado colonizador e um povo colonizado. Deste modo, não podemos olhar para os recentes acontecimentos de forma deslocada do seu contexto.

Mesmo vivendo em um país com níveis estarrecedores de violência como o Brasil, faz muito sentido insistirmos em falar da Palestina/Israel. Em primeiro lugar porque os povos oprimidos precisam da solidariedade internacional e, como pessoas que reconhecem e defendem os direitos humanos, esperamos que a sociedade civil possa exigir dos seus governos, de organizações internacionais e de empresas que garantam o comprometimento com esses direitos em todo o planeta. Depois, porque o que acontece na Palestina é um fértil campo de experimentações de uma política de segurança e de controle social que são replicados em outras partes do mundo, inclusive aqui, no Brasil, para garantir a manutenção da distribuição desigual de certos poderes. Cabe destacar que somos um grande cliente da indústria armamentista israelense, nossa polícia militar acessa treinamentos e instrumentos de guerra que foram “testados e aprovados em campo”, na Palestina e, especialmente, em Gaza. Dessa maneira, tanto os jovens negros das periferias das grandes cidades quanto as comunidades indígenas no Brasil estão ligadas, de alguma forma, às lutas da população nativa da Palestina.

Por fim, é preciso coragem para olhar a Palestina/Israel pelas lentes coloniais, porque elas permitem qualificar a violência atual como elemento estruturante do projeto de Estado e isso significa colocar em cheque esse sistema de dominação e controle. E, então, o incômodo intensifica-se a cada



vez que nos deparamos com as justificativas sionistas das atuais – e sempre frequentes – ações em Gaza, quando servem-se da retórica do “direito de defesa de Israel”. E notamos, ademais, que as religiões frequentemente mencionadas pela mídia quase nada tem a ver com essa questão. O judaísmo, aliás, tem sido tristemente instrumentalizado pelo Estado de Israel, como alguns grupos de judeus anti-sionistas vêm denunciando ao afirmarem “Não em nosso nome” como resposta ao genocídio em Gaza. A perspectiva de um futuro não violento para as populações envolvidas e para a região deverá passar pelo fim do colonialismo. A tentativa de resistência do povo palestino é esperada e não acabará depois do cesar-fogo desta “guerra”. Caminhos não violentos foram e continuam sendo sugeridos para buscar existências permeadas por justiça e liberdade, mas, até o momento, infelizmente, eles não têm sido levados a sério. **|FIM|**

Recebido em 21 out. 2023 | Aceito em 06 nov. 2023.



A nova fase da ditadura do capital financeiro na Argentina: Javier Milei e os cantos da cigarra¹

Henrique Tahan Novaes²

161

Resumo

A ultradireita latino-americana ganhou força com a eleição de Javier Milei na Argentina, um presidente que se diz “libertário”, mas na verdade irá criar as condições para o aprofundamento da ditadura do capital financeiro na região.

Palavras-chave: acumulação; capital financeiro; ditadura.

Resumen

La ultraderecha latinoamericana ganó fuerza con la elección de Javier Milei en Argentina, un político que se autodenomina “libertario”, pero que en realidad creará las condiciones para que la dictadura del capital financiero se profundice en la región.

Palabras clave: acumulación; capital financiero; dictadura.

Abstract

Latin American ultra-right gained strength with the Javier Milei election in Argentina, a political who calls himself “libertarian”, but in reality will create the conditions for the dictatorship of financial capital deepening in the region.

Keywords: accumulation; financial capital; dictatorship.

¹ Texto também publicado no Portal **Contrapoder** em 04 jan. 2024. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/a-nova-fase-da-ditadura-do-capital-financeiro-na-argentina-javier-milei-e-os-cantos-da-cigarra/>.

² Professor e coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP/Marília. | hetanov@gmail.com



A ultradireita latino-americana ganhou força com a eleição de Javier Milei na Argentina, um presidente que se diz “libertário”, mas na verdade irá criar as condições para o aprofundamento da ditadura do capital financeiro na região.

Já havíamos assistido a fabricação de presidentes, como a que ocorreu nos estúdios da TV Globo, ao criar Fernando Collor de Melo, um “tipo alto, branco, bonito, caçador de marajás, e limpinho para combater a corrupção”. Vimos também a ascensão de Jair Bolsonaro, criado pelos robôs das Alianças Liberais Internacionais que disparam propaganda em massa.

Javier Milei é o novo tipo fabricado pela mídia argentina e mundial, que foi testado no último ano e conseguiu derrotar a esquerda da ordem argentina no 2º turno. Criaram um personagem “revolucionário” com sua motosserra, que iria supostamente combater a “classe política”, destruir o “papá Estado”, fechar ONGs que criaram a emergência climática, combater os comunistas, inclusive o presidente Lula e o presidente da China, e retomar a Grande Pátria, tal como Mussolini também evocava para o caso italiano, ou Hitler com a criação de um império ariano.

Estamos assistindo as primeiras cenas de uma “revolução”, na verdade uma contrarrevolução que só irá aprofundar a ditadura do capital financeiro na Argentina. Sua posse foi bastante simbólica. De costas para o Congresso, falou para um público relativamente pequeno, se comparado as posses massivas na Argentina. Seu apoio no congresso é pequeno, seu partido nanico, tendo por trás as forças lideradas por Maurício Macri e Patrícia Bullrich. Seria Milei um fantoche de Macri?

Mas é preciso voltar um pouco no tempo. Num dos clássicos do pensamento marxista, Gyorgy Lukács procura responder a seguinte pergunta: “Por que a Alemanha se tornou o centro da ideologia reacionária?”. A pergunta pode ser atualizada: Por que a Argentina deve se tornar o centro da ideologia reacionária na América Latina?

Lukács procurou observar as condições materiais que levaram a ascensão de Mussolini e a forma mais acabada de ideologia reacionária: Adolf Hitler e a ascensão do nazismo. Lukács destaca, dentre outros determinantes, as imposições dadas a Alemanha no final da 1ª Guerra Mundial, o desemprego em massa e o papel da burguesia alemã, como burguesia retardatária, na tentativa de construir um império alemão. Diante da grave crise, as massas não aderiram às propostas da esquerda, mas ao supnacionalismo da direita.



A ascensão da ultradireita na América Latina tem incomodado os intelectuais, que não chegaram a uma conclusão sobre este novo fenômeno. Conceitos como neofascismo, processo de fascistização, extrema direita e direita ultraliberal estão “competindo” entre si, para denominar esta nova fase da direita que emergiu nos últimos 20/30 anos, portanto, esta nova fase da decadência ideológica que impede o surgimento de novos Vargas ou Perons mas permite o surgimento de presidentes de extrema direita.

O paralelo com o fenômeno observado por Lukács nos parece bastante interessante, a ponto de podermos caracterizar o período atual como uma nova fase da decadência ideológica da burguesia. Podemos dizer que as burguesias latino-americanas não têm mais nada, absolutamente nada a oferecer ao povo! Somente ideologias reacionárias!

Diante de uma crise estrutural do capital, as soluções apresentadas pelas classes dominantes distanciam-se bastante das soluções do período 1920-1970. É preciso lembrar que a sociedade argentina neste período criou teatros, praças públicas, um sistema de saúde pública razoável, educação como direito, universidades públicas massificadas e sem vestibular. Criou prédios monumentais e um sistema de metrô e de ferrovias de fazer inveja na América Latina. Tudo isso foi possível em função de uma conjuntura internacional favorável e de rápidos processos de industrialização que permitiram o emprego “estável” a classe trabalhadora e as camadas médias algum tipo de ascensão social, além de condições de vida razoáveis.

De 1976 para cá, quais as propostas das classes dominantes argentinas? Nos baseando em Lukács novamente, poderíamos chamar de nova fase da decadência ideológica da burguesia argentina. Naquele momento, o povo pedia mais direitos, pedia um “Estado de bem-estar social”, mas as classes dominantes argentinas, em parceria com a ditadura empresarial-militar brasileira (operação Condor) e Estados Unidos, produziram a ditadura mais sanguinolenta da América Latina. Construiu os pilares do caso mais perfeito de ditadura do capital financeiro no continente americano, que agora Javier Milei certamente vai aprofundar.

Em poucas linhas, a ditadura do capital financeiro nas mãos dos militares levou a destruição da indústria argentina, um novo ciclo de dependência econômica e um avanço significativo de todas as formas de reprodução do capital financeiro, conforme veremos adiante.

István Mészáros – outro importante marxista do final do século XX – se pergunta quais têm sido as respostas dadas pelo capital para a sua grave crise de reprodução no final do século XX? Ele afirma que as soluções



capitalistas para os graves problemas criados pelo capital tem sido “empurrar as contradições sociais para frente”, com “soluções” que nem sequer triscam os graves problemas humanitários gerados pela autovalorização do capital.

A ditadura argentina conseguiu “empurrar essas contradições para frente” mas ao mesmo tempo criou uma outra ordem de problemas sociais, que irão aparecer com maior intensidade nos anos 1980-1990, e levar a uma grande rebelião popular em dezembro de 2001. Problemas como o desemprego e subemprego em massa, falta de casas, saneamento básico, privatização direta e indireta de escolas públicas, multiplicação de favelas e pobreza nas cidades, asfixia orçamentária de universidades públicas, destruição da escola pública, aumento da dívida externa, dentre outros, passam a fazer parte da sociedade argentina nos governos Alfonsín, Menem, de la Rúa. Em dezembro de 2001 com o corralón e o corralito, a ditadura do capital financeiro mundial expropriou massas de poupanças, salários, etc., promovendo um grande saqueamento das riquezas das classes trabalhadoras e de parte das camadas médias.

Cumpre lembrar também que a transição “democrática” argentina não conseguiu – no plano econômico - acertar as contas com a ditadura do capital financeiro, mas conseguiu acertar as contas com os militares. Diferentemente do Brasil, a Argentina encarcerou os militares (que agora a vice-presidenta eleita Victoria Villarruel quer perdoar).

O pêndulo político argentino ganhou novos ares a partir dos anos 2000, com a ascensão dos governos populares de Nestor Kirchner (2003-2007), Cristina Kirchner (2007-2015) e Alberto Fernandez (2019-2023).

A esquerda da ordem argentina aliviou parcialmente os graves problemas sociais, mas assim como o PT no Brasil, não tem e não quer ter na manga uma alternativa radical e abrangente ao capitalismo. A esquerda latino-americana – na melhor das hipóteses – pregou um leve keynesianismo na região, tentou recompor algumas das paredes levantadas no período 1930-1970, mas não apresenta para a sociedade uma alternativa radical anticapital. Se tornou, portanto, uma boa gestora dos problemas do capitalismo na região, sem nem sequer cutucar a onça com sua varinha curta.

No mundo do trabalho, a reestruturação produtiva latino-americana criou as condições “perfeitas” para a ascensão de trabalhadoras e trabalhadores individualizados, terceirizados e quarteirizados, que não vivem e não se enxergam como classe, mas como seres individuais –



“empreendedores”. Boa parte dos jovens que votaram em Milei nunca pisaram num sindicato, não são trabalhadores coletivos, são portanto uma massa de trabalhadoras e trabalhadores subempregados ou desempregados, passível de manipulação por salvadores de plantão. Para piorar, o novo dicionário do capital os chama de “empreendedores” e “colaboradoras”, justamente para apagar uma possibilidade de se ver como classe.

É dentro deste caldo social, econômico e político que assistimos a ascensão de Javier Milei, filho da propaganda das classes dominantes argentinas. Sua estratégia midiática deu certo, foi eleito com uma vantagem expressiva no 2º turno.

Em 10 dias de governo já iniciou uma “revolução”: um pacote de 336 alterações profundas do papel do Estado na sociedade e na economia. Criou o medo-pânico na população justamente para esta aceitar passivamente o remédio amargo da contrarreforma do Estado. O pacote de Milei inclui a privatização de empresas estatais, uma ampla reforma trabalhista, a regulação do aluguel, dentre outras. Feito através de “Medidas provisórias”, que na Argentina se chama DNU - Decreto de Necessidade e Urgência, este tipo de ação muito provavelmente pode se enquadrar como um tipo de estado de exceção típico das novas ditaduras do capital financeiro.

Tudo indica que o estado de medo-pânico criado por Milei – no estilo “não protestem nos próximos 4 anos, o remédio é amargo mas essencial, pois os peronistas quebraram o país” não surtirá muito efeito, tão logo o movimento operário e popular argentino perder a paciência com as consequências sociais das medidas de presidentes autocratas como Milei. E “Como a cigarra”, de Maria Elena Walsh e Mercedes Soza, seguiremos cantando:

Tantas veces me mataron, tantas veces me morí
Sin embargo, estoy aquí, resucitando
Gracias doy a la desgracia y a la mano con puñal
Porque me mató tan mal
Y seguí cantando

Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que el sobreviviente
Que vuelve de la guerra



Tantas veces me borraron, tantas desaparecí
A mi propio entierro fui sola y llorando
Hice un nudo en el pañuelo, pero me olvidé después
Que no era la única vez
Y seguí cantando

Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que el sobreviviente
Que vuelve de la guerra

Tantas veces te mataron, tantas resucitarás
Cuántas noches pasarás desesperando
Y a la hora del naufragio y la de la oscuridad
Alguien te rescatará
Para ir cantando

Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que el sobreviviente
Que vuelve de la guerra

Recebido em 22 dez . 2023 | aceite em 27 dez. 2023



Resenhas



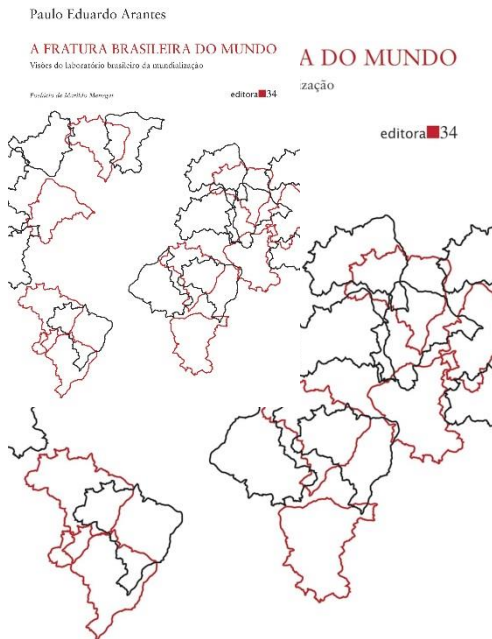
A fratura brasileira do mundo: Visões do laboratório brasileiro da mundialização

PAULO EDUARDO ARANTES

São Paulo – SP: Editora 34, 2023. 144 p.

168

Leonardo Dias Nunes¹



A obra **“A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”** foi publicada originalmente em 2001 por Paulo Arantes e recebeu nova edição neste ano. Em suas páginas somos convidados a relacionar a crise aberta após a década de 1970 com a atual impossibilidade de superação do subdesenvolvimento e com o fim da tradição crítica brasileira.

A crise econômica iniciada na década de 1970 acelerou os processos de mundialização do capital e de transnacionalização da classe capitalista, gerando

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2008), mestrado (2012) e doutorado (2018) na área de História Econômica do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Como docente do curso de Especialização em Economia Financeira na Escola de Extensão da UNICAMP e dos cursos de Ciências Econômicas da Universidade de Sorocaba (UNISO) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). | leonardodiasnunes@hotmail.com



sociedades cada vez mais desiguais. Nessa conjuntura histórica, o Estado de bem-estar social na Europa e o Estado desenvolvimentista na América Latina desmoronaram. Com fim do mundo criado no pós-guerra originou-se um novo mundo cujos conceitos e categorias criados no século XX deixaram de ser úteis para compreender as novas relações políticas, econômicas e sociais que emergiam na virada para o século XXI. A obra em resenha é fruto desse contexto histórico e realiza em três partes uma crítica desse novo mundo.

Paulo Arantes inicia o ensaio mostrando que um dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira é o seu encontro marcado com o futuro (ARANTES, 2023, p. 11). De acordo com esse mito, se observava um país eufórico com sua condenação ao progresso, mesmo após a revelação dramática do subdesenvolvimento.

Ao reconstituir os milagres que fundamentaram esse mito de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o autor cita os ciclos do ouro do século XVIII, o do café do século XIX e a industrialização do século XX como sendo um conjunto de milagres que prometeram a difusão do progresso na sociedade brasileira, porém, como o resultado foi bastante diferente do esperado, criou-se uma sintaxe da frustração evidenciada em destacados pensadores da realidade brasileira.

A frustração é fundamentada em um futuro que nunca chegou e nem chegará. Assim, por mais contraditório que pareça, quando se observou que o país do futuro já não possuía mais a capacidade de realizar essas expectativas, as características desse país tornaram-se um indesejado futuro. Expliquemos melhor. O Brasil se tornou o país do futuro quando todas as possibilidades de difusão do progresso fracassaram, pois essa é a atual e futura condição de tantos outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Na segunda parte do ensaio, ao definir a *brasilianização*, Paulo Arantes apresenta três características desse processo. Primeira, a constituição de uma sociedade compatível a um sistema informal de castas cujos integrantes do topo são os brancos e os integrantes da base são negros e mulatos (ARANTES, 2023, p. 21–22). Segunda, a existência de uma dimensão horizontal da guerra de classes, pois o declínio econômico cria ressentimento entre os grupos na base, mas não cria uma rebelião contra os integrantes do topo. Terceira, os integrantes dos extratos sociais superiores vivem entrincheirados em enclaves privatizados (ARANTES, 2023, p. 22).

Com a *brasilianização* houve um divórcio entre a economia política do livre mercado e a economia moral da civilização burguesa (ARANTES, 2023, p. 24). Consequentemente, as elites isentaram-se de suas responsabilidades



civis, a classe média perdeu suas características burguesas e ocorreu a reproletarização da classe operária. No que tange ao seu regime político, a sociedade brasilianizada tende a criar um futuro com características fascistas ou um populismo autoritário característico de um sistema de castas sociais hereditárias (ARANTES, 2023, p. 24). Além das características sociais, econômicas e políticas do processo de *brasilianização*, o autor observa que todos esses atributos ganham materialidade na transformação das metrópoles que passam por uma nova clivagem. De um lado, nelas vivem os trabalhadores formais possuidores de circulação desimpedida pelo mundo. De outro, vivem os trabalhadores informais e degradados que possuem circulação limitada pela cidade.

Na última parte do ensaio, Paulo Arantes apreende as relações sociais através da literatura e do cinema. Com esse recurso analítico, afirma que no Brasil a norma é frouxa e, por isso, a infração é feita sem remorso. Ao evidenciar sua proposição, o autor nos convida a assistir ao filme *Cronicamente Inviável*² e a ler a obra *Cidade de Deus*³ para explicar como funciona a violência cotidiana existente na sociedade brasileira.

O autor segue argumentando que o fim do pleno emprego nas economias centrais, ou de sua frustrada tentativa de consolidação nas economias periféricas, criou um trabalhador flexível, com uma biografia descontínua e que se encontra sob o regime do risco (ARANTES, 2023, p. 74). Esse regime de acumulação conseguiu conjugar características aparentemente contraditórias, quais sejam, as novas tecnologias de organização da produção e as estratégias de extração da mais-valia absoluta. Nesse novo cenário do mundo do trabalho, houve a valorização da força de trabalho mais qualificada e a desmoralização do sindicalismo de conflito.

Diante de tais atributos, uma sociedade de passado colonial como o Brasil tornou-se absolutamente moderna (ARANTES, 2023, p. 77). Sua elite criou uma cidade que, de um lado, apresenta-se como sendo possuidora dos complexos serviços da metrópole global e que está em permanente busca por investidores internacionais. Mas, de outro, também possui uma alta concentração de pobreza e de desamparo em suas periferias. A convivência

² *Cronicamente Inviável*, filme brasileiro lançado no ano 2000, dirigido e produzido por Sérgio Bianchi.

³ *Cidade de Deus*, livro de Paulo Lins publicado em 1997. Em 2002, com a direção de Fernando Meirelles, foi adaptado para o cinema.



sem culpa da elite com a extrema desigualdade dessa sociedade é outra importante característica da *brasilianização*.

A reflexão final do autor é provocativa por afirmar que a modernidade criou uma cidade ilegal e um homem flexível. Nesse cenário, as relações de trabalho precárias que sempre organizaram a vida da empregada doméstica brasileira foram difundidas para os trabalhadores de todas as partes do mundo (ARANTES, 2023, p. 93).

Já no posfácio da obra, Marildo Menegat apresenta a interpretação de que *A fratura brasileira do mundo* "é um dos ensaios fundadores de uma nova crítica radical do capitalismo que tem se desenvolvido por estes lados do planeta nas últimas décadas" (MENEGAT, 2023, p. 96). Por observar que o modo de ser da sociedade moderna está sendo enterrado, restou ao pensador social refletir sobre o tempo do fim, momento em que houve um emparelhamento de diferentes sociedades através da ruína.

Com o passar do tempo, continua Menegat, tornou-se possível afirmar, por um lado, que a tradição crítica brasileira possuía mais sentido de justiça do que uma análise crítica das potencialidades do sistema. Por outro, que o desenvolvimento capitalista, em sua fase de mundialização do capital, já não precisava de constituir nações na periferia do sistema. Consequentemente, na conjuntura de *brasilianização* do mundo, a negação da possibilidade de realização do desenvolvimento nacional leva consigo a negação da possibilidade de criação e de execução da política social fundamentada por uma ciência social. Não menos importante, as antigas tensões sociais eram o combustível para o pensamento crítico, já as atuais são paralisadoras, por isso, se observa o fim da tradição crítica brasileira e do progressismo.

Ao ler o ensaio *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*, observamos que a tese da *brasilianização* do mundo evidencia que atualmente é cronicamente inviável um desenvolvimento capitalista com um regime democrático e com seguridade social. Em consequência, no que tange ao mundo do trabalho, o homem flexível precisa realizar a missão impossível de sobreviver constantemente sob o regime do risco em uma cidade cindida.

O ensaio trata da impossibilidade do desenvolvimento capitalista assim como foi realizado no pós-guerra e argumenta que na atual conjuntura histórica não há espaço para otimismo, mas sim para o risco e a incerteza em relação ao trabalho, a desigualdade social e o Estado de exceção. Paulo Arantes nos incita para a desafiadora tarefa contemporânea



de refletir sobre as condições de possibilidade de superação da encruzilhada existente entre o progressismo anacrônico e a paralisia crítica.

Para concluir refletindo sobre as condições de possibilidade de superação dessa encruzilhada, recorreremos ao argumento de Alex Hochuli (2021, p. 4), de que o entendimento do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil nos permite compreender o presente e o futuro do sistema, pois no país da promessa do progresso e de sua frustração, criou-se uma perspectiva crítica da modernização que o mundo faria muito bem em estudar. Caso essa proposição esteja correta, intuímos que a intrincada tarefa intelectual daqueles que se formaram orientados pela tradição crítica brasileira passe pela contínua e complexa reflexão sobre os caminhos para a superação da encruzilhada existente no mundo contemporâneo. Para tanto, o ensaio de Paulo Arantes mantém-se extremamente atual, pois já no início do século XXI prognosticou problemas que uma década depois de sua publicação se apresentariam com notória nitidez. Além disso, mostra-se incontestavelmente como um importante ponto de partida para o estudo do tempo do fim.

Referências

- ARANTES, P. E. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2023.
- HOCHULI, A. The brazilianization of the world. **American Affairs**, v. 5, n. 2, 2021.
- MENEGAT, M. Posfácio - Chegando na hora para o desmoronamento do mundo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2023. p. 93–138.

Recebido em 22 set. 2023 | aceite em 27 dez. 2023



Entrevista



Capitalismo brasileiro, enfim a paz! com Maria A. Moraes

O trabalhador rural paulista e a produção do ser social.

174

Entrevistadores IBEC¹

Apresentação | Aline Marcondes Miglioli

Na presente edição da **Revista Fim do Mundo**, nossa entrevistada é a Professora Maria Aparecida de Moraes Silva, uma destacada acadêmica que obteve sua graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no período compreendido entre 1964 e 1968. Mesmo durante o trágico contexto ditatorial que marcou esse período, a Professora Maria Aparecida manteve-se imersa na rica experiência de conviver com renomados intérpretes do Brasil, destacando-se sua mestra e, posteriormente, colega, Heleieth Saffioti.



Posteriormente, conduziu seus estudos de mestrado e doutorado em *Sociologie Du Développement Iedes* na Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), concluindo-os em 1978 e 1980, respectivamente. Após retornar ao Brasil, dedicou-se ao ensino e alcançou a posição de professora livre-docente na Unesp em 1997. Atualmente, em 2023, integra o corpo

¹ Entrevista realizada de forma virtual via aplicativo *Google Meeting* com a presença dos pesquisadores do IBEC: Zuleica Maciel Vicente (Campinas), Adilson Marques Gennari (Recife), Paulo Alves de Lima Filho - PALF (São Paulo).



permanente de professores no curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Ao longo de sua trajetória acadêmica, dedicou-se de maneira significativa à importante missão de compreender, analisar e divulgar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais em canaviais, cafezais e laranjais. Do seu extenso estudo, destacam-se duas obras relevantes: "Errantes do Fim do Século" (1999), que aborda o surgimento e posterior desaparecimento da categoria de trabalho denominada "bóia-fria" no mundo rural brasileiro, e "A luta pela terra" (2004), onde resgata o movimento de luta pela terra, suas raízes históricas e a realidade dos "sem terra", analisando politicamente a questão agrária brasileira. Ambas as obras, apesar de terem sido publicadas há algum tempo, continuam pertinentes no contexto do capitalismo brasileiro, oferecendo reflexões sobre classe, gênero, raça-etnia, migração, memória e resistência, abordando temas como agricultura, capitalismo, exploração e modernização do trabalho agrícola.

Ao longo de sua vasta obra, a Professora Maria Morais expressa uma constante preocupação com o resgate da memória daqueles que são frequentemente esquecidos pela narrativa histórica do capitalismo. Esse empenho resultou no notável documentário "As Andorinhas. Nem lá, Nem cá" (disponível no YouTube, no canal do grupo TRAMA UFSCar), que aborda a situação social dos camponeses migrantes do Vale do Jequitinhonha (MG) para Ribeirão Preto (SP) para o trabalho na colheita de cana. Essa história não apenas representa as vivências pessoais de centenas de migrantes forçados, mas também constitui parte da história do capitalismo brasileiro. Desde 2020, a professora tem dedicado esforços à criação de um repositório digital que preserva a memória dos trabalhadores rurais.

Nesta entrevista, a Professora Maria Morais compartilha conosco sua escolha por trabalhar com a temática dos trabalhadores rurais, destacando a relevância do tema para a compreensão do capitalismo brasileiro e evidenciando o apagamento dessa parcela da classe trabalhadora. Por fim, permite-nos refletir sobre a Universidade Pública e o papel da Sociologia diante das transformações contemporâneas no cenário global.

Boa leitura!



Bom dia, eu sou a Professora Maria Aparecida Moraes Silva. Eu sou socióloga, professora aposentada da UNESP de Araraquara, sou livre docente pela UNESP e atualmente faço parte do corpo permanente de Professores do curso de pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

[PALF] Por que estudar os trabalhadores rurais?

A respeito da escolha do tema dos Trabalhadores Rurais, eu vou lembrar aqui uma frase bastante repetida pela professora Heleieth Saffioti. Ela sempre dizia o seguinte: que não somos nós que escolhemos o objeto, mas é o objeto que nos escolhe. Eu posso dizer que, na verdade, são as duas coisas. Tanto nós escolhemos o objeto, como o objeto nos escolhe. Logo, a partir daí eu posso me remeter à minha própria história de vida, minha trajetória. Eu sou filha de sitiantes, sitiantes do mundo rural caipira do interior do estado de São Paulo. O tema rural, o tema da ruralidade, o tema dos trabalhadores, dos camponeses não é um tema que me é somente próximo. Mas é um tema que faz parte da minha própria constituição enquanto ser social. É um tema que me é intrínseco e não situado na exterioridade. Eu nasci na roça, eu sou da roça, eu sou caipira, e eu trago dentro de mim essa marca, esse marcador do mundo rural. Pesquisar a temática dos Trabalhadores Rurais é mais ou menos seguir uma intuição e também seguir trilhando a minha própria trajetória.

Eu tive a oportunidade de desenvolver esse tema desde os anos de 1970. Metade dos anos 70, quando eu fui para a França, e lá eu pude fazer o mestrado e o doutorado e, naquele momento, já pude também ir acompanhando as transformações do mundo rural paulista, principalmente, caracterizadas pela passagem do colono para o boia-fria. Essa foi a minha tese, naquele momento. E também, as mudanças ocorridas em relação aos produtos, as plantações. Pouco a pouco, os cafezais foram cedendo lugar aos canaviais e, nesse sentido, o estado de São Paulo foi, paulatinamente, transformando-se num grande canavial como é até hoje. Logo, seguir essa caminhada, seguir essa trajetória dos trabalhadores rurais e das transformações desse mundo rural seguem, portanto, sendo os meus temas de pesquisa até hoje.



[PALF] Mas, essa empatia, ela surge por algum motivo. Algumas fibras do teu ser, do teu intelecto no caso, foram tocadas por esta realidade?

Sem dúvida! Eu fiz o curso de Ciências Sociais na UNESP de Araraquara, e fui formada pela professora Heleieth Saffioti. Heleieth Saffioti, todos vocês sabem muito bem, era uma marxista, e é claro que todos nós que fomos seus alunos tivemos essa orientação. A minha formação enquanto Socióloga tem esse ingrediente, que é o ingrediente do Marxismo.

Na sequência, quando eu fui para França para fazer mestrado e doutorado, a escolha incidiu sobre a temática dos Trabalhadores Rurais. Eu levei comigo esse insight, entende. Eu não poderia, por exemplo, estudar a ditadura militar, que estava acontecendo aqui no Brasil naquele momento, o que era algo que não passava pela minha cabeça de forma alguma. Assim, o tema e a escolha do tema, tem sim a ver com esse processo de socialização/formação e que faz parte de mim até hoje.

[PALF] Agora, um ponto a mais. Qual é para você a importância desse tema no Brasil?

Eu penso que o tema, ele está no esquecimento cada vez mais. Hoje você fala em agronegócio, você fala em agricultura 4.0, você fala em desenvolvimento tecnológico, você fala em desenvolvimento das Tecnologias de Informação (Tis) aplicadas na agricultura, em digitalização da agricultura. Enfim, você fala em tudo isso, mas você não fala do trabalhador rural. Aliás, o trabalhador rural hoje, ele saiu da agenda. Ele não faz mais parte da agenda, e eu estou falando do meu lugar que é o da Sociologia. Logo, mesmo nos eventos de Sociologia Rural, vê-se muito pouco a discussão acerca do trabalhador rural. Assim, há uma invisibilidade e também uma negação desses trabalhadores, dessas trabalhadoras aqui no Brasil. Quer dizer, tudo se faz como se essa categoria de trabalhadores não existisse. Eu trabalho, inclusive, com a ideia de um memoricídio, levando-se em conta, sobretudo, o caso de São Paulo. Por que, praticamente, o trabalhador cortador de cana, aquele que tinha uma expressividade maior até os anos de 1980, ele praticamente desapareceu. Hoje nós temos no estado de São Paulo quase 100% da cana sendo cortada por máquinas; além da diáspora que houve com o processo de mecanização, nós temos agora esse processo de memoricídio. Quer dizer, memória de trabalhadores que aqui estiveram durante décadas - foram centenas de milhares -, a história oficial apagou. Há um verdadeiro processo de amnésia histórica a respeito dessa categoria de trabalhadores.



[PALF] Mas, como se explica, na academia, [eles terem] desaparecido, ou seja, [que] a invisibilidade, a negação tenham essa predominância?

Paulo, levando-se em conta as Ciências Sociais, a Sociologia que é o meu campo, digamos assim, e eu não estou falando só da Sociologia Rural. Hoje em dia, há uma prevalência das chamadas pautas identitárias. Quer dizer, é isso que você encontra em grande medida. Falar de classe social, falar de trabalho não é mais tão expressivo. E, sobretudo, no caso dos trabalhadores rurais. Esse tema é considerado marginal. Se ele teve uma expressividade até a década de 1980, principalmente, em função das greves, dos protestos, a partir de então, ele praticamente desapareceu. E eu vejo que a academia hoje, e pensando sobretudo na produção científica, ela está muito mais voltada para as questões da sexualidade e também das pautas identitárias. É assim que eu vejo.

[Zuleica] Eu gostaria de colocar uma questão, só para não perder o gancho. A senhora coloca, e é muito importante. E... tem uma discussão sobre o feminismo se entra[mos] nessa questão das pautas de identitárias? Porque eu percebo a mudança na forma como o tema é tratado, como a questão é tratada nesses últimos anos. E hoje, eu entendo essa discussão do feminismo, como está sendo colocada, também como uma pauta identitária, o que faz com que o movimento perca força. E aí, nesse sentido, a senhora colocou que nasceu no campo, que é uma mulher do campo, que preserva as tradições do campo. Eu também sou do campo, mas do outro extremo da questão. Os meus pais, lá na década de 80, começo dos anos 90, eles eram trabalhadores rurais. E aí, eu fico pensando na junção dessa questão, discutir o que é feminismo pensando na divisão do trabalho na lavoura, porque eu vejo... eu vi, desde criança, mulheres e homens entrando nos mesmos caminhões, saindo para trabalhar da mesma forma, e mulheres, inclusive, tendo um rendimento no trabalho superior ao dos homens. Eu penso que essa discussão do feminismo, principalmente agora com a questão de ser associado e ser tratado como uma pauta identitária, ele não contempla essa relação. Porque a relação da mulher no campo ela sempre foi diferente do que a da mulher no meio urbano. Eu gostaria que a senhora comentasse um pouquinho a esse respeito. Como que a senhora observou essa primeira mudança, da pauta ser tratada como uma questão identitária? E na divisão do trabalho rural, porque as mulheres, elas têm igualdade em quase todos os sentidos.



Olha Zuleica, eu vejo assim... quando você fala da pauta identitária, às vezes você corre o risco de cair numa armadilha, numa cilada, porque você perde o universal. É como se não pudesse falar do universal. Você tem que falar do particular. Isso já é um complicador. E o que nós estamos vendo é isso que está acontecendo.

Agora, quando você fala do feminismo e aí, mais uma vez, me remetendo a professora Heleieth Saffioti, eu vejo, do ponto de vista teórico/metodológico, uma questão fundamental que é a interseccionalidade. Por exemplo, eu vejo o indivíduo como classe, como gênero, como raça-etnia, e, assim por diante. Eu não vejo somente como classe social, eu não vejo somente como gênero e também não vejo como raça ou etnia, ou raça-etnia. E vejo esse indivíduo exatamente nesse cruzamento. Todos os indivíduos são portadores de várias identidades. Não há uma identidade única.

Nesse sentido, por exemplo, toda a minha formação, todos os meus estudos, todos as minhas pesquisas, elas levaram em conta exatamente isso. Não era exatamente para destacar a mulher, e analisá-la somente do ponto de vista do gênero, mas enxergar essa mulher enquanto trabalhadora, enquanto mulher, e também, quanto negra. Porque, geralmente, essas mulheres cortadoras de cana, trabalhadoras rurais, eram mulheres migrantes ou do Nordeste ou do Vale do Jequitinhonha. Eu vejo que essa é uma postura metodológica que se distingue do que nós vemos hoje, porque aí você tem uma ênfase no particular. E se você não está ali naquele particular, você é considerado, muitas vezes, o outro, o opositor.

Algo que me incomoda muito é, em muitas ocasiões, e aí eu chamo a atenção inclusive dos meus estudantes acerca do chamado lugar de fala. Por exemplo: eu sou negra, eu sou pobre, eu sou quilombola, eu sou não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... A pessoa vai falar dos quilombolas, das quilombolas, das mulheres dos movimentos sociais etc. Então eu estou falando do meu lugar de fala. Aí eu vou na sequência e vou falar: olha, eu sou branca, eu sou de classe média, eu sou professora. Eu não sou boia fria, eu não sou negra. Eu já começo assim. Porque isso é uma verdadeira heresia muitas vezes. Eu, como branca, classe média, eu não posso falar dos trabalhadores rurais, ou das trabalhadoras rurais? Será que eu não sinto o que é aquele trabalho? O que é a dureza daquele trabalho? Será que eu não pertencço à comunidade de destino daquelas pessoas? É claro que eu não sou aquelas pessoas, eu sou eu. Eu não quero perder a minha cara. Essa é a minha cara. Eu não vou lá para mascarar ou para iludir as pessoas. Ah, eu sou



negra! Não, não sou, mas eu pertenço à comunidade de destino deles e delas. Isso está em todo meu histórico. Eu defendo a somatória, a junção e não a divisão/separação/oposição.

Na semana passada, eu estava num evento em Guariba. Passei o sábado todo lá. Levantei-me às 5 horas da manhã e cheguei em casa às 6 da tarde. Então, para quê? Para discutir uma questão que é extremamente importante, porque o ano que vem comemoram-se os 40 anos da greve de Guariba². Se eu não tivesse nada a ver com essa realidade, do ponto de vista de uma práxis, eu não iria. Estava presente e pude dar a minha contribuição. A questão das pautas identitárias, não que não sejam importantes, elas são importantes. Mas, muitas vezes, você corre esse risco. Corre o risco de ficar na sua gaveta, e aquilo que não está na sua gaveta é um opositor ou uma opositora a você. É a mesma coisa em relação ao gênero, à violência de gênero. Será que nós, enquanto mulheres, não podemos ter os homens do nosso lado? Não? Não pode? Quer dizer que todos os homens são violentos, não quero saber de homem. É assim? Eu penso que, em termos de luta política, nós não vamos chegar a lugar algum, entende? Porque é o mesmo do mesmo. E esse essencialismo, ele é falso, ele é muito falso. É assim que eu vejo. Além de ser um prato cheio para o capital, que se apropria dessas divisões, transformadas em oposição.

|Zuleica| Então, e aí é como se quando a gente pensa em lugar de fala, eu sou muito crítica a essa expressão, também porque é como se, por exemplo, o trabalhador rural tivesse lugar de fala garantido, entende? E aí você acaba com a discussão, porque você destrói primeiro a ideia de campo, não é? Porque se eu sou branca, professora, classe média, eu não posso falar de pobreza? Então o pobre vai ter sua voz ouvida? Então é uma questão, é uma forma muito inteligente da direita, da ultradireita de se apropriar das pautas que são sociais, para levar a discussão para um campo que é deles. E a gente não consegue brigar aí. Eu tenho outra questão: professora, aqui no Brasil, até 2018, de forma mais efetiva, quando a gente pensa no campo e nas pessoas que permanecem no campo, porque a gente tem o problema dos filhos dos trabalhadores que frequentam as escolas tradicionais, escolas estaduais, e aí eles abandonam o campo. Acaba tendo esse movimento migratório para

² Seminário: Lutas canavieiras. Caminhos para reparação e responsabilização das violências dos direitos. Realizado na cidade de Guariba em 28/10/2023. Organizado pela Comissão da Verdade camponesa. Missão Paz, CERES, ABRA, CEM, SPM, PROEC, UNICAMP.



ocupações que são da cidade. Até 2018/19 a gente tinha um programa importante que era o PRONERA. Algumas comunidades rurais tinham um método de ensino diferente, que contemplava um período na escola e um período no campo, [e outro] de volta à comunidade. Infelizmente, esse programa, ele foi extinto no ano de 2020. Então, a gente não tem mais isso. E aí, eu sou professora, faço doutorado em educação, então essa questão da educação é muito importante para mim. Eu acho que a permanência da pessoa no campo, ela passa por isso, ela passa pela noção de pertencimento àquela terra. Enfim, eu queria ouvir a senhora a respeito disso.

Então, eu acho que o fato de você não ter mais o PRONERA, de você não ter mais esse apoio, já é uma estratégia. Porque se você não tem a continuidade do camponês, ele, quando os pais morrerem, esses filhos não voltarão mais para a terra. Então, é uma forma, é uma estratégia do Capital, sem dúvida alguma.

É no sentido de cada vez mais permitir esse processo de concentração da terra nas mãos de poucos, e eliminar os pequenos produtores e o campesinato, de uma forma geral. E para mim, é uma estratégia, entende?

O fato dessa ausência do PRONERA, da ausência dessas políticas públicas, eu vejo assim, como uma estratégia política do Estado no sentido de minar a continuidade dessa forma, dessa outra forma de organização social. Porque, veja bem, é o que você falou, a permanência na terra implica também na construção de uma experiência laboral.

Quer dizer, não é só você chegar lá e, que maravilha, gosto do campo. Não. Não é nada disso! Para lidar com tudo aquilo você tem que ter um conhecimento, você tem que ter um saber. E aquilo, geralmente, é transmitido através da educação, e também através dos pais. Quer dizer, a própria comunidade transmite aos seus filhos como lidar com a terra, como fazer, e assim por diante.

Então eu acho que, na medida em que, você tem essa política, é uma política de esvaziamento, mas [é] não só esse esvaziamento demográfico, mas é uma política de esvaziamento da propriedade camponesa mesmo, certo? Quer dizer, então, nesse sentido, cada vez mais você vai minando essas possibilidades de reprodução social. Porque aí é uma questão de reprodução social.



[Adilson] Na verdade, eu fiquei pensando aqui quando a professora falou que... da mecanização no interior de São Paulo. Eu me lembrei que eu participei desde os anos 80, anos 90, anos 2000 - de algum modo eu estava na economia, no Departamento de Economia, quando eu entrei – [então se] estudava interiorização do desenvolvimento de São Paulo e a Sociologia estudava, [porém] começou a cada vez mais estudar a questão do trabalhador rural, do boia-fria, o trabalhador que ia lá cortar a cana, etc. e tal. Eu acho interessante como que os objetos eles tendem a desaparecer e como nós da Universidade não temos noção, eu só vejo isso agora, 40 anos depois. Como nós interferimos nessa realidade? Porque eu participei de vários debates, apesar de ser da economia, como [então] o campo era efervescente e a sociologia [era] muito crítica, é... muito produtiva, eu participei de muitos debates sobre isso. Com vários professores e professoras da sociologia, além de estar também a Maria Orlanda, a professora Maria Morais, enfim, outras também tão importantes quanto. E aí, eu acho interessante isso, por quê? Porque eu vejo, estou vendo também numa perspectiva de que o Brasil é um grande continente. Enquanto você tem o desenvolvimento capitalista mais de ponta em São Paulo, no interior, ou seja, o objeto que eu trabalhava no departamento de Economia desapareceu. O desenvolvimento da interiorização já interiorizou, os cortadores já foram mecanizados, ou seja, os objetos mudam. Agora... pensando numa perspectiva regional, eu vejo aqui por exemplo, no Nordeste e, principalmente em Pernambuco, o debate é muito intenso sobre agroecologia e sobre agricultura familiar, não é? É muito intenso. Não sei como é isso em São Paulo, mas de qualquer maneira, as pessoas comem a comida que vem da agroecologia. Existem, inclusive, departamentos de Agroecologia, de Sociologia Rural. Tem uma universidade, que chama Universidade Federal Rural de Pernambuco, quer dizer, tem uma universidade inteira sobre a questão rural e ela é gigantesca. Eu fui lá algumas vezes, e apesar de não ser... eu sou [também] doutor em Sociologia, então acabo fazendo essa interface. A minha questão é a seguinte: [sobre] esta questão da agroecologia... Eu tenho três questões, na verdade. Uma é essa: a questão da agroecologia e da agricultura familiar, como que ela se coloca nesses polos mais desenvolvidos do capitalismo brasileiro, que é São Paulo. Porque vocês estão aí no coração [da questão] em São Carlos, no interior de São Paulo? E outra coisa é a seguinte: existe uma questão mais antiga, é uma questão clássica antiga, teórica, no campo da Sociologia, da Política, da Filosofia e da esquerda marxista, sobre a existência ou não



da figura do camponês. Tem gente que acha que o camponês não existe e nunca existiu, só operários. E tem outras que não, que acham que o camponês existe, por isso que existe o MST, - que não por acaso é o maior movimento social brasileiro, e talvez latino-americano e quiçá, do mundo. E aí é aonde eu ia chegar, no MST. O MST, aqui por exemplo, mas não só aqui, acho que em todo o Brasil, ele tem aquelas feiras agroecológicas, que está muito conectado com isso, tem os barracões, os mercados, geridos pelo MST, com comida sem agrotóxico. Os agricultores familiares são uma espécie de “conveniadas” disso, porque é parte da forma que o MST atua. Isso é muito forte, inclusive, no movimento, por exemplo, na época da pandemia eu vi aqui que eles distribuíram toneladas de comida, agora eles mandaram comida para a Faixa de Gaza, porque a produção é muito grande, não é? É até estranho falar de fome no Brasil hoje, porque a produção de comida agroecológica é muito grande. É comida barata e boa. Só tem fome porque existem mecanismos de tirar o dinheiro das pessoas, mas aí não é essa questão... Minha questão é a seguinte: aqui no Nordeste, essa questão da agroecologia, da agricultura familiar e do MST é muito presente, muito forte, por quê? Porque não existe essa mecanização no campo, existe um sertão gigantesco, que não é como o de São Paulo. É um sertão pobre, agrícola, com famílias, com agricultura familiar, com aquele negócio de cisterna para ter água. Inclusive, agora, o governo acabou de liberar um dinheiro grande, o Lula, para a governadora de Pernambuco, para destinar [às] cisternas. Então, são milhões de cisternas para acumular água na época da seca, para depois manter a produção e a comida, e inclusive aí junta com quilombola, com indígena. Eu visitei uma tribo de indígenas, os caras são produtores de animais, de bode, né? São produtores agrícolas, não é uma coisa assim... rudimentar. Eles fazem uma produção bastante expressiva, sustentam a família, vendem no mercado, distribuem para o MST. Então, é uma coisa, digamos assim, entre aspas, desenvolvida, não é o desenvolvimento do capitalismo brutal da produção de álcool e açúcar, que é São Paulo. É a produção diferente, de comida, de carne e comida, de vegetais. Essa é a minha questão: como que fica essa contradição regional? O Sul é outro mundo também, é outro universo. A questão agrícola no Sul é outro mundo, [é outra] a questão agrária.

Está perfeito, Adilson. É isso mesmo. Eu imagino que você, praticamente, não fez uma pergunta, você fez um comentário, bastante pertinente, é isso mesmo. E aqui em São Paulo, o que a gente tem são



experiências isoladas de agroecologia. Os assentamentos rurais são geridos pelo MST, eles são assentamentos que desenvolvem essa prática da agroecologia. Nós temos nas regiões de Ribeirão Preto, Araraquara Sertãozinho. Agora, onde esta prática é mais expressiva é no Pontal do Paranapanema. Ali, com o grupo da Geografia do Trabalho, dirigido por vários professores, dentre eles, o professor Antônio Thomás Júnior, é o grupo, eu diria, mais forte. Mais forte em relação à produção agroecológica e também ao movimento de Educação do Campo. Estão lá também o professor Raul, o professor Bernardo Manzano, que é um dos autores da Educação do Campo, e Thomás Junior. A Geografia do Trabalho da Unesp de Presidente Prudente é um polo aglutinador dessas questões, o mais importante, acredito eu.

A agroecologia é tudo isso que você falou. Acontecem as feiras, as feiras em São Paulo, nos municípios que compõem Pontal do Paranapanema, que é uma região bastante grande. Além disso, tem todo o movimento de luta, porque aquelas terras ali, boa parte delas, eram terras devolutas e que foram apropriadas pelos grandes proprietários. O surgimento da reforma agrária, da luta pela terra, dos assentamentos, envolveu exatamente essa disputa. Tanto é que o atual Governador do Estado de São Paulo estava vendendo aquelas terras por um preço mínimo para os grandes proprietários.

Além dessa produção extremamente importante da agroecologia, tudo isso que você falou, tem também mais essa outra questão que é esse enfrentamento quase que constante, permanente, com esses grandes proprietários que, a cada vez mais querem abocanhar essa agricultura camponesa.

Bom, eu não vou entrar no mérito dessa discussão teórica, se é camponês ou se não é, e eles têm ou não uma consciência. Eu acredito que isso, pelo menos para mim, não tem muito sentido. Eles não são operários. E eles têm a posse da terra, eles têm um outro modo de vida, uma outra organização social, uma outra cultura e, conseqüentemente, é isso, é com isso que a gente tem que lidar. Não é simplesmente a partir da nossa cabeça achar que eles têm que ser como operários. Eles são proprietários. Eles têm a terra não só como um elemento econômico, como objeto de produção, não é só isso. Há um elemento cultural, um elemento simbólico muito forte, que, muitas vezes, algumas teorias marxistas esquecem. Tem uma força muito grande que é a força do imaginário, e o imaginário é insurgente. Jogar isso aí para fora é um erro, é um erro político muito grande. Não vejo, de forma



nenhuma, como dizer que eles têm de ser considerados como uma classe trabalhadora, não, não. E mesmo porque, hoje, quem são os operários nesse país? Talvez nós tenhamos aí esse pessoal do iFood, entregadores de alimentos - a uberização - talvez sejam os mais representantes dos nossos trabalhadores urbanos. Eles são trabalhadores.

Quando você falou da universidade, nós temos a Universidade Federal de São Carlos. Há no campus de Araras um grupo de professores que está desenvolvendo essa discussão da agroecologia, inclusive criaram um curso de pós-graduação em agroecologia. Porque até então, em Araras, havia um privilegiamento das pesquisas voltadas ao agronegócio canavieiro. Mas, sem dúvida alguma, o mais forte que nós temos aqui no estado de São Paulo é o grupo de Presidente Prudente, da UNESP de Presidente Prudente, da Geografia, da Geografia Agrária.

[PALF] Bom, deixa agora eu colocar uma pitada ideológica. Eu fiz parte da Comissão de criação da Universidade da Fronteira Sul, que foi uma experiência muito interessante, mas ao mesmo tempo, muito contraditória. Eu vou colocar a questão, depois eu faço uma pergunta para você.

[Adilson] [Em] qual estado e cidade [existe] essa universidade, Paulo?

[PALF] [Em]três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Foi uma experiência muito interessante e muito contraditória. Eu alertava, no processo do debate que nós fizemos durante a fase final, [durante] um ano e tal. No processo de debates eu dizia o seguinte: olha, temos que ter cuidado com implantação da Universidade, porque a tendência era, para as novas Universidades Federais, serem engolidas pelo “ethos” conservador. Eu lembrava da Federal do ABC que estava sendo fundada, [que] eu acompanhei de muito perto o desenvolvimento ali, através do Professor Sinclair, um grande amigo nosso, um camarada, recentemente falecido. Eu alertava, porque no processo de criação das novas universidades federais, sempre tem uma universidade que a tutela. A tutela sobre essa universidade recaiu sobre a Federal do Paraná. Aí eu descobri que o Paraná não é Brasil ainda, eu não conhecia o Paraná. Existem estados que ainda não se abasileiraram, eles se pensam como uma entidade autônoma. Para mim foi uma grande surpresa. Eu não estudei, não sei se alguém estuda isso, mas me eu senti, assim, num outro país. Evidentemente, a tutela dessa universidade [é assunto importante], [pois] que é uma universidade dos Movimentos Agrários, certo? Essa Federal da Fronteira Sul é a universidade de todos os



movimentos agrários, contra a vontade do Haddad, diga-se de passagem. O Haddad fez tudo para não apoiar essa universidade, ele queria dar um Instituto só. A universidade foi arrancada do Haddad. Esse é um parêntese. Bom, eu dizia o seguinte: se nós não pusermos o pé no processo de escolha dos novos professores, todo esse movimento vai redundar numa nova universidade mais conservadora, das mais conservadoras. E foi exatamente o que aconteceu. Ou seja, a direção do MST simplesmente fez ouvidos moucos à minha peroração. O que me custou um afastamento, eles nunca mais me chamaram para nada, eu me tornei persona não grata. E hoje a Universidade Federal da Fronteira Sul é uma universidade dos conservadores. Se você for ver lá os temas de estudo, os das pós-graduações, é uma universidade do capital para o capital. Então, olha que interessante, neste momento, afora algumas escaramuças, que agora não vem ao caso. Enfim, olha que movimento interessante [e contraditório] do MST de incorporar-se de vez ao mercado, através da Bolsa de Valores. Então, eu gostaria que você abordasse, eu imagino que você esteja, evidentemente, atenta a esse processo. Eu gostaria que você abordasse essas questões.

Eu talvez não tenha tanta experiência quanto você, Paulo, para aprofundar mais esse cenário. Mas, de qualquer forma, o que eu vejo é que o Capital, ele se apropria. Desta sorte, aquilo que realmente lhe faz oposição, você pode ter certeza de que é uma questão de tempo até ser apropriado pelo Capital. Vemos isso em relação à questão do feminismo, comentado por Zuleica. Eu vou falar um pouco disso, talvez nós possamos estabelecer alguns links, aí, para pensar sobre isso que você falou.

Eu me lembro da Heleieth, quase perto da sua morte, ela falando que tinha abandonado o conceito de gênero. Ela não estava mais trabalhando com o conceito de gênero e sim com patriarcado. E uma das razões desse abandono, segundo ela, é que o capital se apropriou do gênero. Por exemplo, cotas para mulheres. Assim, vamos colocar as mulheres aqui para dar espaço às mulheres. Isso, muitas vezes, é feito de forma totalmente acrítica, você não tem uma crítica. Outro exemplo: vamos colocar o negro na Fundação Palmares. A gente viu o que ocorreu na gestão passada com a nomeação de um negro lá na Fundação Palmares. Quer dizer, é isso que a gente falou desde o começo. É isso, é você pensar nesses particularismos, no particular. Você não pensa no universal. E o particular e o universal, eles precisam ser pensados numa relação, porque senão você acaba não entendendo isso que você falou, do processo contraditório. Existe uma



relação de apropriação. Por exemplo, aqui agora, nós falamos que não tem mais o cortador manual de cana, o que você tem são máquinas. Mas, por outro lado, quem opera essas máquinas? São trabalhadores, certo? São operadores de máquinas.

Eu fiz uma pesquisa no começo deste ano. E aí, encontrei um grande número de mulheres operadoras dessas máquinas, e são máquinas gigantescas. Há uma ideologia que agora tudo mudou. O trabalho com as máquinas é um trabalho leve mudou, os tratores são cabinados, tudo é mais fácil. Não é coisa nenhuma! É um trabalho pesadíssimo! Há uma quantidade muito grande de mulheres operando essas máquinas, operando os tratores, dirigindo caminhões, carretas com 120 toneladas de cana para as usinas. Mulheres trabalhando no período noturno. No tocante à apropriação, encontrei um trator rosa, cor-de-rosa. Talvez, esse tenha sido um dos maiores achados de pesquisa que eu tive nos últimos tempos! É uma empresa, e aí não é nem do agronegócio. É uma empresa que produz tratores. É uma empresa fabricante de tratores, multinacional, e ela já produz o trator pintado de cor-de-rosa para mulher. É isso! Tem um efeito simbólico e é impressionante, impressionante. Eu até estou numa discussão bastante grande acerca deste tema com o pessoal do CLACSO. Eu faço parte de um grupo do CLACSO, com um pessoal da Argentina, do México, do Uruguai, inclusive da Espanha. Esse pessoal não consegue entender o que eu estou falando. E eu estou falando o quê? Eu estou falando que não é pura e simplesmente uma mudança nas relações de trabalho. Não é isso, não é só isso. Como o professor do México me disse: não, Maria, isso aí é industrialização da agricultura. E eu falei: é, mas não é só isso. É muito mais além disso. Quando eu fiz a entrevista com uma operadora, depois de muita insistência, notei que houve uma mudança no perfil das mulheres. São jovens com unhas pintadas, cabelos bem cuidados, enfim como as jovens urbanas. Uma delas frequentava academia de ginástica depois do trabalho. Passeia com o cachorro, tem carro. Tem carteira assinada, tem um plano de saúde e é operadora de trator.

Por que isso está acontecendo? O que significam essas mudanças? Por que, para o capital, pelo menos no meu entendimento, quanto menos conflito houver, melhor. Aquele sistema anterior era o sistema do conflito permanente. Eram greves e greves o tempo todo, greves e protestos. Trabalhador morrendo por exaustão, aquele horror. Agora não! É a paz. O campo paulista está em paz. Nas usinas, esse trabalho funciona 24 horas por dia. São três turnos de trabalho. Alguém fala disso? Ninguém fala. O que



significa esse trabalho? Paulo, Adilson e Zuleica, é um trabalho intensivo, impressionante. Vocês não podem imaginar o que significa operar essas máquinas, e ademais ter a tecnologia da informação guiando tudo. Eu perguntava para a trabalhadora: escuta, mas vocês não param? Vocês não param para tomar as refeições? “Ah não, a gente come ali mesmo”. E aí eu falei: e quando você está menstruada, como você faz? E quanto ao tempo que você precisa para ir fazer a higienização, ela falou: não, quando está descarregando lá, o transbordo. Porque ela é a tratorista, que leva a cana e despeja na carreta, “aí eu aproveito e me viro”. (Fala da trabalhadora)

As mudanças operaram mudanças no controle da subjetividade. Eu vou ficar falando em industrialização da agricultura? Bom, só isso não vai resolver. Você tem aí a emergência, a construção de uma nova ontologia do trabalhador rural. Ou entendemos isso, ou deixamos de entender. O que o capital faz é exatamente capturar. Olha, capturou a questão de gênero, capturou o feminismo. O que mais? Capturou a questão racial. Capturou, está tudo capturado. Eu vejo que, talvez, isso que você menciona, talvez também seja uma forma de captura. Por que para o capital, quanto menos conflito, melhor. As contradições, elas precisam ser controladas. É assim que vejo. Mas, eu não teria mais elementos para te dizer.

[PALF] Interessantíssimo! É a recriação de uma nova classe trabalhadora cooptada pelo capital. Identificada com o capital.

[Adilson] Esse era o objeto de estudo do Felipe , lembrando do nosso amigo, lá do Departamento de Administração de Araraquara. Esse era o objeto dele, a captura da subjetividade do trabalhador nesse processo pós-moderno que a gente vive..

Para completar. Os sindicatos, onde é que estão? Não estão! As reformas (Trabalhistas e da Previdência) minaram as forças dos sindicatos. E aí você tem a mão do Estado. O que significou a Reforma trabalhista? Como ficou a reforma da Previdência? Você tem a mão do Estado em tudo isso. O capital no neoliberalismo não existe sem o Estado. O Estado foi fundamental para que essas relações fossem solidificadas. Por exemplo, o que os trabalhadores me dizem? “Bom, se eu tenho um problema eu resolvo com a minha empresa. É o acordado sobre o legislado. Eu não preciso de sindicato.” A FERAESP foi minada enquanto representação coletiva de trabalhadores rurais.

[Zuleica] Nessa resposta a senhora tocou em pontos que são muito importantes para mim. Por mais que eu pesquise outra coisa, hoje em



dia, eu dedico muito tempo da minha vida discutindo essa questão das pautas que são cooptadas, e a que mais me pesa é essa questão do feminismo. Eu até mudei o meu discurso a esse respeito. Hoje em dia, eu não me vejo mais como feminista, eu sou femista mesmo, porque em tempos extremos a gente tem que saber em qual trincheira a gente luta. E aí, a senhora citou o final da vida da Saffioti, ela trabalhando com a ideia de patriarcado, e aí eu me lembrei da Silvia Federici, que também está nessa chave. Eu penso assim: nesses últimos trinta anos, tenham sido criadas legislações, tenham-se desenvolvido formas de proteção da vida da mulher, nós temos hoje em dia, sobretudo nesses últimos anos, a construção de uma ideologia de proteção, de garantia daquilo que o universo masculino tem. E aí essa coisa do patriarcado, de você entender que se não fosse essa estrutura patriarcal, a gente não teria esse modo de produção, a gente não estaria nesse momento do capital, a gente não estaria vivendo o neoliberalismo. E me parece, pelo que tenho pesquisado, que uma boa parte das mulheres entenderam isso. Então, esse é um momento em que as mulheres começaram a brigar de forma mais direta pelo reconhecimento de uma jornada, que... sei lá, tem quatro jornadas em uma só. E a gente está em um momento extremo. E nesses momentos extremos você tem a reação capital, do capitalismo. Que é a cooptação de tudo isso, é ter essa coisa do conflito controlado, porque o conflito controlado, ele também vende, ele também gera dinheiro. Tem essa coisa da *barbiezação* da vida. Tudo virou Barbie. Tem uma pitada de crueldade aí, que é você associar a ideia de empoderamento com a ideia de empreendedorismo, e com a ideia de resiliência, e com isso tudo você ter a ideia de mulher perfeita. Que é isso que você coloca, quando você tem a operadora, que ela é vaidosa, ela cuida dos cabelos, ela vai trabalhar, operar uma máquina pesada com as unhas feitas. Mas o inverso disso também é observado quando ela dizia: “eu não preciso disso, quando eu estou menstruada eu não preciso de cuidados especiais”. Por quê? Você trabalha com a ideia de que a mulher, a mulher perfeita, ela é empoderada, ela é forte, ela é resiliente, e ela não precisa de cuidados extras. Isso é torturante até! Como [é] que uma mulher dá conta disso? Você tem uma jornada extenuante de trabalho e diz: “ah, eu vou na academia porque eu me amo, eu me cuido, eu me valorizo, então, eu quero malhar!” Mas não é isso. É que você tem uma pressão social para que você atenda a um perfil específico de corpo, um perfil específico de personalidade, que é essa coisa da mulher boazinha. Então, as mulheres, elas entram nessa loucura de atender ao padrão do que é feminino para o homem. Você



está operando uma máquina, mas a unhas têm que estar feitas, tá? Você está operando uma máquina, mas depois da sua jornada estuante, você tem que ir para academia, porque você tem que ter um corpo e assim assado. E aí, eu gostaria de saber o que a senhora pensa a respeito dessa mudança, desse movimento de cooptação nesse nível, de você criar esse estereótipo de mulher empoderada, que dá conta de tudo?

Concordo plenamente com todo seu relato, e tem uma categoria aí, com a qual eu estou trabalhando, e estou assim com uma certa dificuldade, a respeito da categoria do cuidado. É a chamada economia do cuidado. É o cuidado! E aí uma crítica a Marx. Porque Marx não refletiu sobre a esfera da reprodução, seu enfoque recaiu sobre a esfera produtiva, sobre o trabalhador. O trabalho abstrato é o homem, não é a mulher³. Você mencionou inclusive Silvia Federici, ela faz uma crítica à Marx, e outras também fazem. Agora, precisa entender que essas críticas, elas são muitas vezes, infundadas. São infundadas, porque há muitos escritos de Marx que vão na contramão do que se falava a respeito. O cuidado é trabalho. Não é um “não trabalho”, mas é cuidado. Você cuida da criança, você cuida da pessoa, você sai daqui, vai lá para Europa, para os Estados Unidos, para cuidar das crianças, ou para cuidar das pessoas idosas e, assim por diante. Há um processo de internacionalização desse trabalho, que é o trabalho do cuidado.

O que eu mais encontrei nessas minhas entrevistas, foi o seguinte: eu perguntava aos líderes, eu perguntava aos outros trabalhadores... Nem vou falar “trabalhador”, porque eles não usam mais esse termo. Trabalhador rural é aquele que está lá embaixo, é aquele que planta a cana, aquele que está com a enxada, que está com o enxadão, aquele que distribui veneno. Esse é trabalhador rural. Eles não são trabalhadores rurais, eles são operadores e operadoras. Detalhe: a mudança na terminologia. Quanto mais eu perguntava: por que as mulheres? O que eles me respondiam era: porque a mulher cuida, as mulheres cuidam da máquina.

É aí que está a questão, elas cuidam da máquina. Porque quando você analisa o conceito de cuidado, está-se pensando numa relação intersubjetiva, cuidar de criança, cuidar de adulto, cuidar de pessoas com deficiência, cuidar de idoso e, assim por diante. Agora, cuidar de máquina? Não! Cuidar de

³ Ver a respeito: SCHOLZ, Roswitha. O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho 1996, p. 15-36.



máquina, não. E ali, o que você tem é a máquina. Mas a máquina, ela se transforma no sujeito e o trabalhador em objeto. Estou trabalhando com a subjetivação do objeto, e a objetificação do sujeito. É esta a relação. Está tendo uma inversão. Porque, vejam bem, a máquina, uma máquina colheitadeira de cana custa hoje, por volta de mais de 2 milhões de reais. Um trator, esse trator com o qual essa operadora trabalha, custa em torno de 700 mil reais.

É tão perigoso o trabalho, porque o corte é feito com duas máquinas, a máquina que corta e o trator que recebe a cana. A distância entre essas duas máquinas gigantescoas é apenas de um metro e meio. Quando há declive, a máquina tomba, como eles falam, e o trator tem que tombar também, e, neste caso, a distância cai para apenas meio metro. Se elas colidirem, pegam fogo, nas duas imediatamente. Por causa do calor, por causa da palha, por causa do atrito e tudo mais. Vocês podem imaginar o que significa tudo isso. O que o eu ouvi dos homens era isso: máquinas nas mãos de mulheres não quebram. Elas não quebram a máquina. Quem quebra são os homens, elas não. Volta-se, mais uma vez, à questão da captura. É maravilhoso que essa questão do cuidado está sendo colocada como trabalho, porque antes era “não trabalho”. Que tem uma economia do cuidado, tudo isso é perfeito. Mas, agora vocês estão percebendo como há a questão da captura? Então, está ótimo! É isso, a mulher cuida.

Agora, veja bem, o que significa isso para o capital? Não significa nada, nada. Mais uma apropriação. Quer dizer, esse valor que a gente fala, em mais-valor, em mais-valia, não computa isso. A questão dessa trabalhadora, não é só no sentido ter carteira, não é só no sentido dela ter essa experiência laboral, porque ela precisa passar por uma qualificação. Não é só pegar a máquina e dirigir, certo? Não é só isso, tem que saber o que fazer ali e, sobretudo, fazer, tomar atitudes em caso de eventuais problemas que surjam.

[Adilson] Morais, só uma questão. Tem um intelectual, marxista, infelizmente agora não lembrei o nome dele, eu não consigo lembrar, mas é fácil saber quem é. Ele fez um livro chamado “A mais-valia ideológica”, eu não sei o nome dele agora, mas o livro é esse. E acho que só ele escreveu sobre isso. E ele vai falar justamente sobre essa questão que você está levantando, por exemplo: essa mulher, ela foi educada para cuidar do filho, cuidar do marido, cuidar do pai, cuidar dos velhos, ela já é educada para isso desde criancinha, o homem não. E aí o que o capital faz? Se apropria dessa ideologia, da mulher, dessa



educação que vira uma coisa ideológica e essa ideologia produz mais-valia, segundo esse cara. Porque se a máquina quebra, é prejuízo, não tem mais-valia. Essa é uma questão interna, é uma discussão marxista. Os mais assim “puristas” vão dizer: “não, só trabalho produz”. Mas, hoje em dia, como a coisa está bastante complexa, o capital virou uma coisa bastante complexa, é possível pensar sim, que essa pessoa, que o capital está se apropriando da mais-valia subjetiva dessa mulher.

Quando você consulta os sites de algumas empresas, lê-se: “Energia Feminina”. Contratam-se as operadoras para essas máquinas gigantescas, as operadoras de tratores, as caminhoneiras. Está tudo lá na internet. Energia Feminina⁴.

[PALF] Na Revolução Industrial preferia-se mulheres e crianças. Não é verdade? Lembra-se?

[Zuleica] E tem a questão do pagamento, também. Força de trabalho feminina é mais barata.

É, é mais barata. Há também os responsáveis pelo controle. Não são mais os feitores, mudou o nome. São os líderes. E eles afirmam o tempo todo sobre a docilidade das mulheres. As mulheres são dóceis, basta falar uma vez, não precisa ficar chamando a atenção. Os homens não, eles reclamam, eles fazem isso e aquilo. As mulheres, não. Elas são limpas.

A senhora entra na cabine de um trator, a senhora tem até medo de entrar de tão limpa que é a cabine de trator de uma mulher. É isso. São essas coisas, são essas minúcias, são esses detalhes, que fazem muito a diferença. Há o econômico, o imperialismo, o transnacionalismo, o agronegócio, enfim, tem a ciência a serviço do agronegócio. Isso que o Paulo falou é uma verdade. Quer dizer, olha o que nós temos aqui, a Agronomia, a Química, a Física, e a Biologia, sobretudo a Genética, tudo isso é força-tarefa para essa produção. Porque não é só produzir o açúcar, é produzir o etanol, a transição energética, etanol verde, etanol de segunda geração, e por aí vai. Entendeu?

Isso demanda pesquisa, demanda dinheiro, investimento da FAPESP, investimento da Shell, Raízen. Justamente porque Shell e Raízen são uma única empresa, são uma Join venture. A internacionalização do capital está aí presente. Penso que, enquanto pesquisador.a enquanto pesquisadores.as,

⁴ Um dos exemplos: <https://www.revistacanaieiros.com.br/usinas-tem-buscado-a-contratacao-de-mao-de-obra-feminina>



nós precisamos olhar para essas diferentes dimensões. Não é só para financeirização, eu não estou fazendo nenhuma crítica a essas análises, muito pelo contrário, elas são extremamente necessárias, mas, eu penso que não é apenas isso. A gente tem que ver o detalhe também. É isso mesmo que o Adilson falou. É uma grande verdade, é uma constatação. Com as mulheres, as máquinas não quebram, ou quebram muito menos. Veja bem, se uma máquina tem um problema significa que ela precisa parar. E eles sempre dizem o seguinte: a gente só para quando a máquina para. É ela quem dá o comando. A questão do tempo é totalmente regulada pela máquina e pela tecnologia de informação. Sem contar que tudo é regulado pelo sistema de computação, que está em algum lugar. No caso específico aqui dessa grande empresa que eu citei, está em Piracicaba.

Por exemplo, na cabine do trator há dois computadores. Um computador que é o computador de bordo, que mostra exatamente tudo que está acontecendo ali, se tem um problema, se um pneu furado, se o combustível termina e, assim por diante. Se está havendo uma recepção bastante controlada da cana. Porque a cana é cortada, depois ela vai para, como se fosse um cano grande, e é despejada na caçamba do trator, do transbordo. Há um ventilador para tirar a palha e, depois, o que vai ali para a caçamba do trator é apenas a cana. As duas máquinas, elas têm que caminhar muito paralelamente, de tal forma que, por exemplo, o trator não pode ser mais rápido, ou menos rápido, mas é justamente para receber essa cana e não ter desperdício. Se o trator precisa parar, a máquina também. E aquele caminhão que está lá na área, que é chamada de "área de vivência ou malhador", ele também precisa esperar mais tempo. É um moto contínuo, é uma roda que tem que girar sem parar. Qualquer problema implica em fazer com que esse problema se estenda à operação como um todo. Por isso que é importante esse trabalho específico das mulheres. A questão do cuidado. Esse é um ponto.

|Zuleica| Eu estou lembrando da questão do cuidado que a senhora mencionou. Na semana retrasada, foi o primeiro dia de aplicação do Enem e o tema da redação do ENEM desse ano foi exatamente sobre essa questão do cuidado. Daí eu observei todo mundo comemorando, dizendo: que legal, trouxeram essa pauta, que é tão importante. Mas, eu não estou vendo isso como algo tão positivo assim. Porque, primeiro, quem elaborou essa prova foi a gestão do Bolsonaro, não é? Porque a prova é sempre feita no ano anterior e aí para alguém que é de ultradireita, uma equipe que, em tese, é de ultradireita, [vai] trazer



uma discussão dessa forma. O que eu entendo é que a tentativa foi de estabelecer mais um ponto de polarização. Eu dou aula para o terceiro ano do ensino médio, aula de matemática, mas [fiz] o curso de Ciências Sociais, então eu sempre faço questão de trazer a discussão para a questão social. Eu perguntei para os meus estudantes sobre o tema da redação, e aí foi unânime. Os meninos, todos eles ficaram revoltados com a discussão, parte das meninas também, porque o fato de você ser mulher não te torna feminista. Muito pelo contrário, a gente vê a reprodução da nossa estrutura, e tem mulheres que são muito mais machistas do que os próprios homens que estão defendendo um lugar específico. Eu achei legal ser pauta, ser tema da redação do ENEM, mas precisamos analisar com cuidado. Eu entendo que, nesse momento que a gente está vivendo, de grande polarização da sociedade, até a intenção por detrás de trazer uma pauta dessas como discussão, ela pode não ser a melhor. Porque, a gente entende dessa forma, que legal que estão discutindo, que bacana que estão entendendo cuidado como trabalho, porque essa é uma questão muito cara para mim. Mas, quando eu entendo que o governo anterior, que a gente sabe como foi, traz essa pauta para ser discutida, o que eu observei nos meus estudantes foi uma espécie de revolta com o fato dessa discussão ser cobrada como tema, como pauta de redação do Enem. E aí, me desculpa ser redundante a respeito de como a direita trata essas pautas, mas, acho que é muito importante a gente falar um pouquinho mais sobre isso, porque essa questão do cuidado, e como o Adilson trouxe, ela se transforma em maior lucratividade. Eu estou lecionando uma disciplina que é sobre georreferenciamento, que é um Itinerário Formativo. Eu estou falando sobre a utilização dos drones. Eu pedi para que os estudantes preparassem um seminário sobre a utilização dos drones, que revolucionaram essa área do georreferenciamento, e um dos grupos trouxe essa questão de quem controla os drones. Supreendentemente, as mulheres estão se tornando maioria. Eu os provoquei, né, porque, ao contrário do que se pensava lá atrás, a tecnologia ela não veio para fazer com que a gente trabalhe menos, ela veio para fazer com que a gente trabalhe mais. E a gente se torna refém da máquina, a gente está a serviço da máquina não a máquina a nosso serviço. E aí, essa coisa do cuidado ela traz lucro, ela aumenta a lucratividade, porque se quebra uma máquina, se quebra um trator são 2 milhões e 700 que vai ter que ser repostos. Enfim, eu gostaria de pedir para a professora falar um pouquinho mais a esse respeito.



Aí, é mais uma vez aquela questão da interseccionalidade. Porque quando você pensa na interseccionalidade você não está pensando só numa categoria, por exemplo: gênero; você está pensando na classe e na classe-etnia. Evidentemente, que o núcleo da intersecção, esse ponto da intersexualidade é bastante conflituoso e heterogêneo. Não vi nenhuma mulher negra operando essas máquinas. Quem opera essas máquinas são mulheres brancas. E as mulheres negras, eu as vi sim, distribuindo veneno.

[Adilson] É incrível que os negros desde a libertação dos escravos, tem um filme do Paulo Betti que mostra isso, alguém tinha que limpar o esgoto. Quem ia limpar? Os negros entravam no esgoto. Desde a libertação dos escravos os negros estão com as piores funções. Parece que já fica designado para eles. Quem é que vai limpar o chão? Uma negra, quem vai operar a máquina? Uma branca. Parece que já é uma coisa do nosso imaginário brasileiro, sabe? A escravidão ficou incrustada na gente..

É exatamente isso o que eu tenho falado, não se pode descartar os elementos históricos. É o que eu falei, inclusive, numa live na segunda-feira passada. num Seminário na Universidade de Múrcia, na Espanha. Eu falei que não se pode descartar a historicidade das relações sociais. O que acontece aqui tem sim a ver com um país que teve 400 anos de escravidão e a continuidade dessas relações em muitas e muitas situações.

Recentemente, participei de uma banca de tese de doutorado, cujo tema era o trabalho do cuidado no contexto do intercâmbio au pair. Os critérios de escolha eram: mulheres jovens, de uma idade X, saber falar inglês, e possuir, em alguns, casos nível superior de escolaridade. O trabalho era cuidar de crianças na casa de uma família holandesa. Havia também, neste caso, a exigência de saber andar de bicicleta para levar as crianças à escola, com horários bem definidos, em troca de residir na casa da família.

Observa-se que para aquelas famílias era muito mais barato a contratação de uma jovem estrangeira do que uma nacional. Na Europa há uma preferência muito grande pelas mulheres Filipinas, muito mais do que pelas brasileiras, exatamente por esse estereótipo, de que a mulher deste país é muito delicada. Mais uma vez, voltando aí nessa questão desses particularismos, às vezes, eles podem representar para nós uma armadilha. Eu penso que é nesse sentido que a gente precisa estar bastante atento. Quer dizer, tudo bem você ver como uma maravilha, o progresso, mas vamos ver o que há por trás de tudo isso.



No caso das mulheres operadoras de máquinas, a jornada é 5 por 1. Trabalha 5 dias e descansam 1. Isso significa que não há mais a sociabilidade de antes. Não somente com os colegas, mas também com a família. Logo, os domingos, feriados, datas de aniversário, festas religiosas não são mais considerados dias de descanso, salvo se coincidirem com a folga previamente estabelecida.

Se o meu trabalho for no dia de Natal, eu vou ter que trabalhar no dia de Natal. Porque se eu não trabalhar, isso vai representar um problema para mim e para o meu grupo. Porque é a frente de trabalho. A frente congrega entre 18 a 20 pessoas. A produtividade do dia é computada não individualmente, mas de toda a frente, portanto, coletiva. Se um operador cometer erros, quebrar a máquina por descuido, essa atitude será um prejuízo para si e para todo o grupo. Porque a produtividade é medida pelo grupo como um todo. Não precisa do feitor. Quer dizer, o computador da usina é quem vai fazer tudo isso, mediado pelo líder. Quando se vê na internet todos aqueles chamamentos para o trabalho das mulheres, com registro em carteira, trabalho formalizado, portanto, com seguridade social, plano de saúde, é o que está na superfície, está na capa, mas é preciso ver o que está ali dentro. Não vi nenhuma mulher com criança pequena exercendo esse trabalho. Porque são três turnos, divididos assim: das 7 da manhã às 3 horas da tarde, das 3 da tarde às 11 da noite, das 11 horas da noite às 7 da manhã.

Várias mulheres entrevistadas me disseram que o último era destinado somente aos homens. Mas, as mulheres trabalham também até às 11 da noite. Que horas elas chegam em casa? No mínimo uma hora para chegar em casa, porque elas moram na cidade, vão chegar meia-noite. Elas têm um tempo para dormir, que é curto. E, muitas vezes, esse tempo do sono não coincide com aquele tempo que existe na casa. Ela precisa dormir um pouco mais tarde, no entanto, ela não tem condições, porque é o horário que as pessoas estão trabalhando, fazendo comida, levando crianças para escola, o cotidiano. Isso provoca, evidentemente, uma sobrecarga, que é uma sobrecarga emocional. E para aqueles que trabalham à noite é pior ainda. O desgaste emocional, psíquico é muito grande. Porque trabalhar das 11 da noite, às 7 da manhã e ter que dormir durante o dia, muitas vezes eles, não conseguem, porque a vida na casa acontece durante o dia e não à noite. Isso traz muitos problemas à saúde, não só ao metabolismo biológico, como também ha sobrecarga psíquica para essas pessoas.



[Zuleica] Se chama *au pair*. São programas de *au pair*.

Exatamente. É isso aí, é *au pair*. A tese era exatamente sobre isso. Aí, vai até lá, e depois você tem um trabalho, que é o trabalho de cuidar da criança, de levar para escola etc. O horário, tudo definido, certo?

Bom, e aí fazendo as contas observa-se que, para aquelas famílias é muito mais barato isso do que contratar uma pessoa lá, por exemplo, para exercer essa função. Então, eu vi o caso dessa tese que eu analisei, desse *au pair*, ela foi para Holanda, e aí uma das exigências era saber andar de bicicleta. Tinha que levar a criança para a escola de bicicleta, olha o detalhe. Quer dizer, tinha que ser jovem, tinha que, é claro, passar por todo um crivo de análise de psicólogo, e tudo isso. E um detalhe, era saber andar de bicicleta, e levar as crianças para a escola e trazer etc. e tal.

A autora da tese, ela entrevistou alguns casais e a resposta [sempre] foi essa aí: olha a gente faz isso porque fica mais barato, fica mais barato do [que] se a gente tiver que contratar uma pessoa daqui para fazer isso.

Também a escolha dos países. Quer dizer, eles têm lá na Europa uma preferência muito grande pelas mulheres Filipinas, muito mais do que pelas brasileiras. E também pelas Filipinas, exatamente por esse estereótipo, de que a mulher é muito delicada, a mulher das Filipinas.

Então, eu tenho a impressão, mais uma vez voltando aí nessa questão desses particularismos, às vezes, eles podem representar para nós uma armadilha. Então, eu acho que é nesse sentido que a gente precisa estar bastante atento. Quer dizer, tudo bem você ver como uma maravilha, o progresso, mas vamos ver o que há por trás de tudo isso.

Várias mulheres, pelo menos nessa empresa que eu entrevistei as pessoas, o último turno diz respeito somente aos homens. Mas, veja bem, as mulheres trabalham também até às 11 da noite. [A] que horas que elas chegam em casa? No mínimo uma hora para chegar em casa, porque elas moram na cidade, vão chegar [á] meia-noite. No outro dia, então, elas têm um tempo para dormir, que é curto. E muitas vezes, esse tempo do sono não coincide com aquele tempo que existe na casa. Então, por exemplo, ela precisa dormir um pouco mais tarde [e] ela não tem condições, porque é o horário [em] que as pessoas estão trabalhando, fazendo comida, levando crianças para escola, essa coisa toda.

Isso provoca, evidentemente, uma sobrecarga, que é uma sobrecarga emocional. E para aqueles que trabalham à noite, é pior ainda. Então, o desgaste emocional, psíquico, é muito grande. Porque trabalhar das 11 da



noite às 7 da manhã e ter que dormir durante o dia, muitas vezes eles não conseguem, porque a vida na casa acontece durante o dia e não à noite. Então, isso traz muitos problemas à saúde, não só ao metabolismo biológico, como também a sobrecarga psíquica para essas pessoas.

[Zuleica] Professora, nessa empresa específica os funcionários, os trabalhadores, eles são selecionados pela própria empresa ou tem uma empresa de seleção?

198

Em geral, eles são selecionados pelos líderes. Principalmente no caso das mulheres, porque depois esses líderes vão ficar um período com elas, justamente, fazendo todo o trabalho de capacitação. Seria o trabalho prático. Eles acompanham essas mulheres nos tratores, nas colheitadeiras, exatamente para que elas possam ter os conhecimentos necessários para poder operar as máquinas.

[Zuleica] Eu fiquei curiosa sobre o critério de seleção, porque a gente sabe que quando você tem a oferta da vaga, não está escrito lá de forma direta, normalmente. Porém, em algumas empresas de recrutamento já é descarado, você tem lá na descrição da vaga “preferencialmente sem filho”. Porque isso, realmente, é complicado para a mulher. Como é que uma mulher com filho pequenininho de um, dois, três anos pode levar essa jornada de trabalho desse jeito? Mas tem! A gente sabe que tem. E aí fica essa questão do adoecimento. Eu fiquei curiosa para saber quais são os critérios especificados para as vagas.

Uma das trabalhadoras que eu entrevistei, me disse que havia na empresa uma moça, com 22 anos, que tinha duas crianças pequenas, mas após dois meses de trabalho, ela pediu demissão, porque ela não deu conta de levar à frente, a condição de mãe de duas crianças pequenas e a condição de operadora de máquina. Uma outra já estava com os filhos grandes, e a outra era solteira.

[Zuleica] Praticamente, inviabiliza o trabalho de mulheres que é mãe, que tem filho.

Exato. Por isso que nesse critério seletivo, todos esses outros elementos entram.



[Adilson] Ficam abandonados, não é? Com as vizinhas, com as tias, com os amigos.

Com as avós. Nós já temos várias pesquisas sobre o papel das avós que cuidam dessas crianças.

[Adilson] Vamos deixar um espaço agora para [uma] espécie de considerações finais. Algo que você gostaria de acrescentar.

Eu gostei muito das perguntas e considero que foi um debate muito rico. Vocês, praticamente, não fizeram questões. Vocês colocaram questões importantes, realmente, para serem pensadas nesse momento.

O que eu gostaria de dizer é a respeito do momento atual mesmo. O que significa estar numa universidade, trabalhar numa universidade. Eu continuo trabalhando no curso de pós-graduação, e eu tenho observado, com o passar dos anos, uma mudança muito grande por parte dos jovens. De modo geral, eu sinto que eles estão meio apáticos diante desse mundo social, esse mundo político que nós vivenciamos. Isso, às vezes, me dá uma certa angústia. Qual seria, realmente, o nosso papel enquanto Socióloga/o? Eu vejo a Sociologia como uma disciplina, como uma ciência que me ajuda a transformar esse momento. Eu sempre falo isso aos meus alunos. Eu não penso somente na transmissão de conteúdos. Isso é extremamente importante para a formação dos alunos, mas não é só. Eu vejo a necessidade assim de se pensar a teoria, visitar a teoria com bastante frequência e, ao mesmo tempo, pensar nesse projeto de transformação social. A práxis, enfim, como lidar, como transmitir isso às novas gerações, que estão chegando? Isso tem me deixado, muitas vezes, bastante angustiada. Porque a impressão que me dá é que o que você tem atualmente uma espécie de apatia por parte dos jovens. Eles estão muito mais preocupados com o celular, com o que está acontecendo lá, o mundo social parece que não lhes diz muito respeito.

Para acrescentar. Eu perguntei para uma das entrevistadas como era para ela operar esse trator? E ela foi longe no relato. Eu perguntei assim, como é que as outras pessoas te veem, como operadora do trator? Aí ela falou: olha, vou só dizer uma coisa. Um dia eu fui comprar um sapato numa loja e, depois, na hora de fazer o cadastro a moça me perguntou: profissão? Aí eu falei: operadora de trator. Aí a moça disse assim: Nossa! Você? Por acaso você é a operadora do trator? E eu falei: Eu sou a operadora do trator. E o que aconteceu? Ela chamou todas as funcionárias da loja para tirar uma selfie com ela.



|Adilson| Que legal! Ela virou a *popstar* da cidade. Afinal aquilo ali é um dinossauro. Como que a pessoa opera um dinossauro?

E aí, Adilson, ela falou: Isso para mim é uma conquista. E você não pode dizer que não é. Não adianta. E aí, é uma questão nossa, dos intelectuais, com os nossos conceitos, nossos paradigmas, as nossas formas de pensar, e dizer isso aí é...

|Adilson| É alienação.

É alienação, e ponto final. Não! Isso é muito importante. Considero que qualquer projeto nosso, projeto político, tem que ouvir as pessoas. A gente, talvez tenha que falar menos e escutar mais. Acredito que esse é o segredo. É o escutar mais, saber o que essas pessoas pensam e como elas agem. Quando eu falei sobre isso num seminário no Uruguai, um professor disse; isso é alienação. Acredito que não seja somente isso.

|Adilson| É a vida da pessoa, não é?

É a vida da pessoa. Você não pode dizer que não é uma conquista. É uma conquista. Imagina, todo mundo querer tirar uma selfie com ela, por causa da condição de trabalhadora. Se eu vou lá e falar que sou professora da universidade ninguém vai tirar selfie comigo, mas com ela, foi diferente. E ela ficou muito feliz com isso.

|Zuleica| Então, tem a questão de ser um consumidor melhor, e por consequência lógica, nesse momento que vivemos, ser um cidadão melhor...

O que fazer diante de uma realidade como essa? O processo educativo tem que ser muito, muito mais amplo do que simples transmissão de conteúdo. Porque você tem que entender que ser social o capitalismo produziu. Que ser social? Um ser social problemático, que está muito mais preocupado com o que está acontecendo ali nos vídeos de celular. Eu vejo que o celular teve uma importância muito grande em tudo isso. A própria posição do corpo quando uma pessoa usa o celular é olhar para baixo e não para os lados ou para frente. Não se vê o mundo ao redor. Por exemplo, as crianças dentro dos carros, elas olham para o celular. Num restaurante, as crianças não estão ali correndo de um lado para o outro. Elas estão todas com o tablet. Até bebês, na cadeirinha. É assim que funciona.



Analiso essa apatia como um processo. É um desdobramento da construção desse ser social que nós temos agora. Nós não temos um ser social questionador, as pessoas não estão questionando mais, como antes. Acredito que o nosso trabalho enquanto professor, enquanto trabalho pedagógico, tem que ir além do conteúdo, sobretudo. E é um desafio permanente. |FiM|

São Carlos-SP, 18 de novembro de 2023.



Cuba: a história e o presente por José Luis Rodríguez

Ex-Ministro de Finanças e Preços (1993-1995) e Ex-Ministro de Economia de Cuba (1995-2009)

Aline Marcondes Miglioli

202

Em dezembro de 2022 retornei à Cuba com uma missão: conversar com o Ex-Ministro José Luís Rodríguez sobre o que estava acontecendo na economia do país. O motivo para esta entrevista era de recolher material para um livro, que está sendo organizado e será publicado pela editora Elefante em 2023, e a escolha do Ministro como entrevistado também tinha um sentido: José Luis foi Ministro da Economia durante o Período Especial e foi um dos responsáveis pelo plano econômico que tirou o país de sua maior crise econômica desde 1959, por isso nós queríamos saber o que ele pensava sobre a nova crise econômica em Cuba, marcada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, pela queda na atividade turística, pela emigração em massa e pela inflação. A questão que pairava no ar nas ruas de Havana era: se trata de uma crise semelhante? O que esta por vir?



A conversa com José Luís tinha sido programada para durar apenas uma hora e tinha como tema a reflexão mais abrangente sobre a crise cubana atual. No entanto, a história de vida de José Luís é também a história da Revolução Cubana, de forma que esta entrevista se transformou em uma grande aula da história do processo revolucionário, assim como uma rica análise de conjuntura sobre a Nova Ordem Mundial. É com intuito de divulgar a profundidade das reflexões que eu pude escutar em um dezembro ensolarado, nas salas no Centro de Estudos de Economia Internacional (CIEM) em Miramar (Havana), que reproduzo aqui o conteúdo completo de nossa conversa.

Boa leitura!



|Aline Miglioli| Ministro José Luis, antes de começar eu gostaria de te perguntar sobre sua formação acadêmica. Você é economista de formação?

Eu comecei a trabalhar em 1962, faz 60 anos que eu trabalho. Eu estudei para ser técnico de contabilidade para a carreira que chamávamos em 1963 de "contador privado". Neste momento eu estava trabalhando em uma empresa do Instituto da Pesca. Comecei lá como oficial de escritório, depois oficial de contabilidade, depois subcontador, depois contador até que cheguei ao cargo de planejador. Isso tudo foi muito rápido, cerca de três ou quatro anos e logo depois eu cheguei ao Ministério da Pesca.

Quando cheguei ao Ministério da Pesca, este estava passando por mudanças e por isso, me ofereceram um cargo na Universidade de Havana. O cargo era para ingressar primeiro como aluno - porque eu não estava graduado ainda - e depois assumir a carreira como professor. Eu aceitei o convite e entrei na universidade em 1967. Me graduei no ano de 1969 no curso de formação de trabalhadores e logo comecei a trabalhar no departamento de Economia Política, dando aula nas disciplinas de Economia Política do Capitalismo e Economia Política do Socialismo.

Paralelamente eu cumpri funções sindicais, fui secretário geral do sindicato dos trabalhadores da Universidade de Havana (UH), antes das áreas tecnológicas e de ciências médicas serem desmembrada da UH.

Eu estive na universidade até o ano 1978, quando me ofereceram uma vaga para fazer o doutorado na União Soviética. Eu fui e com os estudos que já tinha feito em Cuba, consegui terminar o doutorado em nove meses. Então eu regressei para dirigir o Centro de Pesquisa de Economia Internacional, que é um centro paralelo a este em que estamos (o CIEM). O CIEI foi criado em 1973 ou 1974 e eu fui diretor por apenas um ano, pois então já havia sido criado o CIEM e me pediram para assumir como subdiretor. Estive nesta posição e dirigir o departamento de países socialistas até 1993.

No ano de 1993 me pediram para que eu assumisse o Ministério de Finanças, que depois virou Ministério de Finanças e Preços. Eu fiquei no cargo por dois anos e depois saí para ser Ministro de Economia. Comecei neste novo cargo em maio de 1995, e fiquei até março de 2009. Neste período também fui vice-presidente do Conselho de Ministros. Ao total, fiquei no Ministério por 16 anos, sei que não bati nenhum record, mas é



preciso reconhecer que é bastante tempo.

Depois que eu sai do Ministério eu voltei a trabalhar aqui no CIEM e estou aqui desde 2009, com outras múltiplas responsabilidades fora do centro, como por exemplo, atualmente sou assessor de diversos organismos.

|Aline Miglioli| Falando agora um pouco mais sobre economia. Ao estudarmos a história econômica da Revolução, nós podemos encontrar um pouco da influência de diversas correntes teóricas - para além da influência soviética - nas políticas econômicas, como por exemplo, da própria CEPAL. Eu queria saber quais foram as principais influências teóricas que embasaram as políticas econômicas durante a Revolução.

Quando a Revolução começou em 1959 vieram diversos especialistas latino-americanos para trabalhar aqui em Cuba e para ajudar o país, porque praticamente não havia economistas graduados, não existia a carreira de economista na Universidade de Havana, somente em uma universidade privada em Vilas Nuevas e na Universidade do Oriente. Havia poucos graduados e aqueles que haviam, se foram do país.

Com estes especialistas latino-americanos, veio um economista mexicano à frente do grupo da CEPAL, o Juan Loyolla, que já tinha alguma experiência em Cuba, porque ele tinha participado de um estudo feito pela CEPAL no ano de 1951 sobre a economia cubana. Ele também havia trabalhado com outros economistas cubanos na CEPAL, como por exemplo o Felipe Passos e o Regino Bote, este último seria nomeado Ministro de Economia e o Felipe, presidente do Banco Central após 1959. Nesta primeira etapa que vai de 1959 até 1961 as políticas econômicas promoveram a mudança estrutural na propriedade, por exemplo, com as nacionalizações. Em 1961 começou uma nova etapa, a de criar a estrutura de economia de um país socialista, para a qual contou-se também com uma forte assessoria da CEPAL, de forma que entre 1961 e 1963 se desenvolveu uma estratégia de industrialização substitutiva de importações, que era a tese da CEPAL naqueles anos, principalmente a tese de Raul Prebisch.

O país não estava preparado para industrializar-se, porque não tínhamos elementos mínimos para promover a industrialização, como por exemplo, a escolaridade da força de trabalho, que era de apenas dois anos de estudo. Por isso, o que se produziu de fato foi uma queda da produção total e foi preciso interromper esta estratégia em 1963.



Neste mesmo momento nós conseguimos firmar acordos com a União Soviética para acessar o mercado de açúcar soviético, que era um mercado gigante. Por estes acordos nós lhe venderíamos 24 milhões de toneladas de açúcar em cinco anos ao preço fixo de 6,1 centavos à libra, era um bom negócio! Começamos então a desenvolver uma estratégia para a industrialização, por exemplo, através da qualificação geral da força de trabalho. E junto a ela, nós desenvolvemos a produção açucareira que, apesar de não haver alcançado a meta de 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970, foi capaz de produzir 8 milhões 200 mil... um *record* para Cuba naquele momento. Isso permitiu a intensificação tecnológica na agricultura e passou e o desenvolvimento da ciência em Cuba, de forma que em 1965 criou-se o Centro Nacional de Pesquisa Científica, que é o embrião do desenvolvimento científico de biotecnologia na ilha.

Nos anos 1970 nós fizemos uma revisão de aspectos do sistema de planejamento que não haviam funcionado muito bem até aqueles anos, consideramos naquele momento que tinha havido um pouco de idealismo por nossa parte e uma outra série de outras coisas que nos levaram a corrigi-lo. Então, começamos o período que em Cuba ficou conhecido como Primeira Ratificação da Direção da Economia.

Em 1972 Cuba ingressou ao CAME¹ e então começou uma aproximação de outra natureza com o bloco socialista, mais intensa com a União Soviética e em menor escala com os outros países socialistas. Desta forma, nos anos de 1975 se planejava uma estratégia de industrialização gradual da economia cubana, cuja base econômica seria principalmente o desenvolvimento da indústria básica, do níquel, da produção de máquinas e sementes. Ademais, ela foi acompanhada de um processo de colaboração econômica muito intensa com o CAME. Por exemplo, naquele momento nós tínhamos o preço das exportações indexado ao preço das importações da União Soviética, de forma que a relação de termos de troca não fosse prejudicada, o que permitiu avanços muito importantes para Cuba.

Esta etapa prosseguiu até 1986, momento em que houve uma mudança no governo soviético. Entrou M. Gorbatchov e uma das primeiras medidas que ele adotou foi eliminar esse indexador dos preços, com isso ele

¹ NT: Corresponde ao Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON em Russo), uma organização de cooperação econômica entre os países do bloco comunista. Era integrado pelos países comunistas do leste europeu, pela URSS e por Cuba.



nos causou uma perda das relações de troca de 30% entre 1986 e 1990. O país então identificou a necessidade desenvolver outros setores que gerassem moeda estrangeira. Foi neste momento que Cuba abriu-se para o turismo. Ou seja, o turismo sempre existiu, mas nunca havia sido estimulado porque eram conhecidos os fatores que iriam acompanhar o turismo, como por exemplo, a prostituição, as drogas, as doenças que são trazidas desde o estrangeiro, etc. Bom, neste momento não havia outra alternativa que não desenvolver o turismo. Já existia a possibilidade de investimento estrangeiro neste setor desde o ano de 1982, com o Decreto Lei número 50, e haviam começado a operar aqui as primeiras empresas mistas², com capital principalmente mexicano. Elas correspondiam aos primeiros hotéis, que foram criados nos primeiros três anos, entre 1987 e 1990.

Em princípios de 1991, Cuba já vinha percebendo claramente o que estava ocorrendo na URSS e já sentia os efeitos da política econômica da *perestroika*, que introduziu mecanismos de mercado na economia planejada. A União Soviética desapareceu em dezembro de 1991 e Cuba já havia [predito] previsto esta possibilidade em 1989. Estávamos pensando que "bom, se ela desaparecer, seguiremos de todos os modos o caminho socialista".

Ainda assim, em 1991, iniciou-se uma etapa de emergência para a economia cubana, porque o impacto [do fim da URSS] foi colossal. O Produto Interno Bruto de Cuba caiu 35% entre 1989 e 1993. Este momento da história ficou conhecido como Período Especial. Nele, a meta fundamental era sobreviver ao impacto do fim da URSS e do campo socialista e redesenhar a economia. Tínhamos que nos reposicionar na economia mundial sob estas novas condições e isso foi um processo difícil... muito difícil. A economia e sobretudo a sociedade foram muito afetadas, principalmente as pessoas. Nós tivemos episódios de avitaminose na população por falta de comida; tivemos uma série de epidemias, como por exemplo a síndrome de Guillain-Barret, que é uma doença que ataca exatamente pela debilidade do sistema imunológico, paralisa as pessoas e as mata. A incidência foi forte entre 1992 e 1993 até 1997. Nós comíamos nestes anos por volta de 1800 calorias, segundo os registros do consumo calórico e proteico deste período. Nós ingeríamos em média 6 gramas de

² Empresas mistas são empresas compostas por capital estrangeiro (com participação de até 49% do capital social da empresa) e capital estatal cubano (com participação mínima de 51% no capital social da empresa).



proteínas diárias, quando o mínimo considerado saudável era de 56g. Isso provocou situações muito complicadas, incrementou as dificuldades para o crescimento da população, a taxa de natalidade foi afetada e a taxa de mortalidade também.

Ainda assim, com esforço próprio - porque neste momento não existia mais campo socialista e mais ninguém para nos ajudar - conseguimos sair da crise. Levamos 15 anos para recuperar o PIB do ano de 1989. Podemos dizer que a primeira fase do Período Especial foi concluída em 2004.

Em 2004 nós já tínhamos há algum tempo boas relações com a Venezuela e o governo de [Chaves], Chávez nas quais nós comprávamos petróleo a preço de mercado e fazíamos colaborações nas áreas de saúde, assistência, educação etc. Mas neste ano de 2004, finalmente aconteceram duas coisas: primeiro, a Alternativa Bolivariana para o Povo da nossa América - ALBA - foi criada e com ela se consolidou um sistema de relações econômicas e políticas muito diferentes ao que existia até então. Isso foi na época da primeira etapa dos governos de esquerda na América Latina, com Chávez, Correa, Lula etc. Segundo ponto, a Venezuela - que estava se beneficiando dos altos preços de petróleo neste momento - decidiu começar a pagar pelas cooperações nas áreas de saúde, assistência e educação. Isso mudou o sinal da balança comercial de Cuba: de uma balança comercial negativa, passamos a uma balança comercial positiva.

Entre 2000 e 2009, nós vivemos a Batalha de Ideias, em que organizamos a retomada dos níveis de educação, de saúde e de alimentação da população. Pudemos avançar muito nestes anos devido aos recursos financeiros que estavam disponíveis para nós.

Quando a crise [mundial] de 2007 e 2008 rompeu, nós percebemos que nosso ponto mais fraco era a dependência externa e sobretudo o endividamento externo. Nós havíamos nos endividado e não existia dentro do país os recursos para pagar nossas dívidas. Ou seja, a dívida não era sustentável. Em 2009 tomou-se a decisão de elaborar uma nova estratégia, que foi aprovada em 2011, composta de: colocar em primeiro plano a necessidade de um equilíbrio financeiro externo e a sustentabilidade da dívida externa, junto com outras transformações que o país tinha que enfrentar para tornar o investimento estrangeiro mais eficiente, além de uma reforma fiscal. Ou seja, um conjunto de transformações que se chamou "Atualização do Modelo", e que foi importante, mas também muito complicado.



Esta estratégia [de Atualização do Modelo] colocava um prazo de cinco anos para chegarmos a uma taxa de crescimento de 5%, com uma taxa de investimento de 25%. Isso não foi possível. Do programa de desenvolvimento, que é chamado de "*Lineamientos*"³ da política econômica e social da Revolução, foi possível cumprir até 2016 somente 21% [dos pontos], de forma que faltava ainda 77% em processo. Houve um atraso considerável em realizar a reforma.

Tudo isso que estou te contando está ocorrendo frente ao bloqueio norte-americano⁴ [contra Cuba], pois o bloqueio não desapareceu e tampouco não se tornou mais brando ao longo destes anos e por isso, tornou mais difícil o nosso acesso à economia internacional e às finanças internacionais.

Nossas relações com os EUA nunca melhoraram. Houve um ponto de inflexão em 2014, quando as relações com os EUA foram temporariamente reestabelecidas. Veja, até este momento, desde de 1961 não tinha havido nenhuma relação diplomática entre Cuba e os EUA! Houve somente a abertura de escritórios de interesse (para embaixadas) em 1978 em ambos países, mas não havia relações diplomáticas normais, até que começou este processo em 2014, com [Barack] Obama.

Obama tinha uma política de reconhecer que o bloqueio não havia funcionado, que não tinha promovido a "mudança de regime" para um "governo democrático" - como eles chamam - e que então era preciso ir por outros caminhos. Veja bem, neste momento o bloqueio não foi renunciado, mas tratou-se de tirar gradualmente algumas medidas o compunham. Isto provocou um efeito-demonstração positivo para Cuba, porque imediatamente o mundo inteiro se deu conta de que haviam outras possibilidades de relação com Cuba se o bloqueio norte-americano se tornasse mais brando. Nesta época diversos presidentes e primeiros ministro vieram à Cuba (2015) e a economia cresceu 4,4%, uma taxa que é muito maior do que aquela dos cinco anos precedentes.

Frente a este cenário positivo, em 2016, nós elaboramos o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para 2030 e um documento chamado "A conceitualização do modelo cubano", que traça as

³ NT: Diretrizes.

⁴ NT: De maneira simplificada, o bloqueio corresponde ao conjunto de leis que proíbe empresas norte-americanas de comercializar com Cuba ou com outras empresas que comercializam com Cuba e desta forma expande o embargo comercial norte-americano à Cuba para o cenário mundial.



linhas fundamentais do desenvolvimento do país e elege seis eixos fundamentais promove-lo. Este plano começou a ser implementado em 2016 e neste momento parecia que no próximo período nós teríamos um crescimento possível e maior do que 5%... até que chegou o Sr. Trump.

A partir de julho de 2017 ele [Trump] começou a aplicar uma série de medidas adicionais ao bloqueio. Ao invés de seguir a linha de Obama, ele fez ao contrário. Ao longo do seu mandato ele introduziu 241 medidas adicionais, as quais o colocaram o bloqueio em um novo patamar, porque foram fechados os caminhos que permitem que a economia cubana funcione. O último movimento Trump fez na sua despedida, nos primeiros dias de janeiro de 2021⁵, quando ele colocou Cuba novamente na lista de estados patrocinadores do terrorismo. Com isso, fica interrompido completamente o movimento de capitais estrangeiros para Cuba, pois nos bancos, quando você vai fazer qualquer transação com Cuba aparece um letreiro escrito "terrorista" e o próprio computador não te permite seguir. Ou seja, o bloqueio foi muito fortalecido.

Além do acirramento do bloqueio, em 2020 Cuba passou por uma verdadeira tormenta com a pandemia [de coronavírus] e que durou pelo menos durante 2020 e 2021. Agora, podemos dizer que ela está contida, mas não desapareceu nem de Cuba e nem do mundo. Com ela a crise internacional se tornou mais aguda e para arrematar, neste ano [2022] tivemos a guerra da Ucrânia. O bloqueio e a pandemia causaram a redução do PIB Cubano em 10,9% em 2020, quase 11%. Ainda assim, no começo de 2021 caiu mais 2% e logo recuperou ao longo do ano e no ano seguinte cresceu, mas cresceu somente 1,3%, enquanto o plano de crescimento previa 6%.

Toda essa situação criou uma nova tensão e novo problemas para a economia cubana. Dentro de tudo isso, se constatou que das transformações que queríamos promover até 2016, somente 21% havia sido realizado e, portanto, desde 2019 se tratou de acelerar este processo. O que aconteceu a seguir? Ninguém tinha previsto a pandemia e por isso, seguimos trabalhando no ajuste de forma que em 2021 ele foi completamente implementado. De que tratava o processo de ajuste?

Em 1993, frente a desvalorização enorme que havia sofrido o peso cubano, criou-se uma dualidade monetária financeira. Ou seja, uma parte da economia começou a funcionar em peso cubano e outra parte em peso

⁵ O mandato presidencial nos EUA termina ao final de janeiro.



conversível, em divisas. Isto foi feito com vistas a ganhar tempo para, em outro momento, planejado para 1998, se fazer um ajuste da taxa de câmbio. Porém em 1997 quando se pensou sobre a unificação monetária, ou seja, a desvalorização, não foi possível fazê-lo. Bom, depois veio a queda das torres gêmeas em 2001 e a situação se complicou ainda mais. Em 2013 finalmente se reconheceu era preciso retomar o tema outra vez, porque o manejo de uma economia que funciona uma parte em peso e outra em dólar estava muito difícil. Não há quem consiga compatibilizar isso por muito tempo.

Ao mesmo tempo, começamos a trabalhar em um processo de investigação sobre como fazer a unificação com a premissa de que "ninguém poderá ser prejudicado". Os custos de uma desvalorização são grandes, porque eles fazem disparar os preços internos e a inflação. Então, seguimos trabalhando em uma linha paralela sobre a reunificação, mas todos estes problemas, Trump, pandemia, etc. nos fizeram postergar o ajuste.

Em 2020 tomou-se a decisão de que se ia entrar em 2021 com uma mudança no sistema monetário e financeiro do país. Eu pessoalmente creio - e disse isso naquele momento - que não estavam criadas as condições para isso, porque a pandemia não havia desaparecido. Mas o que aconteceu foi o seguinte, no segundo semestre de 2020 parecia que a pandemia ia estarrecer, porque os casos de COVI-19 começaram a baixar, o turismo foi reativado, as escolas abriram. Parecia que as coisas tinham voltado à normalidade. Mas em novembro e dezembro daquele ano, se observou novamente um aumento dos casos, porque como havíamos aberto para o turismo, começaram a chegar as novas variantes do COVID-19 em Cuba. Neste caso, a variante delta. Então já se via que 2021 seria um ano complicado novamente por causa da pandemia. Mas isso foi subvalorizado e começamos o dia primeiro de janeiro de 2021 com uma mudança completa de sistema monetário. O peso conversível que tinha uma taxa de câmbio com o dólar de um por um, deixou de existir e o setor da economia que operava com esse câmbio teve de voltar a taxa nacional de 24 pesos por um dólar, ou seja, uma desvalorização colossal!

Isso impactou completamente os preços, o financiamento e o sistema de estímulo para funcionamento das empresas. O mais interessante é que nós dissemos que iríamos compensar esse aumento de preços com um aumento de salários e aposentadorias a partir do reajuste da cesta básica para 1.528 pesos. O que aconteceu? Em agosto de 2021 a cesta básica já não custava mais isso e sim 3.250 pesos. Ou seja, o incremento dos preços passou de longe o incremento que havia sido dado aos salários.



Foi preciso tomar medidas de emergência para fazer os preços caírem. A inflação oficial neste ano foi de 77,3%, mas os cálculos do *Economic Intelligent Unity* apontam para 152%. Outros cálculos também foram feitos e há um consenso de que a inflação foi maior do que o cálculo oficial, porque a Oficina Nacional de Estatística faz o cálculo desde 2010 supondo o consumo de 18% dos produtos e serviços no setor não estatal. No entanto, em 2022, podemos dizer que este consumo gira em torno de 30%. Se você segue ponderando com o modelo antigo, os preços deste setor vão aparecer de forma subvalorizada e isso é o que explica a taxa oficial de inflação desvalorizada. Bom, qualquer que seja a inflação, se sabe que era uma taxa altíssima. Em 2022 houve um aumento de 37% dos preços, em relação a setembro do ano anterior. Ou seja, a inflação seguiu crescendo, não foi possível freá-la.

A inflação não deriva da tarefa ordenamento, mas das pressões que se acumularam ao longo dos anos e que eram compensados com financiamento externo. Ao desaparecer este financiamento externo há um choque de oferta, ela cai e imediatamente... além disso há um excesso de dinheiro em mãos da população, que se soma à inflação importada - porque o resto do mundo também está sofrendo com a inflação. Portanto, são três fatores de inflação, sendo que dois deles é possível manejar internamente, mas o externo não é possível resolver.

Na minha opinião, agora é preciso concentrar os esforços em um programa de estabilização macroeconômica, não podemos seguir com esta inflação, nem com as dívidas externas que não pagamos em 2019 e motivo pelo qual estamos em *default*. Existem quatro elementos que precisam ser tratados de forma imediata e que já se tem avançado, não completamente e tampouco como um programa:

1. É preciso renegociar a dívida externa. Nós precisamos novamente de aportes de capital estrangeiro e para isso é preciso pagar as dívidas passadas. Se não há dinheiro (em dólar) é preciso encontrar outras alternativas: pagar com moeda nacional, trocar *swap* por investimento, comprar dívida com desconto, compensação, e outras variáveis que podemos identificar e que são possíveis no nosso país e que além de tudo, já foram aplicadas no Período Especial. Temos que garantir que de alguma maneira entre dinheiro no país: investimentos ou crédito.

2. Não podemos trabalhar com um mercado interno tão desequilibrado como o que temos neste momento, em que os preços estão disparados e a população está muito afetada. Desde o Período Especial



houve um aumento da desigualdade. O Coeficiente de Gini que era 0,25 em 1992, hoje é superior a 0,45. Ou seja, há desigualdade. Se sabia que isso ia acontecer, mas esperava-se que ela seria mais ou menos controlada por uma série de medidas compensatórias, que começaram a ser implementadas com a Batalha de Ideias. Uma das primeiras medidas propostas para agora é que haja a mitigação da inflação atinja primeiro as pessoas mais vulneráveis.

3. Alimentação. Nós temos que aumentar a produção de alimentos e isso nos levaria a aumentar os investimentos na produção de alimentos. No momento investimos apenas 4 ou 5% do total de investimentos neste setor, porque privilegiamos os gastos com o turismo. Mas agora chegou um ponto em que é preciso atuar em outra direção. Com relação a oferta de alimentos, eu penso que se for oferta nacional, magnífico, se não, temos que importar! O que não podemos é seguir com o nível de consumo que temos neste instante e que está tão deprimido nos últimos anos.

4. Estabilidade energética. Aqui em Cuba tivemos uma programação de cortes de fornecimento de energia elétrica, que afetou muito à população, porque a falta de energia descompensa completamente a vida, uma vez que a sociedade moderna está baseada completamente no consumo de energia elétrica. Imagine: se há um corte de eletricidade e você tem comida na geladeira, é provável que ela estrague e com isso você tem um problema a mais com relação a obtenção de alimentos... Isso deixa tudo mais complicado. Além disso, tivemos a paralização da indústria. Por exemplo, a indústria de metalomecânica, que esteve completamente paralisada, porque a fábrica de barras de ferro gastam aproximadamente 60 mil kw. Isso é o correspondente à eletricidade de todo um bairro! A questão fica a seguinte: ou mantemos a eletricidade para a população ou paramos a fábrica, ou mantenho a fábrica e a população fica sem luz. Não pode ser assim, essa situação tem de ser resolvida. Já se começou a tomar medidas neste sentido e agora em dezembro o número de cortes de energia começou a cair. Neste processo nós tivemos algumas fatalidades, por exemplo, a máquina número dois de uma das plantas que mais gerava energia elétrica quebrou. O reparo deste equipamento custa US\$ 80.000.000! Houveram também dois motores da planta de Mariel queimados. Na verdade, há problemas por toda a parte porque não foram investidos recursos necessários para garantir a manutenção indispensável que permitisse o funcionamento destas plantas elétricas, afinal, todas elas têm mais de 30 anos. A melhor planta que tínhamos, em Matanzas, que gera mais de 250 mw, também está com diversos problemas.



Bom, se soma a isso o fato de que de 2015 para cá caiu muito a entrega de petróleo venezuelano para Cuba, como resposta à crise naquele país. Hoje temos o volume de petróleo que temos é menor do indispensável para Cuba. A verdade é que a Venezuela não conseguiu incrementar substancialmente a produção petroleira, ainda que tenham aumentando a produção a 700 ou 800 mil barris diários, mas o fato certo é que em Cuba não está entrando o petróleo que deveria entrar. Então, pra além da deterioração das plantas, quando estas não estão em mau estado, ainda assim não temos insumos para que elas trabalhem.

Todo esse panorama complicado sofreu alguns grandes choques. O primeiro deles foi a [exploração]explosão de um hotel em Havana, que causou mais de 40 mortes. Houve também um incêndio na principal plataforma de petróleo cubana, que traz óleo ao país em Matanzas, e que teve mais de 16 falecidos. Tudo isso torna as coisas mais complicadas.

A última notícia que nós temos sobre o assunto é sobre [essas visitas na]essa visita à China que o nosso presidente fez nos últimos dias, que tiveram como um tema importante a questão da dívida e da energia. Pelo que foi publicado até agora, foram feitos acordos que permitem primeiro destravar investimentos que estavam em andamento, mas que foram interrompidas por falta de pagamentos.

Em segundo lugar, surgiram novas alternativas para Cuba pagar as dívidas que tem com a Rússia e com a China, que são parceiros comerciais de muita importância para a gente. Além disso, Argélia cancelou os interesses da dívida que temos com eles e postergou a data de pagamento até próximo aviso, o que é uma coisa muito importante porque é uma fonte de petróleo importante para a gente. A Turquia também esteve envolvida em todo o reestabelecimento da geração de energia no país. Nós já temos sete plataformas flutuantes da Turquia que estão ajudando a geração de eletricidade. Ou seja, no tema energético nós estamos caminhando mais rápido do que nos outros setores que eu comentei com você, como o alimento, a inflação e a dívida externa. Nestes setores estamos tratando de ver como fazer para aplicar estas medidas complexas e como vamos criar consenso popular para apoiar-las. Por que se não tem apoio da população, não podemos fazer.

Nos anos 1990, por exemplo, houve um fenômeno chamado de Tribuna Popular em que se discutiu com a população todas as medidas que seriam adotadas para sair da crise. Houveram mais de 530 mil opiniões registradas nessas tribunas. Neste momento eu estava no Ministério de



Finanças e vi serem aprovadas ideias que pareciam impopulares, mas que eram a opinião da maioria da população devido às tribunas, como por exemplo, aumentar os preços e aumentar impostos para o reequilíbrio financeiro.

A situação de agora não atingiu esse nível de consenso, mas justo agora é necessário o consenso. Está previsto que serão realizadas discussões em alguns níveis, mas eu considero que se deve tomar como exemplo os anos 1990 e criar um processo popular em que as pessoas possam expressar sua opinião. Depois a gente vê quais medidas tem apoio e o que não tem apoio para então decidir como implementar estas políticas. Em um país socialista não se trata somente de desenhar as medidas, como também observar se as pessoas as entendem e se as apoiam. Consenso é impossível, vai haver gente que não estará de acordo com nada, mas que talvez poderá considerar como uma medida emergencial e urgente, ainda que considere que não é uma solução. Isso representaria consenso e apoio político.

[Aline Miglioli] Voltando a um tópico que o senhor mencionou, o relacionamento com a União Soviética já em princípios dos anos 1960. Naquele momento, em quais termos estas relações eram indispensáveis para o desenvolvimento cubano? Por exemplo, pode ser que no que compete às relações comerciais, elas de fato fossem realmente inevitáveis, mas e nas outras relações de troca ou na contração da dívida? Em algum momento houve um questionamento sobre os relacionamentos de Cuba com este país ou com aquela região do globo? Bom, ou seja, o que eu quero perguntar é se haviam outras opções e se foram aventadas outras possibilidades e caminhos para Revolução.

Bom, veja. Inicialmente é preciso dizer algo sobre as relações com a URSS: e é inquestionável o apoio que eles deram à Cuba. Eles compensaram a nossa balança comercial em mais de 16 milhões de dólares. Estes foram doados livremente, na forma de crédito ou na postergação dos pagamentos da dívida. Mesmo quando Cuba não pagava uma parte da nossa dívida, eles nunca interromperam as relações comerciais pela falta de pagamento. Eles também nos deram um crédito de mais de 6 milhões de dólares para o desenvolvimento do país. Ou seja, o impacto desta colaboração com os soviéticos é inquestionável.

No entanto, eles tinham uma forma de funcionar diferente e Cuba precisou marcar sua posição, não somente em termos econômicos, como também políticos, por exemplo, com relação à crise dos mísseis de outubro



de 1961. Nós tivemos acesso à informação de que haviam sido instalado foguetes em Cuba para defender-nos pelos países do campo socialista. Para Cuba, neste momento os foguetes eram importantes, mas o mais importante ainda era a resistência da população frente a uma invasão *yankee*. Bom, se aceitou aquela situação dos mísseis, mesmo reconhecendo que ela colocava em jogo a sobrevivência do país, porque com os foguetes aqui imediatamente os americanos iriam preparar o contra-ataque e provavelmente incrementar as pressões sobre Cuba.

A solução encontrada pela União Soviética para o conflito foi fazer um acordo diretamente com os EUA e a retirar os foguetes. As declarações oficiais feitas por Cuba consideraram inaceitável esta forma de proceder da URSS, pois não se podia trabalhar com um aliado que fechasse acordos com um oponente sem a nossa participação. As relações com a URSS demoraram para se reestabelecer novamente e quando Fidel foi para a União Soviética em 1963 houveram conversas longas sobre este ocorrido. Destas conversas também saiu o acordo do açúcar, que nós vimos como uma forma encontrada pela URSS para se redimir deste evento.

Sempre houve pontos de fricção entre Cuba e a URSS, porque a forma de relacionamento da União Soviética com outros estados socialistas implicava uma subordinação que Cuba nunca aceitou.

Houve problemas também no ano de 1968. Neste ano, havia uma facção no nosso governo que provinha do Partido Socialista Popular, que era o antigo Partido Comunista, alinhado à União Soviética. Na verdade, ainda em 1962 foi preciso expulsar da direção do Partido um dos nossos principais dirigentes, proveniente também do Partido Socialista Popular, por manifestações de sectarismo, que consistia no favorecimento do seu quadro, suas ideias, etc. deixando pra fora outras pessoas e outras ideias. A Revolução não aceitou essa prática e em março de 1962, Fidel os tirou do partido.

Porém em 1968 o mesmo fenômeno voltou a aparecer e então as investigações mostraram que se tratava de conspirações contra o país em conluio com a União Soviética. Depois disso veio outro processo de reconciliação, de reaproximação, que resultou na vinda do Brejnev a Cuba. Ajeitaram-se um pouco as coisas no campo econômico e político, mas Cuba deixou claro que nós tínhamos nossas próprias características e que a União Soviética teria que lidar com isso. Foi neste momento em que foi criado este mecanismo de contenção da deterioração dos termos de intercâmbio em



1976. Tudo parecia que ia muito bem na relação entre Cuba e a URSS e de fato foi muito bem até 1986.

Em 86 veio o Gorbatchov e de novo a URSS adotou uma decisão sem consultar Cuba, que foi o rebaixamento dos preços dos nossos produtos. Ele dizia que a URSS já não podia mais gastar com a gente e por isso, abaixaram o preço da tonelada de açúcar, do níquel e dos cítricos. Cuba, logicamente se viu prejudicada. Eu já mencionei que nós perdemos 30% das relações dos termos de intercâmbio com esta decisão. Cuba não ficou tranquila com isso, mas nós sempre nos asseguramos de que nossas discrepâncias se ventilassem de forma privada - e não pública - porque nós sempre fomos conscientes da existência da propaganda antissoviética. Mas nós discutimos aqui todos estes temas. Eu tive a sorte de estar presente em algumas destas discussões e sei como todas essas coisas foram colocadas de forma bem clara.

Quando a União Soviética desapareceu, surgiu na Rússia um governo neoliberal, de Boris Yeltsin, que durou de 91 a 99. Ele herdou as relações econômicas e militares da União Soviética com suas conexões externas. Cuba estava neste campo e eles nos pressionavam neste período, porque eles queriam cobrar a dívida que nós tínhamos com eles praticamente à força. A URSS desapareceu em dezembro de 91 e já em 1992 eles estavam nos cobrando a dívida. A contrarrevolução realmente colocou seu escritório em Moscou, passamos por muitas coisas negativas, mas Cuba simplesmente não se deixou levar. Ademais, como produto da ruptura das nossas relações econômicas sem compensações e sem responsabilidades mútuas - porque nós havíamos incumprido, mas eles também não haviam cumprido - nós tentamos começar um processo de compartilhamento das responsabilidades, mas eles não aceitaram e Cuba passou a cobrar o equivalente a 40 milhões de dólares em compensação.

Há um editorial do Granma de 27 de outubro de 2001, quando o Putin havia acabado de chegar ao poder, em que se reconta toda esta história da relação de Cuba com o então governo Russo, que esteve no poder até 1999. O editorial se chama "*O parrafo infame*", porque a imprensa russa, desde o momento que nós não aceitamos as condições que eles queriam nos impor, começou a dizer barbaridade sobre nós. Neste contexto, o governo Cubano disse um basta. Se você tiver a oportunidade de ler este documento você vai se dar conta de todas as barbaridades que ocorreram durante este governo russo. É um documento bem grande.



Com Putin as coisas começaram a mudar depois de 2007. A política russa durante o mandato de Yeltsin, mas também no primeiro mandato de Putin, de 1999 a 2007 era muito claramente uma política de certa aproximação e convivência com os EUA. Putin, então, se deu conta de que essa postura não valia a pena e na Conferência de Segurança Europeia de 2007 ele afirmou que não seria aceitável o que os EUA estavam fazendo e que a Rússia tinha identificado as manobras do inimigo. Ele se referia ao fato de que os Norte-Americanos e os Europeu começaram a pôr sanções contra a Rússia. Ou seja, esta situação atual que vemos hoje na Ucrânia vêm desde este período, não começaram agora.

A posição com Cuba também mudou, porque você sabe "o inimigo do meu inimigo, é meu amigo", então, este triângulo foi criado. Em 2008, por exemplo, eles deixaram a nossa dívida congelada e nos abriram um crédito de 350 milhões de dólares, que nos serviu pra comprar aviões e outras coisas. Eles mantiveram uma política construtiva e em 2012 começamos a renegociar a dívida. Neste momento eles nos cobravam 35 milhões de dólares. Ou seja, os 20 milhões em 1991 haviam crescido para 35 milhões em 2012. Então, eles nos trouxeram uma proposta aceitável: eles iriam cancelar 90% da dívida e nos davam um prazo de 10 anos para pagar o restante, com um processo de conversão do pagamento em investimentos e com uma taxa de juros baixa. Cuba aceitou estas condições e a partir daí começamos a firmar apoios em outros setores, sobretudo de energia elétrica, que é muito importante para Cuba. Abriu-se então uma etapa nova nas relações entre Rússia e Cuba. Eu acho que poderia ter sido feito mais coisa, mas as coisas moveram-se com certa lentidão.

A posição política de Putin tem sido muito favorável a Cuba, nós acabamos de ver nessa visita do presidente cubano à Rússia. Os russos também têm adotado posições mais flexíveis com relação aos temas econômicos, ou seja, as coisas estão muito melhores pra gente. Rússia não tem um governo socialista, isto está claríssimo, este país está cheio de mafiosos e de uma elite que monopoliza toda a indústria de petróleo. É possível identificar nestas empresas, os interesses das elites. Mas mesmo assim, é com eles que temos que trabalhar. Não podemos neste momento dizer que não vamos trabalhar com eles. Essa é a nossa história com a Rússia.

|Aline Miglioli| Com a China também foi semelhante? Eu imagino que



desde 1960 até agora não houveram muitos contatos com a China, mas atualmente China se diz um país não alinhado aos EUA.

Sim, ela é atualmente um dos principais sócios comerciais do nosso país. China e a Venezuela. Recentemente, a China fez uma transição para uma economia de mercado socialista, é diferente de Cuba, que tem uma economia socialista, que contém um mercado. A diferença entre as ordens das palavras é significativa: no caso Chinês, eles têm uma economia de mercado, mas introduzem elementos do socialismo para regular o mercado, mas a economia permanece essencialmente uma economia de mercado. Cuba não vai por este caminho. Nós temos antecedentes históricos diferentes, nossas relações com os EUA são diferentes e o tamanho da China influencia também nas decisões do que eles podem tomar. As reformas chinesas têm elementos importantes, mas que não são aplicáveis à Cuba.

Então desde o final dos anos 1980, começou um processo de aproximação da China à Cuba. O primeiro chefe de Estado que veio à Cuba durante o Período Especial foi justamente o chinês, o presidente de China, e então deu-se início a um processo de aproximação gradual entre nossos países. Por exemplo, em 1995 a dívida com eles foi renegociada. Na verdade, eles foram sempre muito flexíveis com a gente neste sentido, mas ao mesmo tempo exigentes, porque são uma economia de mercado e não um país socialista.

Eles proclamam o socialismo e pelos mecanismos que possuem tratam de regular os efeitos do mercado para atingir os objetivos do socialismo. É verdade que conseguiram tirar 400 milhões de pessoas da pobreza e que a China se converteu em uma potência mundial. Coisas que mesmo com as deficiências que se pode notar, beneficiaram o mundo e a esquerda no mundo.

Todo esse processo de enfrentamento dos EUA à China, tratando de destruir o seu poder econômico e de destruir militarmente a Rússia, trouxe como consequência alianças estratégicas militares entre Rússia e China. Os imbecis - não se pode referir a eles de outra forma - ao atacar ambos países, simplesmente provocaram a fusão dos interesses russos e chineses.

Aqui no centro de pesquisa, eu sou responsável pelos estudos contemporâneos sobre Rússia e posso te dizer eles levaram tudo de forma muito inteligente. Em 2014, quando houve o primeiro episódio da crise Ucraniana e começaram as sanções contra a Rússia e a oposição à Rota da Seda da China, o Putin logo atendeu às demandas que os chineses tinham com relação à Rússia - que até então estavam bloqueadas por interesses



militares russos. Por exemplo, os chineses têm dependido muito de tecnologia russa para consolidação de seu poderio militar, eles queriam os aviões caça mais avançados que a Rússia tinha. Trata-se do SU35, um caça-bombardeiro de quinta geração, com milhões de funcionalidades. Melhor do que o F22 norte-americano, que é o competidor ao russo.

A Rússia então disse à China "ah, é isso que vocês querem?" Então, o Putin foi à China e levou dois esquadrões do SU35. Se você olha o avião militar mais avançado que os chineses têm hoje, o J20 e o comparar com o SU-57 russo que é o mais avançado da Rússia agora, vai encontrar uma série de coisas similares. Ou seja, não há nada declarado publicamente, mas houve este tipo de aproximação. Os chineses não tinham porta-avião, mas agora já tem dois porta-aviões, sendo que primeiro foi um russo, que foi aposentado pela Rússia e vendido para os chineses. Ou seja, o poderio militar chinês foi fortalecido com ajuda da Rússia. Podemos dizer também que houve uma complementação do poder econômico chinês para a Rússia e de poder militar da Rússia para a China. Ou seja, o tiro saiu pela culatra para os Estados Unidos e o ocidente em geral.

A guerra na Ucrânia não está tendo o efeito que eles tinham programado ou que eles supunham que ocorreria. Isso que está passando agora remete a uma história mais longa. A Rússia tem um passado com a Ucrânia, tem um antecedente maior do que sua relação com os EUA. Além disso, há um documento que revela que foi montada uma operação com objetivo de provocar a Rússia, que foi exatamente o que levou à confrontação militar recente. Nominalmente o ocidente não está participando do lado ucraniano da guerra, ou seja, se supõe que não haja um soldado ocidental na Ucrânia tirando para todos os lados, mas se sabe que o conflito é apoiado pelo ocidente. Agora mesmo se soube que tem caças poloneses na Ucrânia, na defesa antiaérea. Neste momento, tudo que é anti-russo foi mobilizado para frear o poder militar russo e golpear por outra via a China.

Essa é a situação do mundo de hoje e te digo que é complicado, porque deste conflito ao uso de armas nucleares é um passo. Isso já se moveu em algumas ocasiões, mas até agora ninguém decidiu usar armas nucleares, ou seja, estamos em frente a uma nova guerra mundial. Está claro que o conflito na Ucrânia é uma *proxy* da nova guerra mundial, com um governo ucraniano bandido, que também é corrupto. Quando você lê a imprensa capitalista, mesmo ali se questiona sobre o dinheiro que está sendo dado à Ucrânia durante a guerra.



Neste sentido, sabemos que houve um primeiro pacote de ajuda de 40 milhões de dólares que foi dado pelos EUA como um pacote de ajuda civil e militar à Ucrânia. Bom, e o que aconteceu com esse dinheiro? Foi possível comprovar que as armas entregues à Ucrânia estão no Oriente Médio, ou seja, os ucranianos logo as venderam. Isso significa que estamos em uma guerra suja, um conflito híbrido e diferente dos tradicionais. O Instituto dos Estudos Estratégicos Espanhóis tem um estudo sobre isso que eu li há uns dias atrás e que me chamou muita atenção com relação às mudanças geopolíticas, a crise econômica e como estão acontecendo as coisas no mundo. O estudo conclui que tudo mudou muito. Por exemplo, o uso da internet hoje, a cibernética, o espaço virtual, o uso da computação mudaram muito a forma de fazer guerra.

|Aline Miglioli| Ainda sobre a China. Nós, latino-americanos temos também um olhar crítico à nossa relação com a China. Porque a China compra setores que são muito estratégicos para nossa economia. Claro, fomos nós que colocamos a energia e as telecomunicação à venda, mas ainda assim nos sentimos ameaçados após a compra destes setores por outro país, que é uma potência mundial. No caso de Cuba, como são as relações econômicas do país com a China? Existe a perspectiva de parceria nestes setores? Ou elas se centram nas relações comerciais e empréstimos?

Nós compramos de tudo da China, desde a remédios até livros. Bom, isso significa que são relações comerciais que podemos enquadrar como "normais", sem tratamentos especiais. Não é semelhante ao que acontecia com a URSS, agora nós temos que pagar e se nós não pagamos depois temos dificuldades para continuar os negócios.

Os chineses não desenvolveram um fluxo de investimentos forte em Cuba, nós temos mais investimentos cubanos na China do que investimentos chineses em Cuba. Nós temos a produção de medicamentos na China, biotecnologia na China, turismo na China... e os chineses somente fizeram investimentos pequenos em Cuba. Agora mesmo, estão terminando a reforma do porto de Santiago de Cuba e outros investimentos menores no arroz, mas não no nível do potencial que a China tem. Tudo isso está sendo revisto neste momento, mas os chineses sempre justificam dizendo que acham a força de trabalho cubana muito cara e que eles não poderiam trabalhar sob estas condições. Isso foi dito por eles aqui na embaixada. E isso



é verdade, porque Cuba cobra por sua força de trabalho o valor referente ao custo internacional da força de trabalho e não ao custo interno. Um engenheiro cubano contratado por investidores estrangeiros, lhes custa o equivalente ao custo de um engenheiro internacional. Ou seja, se no mundo, se cobra USD 2000 ou USD 3000, aqui em Cuba tem que se pagar o mesmo. E tem que pagar em moeda nacional, por isso acaba ficando mais caro mesmo.

Esse é um grande debate inscrito na discussão sobre os desafios ao investimento estrangeiro em Cuba. Argumenta-se que se o investidor tem que comprar mão de obra através desse - digamos - monopólio da contratação da força de trabalho em Cuba - o Estado - e isso acaba por afastar o investidor. Agora estamos fazendo o cálculo sobre quanto isso está nos custando em termos monetários. Bom, mas isso é outra história.

Em conclusão, os chineses não têm investimentos grandes em Cuba. No entanto, há o potencial para novos investimentos, mas seria preciso modificar esta e outras regulações para que os chineses se interessassem em fazer investimentos por aqui.

|Aline Miglioli| Eu queria voltar agora ao tema do Período Especial. Quando nós estivemos falando sobre o assunto, o senhor disse que a saída do Período Especial se deveu principalmente ao investimento estrangeiro e ao turismo, mas sabemos que o investimento estrangeiro não se desenvolveu como planejado por estes motivos que o senhor me contava agora. O setor turístico, por sua vez, se desenvolveu nos últimos anos, mas muito tem se discutido sobre a forma de desenvolvimento deste setor e suas consequências. Eu gostaria da sua apreciação sobre o desenvolvimento do setor turístico, o que foi positivo, o que foi negativo, o que se aprendeu, quais são os desafios agora para Cuba.

De fato, o plano de investimentos tem privilegiado o turismo desde 1990 e houve bilhões de dólares investidos em hotéis. Cuba adotou uma política de que os hotéis sejam de propriedade nacional, ainda que as operações se deem através de contratos de administração com cadeias estrangeiras. Isso é assim por uma razão óbvia: nós não temos capacidade de transporte internacional, nem agência de turismo no exterior, como existe, por exemplo, para as cadeias hoteleiras espanholas, que são uma das



principais operadoras aqui no país. Com relação a isso, não creio que eu tenha muito o que discutir.

O que está em discussão é a expansão do investimento em turismo nos últimos anos apesar das circunstâncias. O turismo levou neste último ano 35% dos investimentos feitos no país. Há uma certa desproporção com relação a este valor, que tem sido discutido na imprensa milhões de vezes. A questão é que se está criando capacidade hoteleira para a expansão do turismo. No entanto, atualmente, sem a construção de nenhum hotel nós já temos capacidade para 7 milhões de pessoas, e neste ano o turismo vai encerrar com 1,7 milhões de visitantes. Ou seja, não vamos chegar nem à meta de 2,5 milhões de turistas. Por isso se discute muito para qual mercado, para qual volume de fluxo de turistas se está fazendo esta política? É preciso recuperar esses investimentos, porque eles são bem caros. A construção de um quarto de um hotel de luxo em Havana sai por USD 250.000. Não é qualquer coisa... Esta discussão está sendo feita hoje e eu espero que algum dia isso tenha algum ajuste, porque realmente o turismo consome muitos recursos e não podemos seguir com 35% dos investimentos no turismo, enquanto a agricultura segue com 4% dos investimentos, quando nós necessitamos produzir alimentos, inclusive para o próprio turismo!

|Aline Miglioli| Ainda no assunto das mudanças recentes, no ano passado muito se discutiu sobre a abertura das pequenas e médias empresas privadas em Cuba. Falou-se muito de que não era possível operar apenas através do trabalho cuentapropria, por isso a necessidade das empresas. Nós queremos saber, como é possível pensar o papel destas pequenas empresas privadas no objetivo de construção comunista. Porque se estamos falando do modelo cubano de socialismo, então como pensar esta pequena empresa no modelo cubano?

Cuba chegou a uma conclusão de que uma coisa é o objetivo desejado e outra coisa é o que é possível. A primeira coisa que preciso te dizer é que nós não estamos no comunismo e nem sequer no socialismo, estamos em um processo de transição para podermos chegar a eles. Neste processo de transição há forças que operam para a determinação e influência do mercado, que existem objetivamente na realidade. Ou seja, pode ser que a gente não deseje ter um restaurante privado ou uma empresa de construção privada, porque prefere que o Estado promova estes serviços. Mas, o problema é que muitas vezes a empresa mais eficiente não é



a do Estado ou então a que tem preços mais competitivos não é a estatal ou ainda pode ser que o Estado não tenha recursos para promover estas empresas, porque o setor privado em Cuba é financiado fundamentalmente de remessas internacionais⁶ e o Estado não tem acesso a estes recursos. As remessas cresceram nos últimos anos e chegaram em algum momento, seguindo um cálculo dos próprios EUA, a um valor de 3 bilhões de dólares! Calculou-se que 50% das remessas corresponde a capital para financiamento das iniciativas privadas. Ou seja, eles têm uma fonte de financiamento que o Estado não possui.

Por outro lado, a gestão de um negócio privado não é mais eficiente *per se*, mas é evidente que tem mais espaço para mover-se com maior flexibilidade do que a empresa estatal, que não se flexibilizou nos últimos anos. A melhor forma de regular o setor não-estatal é com o setor estatal, que coloca as regras para se caminhar em determinada direção.

Atualmente há mais de 1.300.000 pessoas empregadas no setor não estatal, que inclui as cooperativas não agropecuárias, de serviços, a cooperativa de produção agropecuária, a Unidade Básica de Produção Cooperativa, as cooperativas não agropecuárias e as pequenas e médias empresas. Há um setor não-estatal grande neste momento em Cuba!

Foi preciso abrir ao setor privado e reconhecer esta realidade para avançar ao socialismo, mesmo sabendo que isso geraria custos no curto prazo que teríamos que bancar. O Fidel nos explicou muitas vezes durante o Período Especial que esta solução não era a ideal, mas era o que tinha que ser feito. Foi preciso, então, convencer as pessoas de que nem tudo poderia ser estatal, porque o Estado não era tão eficiente. Essas discussões aconteceram há mais de 30 anos e hoje se tomou a decisão de converter os trabalhadores por conta própria em pequenas empresas. Atualmente 60% das pequenas empresas são de trabalhadores por conta própria que no exercício de sua atividade autônoma já funcionavam com uma empresa, elas se enquadravam institucionalmente como um negócio familiar, apesar de terem 10 ou 20 familiares empregados. Ou seja, já era uma empresa, pequena, mas uma empresa. O que foi feito em 2021, foi somente o reconhecimento desta empresa enquanto tal.

Na minha opinião, o reconhecimento caminhou mais rápido do que a implementação de instrumentos para regular este setor e para permitir que

⁶ Diz respeito às remessas enviadas por cubanos residentes no exterior as suas famílias em Cuba.



elas atuassem junto a empresas estatais, o que seria fundamental na situação que estamos vivendo hoje. Por exemplo, nós já temos quase 6.000 pequenas e médias empresas, mas quando você vê a composição destas empresas e como elas atuam no mercado, percebe que há muitas que funcionam para comercializar e não para produzir. Há empresas que tem como função social a produção de cerveja, mas não há como produzir isso aqui agora, então na realidade elas importam cerveja para vender no mercado interno, uma vez que há uma demanda muito forte por cerveja no mercado interno, já que não há produção nacional. No setor da construção há pequenas empresas, mas é uma gestão de risco e que demanda capital.

Nós precisamos finalmente entender que estas empresas funcionam de acordo com a lei de mercado e temos que tratar de regular essas leis, se não para que foram criadas? Essa é a contradição entre o que eu queria que fosse, os princípios gerais de equidade no socialismo e a realidade.

Eu considero que na nossa situação é preciso trabalhar de forma pragmática sem fazer concessões aos princípios. Inicialmente dissemos que não íamos privatizar as empresas, mas tivemos que reconhecer que existe este espaço para as relações mercantis. Custou e ainda custa muito trabalho explicar isso, porque as pessoas dizem que não é possível isso no socialismo, o socialismo não pode ser assim, etc. Bom, o socialismo requer desenvolvimento e se você não tem desenvolvimento, como você pode pedir coisas que não existem? Nós aqui distribuimos mais do que o que criamos, essa é a verdade. É preciso ajustar isso e para tanto é preciso mudar a mentalidade das pessoas, porque elas se acomodaram neste papel de consumidor. O Estado estava cobrindo necessidades de todos pela via assistencial e pelos subsídios, mas algumas destas políticas não são sustentáveis. Por exemplo, se uma pessoa é pobre, nós devemos compensá-la por isso, pode ser que ele tenha uma doença cardíaca, não tem família ou alguma coisa assim..., mas neste caso trata-se de não dar o subsídio ao produto e sim à pessoa. Repito, é preciso subsidiar a pessoa, porque é óbvio que não deve haver subsídio pra todo mundo, principalmente se tem gente que já é milionário.

O que impede essa mudança é que nós cubanos sempre achamos que a mudança vai ser difícil e complexa e no fim esse é um jeito muito lento de mudar as coisas. Por outro lado, tem decisões que são tomadas de forma muito rápida e muito mal pensadas, como é o caso do mercado cambiário. Nós cubanos somos de extremos, tem gente que diz: os cubanos ou não chegam ou passam do ponto.



[Aline Miglioli] Para encerrar eu queria saber para você qual é o maior desafio do socialismo neste século, porque evidentemente não é o mesmo do que foi para a Revolução Cubana em 1959. O mundo mudou, as relações mudaram, temos a internet, comunicações, nossos países estão totalmente dependentes das finanças. Então para nós que estamos tentando fazer uma Revolução neste contexto, qual é o maior desafio que podemos esperar?

O primeiro ponto é saber claramente quais são as forças que o capitalismo possui neste momento. Essa mística de que o capitalismo vai acabar por si mesmo, por suas contradições... isso não vai acontecer. O capitalismo tem uma capacidade de resistência e uma capacidade de flexibilizar-se para se adequar a determinadas circunstâncias e para influenciar inclusive na mente das pessoas. Isso é o que foi feito através do Bolsonaro no Brasil, o que de forma nenhuma deve ser considerada desprezível.

No Brasil a força da esquerda ficou atrás de Bolsonaro e caímos no discurso da corrupção. Essas formas de exercer poder que são aparentemente democráticas existem, por exemplo, no caso dos *impeachments*, como aconteceu com Cristina [Kirchner] na Argentina, com Pedro Castillo no Peru e o que passou com Lula no Brasil. Isso significa que a direita está aplicando repressão por "vias legais". Estes são novos mecanismos de dominação.

Nós da esquerda não fomos suficientemente inteligentes para nos darmos conta de que isto estava acontecendo e que por tanto, os métodos de luta para enfrenta-los não poderiam ser os mesmos do passado, é preciso que haja uma visão mais objetiva das possibilidades de um trânsito ao socialismo nas condições atuais, é muito mais complexo do que antes e temos que aceitar isso. O inimigo também mudou, se posicionou, tem efetividade naquilo que está fazendo e o socialismo, lamentavelmente ou teve que tomar um caminho intermediário, como é o caso da China e do Vietnam ou simplesmente não é suficientemente eficiente para que se possa dizer "olha, esse modelo que aqui está funcionando a mil maravilhas".

Claro que, sempre vai haver julgamentos com relação ao modelo, por isso eu digo sobretudo aos norte-americanos que vem pra Cuba e que nos perguntam "porque vocês não fazem assim? É mais eficiente desta forma, etc. etc.". Sim, mas e o bloqueio? É uma bobagenzinha? Olhem por vocês



mesmo este bloqueio. Isso corresponde a uma guerra que dura já sessenta anos. As pessoas tem na cabeça o bloqueio como algo que existe assim como o sol que sai todos os dias no céu e isso logicamente nos vai eliminando nossas oportunidades e nos resignando em relação a determinadas mudanças que teremos que fazer. É preciso reconhecer que determinada ação que pode ser potencialmente inimiga, hoje joga um papel positivo e, por isso, é preciso adotá-la, não há o que fazer.

Hoje se discute muito se as MYPMES⁷ são um mal necessário ou um elemento complementar do socialismo. Eu digo que os dois. Se nós pudéssemos ter empresas estatais eficientes, não haveria espaço para as MYPMES, elas desapareceriam sozinhas. Mas não é assim. A MYPMES tem um sistema de funcionamento que não é o mesmo do Estado. O Estado depende de um recurso de investimento e precisa competir com a comida, com a energia, com a medicina, tudo que o Estado tem em suas mãos. As pequenas e médias empresas não tem nada a ver com isso, elas recebem mil dólares por dia e funciona a mil maravilhas. É preciso reconhecer esta realidade.

Por um tempo nós dissemos que não admitiríamos remessas, não admitiríamos empresas deste tipo, então a história nos mostrou o quão eficiente o Estado foi no socialismo. Hoje em dia nós estamos neste caminho de reconhecer uma série de erros, por exemplo, que a Tarefa Ordenamento não foi bem feita, que havia uma outra forma de fazer esta ação. Houve erros de desenho e de implementação, as duas coisas. Precisamos reconhecer isso.

No mercado cambiário acontece o mesmo, temos problemas de desenho e de implementação, porque uma coisa é o que você quer que aconteça, outra coisa é o possível de acontecer. O que é possível fazer hoje, os objetivos que se pode chegar com uma política, tem que fazer parte da realidade. Uma das grandes doenças do socialismo é o socialismo utópico "isto devia ser assim, tinha que ser daquele outro jeito" ...nós fomos fazendo e vendo onde é que nós chegaríamos. Mas hoje temos que viver, sobreviver.

Sempre que tem essas discussões sobre mudanças a pauta fica nestes termos "temos que fazer assim, temos que fazer do outro jeito" e sempre me pergunto "tá bem, mas como fazemos pra comer?" O mesmo acontece com a termoelétrica, sempre a discussão vai na direção de que temos que parar tudo e fazer uma reabilitação dos equipamentos... e aí fica a questão: de

⁷NT: Pequenas e Médias Empresas.



onde saí a eletricidade enquanto você faz tudo isso? Se você para tudo, de onde sai a eletricidade? Isso tudo supondo que a gente tenha recurso pra fazer os reparos né?

Por último, é uma batalha entre o ser e o poder. Eu quero ser assim, quero ser justo, quero ser equitativo, próspero e sustentável. Mas, nesse caminho, pra chegar aí, de onde devo partir? Como faço? Esse ponto de partida, infelizmente - e não por culpa do socialismo - tornou-se muito complexo hoje em dia. Porque tampouco o socialismo criou a crise mundial e tampouco criou a COVID-19 e nem a guerra da Ucrânia, mas essas coisas estão aí. Existem. Não se pode dizer "nada disso existe, vou me abstrair de tudo isso e vou por esse caminho", você vai é meter a cara no poste no meio deste caminho!

Eu reconheço que é muito duro isso de postergar os sonhos e ter que admitir que é isso que conseguimos fazer hoje e não podemos aspirar a mais porque não temos força. Fidel dizia "conceber uma utopia e sonhar com ela é em certa forma criá-la". Eu penso que assim deve ser, temos que avançar um pouquinho por aqui, um pouquinho por lá e estar disposto a assumir um tremendo desafio. Outra frase do Fidel que eu tenho no meu livro sobre a transição "os tempos difíceis, são os tempos difíceis". Tem gente que renuncia, tem gente que se converte em inimigo da ideia, tem gente que se vende... é doloroso, mas é assim. Por outro lado, tem gente que é revolucionário, que resiste, etc. E é com essas pessoas que temos que trabalhar! **| FIM |**

15 de dezembro de 2022.

Centro de Estudos de Economía Mundial, Miramar, Havana, Cuba.



Manifesto



As macabras artes imperiais e o destino dos povos: a questão palestina como revelação das entranhas do imperialismo

Paulo Alves de Lima Filho¹
E o IBEC

229

O imperialismo inglês não poderia dar outra solução que não fosse imperialista, à sua imagem e semelhança, ao desejo de parte dos judeus europeus de possuir sua terra, sua própria nação. Várias hipóteses foram pensadas e algumas até iniciadas, como é o caso das terras para esse fim compradas na Argentina. Afinal, a opção imperialista associada ao sionismo recaiu sobre a Palestina.

O sionismo, por sua vez, desde o início fortemente associado ao capital e às potências imperialistas, em especial a Grã-Bretanha e Alemanha, nada mais era que uma das vertentes políticas da luta dos judeus por sua emancipação no seio das sociedades europeias. A população hebreia da Europa dividia-se nas mesmas frações políticas dos povos europeus e, no século vinte, realizou três grandes migrações, cada uma delas como resposta a seus anseios político-ideológicos. Os liberais, que ansiavam por um viver livremente em uma sociedade capitalista a mais favorável a recebe-los em convívio multiétnico, rumaram aos EUA, os comunistas, democratas radicais e parte dos socialistas migraram para a Rússia revolucionária, sociedade da fraternidade e luta por uma humanidade livre das taras do racismo, preconceitos étnicos pogroms e, por fim os sionistas, religiosos e crentes em uma vida dentro da mitologia bíblica e em comunidade étnica, aspiravam e realizaram o sonho de renascimento estatal na Palestina².

Não podendo a escatologia sionista realizar-se em terreno bíblico abstrato, virgem, sua implantação na Palestina, dadas as premissas político-ideológicas do sionismo e seus vínculos com as potências ocidentais, em especial com a Inglaterra (mas também com o estado nacional socialista

¹ Coordenador Geral do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | palf1951@gmail.com

² SLEZKINE, Yuri. **The jewish century**. Princeton, Princeton University Press, 2004.



alemão), pressupunha a conquista do território dos palestinos que ali habitavam há séculos. Uma estratégia de conquista colonial, saqueio das suas propriedades e expulsão destas do povo palestino³. Processo ao qual os palestinos denominaram com sendo **a nakba**, a catástrofe, a diáspora forçada de um povo devido à conquista colonial. Processo muito semelhante ao sofrido pelos judeus na metade sul da Europa, em especial de Portugal e Espanha, sob a Reconquista cristã dos territórios ancestrais desses povos ocupados por *Al Andaluz*, de 711 a 1492. Após a derrota de *Al Andaluz* e da queda de Granada em 1492, última sede do reino árabe islâmico, os judeus foram expulsos, como também os islamitas e seguidores de outras vertentes religiosas que não se convertessem ao cristianismo⁴.

A reconquista do território europeu ancestral permitiu à Igreja Católica encampar o antisemitismo como ideologia derivada do etnocentrismo visigótico, uma ideologia racista mãe dos racismos modernos, que instituiu a Lei da Pureza da Raça e que funda a Inquisição após a queda de Granada em 1492. Essa ideologia emanada a partir da proclamação de ser uma raça pura a dos dominadores, vencedores da Reconquista, distinta das impuras e que, portanto, por isso, estaria livre para persegui-las e aniquilá-las sem pecado, caso necessário. Os impuros eram infiéis, seguidores de religiões não católicas, contra as quais se erigia um tribunal excepcional cujas consequências são indelévels e permanecem como forma ideológica ainda vigente, embora mitigada, a pautar as relações dos nativos puros com os estrangeiros de toda a espécie, em especial com os infiéis, judeus e islamitas. Manifestação que se transportou ao mundo colonial hispânico e português, de tão triste memória⁵.

A lição do domínio multissecular de *Al Andaluz*, assim como de outros impérios coloniais anteriores e posteriores, nos diz que por mais poderosos e longevos que eles tenham sido, eles acabam por ter fim. É impossível

³ MARCUSE, Herbert. SOBRE O PROBLEMA DO ORIENTE MÉDIO - "Isso ainda é utopia" in Correio de Jerusalém, 2 de janeiro de 1972/ Reimpresso em: Peter-Erwin Jansen (ed.), Herbert Marcuse, Posthumous Writings 4, The Student Movement and its Consequences (Zu Klampen, 2004) / **Le Monde diplomatique** nº 7330, 8 de abril de 2004, 232 linhas. Disponível em: <https://www.marcuse.org/herbert/pubs/70spubs/721JerusalemPost.htm>.

⁴ LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa**, de 570 a 1215. Barueri, Amarylis, 2010.

⁵ NOVINSKY, Anita & Daniela Levy, Eneida Ribeiro, Lina Gorenstein **Os judeus que construíram o Brasil**. Fontes inéditas para uma nova visão da história. Planeta, São Paulo, 2015, Parte III.



manter povos subjugados infinitamente pela violência, exploração, humilhações e desqualificação étnica e religiosa. Quanto mais quando se é uma pequena nação cercada por inimigos ávidos por reparação de atropelos recentes e antigos.

As condições impostas ao povo palestino pela criação do estado de Israel deveriam transformar essa nova nação em campeã da paz, da tolerância e de uma nova fraternidade destinada a soldar interesses e necessidades para um futuro político comum capaz de lavar a memória, o sangue e atrocidades da ocupação colonial e soldar a criação de uma nova civilização, de preferência uma "federação socialista dos povos árabes e de Israel" como queria Marcuse. Caso a opção diametralmente oposta a essa viesse a prosperar e transformar-se em política anexionista através da violência sistemática multifacetada, como de fato ocorre nestes dias, apoiada por potências coloniais de primeira ordem, ela seria autodestrutiva e transformaria Israel em um gueto belicoso e odiado, cuja vida útil como estado soberano estaria com os dias contados (ainda que demorasse um tempo muito mais dilatado), pois estaria suspensa no incremento crescente de poderio bélico, a tal ponto de chegar ao limite de uma conflagração mundial⁶. Tal opção não só consumiria parcela crescente do fundo público como a manteria como peça altamente dependente dessas potências, garantidoras das vultuosas somas extras necessárias para tal escalada, a ponto de enfraquecer vitalmente sua soberania, transformando-se, de fato, em espaço neocolonial.

Adicionando a essa realidade a ruptura política ocorrida nos EUA, derivada das contradições insanáveis da opção pela globalização neoliberal, que campeia em todo o mundo capitalista e polariza crescentemente dois polos políticos radicalmente opostos, da democracia conservadora e da antidemocracia fascista, só faz aumentar os perigos da opção fascista do estado israelense.

A opção do Estado de Israel pelo apocalipse⁷ por via de um massacre da população civil palestina e destruição da faixa de Gaza de modo a

⁶ PETRAS, James. O plano é criar a grande Israel (entrevista). **Esquerda**. 22 jul. 2006. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/entrevista-james-petras/16709>

⁷ MOKHIBER, Craig. Carta de renúncia de Craig Mokhiber, Diretor do Escritório de Nova York do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Esquerda On Line**. 8 nov. 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/11/08/carta-de-renuncia-de-craig-mokhiber->



favorecer a estratégia de expulsão dessa população⁸ e posterior ocupação desse espaço para as necessidades imperialistas em gás e petróleo, só podem projetar um futuro com mais violência e guerras⁹.

O genocídio da população palestina, para além da odiosa imundície de seus propósitos imediatos, deve ser um alerta para os democratas de todo o mundo, para os povos do mundo, sobre a cara hedionda do fascismo ascendente, a desfaçatez de sua arrogância e violência inauditas, fantasiada de bons propósitos que brada contra um falso antissemitismo, acobertada pelos poderes políticos, financeiros e midiáticos de seus mentores¹⁰.

São Paulo, 20 de dezembro de 2023

[diretor-do-escritorio-de-nova-york-do-alto-comissariado-das-nacoes-unidas-para-os-direitos-humanos/](#)

⁸YUVAL, Abraham. Official "Secret" Israeli Document Revealed: Expel All Palestinians from Gaza, Israeli Intelligence Ministry. **Global Research**. 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/expel-all-palestinians-gaza-recommends-israeli-govt-ministry/5838581>.

⁹ CHOSSUDOVSKEY, Michel. War and Natural Gas: The Israeli Invasion and Gaza's Offshore Gas Fields. **Green Watch** (*Original de Global Research*). 16 out. 2023. Disponível em <https://greenwatchbd.com/conflicts/39408>.

¹⁰ BALIBAR, Étienne et al. **Anti-semitismo**: a intolerável chantagem. Israel-Palestina, um "affaire" francês? Rio de Janeiro: Anima, 2004.



Memorial

233



Alexander Vladimirovich Buzgalin: rumo ao futuro¹

[АЛЕКСАНДР ВЛАДИМИРОВИЧ БУЗГАЛИН. НАВСТРЕЧУ БУДУЩЕМУ]

Andrey Ivanovich Kolganov²

Tradução Paulo Alves de Lima Filho³

234



Para todos que o conheceram ou pelo menos leram seus numerosos trabalhos científicos e jornalísticos, o falecimento de Alexander Vladimirovich Buzgalin é verdadeiramente uma perda irreparável. Graças à sua energia, talento científico e pedagógico e ao seu calor humano, muitos projetos sérios nas esferas científica e educacional foram criados e continuam a existir. Ele desempenhou um papel de liderança na criação e operação bem-sucedida da revista científica e jornalística "Alternativas" e da acadêmica "Questões de Economia Política", foi o diretor do único Centro de Pesquisa

¹ Texto publicado originalmente em russo no portal. Disponível em:

² Doutor em Economia, professor, amigo e coautor de Alexander V. Buzgalin. | onaglo@mail.ru

³ Coordenador Geral do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | palf1951@gmail.com



Marxista Contemporânea na Rússia moderna, criado na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Moscou- M.V. Lomonosov. De sua pena saíram muitas monografias e artigos (mais de 500), publicados na Rússia e no exterior. Sua autoridade internacional é evidenciada pelo fato de Alexander Vladimirovich ter sido professor visitante nas universidades de Cambridge, Pequim e Hainan. Os cursos educacionais desenvolvidos e ministrados por ele invariavelmente atraíram estudantes das faculdades de economia e filosofia da Universidade Estadual de Moscou e outras universidades na Rússia. Sem ocupar altos cargos administrativos, ele criou sua própria escola científica - a escola pós-soviética de marxismo crítico. Seus alunos (sob sua liderança, mais de 20 defesas de doutorado e candidatos) trabalham nas principais organizações de pesquisa e universidades na Rússia.

Alexander Vladimirovich Buzgalin nasceu em 19 de julho de 1954 em Moscou, na família de Vladimir Nikolaevich e Nina Ivanovna Buzgalin. Sua infância foi passada em guarnições remotas, onde seu pai trabalhou na criação de um escudo antimísseis soviético.

Tendo retornado a Moscou, Alexander Vladimirovich participou ativamente do trabalho dos Pioneiros e do Komsomol, mantendo contato com seus colegas ativistas do Komsomol até o fim de sua vida. No ensino médio, ingressou na Escola de Economia e Matemática da Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Moscou e, em 1971, Alexander Vladimirovich ingressou na Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Moscou. M. V. Lomonosov.

Toda a vida de Alexander Vladimirovich está intimamente ligada à Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Moscou. Em 1976, formou-se na Faculdade de Economia e, depois de se formar lá em 1979, defendeu seu doutorado. Durante o período da "perestroika" A.V. Buzgalin, que já se tinha tornado um dos principais economistas e publicitários nessa altura, apoiou as reformas como método para melhorar o socialismo. Sua posição naqueles anos é caracterizada pelo título de sua tese de doutorado defendida em 1989 - "Planejamento da produção socialista: conteúdos e rumos para a melhoria das condições modernas". Nos últimos anos de existência da URSS, foi até membro do Comité Central do PCUS, encontrando-se ali, no entanto, na sua opinião, como uma "ovelha negra". Após o colapso da URSS A.V. Buzgalin concentrou-se no trabalho científico e docente, tornando-se desde a década de 1990 (junto com seu constante



colega, amigo e coautor, A.I. Kolganov) uma espécie de símbolo do marxismo acadêmico russo.

Sendo um marxista convicto, Alexander Vladimirovich Buzgalin não mudou suas crenças desde seus anos de estudante e, ao mesmo tempo, conseguiu desenvolver a essência criativa e humanística do marxismo, descartando o dogmatismo e dando um novo impulso vivo à pesquisa marxista em nosso país. Economista político de formação, dominou a visão ampla e complexa dos fenômenos sociais inerentes ao marxismo, tornando-se um sério especialista no campo da investigação filosófica, sociológica e das ciências políticas. Nos últimos anos, os seus novos artigos apareceram com ainda mais frequência na *Sociological Research* do que na *Problems of Economics*. Esta mudança da ciência econômica “pura” para questões socioeconômicas e filosóficas, perceptível não apenas em A.V. Buzgalin, mas também entre outros neo e pós-marxistas nacionais, reflete em grande parte uma mudança geral na compreensão do marxismo: se há meio século K. Marx era chamado principalmente de um economista notável (embora controverso), então nas últimas décadas ele é na maioria das vezes considerado um grande pensador social.

Entre as principais ideias científicas desenvolvidas por A.V. Buzgalin, está a caracterização do sistema soviético como um confronto entre duas direções: a comunista e a tendência do “socialismo mutante”, gerado pela transformação do socialismo da prática de criação de um Novo Mundo em retórica dogmática, suprimindo o pensamento vivo e o espírito criativo do desenvolvimento socialista do país. E isto seria impossível sem o apoio de um trabalhador criativo na economia, de um pensador dialético na ciência e de um artista talentoso que se concentra nas contradições da existência do criador humano do Novo Mundo.

É por isso que Alexander Vladimirovich se envolveu em pesquisas teóricas sobre os padrões desse caminho de desenvolvimento da arte. feridas, onde o sujeito principal não era apenas um honesto executor de suas funções profissionais, mas uma pessoa como criador de História e Cultura. Além disso, ele mostrou como, à medida que o homem se tornou um criador ou a falta dele, surgiu o fluxo e refluxo de uma sociedade socialista (pós-capitalista).

Considerando que a principal característica do socialismo não é a regulação estatal, mas o trabalho criativo, superando a alienação do trabalho, do poder e da cultura, Buzgalin viu dialeticamente no sistema soviético tanto incentivos para tal desenvolvimento como obstáculos a ele. A



análise do desenvolvimento da criatividade no trabalho e da formação de uma nova "classe criativa" tornou-se na ciência moderna objeto de investigação não só de economistas e sociólogos, mas também de filósofos, pelo que eles (e não apenas economistas) terão de desenvolver os fundamentos científicos propostos por A.V. Buzgalin.

Mas as suas notáveis descobertas teóricas não podiam nascer apenas no silêncio dos gabinetes científicos; isto também exigia uma ligação com as práticas sociais que funcionasse para criar uma alternativa ao mundo dominante da alienação. E ele não desenvolveu essa alternativa apenas em seus trabalhos teóricos. mas ele também a criou em suas práticas sociais, que sempre adquiriram seu estilo único de autor.

É por isso que Alexander Buzgalin pode ser considerado não apenas uma grande figura pública, mas o criador de novas relações sociais que unem as pessoas com questões - para onde, por que e como se mover - para se desenvolverem ainda mais.

O que Alexander Vladimirovich Buzgalin conseguiu fazer durante sua vida já está incluído no pensamento científico mundial e russo. Ele sabia "sonhar sem se tornar escravo do sonho e pensar sem divinizar os pensamentos". Ele deixou uma marca humana indelével nos corações de todos aqueles que tiveram contato com ele, e nesses corações ele viverá. Mas isto não é o suficiente.

Ele continuará a liderá-los em direção ao futuro.

Moscou, 18 de outubro de 2023

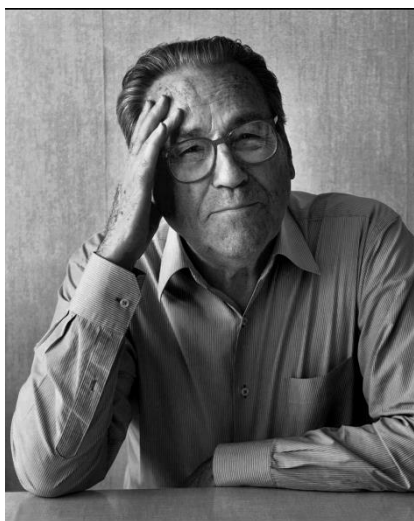


Aos Camaradas que se foram

Paulo Alves de Lima Filho¹
E o IBEC

238

Eles eram revolucionários, os mais devotados, todos viveram com agudez a catástrofe do golpe de 64 e do fim da URSS, eles próprios ou seus amigos próximos caíram presos, todos tiveram seus amigos ou parentes perseguidos, presos, torturados ou mortos, a maioria viveu longos anos no exílio em várias partes do globo. A maioria deles optou por estudar fora do país por motivos políticos, estudaram em várias prestigiosas universidades europeias, a maioria era oriunda de famílias revolucionárias, todos foram professores, todos foram brilhantes no que escolheram por profissão, quase todos estudaram no bloco socialista, todos militaram na revolução e quase todos em mais de uma delas e em vários continentes, todos foram militantes comunistas. Nenhum deles aderiu aos fracionamentos liberais dos partidos comunistas ou aos governos contrarrevolucionários após o fim dos socialismos reais. Todos optaram por construir um caminho emancipacionista alternativo. Todos pertenciam à mesma geração, todos pertenciam ao conselho científico de nossa revista Fim do Mundo.



A maior parte deles morreu durante a pandemia e alguns devido a ela, os demais morreram logo após a peste. Alguns morreram em países que não eram os seus de origem. Todos deixaram à humanidade conquistas importantes e, algumas, definitivas. Por ordem de falecimento estamos falando de:

Lucien Sève em Paris, (23/03/1920 - 23/03/2020) filósofo marxista francês; sua obra maior, a quadrilogia *Penser avec Marx*²;

¹ Coordenador Geral do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC). | palf1951@gmail.com

² Imagem disponível em: <<https://www.historicalmaterialism.org/node/1680>>





Martinho Lutero Galati de Oliveira em São Paulo, (29/08/1953 - 25/03/2020) músico, regente, fundador do Coral Canto Sospeso em Milão, fundador do Coral Luther King em São Paulo, ex-coordenador do primeiro da música tradicional moçambicana e editor do seu primeiro registro fonográfico; criador da Associação Cultural *Tchova Xita Duma* em Maputo (Moçambique - 1982)³;

239



Ivanor Nunes de Oliveira, em Moscou (1947 - 11/12/2020) físico do plasma, professor aposentado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia⁴;



Juan Carlos Pinto Quintanilla, em La Paz (21/11/1962 - 25/01/2021) sociólogo boliviano, editor da revista teórica boliviana *La Migraña*, junto à Vice-Presidência da Bolívia⁵;

³ Imagem disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa620619/martinho-lutero-galati-de-oliveira>.

⁴ Imagem disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/nota-de-falecimento-12/>.

⁵ Imagem disponível em: <https://www.clacso.org/ante-el-fallecimiento-de-juan-carlos-pinto-quintanilla-2/>.





Sinclair Mallet Guy Guerra, em São Paulo (10/10/1939 - 15/03/2022) economista da energia, professor aposentado da UNICAMP, tendo passado pela POLI-USP e chegando a ocupar a cadeira de chefe do gabinete da Reitoria da UFABC. Viveu em todos os cantos do mundo, trabalhou no Ministério da Fazenda do Brasil, no Banco Africano de Desenvolvimento e foi um dos idealizadores da Revista Fim do Mundo⁶;



Alexander Vladimirovich Buzgalin, em Moscou, (19/07/1954 - 18/10/2023) economista, fundador da revista científica e jornalística russa "Alternativas" e da acadêmica "Questões de Economia Política", diretor do único Centro de Pesquisa Marxista Contemporânea na Rússia moderna, criado na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Moscou - M.V. Lomonosov⁷.

Sergio Bacchi, em Santiago do Chile (13/07/1939 - 27/10/2023), engenheiro eletrônico, especialista em microeletrônica, descobridor do quarto órgão da máquina⁸;



⁶ Imagem disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2022.v3n7.p257-276>.

⁷ Imagem disponível em: <https://freeconomy.ru/veo-rossii/pamyati-professora-buzgalina.html>.

⁸ Imagem disponível em: <https://www.surysur.net/la-crisis-incuba-una-rebelion-mundial-por-la-sobrevivencia-de-la-especie/>.



Todos pertenceram à família dos comunistas emancipacionistas, todos caminharão conosco nas andanças da nossa **Revista Fim do Mundo**, coletivo de luta por uma humanidade que saiba conquistar sua emancipação social, contra os ventos e marés do fascismo ascendente, a tibieza da democracia conservadora capitalista e o silêncio inamistoso da família dos adoradores do estado emancipado.

São Paulo, 13 de dezembro de 2023.

241





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Mirante - Marília/SP
CEP 17.525-900

Telefone: (14) 3402-1300

Revista Fim do Mundo

ISSN: 2675-3812 | e-ISSN: 2675-3871

e-mail: revista.fimdomundo.marilia@unesp.br

<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>





LA PLAZA

PARA QUIEN

LA TRABAJA





FIM DO MUNDO

ciência transformadora discussões para a emancipação

